

O momento atual faz urgir a necessidade de se identificar e discutir questões como a crise econômica, política e ideológica em curso no Brasil e no mundo em suas várias escalas e setores da economia e da sociedade.

Consideramos que cada nação central ou periférica é uma formação sócio-espacial específica, mesmo com "parentescos" (América Latina ou os BRICS, por exemplo).

Mas consideramos, também, a nível regional e local, a existência de novas especificidades, o que quer dizer que uma questão nacional não impede a existência de questões específicas em escala menor.

É necessário incentivar a produção de uma Geografia combativa, produzida na periferia, que não negue a relação centro-periferia, para contrapor-se a aquela colonizada, produzida no centro do sistema e para servir aos seus interesses.

Só assim será possível combater a tendência do pensamento único e da perda do espírito crítico, que levam ao fim da intelectualidade sob o capitalismo avançado.

O presente livro, organizado por pesquisadores do Laboratório de Estudos Urbanos e Regionais da UFSC e do Instituto Ignácio Rangel, visa contribuir nesse sentido, unindo diversos pesquisadores brasileiros.

O neoliberalismo, reinante nas últimas décadas, tentou eliminar na teoria e na prática o nível nacional, inflacionando os dois outros níveis. Todavia, Milton Santos (Por uma Geografia Nova), apontou a existência de três escalas principais da análise geográfica: o nível mundial, o nível nacional e o nível regional-local. Assim, na análise da economia e da sociedade, é preciso levar em conta com o máximo de precisão possível os três níveis referidos, bem como levar em consideração outra importante contribuição de Milton Santos, a categoria de formação sócio-espacial.

Resulta, assim, que a interpretação da atual sociedade e economia deve considerar que há uma formação capitalista mundial, comandada pelo centro do sistema (EUA, etc.) e uma grande periferia subordinada, mas que paradoxalmente cresceu a ritmos superiores aos do centro, como destaca Armen Mamigonian.

A presente obra procurou mobilizar colaboradores que estudam questões específicas nas diferentes escalas geográficas. Há contribuições sobre a China; sobre a África; sobre os Estados Unidos; sobre a Europa; sobre a América Latina; além de uma reflexão sobre a ciência geográfica, onde se questiona "A Geografia será destruída?".

Em escala nacional, as pesquisas buscam elencar e refletir sobre as transformações na nossa economia, agricultura e nas alterações recentes no setor portuário. Na escala regional, há reflexões sobre o uso do território e o desenvolvimento Sul-brasileiro; sobre a rede bancária e constituição de dinâmicas em diferentes escalas (Transamazônica, Amazonas e Pará); sobre as configurações territoriais do agronegócio catarinense; sobre os problemas ambientais; e sobre as possibilidades de abordagens geográficas sobre os desastres sócio naturais.

Buscamos homenagear os geógrafos com raízes nacionais que contribuíram de maneira inconteste para a evolução da ciência geográfica. Sobre Milton Santos há a contribuição de Maria Auxiliadora da S.; sobre Aziz Nacib Ab' Saber, Carlos Augusto de F. M. e João José Bigarella, tem-se a contribuição da prof. Gersa Maria Duarte, completada com o depoimento de Odair Gercino da Silva. Há ainda dois depoimentos por parte das filhas dos professores J. J. Bigarella e Ignácio Rangel; e o depoimento de Eduardo Zons Guide, destacando a contribuição do Prof. Victor Peluso à Geografia catarinense.

ISBN: 978-65-00-41778-4



Cadernos Geográficos Nº 40 – Mundo, Brasil e Regiões: Hoje e Amanhã - Ensaios e Notas

José Messias Bastos
Edson de Moraes Machado
João Victor Moré Ramos
(Org.)

MUNDO BRASIL REGIÕES

Rita M. Coitinho; Elias Jabbour; Kauê Lopes dos Santos; Isa de O. Rocha; Paulo Nogueira Batista Jr.; Nilson Lage; João Victor M. Ramos; Marlon C. Medeiros; Carlos José Espíndola; Edson de M. Machado; Zeno S. Crocetti; Reinaldo C. Costa; Lindberg Nascimento Jr; Maria L. de P. Hermann; Maria Auxiliadora da Silva; Gersa M. Duarte; Odair G. da Silva; Mônica M. Bigarella; Liudmila Rangel; Eduardo Z. Guidi

CADERNOS GEOGRÁFICOS, Nº40
Florianópolis - SC, 2022

O Cadernos Geográficos teve sua primeira publicação no ano de 1999, sendo lançado na XX Semana de Geografia (SEMAGEo), promovida pelo Departamento de Geociências da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

O Primeiro número foi assinado por Carlos Augusto de Figueiredo Monteiro (O Estudo Geográfico do Clima), sendo seguido por Armen Mamigonian, João José Bigarella, José Bueno Conti, Aziz Nacib Ab'Saber, Amaury Porto de Oliveira, Joel Pellerin, entre outras importantes obras com temas da geografia física e humana.

A partir do número 37, as obras passaram a ser publicadas como livros (Série Cadernos Geográficos), tendo como objetivo a veiculação de investigações resultantes de pesquisas científicas elaboradas por professores, pesquisadores e estudantes de Graduação e Pós Graduação realizadas na área da ciência geográfica.

A presente obra traz artigos que discutem temas atuais diversos relacionados às diferentes escalas geográficas, bem como reflexões a respeito de grandes mestres da Geografia Brasileira.

Comissão Editorial
Cadernos Geográficos

**José Messias Bastos
Edson de Moraes Machado
João Victor Moré Ramos
(Organizadores)**

“Mundo, Brasil e Regiões: hoje e amanhã”

Ensaaios de geografia física, econômica e social e notas sobre os
pensamentos e obras dos grandes mestres da Geografia nacional

Rita Matos Coitinho
Elias Jabbour
Kauê Lopes dos Santos
Isa de Oliveira Rocha
Paulo Nogueira Batista Jr.
Nilson Lage
João Victor Moré Ramos
Marlon Clóvis Medeiros
Carlos José Espíndola
Edson de Moraes Machado
Zeno Soares Crocetti
Reinaldo Corrêa Costa
Lindberg Nascimento Júnior
Maria Lúcia de Paula Hermann
Maria Auxiliadora da Silva
Gerusa Maria Duarte
Odair Gercino da Silva
Mônica Maria Bigarella
Liudmila Rangel Ribeiro
Eduardo Zons Guidi

Cadernos Geográficos
Nº 40 – IIR / GCN / CFH / UFSC

Florianópolis, 2022

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

Reitor: Ubaldo César Balthazar
Vice-reitora: Alacoque Lorenzini Erdmann

CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

Diretor: Miriam Furtado Hartung
Vice-Diretor: Rogério Luiz de Souza

DEPARTAMENTO DE GEOCIÊNCIAS

Chefe: Norberto Olmiro Horn Filho
Sub-Chefe: Everton da Silva

GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

Coordenador: José Messias Bastos
Sub-Coordenador: Carlos Antonio Oliveira Vieira

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

Coordenador: Elson Manoel Pereira
Sub-Coordenador: Rosemy da Silva Nascimento

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

“Mundo, Brasil e Regiões: hoje e amanhã”

Ensaio de geografia física, econômica e social e notas sobre os
pensamentos e obras dos grandes mestres da Geografia nacional

IIR / GCN / CFH / UFSC

Cadernos Geográficos é uma publicação editada pelo Departamento de Geociências da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

Patronos:

- Ignácio Rangel (1914-1994)
- André Cholley (1886-1968)

Comissão Editorial:

- Armen Mamigonian (USP/UFSC)
- Carlos José Espíndola (UFSC)
- Fábio Napoleão (UDESC)
- Isa de Oliveira Rocha (UDESC)
- José Messias Bastos (UFSC)
- Maria Graciana Espellet de Deus Vieira (UDESC)
- Maria Lúcia de Paula Hermann (UFSC)
- Mee, Joung Lee (HUFS/USP)

Conselho Editorial:

- Elias Jabour (UERJ)
- Edson de Moraes Machado (UEM)
- Gerusa Maria Duarte (UFSC)
- Gisele Ventura de Jesus (IFC)
- João Victor M. Ramos (UFSC)
- Isa de Oliveira Rocha (UDESC)
- Ivo Raulino (FURB)
- Mee, Joung Lee (HUFS)
- Zeno Soares Crocetti (UNILA)

Capa: Edson de M.M (imagem: autor desconhecido)

Edição: José Messias Bastos / Edson M. Machado / João Victor M. Ramos.

Revisão Técnica: Edson de Moraes Machado / João Vitor Sandri / Fernando Soares de Jesus

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Mundo, Brasil e Regiões: hoje e amanhã / Organização José Messias Bastos, Edson de Moraes Machado, João Victor Moré Ramos (organizadores). - 1. ed. - - Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2021. 425 p. - - (Série Cadernos Geográficos ; 40)

Vários autores.

ISBN: 978-65-00-41778-4

1. Mundo. 2. Brasil - História. 3. Economia. 4. Geografia. 5. História do Mundo. II. Título. III. Série

CDU: 91

CDD - 981

Índices para catálogo sistemático:

1. História do Brasil 981
Aline Grazielle Benitez – Bibliotecária o CRB-1/3129

Contato: www.cadernosgeograficos.ufsc.br

E-mail: cadernosgeograficos@contato.ufsc.br

Telefone : 3721 - 8613 (LABEUR - UFSC)

SUMÁRIO

Parte I

- América Latina Ontem e Hoje: Avanços e Recuos da Unidade Latino-americana**..... 13
Rita Matos Coitinho
- Emerge na China uma Nova Formação Econômico-Social**..... 43
Elias Jabbour
- Nem tudo é China: Formações socioespaciais, capacidades ociosas e Investimento Estrangeiro Direto no continente africano no início do século XXI** 85
Kauê Lopes dos Santos
- Algumas observações sobre os Estados Unidos**121
Isa de Oliveira Rocha
- Declínio da Europa**.....137
Paulo Nogueira Batista Jr.
- Aplicação à prática política de conceitos genéricos de ciências sociais: três exemplos latino-americanos**..... 141
Nilson Lage
- A Geografia será destruída? A retomada da intersecção Geografia-Marxismo**.....151
João Victor Moré Ramos

Parte II

- Transformações na Economia Brasileira e a Agricultura**.....183
Marlon Clóvis Medeiros
- Configurações Territoriais do agronegócio catarinense pós 2003** 199
Carlos José Espíndola
- Entre avanços, recuos e permanências: a geografia portuária brasileira pós anos 2000**215
Edson de Moraes Machado

O uso do território e o desenvolvimento Sul-brasileiro 249
Zeno Soares Crocetti

**Rede Bancária e constituição de dinâmicas em diferentes escalas:
Transamazônica, Amazonas e Pará** 271
Reinaldo Corrêa Costa

Problemas ambientais em debate: exemplo do estado do Paraná
..... 295
Lindberg Nascimento Júnior

Abordagens Geográfica sobre os desastres sócio naturais 313
Maria Lúcia de Paula Hermann

Parte III

Milton Santos: Destaques de uma memorável trajetória 353
Maria Auxiliadora da Silva

**Observações sobre atividades dos Professores Aziz, Carlos
Augusto e Bigarella.** 371
Gerusa Maria Duarte

**Professores Carlos Augusto Figueiredo Monteiro e João José
Bigarella: contribuições geográfica e trajetória profissional** 391
Odair Gercino da Silva

João José Bigarella, um professor em descoberta permanente. 300
Mônica Maria Bigarella

**Ignácio Rangel: A herança de um pai íntegro e de um educador
rigoroso, mas dotado de humana essência**407
Liudmila Rangel Ribeiro

A Contribuição do Professor Peluso à Geografia Catarinense.... 411
Eduardo Zons Guidi

Apresentação

Dando continuidade à política de publicação do Departamento de Geociências da Universidade Federal de Santa Catarina, a série “Cadernos Geográficos” número 40 apresenta os ensaios e notas que constituem a versão original ou ligeiramente modificada dos textos apresentados pelos palestrantes durante o 4º Seminário de Geografia Econômica e Social (Senges) e 40ª Semana de Geografia da Ufsc, realizados concomitantemente em 2019, na cidade de Florianópolis. Evento organizado pelo Laboratório de Estudos Urbanos e Regionais (Labeur / Ufsc), Laboratório de Planejamento e Regional (Labplan / Udesc) e Instituto Ignácio Rangel (IIR), com o apoio do Departamento de Geociências e do Programa de Pós Graduação em Geografia da Ufsc. Contou com a fundamental colaboração de estudantes de graduação e pós-graduação em Geografia, em especial os bolsistas e frequentadores do Labeur e Labplan.

De um lado, o evento deu continuidade à tradicional semana de Geografia da Ufsc, uma das mais antigas e ininterruptas do país. De outro lado, adicionou-se mais uma edição ao Senges, que se constitui como o primeiro Seminário Nacional de Geografia Econômica do Brasil. Sua primeira edição data do ano de 2014, realizado em Maceió (AL), nas dependências da Ufal.

Tal evento justifica-se pelo atual cenário econômico e social que vem afetando a humanidade, que exige cada vez mais profundas reflexões. O momento atual, assim como ocorreu em outros momentos da história humana, faz urgir a necessidade de se identificar e discutir questões como a crise econômica, política e ideológica em curso no

Brasil e no mundo em suas várias escalas e setores da economia e da sociedade.

Os efeitos da crise atual, que se iniciou nos Estados Unidos e na Europa, em 2008, passaram a recair a partir de 2014, com maior severidade, em países da América Latina e África, afetando a dinâmica econômica e política do Brasil, caracterizado por lideranças que buscam hora superar o neoliberalismo e o ranço colonial, e hora a se submeter ao império. A consequência desse processo foi um crescimento econômico medíocre da periferia, com algumas exceções (China, Índia), e fortes reconfigurações políticas, com a retomada do poder da extrema direita em vários países latinos (Argentina, Brasil, Guatemala, Paraguai, Peru). Assim, é essencial a busca por explicações sobre a lógica e a essência do desenvolvimento econômico e social brasileiro. Ou seja, é extremamente necessária a retomada de debates e pesquisas para subsidiar a nação sobre as nossas potencialidades técnicas, humanas e naturais, diante do decano estrangulamento social e econômico vivido pelo país.

É necessário, por exemplo, a emergência de um novo pacto de poder alicerçado estrategicamente num projeto nacional de desenvolvimento, que una esforços do poder político e do setor privado nacional, contribuindo para superar as adversidades enfrentadas pela nação, com setores subcapitalizados e exigentes de maciços investimentos.

O neoliberalismo, reinante nas últimas décadas, tentou eliminar na teoria e na prática o nível nacional, inflacionando os dois outros níveis. Todavia, cabe lembrar o destacado por Milton Santos (Por uma Geografia Nova), que apontou a existência de três escalas principais da

análise geográfica: o nível mundial, o nível nacional e o nível regional-local. Assim, na análise da economia e da sociedade, é preciso levar em conta com o máximo de precisão possível os três níveis referidos, o que nos remeteu ao título do evento e que, por ora, se aplica ao presente livro. Nesse mesmo sentido e objetivo, também é importante levar em consideração outra importante contribuição de Milton Santos, a categoria de formação sócio-espacial.

Resulta, assim, que a interpretação da atual sociedade e economia deve considerar que há uma formação capitalista mundial, comandada pelo centro do sistema (EUA, etc.) e uma grande periferia subordinada, mas que paradoxalmente cresceu por longo período a ritmos superiores aos do centro, tal como já destacou Armen Mamigonian, em diversas ocasiões. Consideramos que cada nação central ou periférica é uma formação sócio-espacial específica, mesmo com "parentescos" (América Latina ou os BRICS, por exemplo). Mas consideramos também, a nível regional e local, a existência de novas especificidades, o que quer dizer que uma questão nacional não impede a existência de questões específicas em escala menor.

É necessário incentivar a produção de uma Geografia combativa, produzida na periferia, que não negue a relação centro-periferia, para contrapor-se a aquela colonizada, produzida no centro do sistema e para servir aos seus interesses. Só assim será possível combater a tendência do pensamento único e da perda do espírito crítico, que levam ao fim da intelectualidade sob o capitalismo avançado.

Na tradição dos debates e das pesquisas geográficas, procuramos mobilizar o maior número possível de colaboradores que

estudaram ou estudam questões específicas nas diferentes escalas geográficas para debater seus resultados no evento, que ora aqui trazemos ao público. Assim, de acordo com cada investigador participante, tivemos contribuições sobre a China, que é destacada através da emergência de uma nova formação econômica-social; sobre a África, através da análise de suas formações socioespaciais, suas capacidades ociosas e os recentes Investimentos Estrangeiros Direto (IED); sobre os Estados Unidos, através de algumas observações geográficas; sobre a Europa, e seu declínio; sobre a América Latina, com investigações que apontam os avanços e recuos da unidade latino-americana e, tendo como exemplo três países latino-americanos, a aplicação à prática política de conceitos genéricos de ciências sociais. Há, também, reflexão sobre a própria ciência geográfica, onde se questiona “A Geografia será destruída? A retomada da intersecção Geografia-Marxismo”.

Em escala nacional, as pesquisas buscam elencar e refletir sobre as transformações na nossa economia, com foco na agricultura, bem como análise das alterações recentes no setor portuário nacional, considerado como um dos principais gargalos da economia brasileira.

Na escala regional, estão importantes reflexões sobre o uso do território e o desenvolvimento Sul-brasileiro; sobre a rede bancária e constituição de dinâmicas em diferentes escalas (Transamazônica, Amazonas e Pará); sobre as configurações territoriais do agronegócio catarinense; sobre os problemas ambientais, com o exemplo do estado do Paraná; e sobre as possibilidades de abordagens geográficas sobre os desastres sócio naturais.

Alguns títulos refletem nossa busca em continuar com os objetivos iniciais da primeira edição do evento, ou seja, dar maior ênfase a temas com caráter regional-nacional, conforme o local onde o Senges fosse realizado. Assim, além dos temas descritos, também buscamos homenagear os geógrafos com raízes nacionais e populares que contribuíram de maneira incontestável para a interpretação dos mais diversos temas de nosso país e da própria ciência geográfica, destacando um dos grandes mestres e pioneiro da geografia catarinense.

Sobre Milton Santos tivemos a contribuição de Maria Auxiliadora da S., que descreve detalhadamente a “memorável trajetória” do professor Milton, com toda a propriedade alcançada através das longas décadas de amizade entre ambos. Sobre os professores Aziz Nacib Ab’ Saber, Carlos Augusto de F. M. e João José Bigarella, tem-se a contribuição da prof. Gerusa Maria Duarte, completada, para o caso dos dois últimos, com o depoimento de Odair Gercino da Silva.

Há ainda dois depoimentos por parte das filhas dos professores João J. Bigarella e Ignácio Rangel. O primeiro é de Mônica Maria Bigarella, que o denomina como “um professor em descoberta permanente”. O segundo, de Liudmila Rangel R., que destaca a herança de um pai tão íntegro quanto exigente de valores éticos, mas, sobretudo, um educador rigoroso, que dotado de humana essência, em tempos de pouca empatia no Brasil de nossos dias, a muitos causaria surpresa e/ou estranhamento. No caso catarinense, há o depoimento de Eduardo Zons Guide, destacando a contribuição do Prof. Victor Peluso à Geografia catarinense.

Desse modo, com os resultados aqui expostos, salientamos que a Universidade, com sua autonomia garantida, mais uma vez, reafirma sua vocação como lugar de reflexão e de discussão. Reflexão essa que continua em aberto, pois esse livro intenta apenas mostrar um momento do debate a partir da oportunidade criada no evento anteriormente citado, realizado nas dependências da Universidade Federal de Santa Catarina.

José Messias Bastos
Edson de Moraes Machado
João Victor Moré Ramos

Florianópolis, março de 2022.

América Latina Ontem e Hoje: Avanços e Recuos da Unidade Latino-americana¹

Rita Matos Coitinho

*Eu Vi o Mundo.
Ele começava no Recife.*

(De Cícero Dias, título de um painel exposto no “Salão Revolucionário” de 1931. Citado por Alfredo Bosi em SCHWARTZ, Jorge. Vanguardas Latino-Americanas. São Paulo: EDUSP, 2008. p.33)

Introdução

Esta comunicação, preparada para a 40^a Edição da Semana da Geografia da Universidade Federal de Santa Catarina, apresenta fragmentos dos estudos recentes, reunidos no livro intitulado “Entre Duas Américas – EUA ou América Latina”?, lançado pela Editora Insular (Florianópolis-SC). Trata-se, portanto, de alguns apontamentos retirados do livro e da Tese que lhe deu origem, defendida no Departamento de Geografia da UFSC no ano anterior.

Acrescentou-se, apenas, alguns elementos novos, como informações sobre o quantitativo de bases militares instaladas na região da América Latina e uma listagem dos principais “eventos” militares promovidos pelos EUA na região entre os séculos XX e XXI. Nenhuma das listagens é exaustiva e elas figuram na apresentação como elemento ilustrativo dos argumentos aqui apresentados, todos eles melhor desenvolvidos e exemplificados, até por razões de espaço, nas duas publicações originais.

¹Doutora em Geografia pelo PPGeo UFSC (2018). Servidora no Instituto Brasileiro de Museus. Pesquisadora no Núcleo de Estudos Materialismo Histórico e Geográfico “Nino Gramsci” da UFSC, do Núcleo Práxis - FFLCH/USP e do CHAM - Centro de Humanidades da Nova Universidade de Lisboa.

1 - América, Américas

Os artistas têm a capacidade de expressar ideias extremamente complexas em uma única obra. Ideias que para serem explicadas por nós - geógrafos, sociólogos e historiadores - precisam de livros inteiros, um bom punhado de artigos e um sem número de debates. Ainda assim, vez ou outra, não se consegue resolver a questão. É o caso da afirmação de Cícero Dias, apresentada em 1931 como título de um painel, e que serve de epígrafe a esta apresentação. Ele diz que viu o mundo e que ele começa no Recife.

Uma alegoria perfeita para ilustrar dois pressupostos centrais aos estudos do espaço: 1) o mundo pode ser visto – o real é concreto; 2) seu entendimento está condicionado à posição que ocupamos no mundo – o concreto é pensado e o pensamento tem implicações no que vem a ser real. A América, sendo única, ou sendo múltiplas Américas, não passa de algo que assim convém chamar. Vejam que essa afirmação não se confunde com o conceito muito em voga de “lugar de fala”, com pouca ou nenhuma eficácia analítica. Mas isto é tema para outro momento.

Para o nosso debate de hoje, a ideia se presta a dizer que aquilo que denominamos como uma, ou duas, ou múltiplas Américas está, em realidade, articulado a projetos sócio-históricos. Não é um dado determinado por linhas divisórias registradas em um trabalho cartográfico. “A América”, como nomenclatura única, evoca um projeto muito específico, aquele da maior nação do continente, para a qual o vocábulo indica sua supremacia sobre as demais nações. As Américas, muito especialmente a Latina, a mesoamérica ou a América do Sul, tocam fundo em uma parcela muito particular das populações da região e refletem projetos bastante distintos daquele outro – e não se refere

apenas a uma questão de “identidade”, mas a processos sócio-políticos concretos.

Poderíamos, pois, a exemplo do artista, dizer que de uma certa perspectiva, o mundo nasce no Pampa, ou na Amazônia, ou no Altiplano Andino. Talvez ainda na brava Ilha de Cuba ou, por que não, em terras mesoamericanas?

A ideia está muito bem delineada no estudo de Edward Said sobre o “orientalismo”. Naquele texto, Said mostrou como conceitos criados para uniformizar e dominar podem funcionar para criar possibilidades de resistência. A América Latina, um conceito originalmente criado como forma de uniformizar o “outro”, o não *yankee* e o não europeu, de modo a justificar a construção de estudos, discursos e estratégias de domínio, foi, com o tempo, retomado pelos povos da região, ressurgindo como alternativa ao domínio. Aquela primeira acepção do termo foi objeto de preocupação de alguns importantes intelectuais no começo do século XX na região:

Vedes duas palavras que na Europa têm sido e são exploradas por todos os arrivismos imagináveis América Latina Eis aqui um nome que se leva para baixo e para cima, de um a outro bulevar de Paris, de um a outro museu, de uma a outra revista tão meramente literária quanto intermitente. Em nome da América Latina conseguem ficar ricos, conhecidos e prestigiosos. América Latina sabe a discursos, versos, contos, exposições cinematográficas com músicas, bolinhos, refrescos e humores dominicais. Em nome da América Latina se saqueiam os gabinetes europeus que exploram as humildades enfatáveis da América, à cata de difusão para um folclore e uma arqueologia

que dão duro para apoiar decorados apotegmas de sociologia barata. Em nome da América Latina se interpreta o perigoso papel da diplomacia de oratória, suscetível a bajulações em banquetes e aniversários, em benefício de rutilantes quimeras convencionais da política europeia. Estas duas palavras prestam se a tudo isso. Delas tiram grande proveito pessoal todos aqueles que nada podem fazer por conta própria, exceto se agarrar ao seu país de origem, a antecedentes e a referências de família (VALLEJO, 1926. In SCHWARTZ, 2008. Pag 45).

De fato, nascidos de um mesmo “empreendimento colonial” os Estados Nacionais que se formaram na América Latina por muito tempo ocuparam-se em definir suas singularidades, construir seus próprios nacionalismos, frente aos quais as ideias homogeneizadoras colocavam-se como obstáculos. A rigor, a ideia de “América Latina”, que substituiu aquele entendimento de José Martí de uma “hispanoamérica”, foi por muito tempo um modismo francês, satisfazendo à busca da potência decadente por definir um mundo “latino” em contraposição a um mundo “anglo-saxão”. Mas, na medida em que o termo “latino-americano” nos uniformizou, trouxe-nos também a alternativa da resistência.

Ao longo da constituição das nações do continente surgiram, em momentos diversos, lideranças e intelectuais que viram na unidade não uma renúncia ao particularismo de cada Estado, mas o universal concreto, aquilo que, ao unificar, possibilita o livre desenvolvimento de todas as particularidades. Muito rapidamente, podemos lembrar Bolívar, que tinha na “Pátria Grande”, uma grande federação dos povos hispano-americanos, seu horizonte de luta pela independência em

relação à Europa; também José Martí, patrono da libertação cubana, para quem havia duas Américas²; já no século XX, o argentino Manuel Ugarte, na contramão do ascendente nacionalismo argentino, propunha a construção de uma Pátria Grande, aos moldes de Bolívar, uma federação de repúblicas latino-americanas; mais recentemente, o uruguaio Hugo Achugar, para quem a América Latina é projeto que emana de uma concepção histórico-social que nasce da resistência. Ficaremos com esta aproximação de Achugar para seguir adiante.

2 - A que resiste a América Latina?

Se no século XIX a questão que se colocava às nascentes nações da Região era o domínio europeu, no século XX cresceu a influência e o poder de outra nação, pertencente à mesma porção continental, os Estados Unidos da América.

Data da década de 20 do século XIX a primeira formulação que viria a marcar as relações entre aquele país e as demais nações do continente, a conhecida “Doutrina Monroe”, proferida em 1823 por James Monroe. Na época, seu foco estava em afastar a Europa dos negócios do continente. É no final do século XIX que aquele país, em franca expansão territorial (grande parte dela às custas de territórios de países já constituídos, como o México, que perdera, em 1848, pelo tratado de Guadalupe Hidalgo, 2.400.000km² do território, após a guerra pela posse do Texas), transforma a “doutrina Monroe” em seu corolário, proferido pelo notório expansionista Theodore Roosevelt:

² “Na América há dois povos, e não mais de dois, de alma muito distinta por suas origens, antecedentes e costumes, e apenas semelhantes na identidade fundamental humana”.

O mau proceder crônico, ou a impotência resultante de um relaxamento geral da sociedade civilizada, pode requerer em última instância, na América como em outras partes, a intervenção de algum país civilizado e no Continente americano a adesão dos EUA à Doutrina Monroe pode obrigar esse país, por menos que o deseje, ao exercício de um poder policial internacional, em casos flagrantes de tais maus procedimentos ou impotência (ROOSEVELT, Theodore.)

Na realidade são idênticos os nossos interesses e os dos nossos vizinhos sulinos. Eles possuem grandes riquezas naturais e a prosperidade certamente chegará a eles, se reinar a lei e a justiça dentro de suas fronteiras. Enquanto obedecerem às leis elementares da sociedade civilizada, podem estar seguros de que serão tratados por nós com ânimo cordial e compreensivo. Interviríamos somente em último caso, somente se se tornasse evidente a sua inabilidade ou má vontade, quanto a fazer justiça interna e, em plano externo, se tivessem violado os direitos dos Estados Unidos; ou, ainda, se tivessem favorecido a agressão externa, em detrimento da comunidade de nações americanas (ROOSEVELT, Theodore).

Figura 01 – Expansão do território dos EUA no Século XIX³.

³ 1.1 - EUA e México até 1848 (Tratado de Guadalupe Hidalgo de 1848, que deu fim à guerra e reconheceu a anexação do Texas aos EUA, além da compra de parte do território mexicano compreendido entre o Río Grande e o Oceano Pacífico).



Fonte: <http://www.laizquierdadiario.com.uy/Cuando-Estados-Unidos-se-apodero-de-todo-el-norte-de-Mexico>

Desde a década de 1820 que as declarações de James Monroe foram objeto de debate entre as elites dos nascentes países da região. No Brasil tivemos as manifestações críticas de Paulo Prado, Manuel Bomfim e Rui Barbosa, cada qual à sua época, alertando sobre as pretensões expansionistas daquele país, que viriam a ser comprovadas em diversos episódios, a começar pelas querelas, ainda na época do Segundo Reinado, em torno da livre navegação dos rios na América do Sul. Ao mesmo tempo, para alguns estadistas, como Joaquim Nabuco, as pretensões dos EUA referiam-se exclusivamente às ameaças da Europa, de modo que “seria um bem ser o Brasil dirigido pelos EUA”.

Figura 02 – Configuração atual dos EUA (após anexações, compras, e expansão para o Oeste).



Fonte: <https://i.pinimg.com/originals/d7/fe/76/d7fe769efd007db119ed2d3372706497.jpg>.

Durante a República, o Brasil oscilou entre o alinhamento automático e coexistência, eivada de pragmatismo, como foi o caso das aproximações promovidas pelo Barão do Rio Branco, quando chanceler, que buscava na amizade com os EUA uma garantia do afastamento dos europeus dos negócios da região. Já seu sucessor na pasta, Lauro Müller, um quadro com vínculos com o comércio de gêneros importados, promoveu o alinhamento automático, na linha antes defendida por Nabuco. Essas oscilações marcariam toda a história da Política Externa Brasileira no século XX, assim como marca essas duas primeiras décadas do nosso século.

Disputas semelhantes deram-se em todas as nações da região, em maior ou menor grau. A Argentina, até o final dos anos 1940, destacou-se por opor grande resistência à Doutrina Monroe e à expansão da influência dos EUA, porém mantendo, por grande parte do tempo, um alinhamento igualmente problemático com a Inglaterra.

No contexto de consolidação da independência continental frente à dominação europeia, junto ao abandono, pelos EUA, de sua política de isolamento, adotada durante a maior parte do século XIX, inicia-se, por esforço daquele país, um movimento de articulação continental, que viria a originar, no final da primeira metade do Século XX, a Organização dos Estados Americanos.

O primeiro movimento neste sentido foi a formação da União Panamericana, impulsionada pelos EUA a partir de um primeiro congresso continental, ocorrido em 1898. A União, formada por iniciativa estadunidense, permaneceria sob sua tutela durante mais de 40 anos. Mas é em seu seio que se articulam os primeiros sinais de resistência. Especialmente por iniciativa dos governos nacionalistas do

México, articularam-se esforços das nações latino-americanas para a formulação de regimentos e normas que visavam restringir a ação unilateral estadunidense. Dentre as “saídas normativas” arquitetadas pelos latino-americanos, destacam-se a consolidação (depois de grande luta no interior da União) do princípio de não- intervenção e autodeterminação. Eram tentativas de resistência às ações unilaterais dos EUA e funcionavam tal como “cordas com que os anões de Lilliput tratavam de atar ao gigante” (Connel-Smith).

Não por acaso os conceitos de não-intervenção e de autodeterminação tornaram-se o principal cabo-de-guerra no interior da União. A lista a seguir é ilustrativa, bem como a figura 03, que traz o número e o local das bases militares dos EUA no continente:

Pequena e incompleta lista de invasões militares dos EUA na América Latina⁴

MÉXICO

1846/1848–EUA anexaram a República do Texas;

1913 -Fuzileiros invadem o México com a desculpa de evacuar cidadãos americanos durante a revolução. Bloqueiam as fronteiras.

1914/1918 -Marinha e exército invadem e interferem na luta contra nacionalistas;

HAITI

1891 – Tropas debelam a revolta de operários negros na ilha de Navassa, reclamada pelos EUA;

1915/1934 – Tropas americanas desembarcam no Haiti, em 28 de julho, e transformam o país numa colônia, permanecendo lá durante 19 anos;

1994/1999 – Bill Clinton determina que tropas americanas ocupem o Haiti na justificativa de devolver o poder ao presidente eleito Jean-Bertrand Aristide, derrubado por um golpe. Na verdade, era para evitar que o conflito interno provocasse uma onda de refugiados haitianos para os Estados Unidos;

⁴ Elaboração: Portal Desacato, até anos 70. Fatos posteriores inseridos pela autora.

HONDURAS

1903 -Fuzileiros Navais desembarcam em Honduras e intervêm na revolução do povo hondurenho;

1907 – Fuzileiros Navais desembarcam e ocupam país durante a guerra de Honduras com a Nicarágua;

1911 – Tropas invadem para proteger interesses americanos durante a guerra civil;

1912 – Tropas norte americanas mais uma vez invadem Honduras para proteger interesses do capital americano

1919 – Fuzileiros desembarcam e invadem mais uma vez o país durante eleições, colocando no poder um governo a seu serviço;

1924/1925 – Tropas dos EUA desembarcam e invadem o país duas vezes durante eleição nacional;

1983/1989 – Tropas enviadas para construir bases em regiões próximas à fronteira invadem o país;

2009 – Zelaya é derrubado por golpe militar.

GUATEMALA

1920 – Tropas invadem e ocupam o país durante greve operária;

1954 – Comandos americanos orientados pela CIA derrubam o presidente Jacobo Arbenz, democraticamente eleito e impõem uma ditadura militar no país. Arbenz havia nacionalizado a empresa United Fruit e realizava a reforma agrária;

1966/1967 – Boínas Verdes e marines invadem o país para combater movimento revolucionário.

NICARÁGUA

1894 – Nicarágua – Tropas ocupam Bluefields, cidade no mar do Caribe, durante um mês.

1898 – Fuzileiros Navais invadem o porto de San Juan del Sur;

1899 – Tropas desembarcam no porto de Bluefields e invadem a Nicarágua;

1907 – Tropas invadem e impõem a criação de um protetorado, sobre o território livre da Nicarágua;

1910 – Fuzileiros navais desembarcam e invadem pela 3ª vez Bluefields e Corinto

1912/1933- EUA invadem com tropas com a desculpa de combaterem guerrilheiros e ocupam o país durante 20 anos;

2015 em diante - EUA promovem e financiam grupos para promoção de ações de desestabilização do governo nacional.

PANAMÁ

1895 – Tropas desembarcam no porto de Corinto, província Colombiana;

1901/1914 – Marinha apoia a revolução quando o Panamá reclamou independência da Colômbia; tropas americanas ocupam o canal em 1901, quando teve início sua construção;

1908 – Fuzileiros invadem o país durante período de eleições.

1912- Fuzileiros navais invadem novamente o Panamá e ocupam o país durante eleições presidenciais

1925 – Tropas invadem para debelar greve geral dos trabalhadores;

1958 – Tropas dos Estados Unidos invadem e combatem manifestantes nacionalistas panamenhos;

1989 – Invasão batizada de “Operação Causa Justa”, com 27 mil soldados, ocupara a ilha para prender o presidente Manuel Noriega, antigo ditador aliado do governo americano. Bush mandou derrubar por estar promovendo o tráfico de drogas para os EUA. O ex-presidente cumpre prisão perpétua nos EUA.

CUBA

1898/1902 – Tropas sitiaram Cuba durante a guerra hispano-americana

1906/1909 – Tropas dos EUA invadem Cuba e lutam contra o povo cubano durante período de eleições;

1912 – Tropas invadem o país com a desculpa de proteger interesses americanos em Havana;

1917/1933 – Tropas desembarcam e transformam o país num protetorado econômico americano, permanecendo essa ocupação por 16 anos;

1961 – Exilados anticastritas nos EUA, treinados pela CIA e pelo exército norte-americano invadem a Baía dos Porcos. São rechaçados no episódio denominado La Batalia de Giron.

1962 – Crise dos Mísseis

Até os dias atuais: promoção unilateral de bloqueio comercial e financeiro à Ilha, causando perdas econômicas permanentes ao país e escassez de alimentos e insumos.

REPUBLICA DOMINICANA

1903/1904 – Tropas atacaram e invadiram o território dominicano para proteger interesses do capital americano durante a revolução;

1914 – Fuzileiros navais invadem o solo dominicano e interferem na revolução em Santo Domingo;

1916/1924 – Os EUA invadem e estabelecem governo militar na República Dominicana, em 29 de novembro, ocupando o país durante oito anos;

1965/1966 – Trinta mil fuzileiros e paraquedistas desembarcaram em Santo Domingo, para impedir a nacionalistas panamenhos de chegarem ao poder. A CIA conduz Joaquín Balaguer à presidência, consumando um golpe de estado que depôs o presidente eleito Juan Bosch. O país já fora ocupado pelos americanos de 1916 a 1924.

EL SALVADOR

1932 – Navios de Guerra são deslocados durante a revolução das Forças do Movimento de Libertação Nacional – FMLN, comandadas por Marti;

PORTO RICO

1898 – Tropas sitiaram Porto Rico na guerra hispano-americana, hoje ‘Estado Livre Associado’ dos Estados Unidos

1950 – Comandos militares dos Estados Unidos ajudam a esmagar a revolução pela independência de Porto Rico, em Ponce;

GRANADA

1983/1984 – Após bloqueio econômico de quatro anos, a CIA coordena o assassinato do Primeiro Ministro Maurice Bishop. Por determinação de Ronald Reagan, os Estados Unidos invadiram a ilha caribenha, alegando prestar proteção a 600 estudantes americanos, mas era para eliminar a influência de Cuba e da União Soviética sobre a política da ilha.

BOLIVIA

1986 – Exército invade o território boliviano sob o pretexto de ajudar no combate ao tráfico de cocaína e erradicação de plantações de coca.

1964: Victor Paz Estenssoro é derrubado por um golpe militar liderado pelo vice-presidente René Barrientos e Alfredo Ovando, comandante do exército, com a ajuda de CIA.

1971: O governo socialista de Juan José Torres González é derrubado por um violento golpe militar.

VENEZUELA

1947 – Com apoio dos EUA que invadiram e derrubaram o presidente eleito Rómulo Gallegos, que havia aumentado o preço do petróleo exportado, os militares colocam um ditador no poder;

2002 – Hugo Chávez é derrubado por um golpe militar, mas graças a militares nacionalistas, impõe-se o contra-golpe.

2006 a 2019 – financiamento e apoio político aos diversos movimentos e grupos de desestabilização dos governos do PSUV, visando sua derrubada.

EQUADOR

1963 -: O presidente esquerdista Carlos Julio Arosemena Montoy é deposto por um golpe militar e deportado para o Panamá.

1972 – José Maria Velasco Ibarra tentou implantar a reforma agrária. Foi derrubado por um golpe militar com apoio dos EUA.

PARAGUAI

2012 – Fernando Lugo é derrubado por um “golpe-branco” (parlamentar), com apoio de multinacionais americanas.

URUGUAI

1973 -: golpe militar que acabou em 31/10/2004.

PERU

1992 -: Alberto Fujimori dá um autogolpe, com o apoio dos militares e da embaixada dos EUA. Ocupa a presidência de julho/1990 a novembro/2000. Foi condenado por corrupção e genocídio.

COLOMBIA

2000 – Marines e “assessores especiais” dos EUA iniciam o Plano Colômbia, Esse Plano, engendrado nos EUA, destinava-se, formalmente, a combater o tráfico de drogas e erradicar as plantações de coca, mas visava também a desestruturar as guerrilhas de esquerda, como as FARC, com ajuda financeira e militar dos EUA ao governo colombiano.

ARGENTINA

1890 – Desembarcam em Buenos Aires para defender interesses econômicos;
1966 – Arturo Umberto Illia é derrubado por golpe militar apoiado pelos EUA por ter cancelado contratos de extração de petróleo por companhias estrangeiras, reduziu a miséria, o desemprego, iniciou um plano de alfabetização e aprovou a lei do salário mínimo. Assumiu o general Jaun Carlos Ongania.
1976 – Junta militar retira Isabel Perón do poder

BRASIL

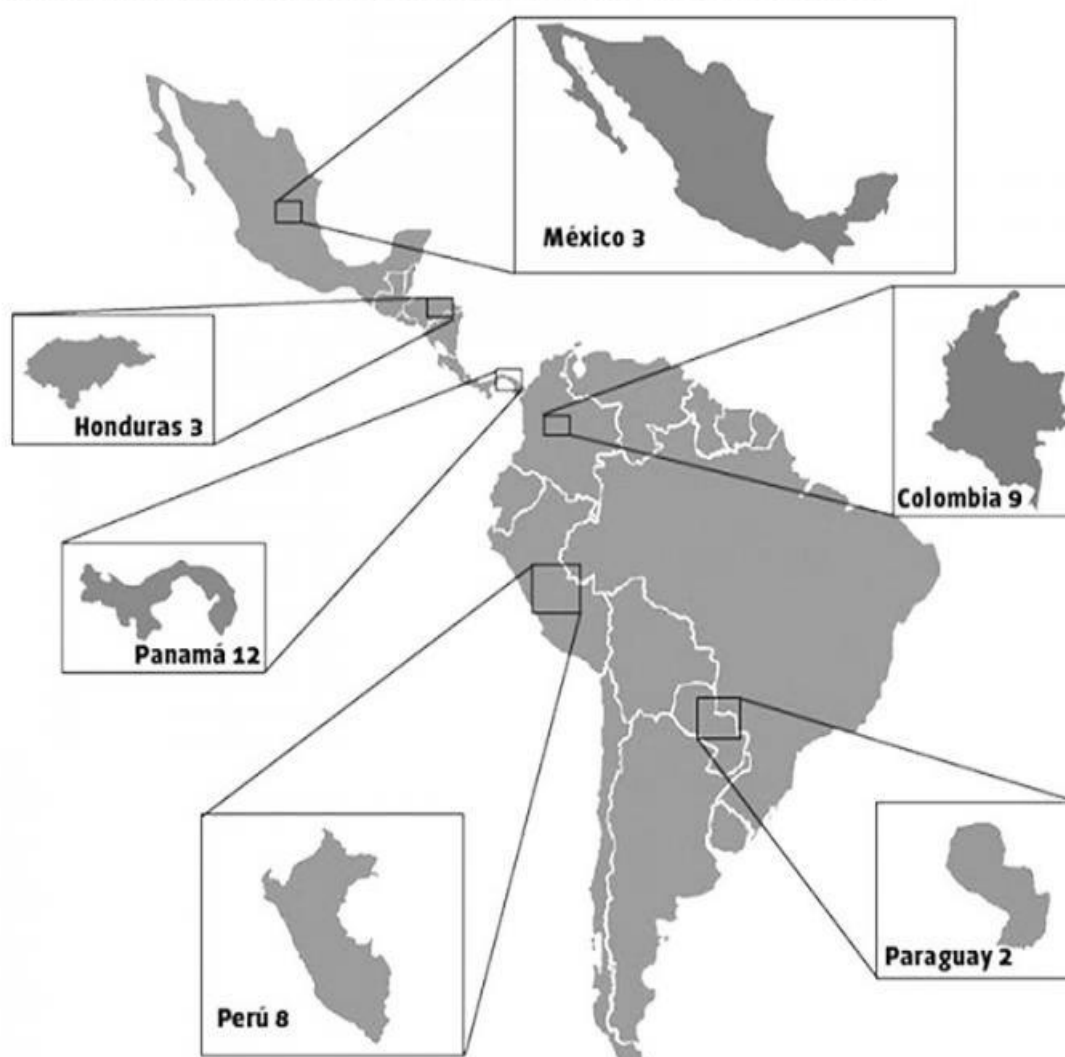
1893-94 - Revolta da Armada. Marinha dos EUA posiciona embarcações para prestar apoio a Floriano Peixoto e chega a fazer fogo contra os revoltosos;
1964 – Temendo que o presidente João Goulart “transformasse o Brasil numa China de 1960” (ex-embaixador Lincoln Gordon), os EUA apoiaram o golpe liderado pelo Marechal Humberto Castelo Branco, então chefe do Estado Maior das Forças Armadas. Nos dias anteriores ao golpe, a CIA encorajou manifestações contra o governo, promoveu ampla campanha de calúnias com o apoio da grande mídia e forneceu combustível e “armas de origem não norte-americanas” (procedência raspada) aos que apoiavam os militares.

Nos dias atuais, escândalos como as escutas da NSA ao telefone particular da presidenta Dilma, bem como indícios de financiamento externo a alguns dos

grupos que iniciaram o movimento de desestabilização da presidenta, já em 2013, mostram que a presença dos EUA pode ter mudado de forma, mas segue alterando os rumos da política interna.

Figura 03- Localização das principais bases militares dos EUA na América Latina

PAÍSES LATINOAMERICANOS CON MÁS BASES MILITARES DE EE.UU.



Fonte: <http://pt.granma.cu/mundo/2018-08-16/bases-militares-dos-eua-na-america-latina-e-no-caribe-o-plano-da-america-do-sul>

3 – Movimentos centrífugos e centrípetos

A União Panamericana acabou tornando-se o principal espaço de disputas de poder e influência no contexto continental. Em suas assembleias formavam-se coalizões dos latino-americanos para resistir às imposições, geralmente de cunho intervencionista, dos EUA. Pode-se identificar aí o germe de uma prática política, ainda que muito restrita às elites que de fato frequentavam esses ambientes diplomáticos e parlamentos nacionais, de um “sentimento de unidade latino-americana”, ou ao menos de uma percepção de que a unidade poderia, afinal, ser útil aos interesses nacionais das nações mais fracas.

De fato, o século XX observou um período de evolução das relações entre EUA e América Latina que foi marcado pelo expansionismo e pelo intervencionismo da nação mais forte, conforme vimos na seção anterior. Uma política de Estado herdeira das ideologias de isolacionismo do século XIX, da Doutrina Monroe, do “destino manifesto” dos EUA de “civilizar” o continente americano como cumprimento de seu fardo, o fardo do homem branco (*The White Man’s Burden*).

A construção do Sistema Interamericano servia aos EUA em sua disputa com a Europa por hegemonia no hemisfério, mas gerou, dialeticamente, uma miríade de atos de resistência por parte das nações menores do continente.

No que toca ao Brasil, não foi diferente. Ao mesmo tempo em que assistiu-se, especialmente a partir dos anos 1930’s, o aprofundamento das relações econômicas (e por conseguinte políticas) entre Brasil e EUA, culminando com a imensa ampliação da influência dos EUA após o fim da 2ª Guerra, observou-se, de outro lado, o afloramento de

formulações políticas de cunho crítico, que passaram a dominar o debate político nacional, especialmente nos momentos de crise.

No Pós Guerra e durante a Guerra Fria, a política estadunidense de “fronteiras Ideológicas” permeou os principais debates da nascente Organização dos Estados Americanos (OEA), que chegou a ter resolução declarando o continente como “território livre do comunismo”.

A partir dessa época, salvo alguns episódios, especialmente na América Central e no Caribe, passaram a preponderar, por parte dos EUA, as chamadas ações de intervenções “brandas”. Políticas com a Aliança para o Progresso buscaram responder às insatisfações dos latinoamericanos com a insuficiência de recursos econômicos disponibilizados pelos EUA para ações de desenvolvimento econômico – ao mesmo tempo em que investia vultuosas somas no Plano Marshall, na Europa.

As intervenções brandas consistiam no financiamento de Golpes Militares e desestabilizações para impor governos anti-soviéticos, além da pressão diplomática para promover o isolamento de Cuba, após sua revolução, em 1959, e seu posterior alinhamento à URSS.

Às margens da articulação Pan-Americana, a insatisfação dos latino-americanos começou a render iniciativas de aproximação regional, como o fracassado segundo Pacto ABC – Argentina, Brasil, Chile – de 1953. Proposto por Perón, que procurou Getúlio Vargas para o estabelecimento de um programa comum entre as três nações, para que juntas formassem um bloco continental alternativo à polarização mundial entre Estados Unidos e União Soviética. Porém o ministro das Relações Exteriores de Vargas, João Neves da Fontoura, repeliu

energicamente o anúncio público de Perón, constringendo Vargas em ação articulada com a grande imprensa brasileira. Em nota oficial, Neves afirmou que o país não teria nenhum interesse em abandonar o arco maior da aliança pan-americana, capitaneada pelos Estados Unidos, para aderir a um bloco regional alternativo, “subordinado à Argentina”. De acordo com o Itamaraty, Perón não estaria autorizado, de modo algum, a falar pelo Brasil. Nem Vargas, pelo visto, que em seu mandato conquistado pelo voto, nos anos 50, enfrentou feroz oposição dos grupos políticos alinhados com os EUA.

Nos anos 1960, o Brasil voltou a protagonizar movimentos de busca por uma alternativa ao alinhamento com os EUA. A chamada Política Externa Independente, inaugurada no governo de Jânio Quadros e seguida por João Goulart, dava continuidade a algumas iniciativas de Juscelino Kubistcheck, dando contornos mais autonomistas e nacionalistas à PEB. Desta política externa de orientação inovadora, destacam-se:

- ☐ Busca por prover as necessidades de expansão do capitalismo nacional – a burguesia interna apoiava as iniciativas autonomistas, ao menos no seu início;
- ☐ Crítica ao Congelamento do Poder: aproximações com chamado “espírito de Bandung” (terceiro mundismo nascente);
- ☐ América Latina: vista como, fundamentalmente, aproximação Brasil-Argentina;
- ☐ O encontro de Uruguaiana (Quadros e Frondizi): afirmação da autonomia frente aos EUA;

Esses movimentos levados adiante pelo governo brasileiro, encontrando eco em seu par argentino, causavam grandes

preocupações nos serviços de inteligência estadunidenses. Enquanto aumentava a troca de mensagens entre as embaixadas dos EUA, buscando encontrar alternativas para inviabilizar a aproximação das duas maiores economias da América do Sul, a PEI sofria extrema oposição da grande imprensa. Ao mesmo tempo, surgia no âmbito da OEA o grande cavalo de batalha da época, destinado a dividir opiniões e servir de elemento de desestabilização política em países como o Brasil: a questão da expulsão de Cuba da OEA, proposta pelos EUA. A posição do Brasil, lida por Santiago Dantas, destacava o princípio da autodeterminação e era acompanhada por outras nações, como Argentina e México.

Essa questão, que acabou servindo de combustível ao incêndio político promovido pela mídia brasileira e pelos grupos mais conservadores, inclusive setores das forças armadas que viriam a dar o golpe de 1964 e perseguir, prender e banir os setores mais autonomistas da corporação, também serviu como divisor de águas em um ascendente debate alternativo, nascido da expansão de uma nova intelectualidade urbana e universitária que viria a dar origem aos novos partidos e movimentos de esquerda surgidos na luta contra a ditadura e pela redemocratização.

Este pensamento crítico, voltado à superação ao subdesenvolvimento, encontrava guarida na CEPAL, cujos estudos apontavam a integração regional como alternativa para o desenvolvimento conjunto. A questão Cubana, que acendeu o debate pela defesa da autodeterminação, unificou setores democráticos e populares do continente, por meio dos congressos continentais de solidariedade a Cuba.

Com o golpe de Estado, os exílios forçados e os golpes simultâneos nos demais países da região, a integração latino-americana ganhou força como expressão de um novo projeto, marcadamente popular e antiimperialista. Integração tornou-se antítese de subserviência. A América Latina emergiu como projeto emancipador, como forma de viabilização das particularidades e projetos de cada nação, interrompidos, década a década, pelo mesmo denominador comum: o imperialismo dos EUA, diretamente implicado ou promovido pelas próprias burguesias internas, mais articuladas e identificadas com os interesses da grande potência do que com seus próprios povos.

4 - As redemocratizações: novas instituições, velhos e novos projetos em disputa

A “redemocratização” do continente latino-americano ao longo dos anos 1980’s/1990’s deu-se num momento em que refluía a guerra fria. Com base nos princípios da “governabilidade democrática” os novos governos comprometiam-se com os pilares da “ordem social ocidental do pós-guerra”. Surge o MERCOSUL como grande iniciativa de concertação regional, no começo dos anos 1990’s. As iniciativas dos anos 1960, como a Associação Latino-Americana de Livre Comércio (ALALC) - formada pelo Tratado de Montevideu de 1960, assinado por Argentina, Brasil, Chile, México, Paraguai, Peru e Uruguai - e a Associação Latino-Americana de Integração (ALADI), que a substituiu, nos anos 1980, não foram oficialmente encerradas, mas seguiam em marcha lenta, pouco a pouco substituídas por iniciativas mais restritas, como a Comunidade Andina e o Mercosul.

Na medida em que iniciativas de concertação regional centradas em ampliação do comércio prosperavam, as reuniões subsequentes da OEA definia-se a política para o continente. Com muita precisão delimitou-se o que essa organização entende por democracia representativa: estendeu-se a chamada cláusula democrática a todos os organismos e acordos regionais, pertencentes ou não ao sistema interamericano e criou-se um mecanismo de fiscalização eleitoral e sanção de “infratores”. Esse processo, que chega ao seu clímax com a aprovação da Carta Democrática Interamericana, horas depois dos atentados de 11 de setembro, tem como objetivo impor um esquema único de democracia neoliberal, sob a fachada de governabilidade democrática (REGALADO, 2008. Pg 23)

A governabilidade, novo conceito elevado à categoria de princípio pelos ideólogos do imperialismo, foi formulada pela Comissão Trilateral nos anos 1970 para fazer frente ao que seus membros identificavam como um “excesso de democracia”. Em outras palavras, a doutrina da governabilidade não foi concebida para preservar direitos de cidadania, mas para restringi-los. É um esquema de controle social que fecha os espaços de contestação abertos pelos movimentos sociais, operários, socialistas e feministas, bem como dos partidos de esquerda, em cena desde o século XIX, que em certos momentos históricos arrancaram à burguesia certas melhorias nas condições de vida.

A governabilidade democrática promove o que Hugo Zemelan define como alternância dentro do projeto: um esquema de alternância entre pessoas e partidos que ocupam o governo, porém todos submetidos a um projeto neoliberal único, que não podem substituir nem modificar (REGALADO, 2008:21).

A adoção da governabilidade democrática é um elemento fundamental para demonstrar que os EUA seguiram influenciando decisivamente os rumos da região após as democratizações dos anos 1980's e 90's. A Comissão Trilateral nasceu em 1973. Seu primeiro impulsionador foi David Rockefeller, presidente do Chase Manhattan Bank e representante de uma das mais fabulosas fortunas do mundo. A comissão atualmente inclui os principais empresários, banqueiros e políticos dos três blocos econômicos mais importantes do mundo capitalista: EUA, Europa Ocidental e Japão. O seu principal objetivo é elaborar uma estratégia político-econômica comum para os três blocos (...)” (SIST & IRIARTE, 1978: 171). Conforme os autores, reuniam-se na comissão os presidentes dos maiores bancos do mundo e conselheiros dos presidentes, inclusive do presidente dos EUA, Jimmy Carter. Dentre seus teóricos mais influentes, os autores destacam Brzezinsky, autor de *Entre Duas Faces*, obra que articula uma visão totalitária das relações internacionais e que teria substituído, ou melhor, “superado”, mantendo alguns dos preceitos, as concepções anteriores de Foster Dulles (Guerra Fria) e Kissinger (áreas de influência).

A governabilidade democrática substituiu a lógica das intervenções diretas (a chamada “lógica do garrote”). Teve sucesso até certo ponto para implementar a agenda do neoliberalismo, com base na cooperação e engajamento das classes dirigentes e sua intelectualidade de Estado. Com a ascensão de governos populares, o neoliberalismo passou a ser contestado. O momento atual, de esgotamento das possibilidades de governabilidade neoliberal, e ascensão de um adversário mais forte (China), indica um retorno à lógica do Garrote, consubstanciado nas sucessivas intervenções dos

EUA em assuntos dos países latinoamericanos, de maneira velada (como no caso do Brasil) ou evidente, como no caso da Venezuela.

5 – A Política Externa dos Governos do PT: impulso à integração e ao multilateralismo

Durante os governos neoliberais (década de 1990), vigorava a lógica na “normalidade” na política externa: participação nos regimes internacionais e baixo perfil de relações internacionais. A subserviência por vezes tornava-se clara, merecendo mesmo a apelido de “diplomacia dos pés descalços”.

Com o fracasso da agenda neoliberal e a ascensão da coalizão que levou Lula à presidência, em 2002, a política externa passou a obedecer às necessidades de uma agenda neodesenvolvimentista, recuperando muitos dos princípios da PEI dos anos 1960. A resistência ao neoliberalismo levou, naquele momento, à adesão da burguesia interna ao bloco hegemônico pelo PT. Dentre outras questões decisivas, destacam-se as divergências da burguesia industrial brasileira com a condução da ALCA (governo FHC) e os prejuízos causados pela abertura generalizada dos mercados.

Sob Lula (e Dilma), a Política Externa funcionou alinhada ao objetivo de impulsionar o desenvolvimento. Houve o resgate dos princípios da PEI de autonomia e diversificação de parcerias, impulsionando a participação brasileira em múltiplas agendas de integração e iniciativas de articulação em torno de agendas, como a formação do G-20 (luta contra os subsídios agrícolas), dos BRICS (reforma do sistema financeiro e parcerias para o desenvolvimento), IBAS etc, bem como a participação efetiva e propositivas nos espaços

multilaterais, da ONU à OMC. Em relação às Américas, destacou-se a elaboração do conceito de América do Sul, como espaço de atuação mais direta, de modo a driblar a influência dos EUA. A OEA perdeu força, sendo substituída, como fórum preferencial, pela UNASUL e, depois, pela CELAC.

Contribuiu para a formulação desta agenda o debate amadurecido nos encontros de fóruns como o Foro de São Paulo (dentre outros): articulação programática dos partidos de esquerda e construção de um programa comum, que teve influência central na formatação da política externa do PT. Com relação ao MERCOSUL, deu-se destaque a uma agenda muito diferente da dos governos anteriores: superação de disparidades e debate de políticas de construção de normativas comuns em áreas como educação, cultura e direitos humanos. No âmbito regional, a CELAC e a UNASUL foram iniciativas prioritariamente de concertação política, que sinalizavam a prioridade da integração.

6 – A retomada da hegemonia dos EUA

Apesar dos ganhos visíveis, em termos políticos, mas fundamentalmente econômicos, com a ampliação de mercados e frentes de cooperação financeira, a nova política externa tornou-se alvo de ataques midiáticos e de grupos econômicos vinculados ao capital estadunidense. O que chamamos, em nosso livro, de “Nova batalha da Política Externa”, constituiu-se em uma grande disputa política em torno de projetos bastante bem marcados e que desaguou na crise orgânica que levou à queda da presidenta Dilma.

Apesar de acumular ganhos comerciais com o Mercosul, parte da burguesia interna brasileira passou a atacar sua existência. Isso explica-se, em parte, porque parte da burguesia industrial acumulava perdas pela: política de juros altos e conseqüente redução dos investimentos, além de demonstrar grande preocupação a crescente presença chinesa no setor de manufaturados. Isso resultou, a partir de 2010, em uma grande pressão da burguesia interna brasileira por uma reorientação da política externa em direção aos EUA e Europa. A campanha pela reorientação da PEB ganhou reforço midiático com a agitação em torno da entrada da Venezuela no Mercosul.

O discurso anti-Venezuela, apesar dos evidentes ganhos comerciais que a entrada daquele país no Mercosul traria ao Brasil – um país que compra quase tudo o que consome, de alimentos a remédios e insumos -, demonstra a penetração da agenda estadunidense nos meios de comunicação e nas rodas da burguesia interna brasileira. A Venezuela, até então, era um “problema” apenas para os objetivos de política externa dos EUA, e um importante parceiro comercial do Brasil.

Com a ruptura do bloco de sustentação do governo, a crise econômica mundial e reflexos na economia nacional, a Política Externa tornou-se fator de mobilização da opinião pública contra o governo, com grande destaque para o papel jogado pela mídia empresarial. A burguesia interna abandonou o governo petista, já na primeira eleição de Dilma, e convergiu, pouco a pouco, para o bloco político que comandou a destituição do governo. Curiosamente, o fez contra si própria, na medida em que ao golpe seguiu-se o desmonte das próprias empresas brasileiras em processo de internacionalização. Repetiu-se

no Brasil, uma vez mais, a sina que marcou a totalidade das sociedades latino-americanas no século XX: ação de burguesias inconsistentes que levam a projetos nacionais inconsistentes e à subalternidade frente aos EUA. Essas inconsistências explicam-se pela persistência das características de revolução-restauração os processos políticos nacionais desde sua formação.

7 - Lições

Os poucos anos de experiência de partidos progressistas nos governos de alguns países da região, por outro lado, mostraram o potencial das articulações regionais para a construção de uma outra hegemonia, na medida em que os movimentos de articulação regional coincidem, sempre, com dificuldades dos EUA em manter sua hegemonia no continente e são sempre (pelo menos até aqui) interrompidos por alterações drásticas no cenário político regional e há evidências da participação dos EUA em todos os episódios “drásticos”.

Assim, uma das lições destas experiências é a de que a unidade da América Latina é estratégica e não conjuntural: sua viabilização é necessária para o enfraquecimento das hegemonia dos EUA, condição essencial de um desenvolvimento autônomo da região. Ao mesmo tempo, diante dos sucessivos recuos das classes dominantes quando iniciam-se processos autônomos, fica claro que a retomada de um projeto para construção de uma nova hegemonia é papel político a ser desempenhado pelas classes subalternas, as quais não possuem amarras de nenhuma natureza aos interesses da potência hegemônica.

Bibliografia:

ABDEL- MALEK, Anouar. **A dialética social – fundamentos para uma Teoria Social mundializante**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

ALEIXO, José Carlos Brandi. **O Brasil e o Congresso Anfictiônico do Panamá**. Revista Brasileira de Política Internacional. Número 43 (2): 170-191, ano 2000.

AMORIM, Celso. **Conversas com Jovens Diplomatas**. São Paulo: Benvirá, 2011.

AMIN, Samir. **Imperialismo e Desenvolvimento Desigual**. São Paulo: Edições Vértice, 1987.

AMIN, Samir. **O imperialismo, passado e presente**. Revista *Tempo*: Rio de Janeiro, 2005. nº 18, pp. 77-123

AMIN, Samir. **Geopolítica do Imperialismo Contemporâneo**. In: Revista *Novos Rumos*, nº45. São Paulo, UNESP, 2006. Encarte Especial.

AMIN, Samir. **Contra Hardt and Negri. Multitude or Generalized Proletarianization**. *Monthly Review*, Volume 66, nº6 (november) – <https://monthlyreview.org>

AZZARÀ, Stefano G. **Globalizzazione e Imperialismo**. Napoli: La Città Del Sole, 1999.

ARRIGHI, Giovanni; SILVER, Beverly. **Caos e governabilidade no moderno sistema mundial**. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ/Contraponto, 2001.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. **Presença dos Estados Unidos no Brasil – dois séculos de história**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. **Geopolítica e Política Exterior: Estados Unidos, Brasil e América do Sul**. Brasília: FUNAG, 2009.

BERRINGER, Tatiana. **A Burguesia Brasileira e a Política Externa nos Governos FHC e Lula**. Curitiba: Editora Appris, 2015.

BOMFIM, Manuel. **A América Latina – Males de Origem**. Rio de Janeiro: Topbooks, 2005.

BORÓN, Atílio A. **América Latina en la Geopolítica Imperial**. La Habana: Instituto Cubano del Libro, 2014.

CECEÑA, Ana Esther. **La Dominación de Espectro Completo Sobre América**. Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas. Volume 8, número 2, 2014. Páginas 124-139.

COELHO, Jaime César. **Trajetórias e interesses: os EUA e as finanças globalizadas num contexto de crise e transição**. Revista de Economia Política, vol. 31, no 5 (125), 2011. Páginas 771-793

COITINHO, Rita Matos. **Entre Duas Américas – EUA ou América Latina?**. Florianópolis: Insular, 2019.

DANTAS, San Tiago. **Política Externa Independente**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1962.

FERNANDES, Florestan. **A Revolução Burguesa no Brasil – Ensaio de Interpretação Sociológica**. São Paulo: Globo, 2006.

FRANCO, Álvaro da Costa (org.). **Documentos da Política Externa Independente**. Volumes 1 e 2. Rio de Janeiro: FUNAG, 2007.

GUIMARÃES, Samuel Pinheiro. **O mundo multipolar e a integração sul-americana**. Revista *Comunicação & política*, v.25, nº3, p.169-189, 2007.

LOSURDO, Domenico. **A Revolução, a Nação e a Paz**. *Estudos Avançados*, 22 (62), 2008. Páginas 09 a 27.

LOSURDO, Domenico. **A Luta de Classes – Uma história política e filosófica**. São Paulo: Boitempo, 2015.

MARINELLO, Juan. *Prólogo* à edição de Nuestra América. In: MARTÍ, José. **Nuestra América**. Fundación Biblioteca Ayacucho: Caracas, 2005.

MARTÍ, José. **Nuestra América**. Fundación Biblioteca Ayacucho: Caracas, 2005.

MEDEIROS, Fernando Saboia de. **A Liberdade de Navegação do Amazonas – Relações entre o Império e os Estados Unidos da América**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2014.

PAUTASSO, Diego. **A dimensão internacional por detrás da deposição de Dilma**. In <https://www.sul21.com.br/opiniaopublica/2016/08/a-dimensao-internacional-por-detras-da-deposicao-de-dilma-por-diego-pautasso/> último acesso em 02/02/2018.

PETRAS, James & VELTMEYER, Henry. **Hegemonia dos Estados Unidos no Novo Milênio**. Petrópolis: Vozes, 2000.

PRADO, Eduardo. **A Ilusão Americana**. São Paulo: Alfa-Ômega, 2005.

RAMA, Ángel. **A Cidade das Letras**. São Paulo: Boitempo, 2015.

RAMOS, Jorge Abelardo. **História da Nação Latino-Americana**. Florianópolis, Insular: 2014.

RAMOS, Victor. **Manuel Ugarte – o Sonho da Pátria Grande**. Florianópolis: Insular, 2014.

REBELO, Aldo. **A desilusão do aristocrata**. Prefácio a PRADO, Eduardo. **A ilusão americana**. São Paulo: Alfa-Ômega, 2005.

SAID, Edward. **O Orientalismo – o Oriente como invenção do Ocidente**. São Paulo, Companhia das Letras: 2007.

SANTOS, Milton. **Por uma Geografia Nova**. São Paulo: Edusp, 2012.

SANTOS, Theotônio. **Perspectivas na integração sul-americana**. Acesso em 21/01/2011: <http://theotoniodossantos.blogspot.com.br/>

SEABRA, Raphael Lana. **A primeira revolução do século XXI? Bolivarianismo e Socialismo na Venezuela**. Tese de Doutorado. Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília, 2012.

VALLEJO, César. Citado em SCHWARTZ, Jorge. **Vanguardas Latino Americanas**. São Paulo: EDUSP, 2008. p .45.

Emerge na China uma Nova Formação Econômico-Social

Elias Jabbour⁵

Pondo de parte o primeiro e o último dos modos *fundamentais* de produção, dado que, em ambos o corpo social comanda todos os fatores de produção, nos demais a hegemonia cabe à classe detentora do domínio do fator *objetivamente estratégico*. E é isso o que caracteriza o modo de produção e a formação social que sobre ele se edifica. (Ignacio Rangel, 1978)

É fato curioso que Deng tenha recebido Gorbachev em Pequim na época dos protestos estudantis da Praça da Paz Celestial, no emblemático ano de 1989, quando o russo decretava o fim do século soviético, enquanto Deng estava conduzindo a China à cena mundial do século XXI. A apostasia do socialismo soviético estava sendo corrigida pelo PC Chinês, o verdadeiro "Príncipe moderno" na expressão de A. Gramsci, enquanto o PCUS desaparecia melancolicamente. (Armen Mamigonian, 2017).

Even if it offends our post-communist conventional wisdom, I think we have to begin accepting the notion that Xi Jinping actually believes in Marx and Marxism. (Jude Blanchette, consultora da Crumpton Group, 2018)

1. INTRODUÇÃO

É famosa resposta, da parte de Ignacio Rangel, à crítica feita por Jacob Gorender (1978) ao seu "dualismo" (RANGEL, 1978). Por seu turno, dentro do escopo da citada resposta, Rangel não omite que sua referência – em relação à categoria marxista de *modo de produção* – seria a sequência por Stálin sugerida, como segue: o comunismo primitivo, o escravismo, o feudalismo, o capitalismo e o socialismo

⁵ Em coautoria com Alexis Dantas, Professor Associado da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (FCE-UERJ). Artigo publicado originalmente na edição 155 da revista Princípios (agosto-setembro-outubro/2018).

(1938 [2013], p. 18). Tratava-se, segundo o líder soviético, dos chamados cinco *modos de produção fundamentais*. Segundo Rangel, a “dualidade brasileira”, assim como o “modo de produção asiático” não eram modos *fundamentais* de produção, vejamos (Rangel, 1978, p. 73)

(...) dado que pode ser estudado como uma formação complexa, que associa no mesmo modo de produção relações de produção de vária etiologia, isto é, não homogêneas”. (...) estudar esses modos de produção significava captar “a natureza dessas combinações e, se possível, classificá-las e pôr em evidência as leis que governam seu nascimento e desenvolvimento, seu princípio e seu fim.

Desta forma, para Rangel (1978, p. 83):

(...) O Sr. Gorender admite, por certo, que uma mesma formação social pode conter “vários modos de produção” (...), mas parece excluir a possibilidade de que esses múltiplos modos de produção possam coexistir estavelmente (...). Por outro lado, rebela-se contra a sequencia histórica dos cinco modos de produção citados. Noutros termos, perde-se o fio de Ariadne da história, que julgávamos haver recebido de Marx, já que os modos de produção não podem ter sua ordem alterada ao acaso, como que o próprio conceito de modo de produção se torna nebuloso, agora que podemos ir inventando novos modos⁶.

É válido questionar qual a relação entre uma polêmica ocorrida em 1978 com um “modelo de desenvolvimento” capaz de explicar o intenso processo de crescimento da China? É fato que o processo de

⁶ Jacob Gorender prometeu uma resposta aos ataques de Ignácio Rangel, mas infelizmente não chegou nunca a produzir tais respostas. Mamigonian (1997, p. 139) afirma: *A defesa que Rangel fez, corajosa e seguidamente, da inflação, recebeu críticas apenas de G. Mantega e P. Sandroni, os quais após as respostas desistiram do debate e Jacob Gorender “criticou” a dualidade e, diante da réplica, prometeu resposta, que nunca aconteceu (...). Rangel foi pioneiro em assinalar as qualidades e defeitos do pensamento cepalino, quando toda a esquerda vivia, nas décadas de 50 e 60, em lua de mel com a CEPAL, mas, quando os ex-cepalinos resolveram renegá-la, usaram a sua crítica, sem apontar o crédito intelectual.*

desenvolvimento econômico chinês é um dos fenômenos mais impressionantes do mundo em que vivemos. Vejamos: seu crescimento médio do Produto Interno Bruto (PIB) nos últimos 35 anos foi de 9,5% a.a., ao mesmo tempo em que a renda per capita no período passou de US\$ 250 em 1980 para US\$ 9.040 em 2014 (Jabbour e Paula, 2018, p. 14). A nossa questão é buscar a essência do fenômeno em sua *totalidade*, algo mais próximo de se descobrir a *gênese* do processo em detrimento de um “modelo” explicativo em si.

A polêmica não é o “modelo” e sim o fato deste processo ocorrer negando a *deus ex machina* que condiciona o dinamismo econômico à existência de instituições que garantam a primazia da propriedade privada⁷. Ao contrário, sua especificidade está – por exemplo – na existência de um Estado que toma a si mesmo o papel tanto “de prestador de última instância quanto de investidor de primeira instância” (Burlamaqui, 2015, p. 737).

O objetivo deste artigo passa por desenvolver o argumento já trabalhado anteriormente onde demonstramos que (Jabbour e Paula, 2018):

Um amplo avanço de setor privado na economia não prescindiu da formação de um novo e poderoso setor estatal, notadamente a partir da década de 1990. Em tese, isso significa que a estrutura de propriedade chinesa ainda é muito diferente de outras partes do mundo. Esse processo reflete-se diretamente em um aumento contínuo, desde a segunda metade da década de 1990, do controle governamental sobre os fluxos da renda nacional: de 13,5% do PIB em 1996 a 37,3% em 2015 (Naughton, 2017, p. 5).

É impactante a tendência crescente de “estatização” sobre a estrutura de propriedade chinesa. Trabalhos recentes⁸ mostram a

⁷ O sucesso das Townships and Village Enterprises (TVE's), baseada em direitos de propriedade de difícil compreensão demonstra que a propriedade privada *per se* não garante dinamismo econômico. Sobre esse debate sobre as TVE's e os chamados “direito de propriedade”, ler: Harry (2001)..

⁸ Nesse sentido, ainda segundo Piketty et al. (2017, p 4-5), (...) *China has moved a long way toward private property between 1978 and 2015, but the property regime of the country is*

grande diferenciação entre a estrutura de propriedade chinesa em comparação com outras partes do mundo (grandes conglomerados estatais, empresas de capital misto, propriedade dividida por ações). Esse processo reflete-se diretamente em um aumento contínuo, desde a segunda metade da década de 1990, do controle governamental sobre os fluxos da renda nacional: de 13,5% do PIB em 1996 a 37,3% em 2015. Percebe-se, também, na queda do aumento da taxa de investimentos do setor privado (de 34,8% em 2011 para 2,8% em junho de 2016). No mesmo período os investimentos estatais cresceram de 15,2% para 23,5%.

Logo, nosso trabalho buscará demonstrar não somente que o avanço do setor estatal na economia chinesa, acelerado desde 2009, abre condições para concluir que o “modelo chinês” é algo que vai se distanciando – historicamente – de um modelo típico de “capitalismo de Estado”, e mais longe ainda de ser um “capitalismo liberal”. Vamos além: estaríamos (ou, estamos) sendo impelidos a admitir o “socialismo de mercado” não mais como uma mera abstração, e já como uma nova *formação econômico-social*. A nós esse fenômeno já é fato consumado. Em paralelo, trabalhamos com a hipótese de, como o “modo de produção asiático” e as “dualidades brasileiras”, classificar essa nova *formação econômico-social* nos marcos de, também, se tratar de um *modo de produção complexo*. A grande tarefa, logo, é descobrir, estudar a natureza da *combinação* que tem no “socialismo de mercado” sua *derivação e as lógicas que governam seu desenvolvimento*.

Além desta introdução, o artigo se divide em outras cinco seções. Na seção 2, apresentamos a categoria marxista de *formação econômico-social* como o principal elemento de validação teórica que utilizamos

still very different than in other parts of the world. In most developed countries, the share of public property in national wealth used to around 15-25% in the 1960s-1970s and is now close to 0. (...) China has ceased to be communist, but is not entirely capitalist. In effect, the share of public property in China today is somewhat larger than – though not comparable to – what it was in West during the ‘mixed economy’ regime of the post-World War 2 decades (30% in China’s mixed economy seems to have strengthened since 2008 financial crises, while it has dropped again in rich countries. Nesta mesma linha de raciocínio indicamos, o recente trabalho de Naughton (2017).

tanto no sentido de compreender o fenômeno chinês quanto para demarcar fronteira com as visões hegemônicas reinantes tanto nos debates sobre a natureza do sistema chinês quanto em relação aos postulados pós-modernos. Na seção 3 iniciamos expondo nossa base de interpretação sobre a natureza do socialismo para, em seguida, expor as evidências que sustentam nossa percepção do “socialismo de mercado” como um *modo de produção não fundamental* como consequência de se tratar de um modo de produção assentado sob uma *formação social complexa*, ou seja, uma formação que associa no mesmo *modo de produção relações de produção* de diferentes épocas históricas. Na seção 4 serão expostas as cinco lógicas gerais da formação histórica e de funcionamento da economia chinesa, descrevendo o processo de desenvolvimento do país, no campo da *Economia Política*. Na seção 5 buscaremos justificar a necessidade de se construir uma nova teoria econômica⁹, capaz de desvendar um *processo histórico* onde a economia da *nova formação econômico-social* está sendo desenhada a partir da síntese entre o processo de *financeirização*, agressividade imperialista, novos paradigmas produtivos e tecnológicos e das *novas e superiores formas de planificação* sendo gestadas e executadas em larga escala na China. Ao final apresentaremos algumas conclusões.

2. SOBRE O “SOCIALISMO DE MERCADO”: A EPISTEME E OS CRITÉRIOS DE VALIDAÇÃO TEÓRICA

O ponto central de nossa discussão não está em responder se a China é, conforme sua constituição e dirigentes, um Estado socialista ou não, trata-se – no mais generoso juízo de valor – uma variante *asiática* de *capitalismo de Estado*. Nesse tocante, infelizmente, a hegemonia encontra-se na noção para quem o que ocorre na China é uma “restauração capitalista” sob a forma de um “capitalismo de Estado com características chinesas”. Não é de se surpreender que um badalado intelectual marxista como David Harvey, que não somente alça Deng

⁹ Cujos pontos de partida são o *materialismo histórico* de Marx e Engels acrescido de todo acervo teórico já existente elaborado ao longo do tempo pelo campo da heterodoxia econômica.

Xiaoping ao mesmo altar neoliberal de Reagan e Thatcher, ainda “constata” que (Harvey, 1992, p. 121):

A espetacular emergência da China como uma forma econômica global pós-1990 foi uma consequência não intencional do rumo neoliberal no mundo capitalista avançado.

Trata-se de uma observação típica de um esquema pronto, modelar e fotográfico da realidade que guarda muita proximidade com um determinado *relativismo pós-moderno* em detrimento da *objetividade histórica* característica de análises baseadas no *materialismo histórico* (Jabbour, 2012, p. 78). Abrindo necessário parêntese, em verdade, no campo do debate de ideias, situamo-nos no campo oposto ao dos postulados atualmente hegemônicos das ciências sociais – entre eles o *positivismo clássico*, que se expressa sob a forma de certo modismo intelectual *pós-moderno* – *que concebe a teoria social como mera narrativa com propósito moral* (Fernandes, 2000, p. 17). Passam a ser colocadas no centro do processo de construção da subjetividade humana a teoria e a prática do *relativismo* como fio condutor e norte da *teoria do conhecimento* (Jabbour, 2012, p.81).

De nossa parte, contra tanto o modismo intelectual citado quanto a qualquer princípio de “neutralidade” na prática científica, acreditamos que a *objetividade* e, conseqüentemente, a visão de *processo histórico* ainda são os critérios cruciais de validação teórica.

No concreto, dentro dos marcos epistemológicos acima expostos, se admitimos a China, e seu “socialismo de mercado”, como um *modo de produção complexo*, para Harvey serve a relação feita por Marx (e perfeitamente compreendida por um marxista radical da estatura de Ignacio Rangel) entre o desenvolvimento das formações geológicas e o processo de desenvolvimento da sociedade, conforme sugerido em carta enviada a Vera Zasulich datada de 16 de fevereiro de 1881 (Marx, 1881 [1982], p. 118).

A formação arcaica ou primária de nosso mundo contém em si, uma série de camadas de diversas idades, na qual uma está sobreposta à outra; da mesma maneira, a formação arcaica da sociedade [(la formation archaïque de la société)] nos revela uma série de tipos diferentes <que formam entre elas uma série ascendente>, marcando épocas progressivas [(marquant des époques progressives)]. A comuna rural russa pertence ao tipo mais recente dessa cadeia. O lavrador possui agora a propriedade privada da casa que habita e do quintal que forma o complemento. Eis aí o primeiro elemento dissolvente da forma arcaica [(forme archaïque)], desconhecida aos tipos antigos <e que pode servir de transição da forma arcaica [(de transition de la formation archaïque)]

2.1. A categoria marxista de *formação econômico-social* como o núcleo basilar de *argumentação*

Uma tipologia de diagnóstico requer sólidas bases teóricas e conceituais. Logo, nosso principal *elemento de validação teórica* reside em uma categoria pouco compreendida, redundando – assim – em problemas relacionados às questões próprias de validação teórica, por exemplo. Referimo-nos à categoria de *formação econômico-social*.

Althusser e Balibar discorrem sobre esta categoria em dois níveis. A primeira é mais próxima de um esboço de construção de uma “teoria do tempo histórico”, como segue (1968 [1970], p. 104):

Theory of historical time that allows to establish the possibility of a history of the different levels considered in their ‘relative’ autonomy”. (...) the form of historical existence peculiar to a social formation arising from a determinate mode of production

Chegam a uma definição mais clara e coerente da categoria de *formação econômico-social* como (Althusser e Balibar, 1968 [1970], p.

209) “*Totality of instances articulated on the basis of a determinate mode of production*¹⁰”.

Segundo Silva (2009, p. 1), a categoria de *formação econômico-social* teve em Emilio Sereni a sua mais acabada e rica compreensão. Segundo Sereni (1971 [2013] p. 316):

(...) a noção (...) se coloca inequivocamente no plano da história, que é ... o da totalidade e unidade de todas as esferas (estruturais, supra estruturais e outras) da vida social na continuidade e ao mesmo tempo na descontinuidade do seu desenvolvimento histórico

Neste tocante, relacionando as observações de Marx, Althusser, Balibar e Sereni acima expostas com a utilização da categoria de *formação econômico-social* como instrumento de validação teórica, são pertinentes as palavras de Roberts (2017), que em recente artigo, pode-se ler o seguinte:

I think the majority of Marxist political economists agree with mainstream economics in assuming or accepting that China is. However, I am not one of them. China is not capitalist. Commodity production for profit, based on spontaneous market relations, governs capitalism. The rate of profit determines its investment cycles and generates periodic economic crises. This does not apply in China. In China, public ownership of the means of production and state planning remain dominant and the Communist party's power base is rooted in public ownership.

¹⁰ Uma interessante análise do desenvolvimento da categoria de *formação econômico-social* em Althusser pode ser encontrada em Resch (1992) em especial no capítulo primeiro “Althusser: The Social Formation as a Totality of Instances”. Lênin e Ignacio Rangel foram pródigos na utilização da categoria. No Brasil Milton Santos é o responsável por introduzir esta categoria no debate e atualmente os mais frutíferos trabalhos baseados na referida categoria tem em Armen Mamigonian o seu núcleo. Sobre essa categoria de análise indicamos ler Sereni (1971), Lênin (1894), Santos (1977). Mamigonian (1996)

O fundo das razões que levam a maioria dos marxistas a se igualarem aos economistas vulgares dos nossos tempos (neoclássicos) a assumirem posições baseadas em “modelos estáticos” para quem a China é um país capitalista reside no tratamento *estático*, um “desejo” de classificar e demarcar fenômenos dentro de enquadramentos e categorias aceitas, previamente. Hobsbawn (1985, p. 63) é mais agudo ao afirmar:

[...] o desejo de classificar cada sociedade ou período, firmemente, em uma ou outra das categorias aceitas deu como resultado disputas demarcatórias, como é natural quando se insiste em encaixar conceitos dinâmicos dentro de estáticos. Houve, deste modo, muita discussão na China sobre a data de transição da escravidão ao feudalismo [...]. No ocidente, dificuldade semelhante conduziu a debates sobre o caráter dos séculos que vão do XIV ao XVIII

É exatamente disso que se trata: trocar o *estático* pelo *dinâmico*. Perceber que na realidade dos *modos de produção* devemos seguir a trilha rangeliana de perceber que o grau de complexidade de uma sociedade onde a sua famosa expressão *contemporaneidade do não coetâneo* (Rangel, 1957 [2005], p. 299)¹¹ é uma regra geral que demanda exercitar a difícil busca apenas do que é essencial, necessário. Para tal, elevar o grau de *abstração* é essencial, algo que vá além da categoria de *modo de produção* intentando encontrar a origem de determinada sociedade. Faz-se mister a utilização de uma categoria capaz de, como Lênin o fez, segundo Sereni (1971, p. 18):

¹¹ Há quem tente explicar a China a descrevendo desde como um grande campo de trabalhos forçados comandado por “capitalistas selvagens” dentro das regras de um determinado “Partido-Estado” até uma tentativa interessante de “economia mista”. A maioria absoluta dos estudos sobre a China que jorram aos milhares nas prateleiras de livrarias não conseguem atentar para o fato de que no real está ocorrendo naquele país a construção de um edifício original, onde surgem e ressurgem elementos e instituições de diferentes épocas históricas. Ratificamos aqui que a única razão desse gigantesco processo em andamento na China é observa-lo como parte da história da civilização humana, não se trata de um milagre; muito menos um acaso.

*O que é que a maioria dos “marxistas da II Internacional” havia (...) falseado e que Lênin restaurou, aprofundou e desenvolveu na noção marxiana de “formação econômico-social”? Os materiais mais válidos para responder a indagação nos são oferecidos pelo próprio Lênin, que desde seus primeiros trabalhos – em seu ensaio *Quem são os amigos do povo?*, escrito e publicado em 1894 – começa a situar de novo não somente a noção, mas também o termo “formação econômico-social” no cerne que Marx lhe havia atribuído como expressão de uma categoria fundamental do materialismo histórico. Sublinhou-se (...) esta categoria expressa a unidade (e, agregaremos, a totalidade) das diferentes esferas: econômica, social, política e cultural da vida de uma sociedade; e a expressa, além disso, na continuidade e ao mesmo tempo na descontinuidade de seu desenvolvimento histórico*

Classificamos a República Popular da China como uma sociedade comandada por uma força política decidida a realizar a transição ao *socialismo*, o que não redundava – de forma alguma – reconhecer a ordem econômica presente como *socialista*. Samir Amin nos lembra muito bem que (2013, p. 35):

Mao described the nature of the revolution carried out in China by its Communist Party as an anti-imperialist/anti-feudal revolution looking toward socialism. Mao never assumed that, after having dealt with imperialism and feudalism, the Chinese people had “constructed” a socialist society. He always characterized this construction as the first phase of the long path to socialism.

Exemplo interessante de análise *totalizante* pode ser percebida na seguinte passagem onde Mamigonian (2008, p.190) percebe no “marxismo de Mao Tsétung” o nível de consequência que pode

proporcionar o bom uso das categorias do *materialismo histórico* a uma *formação social complexa*:

Diferentemente do marxismo soviético, herdeiro do marxismo da Europa ocidental, adaptado brilhantemente por Lênin às condições da sociedade russa e à nascente etapa imperialista mundial, o marxismo de Mao, adotando o leninismo, caracterizou-se por uma obsessiva e profunda preocupação pelos destinos da China, que precisava se livrar de qualquer domínio estrangeiro, inclusive do IC¹², recuperar sua antiga grandeza e para isso retomar o papel crucial dos camponeses na vida chinesa, como Li Dazhao ensinou aos seus discípulos.

Mamigonian (2008, p. 190) complementa da seguinte forma:

A preocupação com o destino da China permitiu: 1) retirar o IC do comando da revolução chinesa (1935), 2) aliança com o Kuomintang para combater a invasão japonesa (1937-45), tornando o PCCh o principal depositário dos interesses nacionais, 3) a ofensiva militar na guerra civil de 1946-49 contra o Kuomintang, apoiado pelos EUA, 4) a participação decisiva na Guerra da Coreia (1950-53),(...), 5) a ruptura da China em relação aos soviéticos (1960) e, 6) a aproximação dos EUA (1972), que garantiu a reinserção da China na economia mundial, empreendida sob a liderança de Deng Xiaoping nos anos 80.

3. O “SOCIALISMO DE MERCADO” COMO UMA *FORMAÇÃO SOCIAL COMPLEXA*

Nenhuma formação social desaparece antes que se desenvolvam todas as forças produtivas que ela contém, e jamais aparecem relações de produção novas e mais altas antes

¹² Internacional Comunista.

de amadurecerem no seio da própria sociedade antiga as condições materiais para a sua existência. Eis porque a humanidade não se propõe nunca senão os problemas que ela pode resolver, pois, aprofundando a análise, ver-se-á sempre que o próprio problema só se apresenta quando as condições materiais para resolvê-lo existem ou estão em vias de existir. (Karl Marx, 1859)

A título de informação e demonstração do escopo da proposta deste trabalho que será explorado neste subitem, algumas informações são necessárias:

1) O conceito “economia socialista de mercado” é oficialmente utilizado pelo governo chinês. Em nossa opinião não existe contradição entre o conceito exposto e o que podemos definir como “socialismo”. Abrindo nosso campo de abstração, nos admitimos sermos signatários das primeiras experiências socialistas¹³, refutamos o subjetivismo latente em visões que projetam o socialismo como um “retrato em negativo dos aspectos mais nocivos do capitalismo”¹⁴;

2) Temos a compreensão que o termo “socialismo”, da forma como a empregamos neste trabalho não nos permite grandes margens de manobra para algum nível de “flexibilidade conceitual”. A razão disto é, sem ser simplista, simples: nosso foco é concentrado no que se relaciona exclusivamente ao domínio (conforme Rangel) dos fatores objetivamente *estratégicos*;

3) Logo, partindo do que classificamos como “socialismo” torna-se inadequada, a comparação entre nossa concepção com outros conceitos e valores que o senso comum definem e associam ao

¹³ Tratar as primeiras experiências socialistas demanda um profundo exercício de visão de *processo histórico*. O seu contrário é a jaula do subjetivismo. Não negamos os erros e equívocos ocorridos. Mas seu legado à luta dos trabalhadores, do apoio político, moral e material aos povos oprimidos são inegáveis. Foi, inclusive, introdutora da questão social na agenda política global. Sobre isso ler Fernandes (2017).

¹⁴ Segundo Marx (2012, p. 31), sobre a transição ao socialismo e a permanência do “direito burguês”: *Estes defeitos, porém, são inevitáveis na primeira fase da sociedade comunista, tal como brota da sociedade capitalista depois de um longo e doloroso parto.*

socialismo, entre tais as lutas por justiça e igualdade, igualitarismo, planejamento (como um fim em si mesmo), liberdade ou a falta dela;

4) A natureza da viabilidade do socialismo nos dias de hoje deve ser mais limitada e menos ambiciosa em comparação à época em que a URSS disputava a vanguarda da humanidade;

5) A nosso juízo é inevitável a persistência a longo prazo de contradições de múltiplas natureza nos processos atuais de experiência – e persistência – socialista, principalmente na unidade de análise por nós escolhida (China);

6) Portanto sejamos mais cuidadosos em discutirmos o que é “socialismo” ou “não socialismo” (se país “a” é mais socialista que o país “b”) tendo como fundo preceitos morais, existencialistas, o “bem contra o mal”. Enfim, trocar a sedução exercida pelos juízos morais de valor por visões mais concretas, objetivas, históricas e altamente politizadas;

7) Daí nossa opção pela categoria de *formação econômico-social* como principal elemento de *episteme*.

Samir Amin e Armen Mamigonian nos ajuda em deixar mais claro que o sinônimo da percepção do “socialismo de mercado” como um *modo de produção não fundamental* é assumir, conforme a proposta de Ignacio Rangel, que estamos tratando a unidade de análise como uma *formação social complexa*. Assim sendo, o “socialismo de mercado” é uma formação que associa no mesmo *modo de produção relações de produção* de diferentes épocas históricas em clara *unidade de contrários*. Não se trata de uma sociedade estruturada no mais alto patamar possível de desenvolvimento humano, ou seja, o socialismo em sua plenitude. Do processo descrito por Amin e Mamigonian até hoje a China percorreu todo um *processo histórico* que tem nas reformas econômicas iniciadas em 1978 um típico processo que combina *continuidade e ruptura*¹⁵.

¹⁵ Continuidade no sentido dos rumos e objetivos que levaram o PCCh ao poder em 1949 e ruptura com o método e as formas que desde meados da década de 1950 passaram a prevalecer por todo o corpo social chinês.

A questão que se coloca: qual das *estruturas/formações sociais* predomina? A resposta demanda a interposição de outras questões: qual classe e/ou força política detém o controle dos fatores *objetivamente estratégicos* sejam eles *políticos* (a força política representativa da classe social que exerce controle do poder do Estado) ou *econômico* (a *estrutura/formação social* que detém o poder *real* tanto sobre os instrumentos cruciais do processo de acumulação [política de juros, crédito, câmbio e sistema financeiro] quanto na promoção de deslocamento e concentração de seu próprio setor produtivo em indústrias-chave [setores-chave esses que combinam alta produtividade com grandes retornos em escala] e possibilitando ganhos a partir da geração dos efeitos de encadeamento industrial às demais *estruturas/formações sociais*)? A resposta virá mais abaixo. Mas é sugestiva a seguinte passagem onde, segundo Fan, Morck e Yeung (2011):

The socialist foundation of China's economic system is the unconditional supremacy of the Chinese Communist Party. Consistent with Marxist-Leninist tradition, the Party directs the law. Regulations, laws, and administrative rulings are applied in accordance with current Party policy. Just as a Party position corresponds directly to each key position in government, a Party hierarchy parallels corporate governance in banks, SOEs, listed non-SOEs, hybrid enterprises, joint ventures, and sufficiently large private businesses. Party cells throughout business enterprises constitute parallel internal accountability systems to those established by enterprises themselves, keeping an enterprise's Party Secretary and Party Committee up-to-date and able to provide timely advice to its CEO and board. Imported corporate governance regulations, mandating independent directors and the like essentially ignore Party involvement in enterprise governance.

Por outro lado, existe uma grande diferença entre classificar a China como um país capitalista e reconhecer que o capitalismo, seja ele *privado* ou de *Estado*, existe no país como uma importante – e poderosa – *estrutura/formação social*¹⁶. Além de ter sido reconhecida, legitimada e sustentada por leis e regulamentos (Naughton, 2006, p.2), a ampliação de seu escopo de atividades elevou-se, também, a partir de transferências massivas de ativos estatais ao setor ocorridas entre 1994 e 2000, sobretudo em pequenas e médias empresas estatais (Paula e Jabbour, 2016, p. 19).

Neste sentido a realização da transição em uma *formação social complexa* como a chinesa implica reconhecer que a *unidade de contrários* aludida acima se expressa na convivência das seguintes *estruturas/formações sociais*¹⁷:

1. economia natural de subsistência: é a estrutura que, apesar de estar em franca decomposição, ainda concentra toda a população que vive abaixo da linha da pobreza na China. Sua maioria é composta por populações de minorias étnicas. Seu número absoluto é confuso. O próprio governo anuncia a variações neste número que fica entre 30 e 43 milhões de pessoas¹⁸;

2. pequena produção mercantil: caracterizada pela produção agrícola de pequeno porte (familiar) voltada ao mercado, principalmente nas cidades de porte médio. Porém, é muito comum perceber a existência deste setor na periferia de grandes cidades. Apesar dos avanços em matéria de mecanização da produção agrícola

¹⁶ Sobre a análise dos principais mecanismos utilizados para concentração de capital e formação de uma classe capitalista doméstica na China ler, Nogueira (2018).

¹⁷ Construção amplamente baseada em Lenin ((1921 [1964])).

¹⁸ O plano é eliminar completamente a existência de população vivendo em tais condições até 2020. Vale lembrar, a título de exemplo, que segundo o Banco Mundial a porcentagem da população chinesa vivendo em condições de extrema pobreza caiu de 88% em 1981 para 6,5% em 2012.

na China, estima-se que 300 milhões de chineses ainda estão ocupados na pequena produção agrícola voltada ao mercado¹⁹;

3. indústria rural privada e/ou coletiva: uma das características fundamentais do processo de desenvolvimento recente chinês está no caráter rural da grande manufatura expandida na década de 1980. As elevações da renda e da produtividade do trabalho agrícola – e o conseqüente aumento da demanda por bens industriais – foi fator de deslocamento de mão de obra sobrando não às grandes cidades litorâneas e sim ao próprio entorno, no chamado *vilarejo* (Jabbour e Dantas, 2017, p.794). O principal exemplo desta dinâmica está inserida na transformação da natureza do emprego no país e sua relação direta com o maior poder de decisão econômica às províncias e às empresas, a liberação da mão de obra excedente da agricultura e o fortalecimento das indústrias de caráter rural conhecidas como *Townships and Village Enterprises* (TVE`s). Atualmente em declínio, teve seu auge entre os anos de 1984-1997 (Jin, 2017, p. 69).

4. capitalismo privado: setor criado, guiado e formado sob as asas do Partido Comunista da China (PCCh). A existência desta *formação econômico-social* na China é motivo de grandes exageros e equívocos sobre seu poder e papel na economia e sociedade chinesa em geral. As privatizações e a abertura de capital de empresas estatais e coletivas a partir de meados dos anos 1990 foram o primeiro movimento massivo de concentração de capital em mãos privadas na China (Nogueira, 2018, p. 7). Apesar de concentrar grande parcela de riqueza, renda e grande poder de barganha junto ao Estado, não se trata de uma classe capaz suficiente para se tornar “classe dominante” como nos países capitalistas.

5. capitalismo de Estado: Trata-se de uma formação com visíveis contornos nas relações de dependência do capitalismo privado com as políticas executadas pelo Estado, por exemplo, como beneficiária dos efeitos de encadeamento gerados pelas corporações estatais, acesso a crédito em bancos estatais etc.

¹⁹ 300 million farmers: Agriculture in China. In, *Australian Farmers*, 12 April 2017.

6. socialismo: Formação social que define a própria natureza do Estado Nacional chinês. Tendo o Partido Comunista a força política que controla o Estado, que por sua vez detém o controle dos fatores *objetivamente estratégicos*. Segundo Gabriele (2009, p.17):

State-owned and state-holding enterprises are now less numerous, but much larger, more capital- and knowledge-intensive, more productive and more profitable than in the late 1990s. Contrary to popular belief, especially since the mid-2000s, their performance in terms of efficiency and profitability compares favorably with that of private enterprises. The state-controlled sub-sector constituted by state-holding enterprises, in particular, with at its core the 149 large conglomerates managed by SASAC, is clearly the most advanced component of China's industry and the one where the bulk of in-house R&D activities take place

3.1. Os elementos de mediação entre as diferentes estruturas/formações sociais

O processo de desenvolvimento não ocorre por impulsos, ou raramente ocorre desta forma²⁰. Muito menos se trata de um processo de “desenvolvimento equilibrado” como intentava nos mostrar Rosenstein-Rodan e Nurske em suas famosas e pioneiras obras sobre as *economias externas* e o *crescimento equilibrado*²¹. Ignacio Rangel e Albert Hirschman foram exímios críticos desta concepção. A ambos o processo de desenvolvimento é um processo de saltos não de um ponto de equilíbrio a outro. Ao contrário: a essência do processo de desenvolvimento está justamente no fato de o mesmo ocorrer sob forma de saltos entre pontos de desequilíbrios. Segundo Rangel (1954 [2005], p. 41):

As pessoas podem fazer uma idéia um pouco romântica do desenvolvimento econômico, como se ele fosse uma paraíso de estabilidade, bem-estar e paz. É preciso abandonar desde logo essas ilusões. No Brasil, como em todos os países, o desenvolvimento é um processo doloroso, repleto de privações, conflitos e inquietações. Tais inquietações são, ao que parece, uma matéria-prima do desenvolvimento, (...). Uma economia em desenvolvimento não resolve um problema sem criar outro ainda maior. Salta ininterruptamente de um desequilíbrio a outro

O raciocínio acima desenvolvimento cabe perfeitamente ao processo de desenvolvimento em uma *formação social complexa* como já demonstramos mais acima, sobre a China. Diferentes *estruturas* e

²⁰ Em determinados casos o processo de desenvolvimento pode ocorrer via impulsos. Por exemplo, no sentido de pressionar pela proscrição de formações como a da “economia natural de subsistência” substituída pela própria economia de mercado. Aliás, em Lênin (certamente empregando arranjos de elementos das teorias de Adam Smith) é nítido que a essência do processo de desenvolvimento está no fortalecimento da economia de mercado (e conseqüente elevação da produtividade do trabalho).

²¹ Sobre a tese do “desenvolvimento equilibrado” ler Rosenstein-Rodan (1943) e Nurske (1953).

formações econômico-sociais representando, cada uma delas, um determinado estágio de desenvolvimento da própria humanidade requer a existência de *elementos de mediação* entre as diferentes dinâmicas e respectivas velocidades e movimentos característicos de cada *estrutura/formação econômico-social*. São eles:

1. economia natural: em franco processo de decomposição;

2. economia de mercado: onde convive e compete entre si a economia privada de variado tamanho, desde a pequena produção mercantil até a grande produção de escala de tipo capitalista. Porém, diferentemente de outras economias de mercado essencialmente capitalistas, neste *mercado* predomina os grandes conglomerados empresariais e sistema financeiro estatais, que, por sua vez, podem ser consideradas como o coração (os 149 conglomerados empresariais estatais) e a alma (sistema financeiro estatal) da nova *formação econômico-social* (“socialismo de mercado”);

3. comércio exterior: sob o socialismo o comércio exterior é uma *instituição pública, planificada e de Estado* (Jabbour e Dantas, 2017, p. 794). É onde predominam *relações de novo tipo* em relação ao comércio exterior de tipo capitalista. Apesar de a China atuar – por intermédio de seu comércio externo – em um campo de domínio capitalista, a competência de seu *planificado contato com o exterior* demonstra que o *socialismo*, ao mesmo tempo em que disputa com o *capitalismo*, tornou-se algo já afirmado com inegável sucesso.

4. A ECONOMIA POLÍTICA DO “SOCIALISMO DE MERCADO”: AS LÓGICAS QUE REGEM SEU MOVIMENTO

Não estamos aqui a negar que a construção teórica que estamos tentando construir é parte de uma crítica ao *etapismo* que vigorou, e ainda exerce influencia, nas elaborações marxistas sobre a transição do *capitalismo* ao *socialismo*. Indicar o “socialismo de mercado” como uma *nova formação econômico-social* não é somente parte de um esforço de desvendar as lógicas que regem a construção do socialismo em

formações sociais complexas. Da mesma forma que Rangel via a *dualidade básica* tanto como o principal elemento organizativo de seu pensamento quanto como a *lei fundamental da economia brasileira* (Bielschowsky, 1988 [1996], p. 211).

Esse mesmo raciocínio vale à nossa leitura sobre o “socialismo de mercado”; um esforço para compreender a China e descobrir a *lei fundamental de seu processo de desenvolvimento*. Temos clareza sobre as leis econômicas e sua não universalidade, buscamos adaptar o *materialismo histórico* às peculiaridades de uma formação social complexa, como a chinesa. Engels (1990, p. 127) resume este aspecto fundamental ao método da Economia Política, como segue:

As condições sob as quais os homens produzem e trocam o que foi produzido variam muito para cada país e, dentro de cada país, de geração para geração. Por isso, a Economia Política não pode ser a mesma para todos os países nem para todas as épocas históricas.

Expostas tais indicações e tendo clareza de estarmos tratando de uma *formação social complexa*, o passo agora é extrair as lógicas gerais da formação histórica e de funcionamento da economia chinesa, descrevendo o processo de desenvolvimento do país, no campo da *economia política*. O “socialismo de mercado” é, na verdade, a resposta, quase que um “método de análise”, que encontramos a estas e outras questões que vão surgindo. Trata-se de nossa interpretação particular sobre a razão e o significado do desenvolvimento das forças produtivas que transcorre na China, cuja contrapartida é o poder político exercido pelo PCCh.

Uma justa questão que se coloca: qual a diferença entre o “socialismo de mercado” e o capitalismo, já que a existência de um largo setor público também pode ocorrer sob o capitalismo? Gabriele e Schettino (2012, p. 32) discorrem com sobre as diferenças entre os dois sistemas, como segue:

The State is endowed with a high degree of direct and indirect control of the means of production, and, as a result, social production relations are different from those prevalent in capitalism. This statement implies that, at a lower level of abstraction, a “market socialist” and a capitalist system differ essentially in two key aspects. The first one is that in a market socialist system the role of the State is both quantitatively larger and qualitatively superior, thereby allowing the public sector as a whole to exert an overall strategic control over the country’s development path, especially in crucial areas such as setting the economy-wide rate of the accumulation and determining the speed and direction of technical progress. The second difference is that in a market socialist system, although capitalists endowed with private ownership rights on some means of production do exist, they are not strong enough to constitute a hegemonic and dominant social class, as it happens in “normal” capitalist countries.

Seguindo semelhante linha de raciocínio, o trabalho de Fan, Morck e Yeung (2011) conclui que:

The studies in this volume reveal that China is not copying free market institutions, but trying something substantially different: Market Socialism with Chinese Characteristics is a genuinely unique system. A host of its formal reforms emulate the institutional forms of a market economy, often in painstaking detail. But its heart remains resolutely socialist: strategically placed SOEs, SOE-controlled pyramidal business groups, and ubiquitous Party cells, Party Secretaries, and Party Committees leave Lenin’s “commanding heights” firmly and exclusively under the control of the Chinese Communist Party (CCP), and consign much of the rest to provincial and local Party cadres

Sendo bem honestos, descobrir que na China convivem vários modos históricos de desenvolvimento, o que nos intriga é descobrir como as lógicas dos vários modos de produção coetâneos se articulam, auxiliam ou limitam umas às outras. Após 40 anos do início do processo de reforma e abertura na China já é possível perceber ao menos cinco *lógicas de funcionamento*, conforme segue abaixo:

1) Logo, de imediato ao assumirmos que a *formação social* chinesa é uma miríade onde existem diferentes *estruturas/formações* que assentam diferentes *modos de produção* e suas devidas *lógicas de funcionamento*, **devemos assumir, como uma lógica de funcionamento, que tais formações não se limitam a coexistir. Coabitam em conflito e exercem pressão – uma sobre a outra – aberta entre si.** Por exemplo, a expansão da *economia de mercado* pressiona e impõe a tendência ao desaparecimento da *economia natural de subsistência*; o mesmo ocorre na pressão que a transformação da agricultura em um ramo da indústria exerce sobre a pequena produção mercantil. O mesmo ocorre entre o setor socialista da economia e a *capitalista privada*, com a última sendo pressionada diante da tendência de cada vez maior centralização da grande produção industrial nos 149 conglomerados empresariais estatais e o já citado processo de aumento contínuo do controle governamental sobre os fluxos da renda nacional.

2) **A lei do valor não é passiva de superação sob o “socialismo de mercado” visto como parte do início do processo histórico de construção do socialismo**²². Acreditamos ser essencial essa observação àqueles, que como nós, guardamos preocupações sobre os limites da planificação econômica em formações sociais onde pedaços de capitalismo privado não somente estão presentes, como também exerce pressão sobre a formação dominante (socialismo)²³;

²² A nós o “socialismo de mercado” é sinônimo do que se convencionou chamar “etapa primária do socialismo”. Escrevemos sobre isso em Jabbour, Dantas e Belmonte (2017).

²³ Sobre os limites da planificação sob o socialismo de mercado, ler Gabriele (2016).

3) Em um primeiro momento, identificamos (Jabbour e Dantas, 2017) que as reformas econômicas permitiram o surgimento de um largo setor privado ao lado de um preexistente setor estatal. A nós esta coabitação demanda uma contínua reorganização de atividades entre os setores estatal e privado da economia²⁴. Tal diagnóstico avançou demonstrando que **esta contínua reorganização de atividades ocorre mediado pelo surgimento cíclico de instituições que delimitam uma contínua reorganização de atividades entre os setores estatal e privado da economia** (Jabbour e Paula, 2018).

4) Existe uma regularidade neste processo cíclico de reorganização de atividades entre os dois setores. **O crescimento do setor privado não ocorre em detrimento de uma diminuição do papel do Estado. Existe, no concreto uma recolocação estratégica do Estado.** A reação chinesa à crise de 2008 demonstrou que houve um processo de caracterizado pela construção de um Estado que reúne a capacidade tanto para agenciar políticas de socialização do investimento quanto de investidor e emprestador não prescindiu somente da indução à existência de um setor privado concomitante. Foi além, promovendo deslocamento e concentração de seu próprio setor produtivo em indústrias-chave, que combinam alta produtividade com grandes retornos em escala. Já o setor privado longe de ser o protagonista do processo, não passa de um setor ancilar das corporações estatais²⁵;

5) É de compreensão geral o comportamento histórico do capitalismo e se há algo que pode ser considerado permanente em uma economia capitalista é que períodos de depressão se alternam com períodos de prosperidade. Historicamente foram sendo construídas alternativas de solução à esta instabilidade cíclica. Indica até que alternativas para

²⁴ Também cabe ao caso chinês a seguinte passagem de Rangel (1985, p. 5): *Em todos os períodos da história (...) a economia sempre teve, ao lado do setor privado, o setor público. De tempos em tempos, a distribuição de atribuições entre esses setores é posta em causa e (...), procedemos a uma redistribuição dessas atribuições entre os dois setores. Isso ajuda a superar a crise e a abrir novo período de desenvolvimento. Ora, não há como supor que essa dialética se tenha esgotado*

²⁵ Interessante notar o fato – que distingue a experiência desenvolvimentista chinesa de outros casos – de o surgimento de novos marcos institucionais não incorrer, ao longo do processo de industrialização, em solução de descontinuidade (Medeiros, 2013, p. 435).

solucionar tal instabilidade cíclica foram sendo construídas historicamente. No capitalismo pela via dos gastos públicos e no socialismo o ciclo é enfrentado a partir do planejamento²⁶ e seus instrumentais e mecanismos. Desta forma, **o planejamento – visto como ação humana deliberada em prol da estabilidade – guarda sentido sob forma de uma lógica econômica essencial no “socialismo de mercado”²⁷**.

5. UMA NOVA TEORIA PARA ENTENDER A NOVA FORMAÇÃO ECONÔMICO-SOCIAL?

Fora da história, a economia se reduz à lógica, à dialética e a uma gnoseologia, que tanto são econômicas como físicas ou químicas. Não existe, pois, economia 'pura' [...]. A ciência econômica, porém, varia com o modo de produção e este muda ininterruptamente. (...). É admitir que o homem varie em seu ser e em sua consciência segundo a realidade geral, social e telúrica em que surge e cresce. (...). Devemos ser avessos à incorporação acrítica seja de modelos importados (marxistas ou não), seja de modismos acadêmicos. O que importa é como conhecer a sociedade concreta se comporta em sua vida econômica (Ignacio Rangel, 1957)

O resultado quase natural da abstração contida neste trabalho pode se resumir da seguinte forma: o “socialismo de mercado” é a nova

²⁶ Segundo Harnecker (2012, p. 243): *(...) without participatory planning there can be no socialism, not only because of the need to end the anarchy of capitalist production, but also because only through mass engagement can society truly appropriate the fruits of its labor. The actors in participatory planning will vary according to different levels of social ownership.*

²⁷ Sobre o planejamento cabem as palavras de Rangel (2005, p. 453): *Essa ciência e essa arte se converteram, desde já, na rainha de todas as artes e de todas as ciências de nosso tempo, porque é graças a elas que o enorme acervo de conhecimento humano acumulado ao longo dos séculos ganha novo sentido, produzindo novos e surpreendentes resultados. E, sobretudo, é graças a elas que a sociedade humana se torna realmente capaz de vontade, habilitando-se a escolher o ritmo e o sentido de sua marcha*

formação econômico-social que está se desenhando em nossa época atual. Essa “Formação Econômico-Social distinta” ou “Moderno Modo de Produção” (Gabrielle & Schettino, 2012) que surge e se desenvolve é resultado de uma decisão política do PCCh de promover as chamadas “Quatro Modernizações”²⁸, inaugurando assim um *processo histórico* caracterizado – por exemplo – por *ciclos de inovações institucionais* que resultaram em aumento quantitativo do setor privado e *saltos qualitativos do papel do Estado*. Empiricamente, desde a década de 1990 foram sendo construídas condições institucionais que permitiram um imenso processo de fusões e aquisições no setor estatal resultando no surgimento de 149 conglomerados empresariais estatais.

Outra complexa transição coordenada pelo Estado pode ser percebida na expansão da base monetária – já na década de 1980 –, criando condições de substituição de um sistema de financiamento baseado no orçamento governamental para outro, mais centrado no crédito estatal, não privado.

Em outro momento discorreremos sobre esse processo, conforme segue (Jabbour e Paula, 2018, p. 18):

A China conseguiu atravessar tanto as avalanches políticas internas do final da década de 1980 quanto as vicissitudes de uma época marcada pelo predomínio de concepções neoliberais na economia construindo instituições que consolidaram opções estratégicas e a superação do “desenvolvimento desigual” e da “tendência à deterioração dos termos de troca”. A construção de um “poderoso Estado socialista”, baseado em imensos conglomerados empresariais estatais e um bem capilarizado sistema público de financiamento de longo prazo, não prescindiu de controles sobre o fluxo de capitais que capacitaram o Estado a isolar a política monetária dos fluxos de capitais externos,

²⁸ Tratam-se da modernização da agricultura, indústria, ciência e tecnologia e defesa nacional anunciadas por Zhou Enlai em 1974.

aumentando a margem de manobra para adoção de políticas econômicas autônomas em relação as condições financeiras internacionais. Um mix de políticas monetárias e fiscais flexíveis com políticas industriais e setoriais cirúrgicas e ciclos contínuos de substituição de importações conformou a transformação do país em “fábrica do mundo”.

Se a Ignacio Rangel e, conseqüentemente, a epigrafe que abre essa seção estiver correta estamos diante de um *processo histórico* que exige daqueles comprometidos com a ciência voltada à entender e transformar a realidade a construção, a partir da Economia Política, de um acervo teórico que nos instrumentalize no sentido de entender essa *nova formação econômico-social*. Afinal, conforme a epígrafe, *A ciência econômica, porém, varia com o modo de produção e este muda ininterruptamente*. Abrindo parêntese, nesse sentido uma das explicações para a ossificação do marxismo no século passado foi a falta de uma *teoria* para entender qual economia que o *processo histórico* estava desenhando no século XX, a partir do capital financeiro, do keynesianismo e da planificação soviética?

Sem proselitismos de qualquer tipo confessamos nosso inconformismo com as teorias e interpretações correntes sobre a China²⁹. Não estamos a fechar os olhos às contradições e tensões (imensa desigualdade social e regional, por exemplo) geradas por este processo. A diferença é que enquanto as contradições daquele gigantesco processo são utilizadas como argumento do senso comum, que une a grande maioria dos marxistas aos neoclássicos, que classifica a China como um país capitalista, nós acreditamos que uma das características deste “socialismo de mercado” reside justamente na capacidade que os competentes sucessores de Mao Tsétung têm demonstrado de enfrentar essa gama de contradições. Caso contrário, como explicar quase 40 anos de crescimento ininterrupto? Qual país capitalista do mundo tem a capacidade demonstrada pelo Estado

²⁹ E estendemos essa inquietação às interpretações correntes sobre o Brasil e o mundo.

chinês de praticar políticas de “socialização do investimento” em um patamar jamais imaginado pelo próprio Keynes?

O “socialismo de mercado” é um *modo de produção* que está surgindo na China. De forma simplificada seu objetivo é produzir, como é universal em qualquer *modo de produção, valor de uso*³⁰. Porém, regulado de forma consciente e racional e que tem no *planejamento* seu principal meio auxiliar. É justamente na possibilidade de planificar a produção que reside uma das diferenças em relação ao capitalismo, onde a produção de valores de uso é regulado pelo mercado através do valor, seja ele explicado pelo trabalho, para os clássicos, ou pela utilidade marginal, para os neoclássicos.

5.1. Um mundo em rápida transformação

Essa nova *formação econômico-social* que assenta o “socialismo de mercado” se desenvolve em um mundo caracterizado pelo cruzamento entre a *financeirização* como dinâmica de acumulação hegemônica e a dificuldade de se encontrar uma saída da grande crise do sistema iniciada em 2007-2008 criando uma situação de cada vez maior contestação à ordem criada pós-fim do Acordo de Bretton Woods. A ordem unipolar surgida com o fim da Guerra Fria – na qual o vértice do poder mundial são os Estados Unidos – também entra num processo de declínio tendendo à multipolarização. Tal situação vem plasmando um sistema de poder mundial em transição, com o advento de novos polos de poder que surgem da periferia do sistema internacional, fora do centro capitalista-imperialista mundial. Ainda no campo da análise geopolítica, Rabelo (2017) chama a atenção à existência de uma ordem onde o “velho” ainda guarda hegemonia e força:

Nesse quadro de profundas alterações na ordem mundial – com a dominância neoliberal e novas formas de submissão neocolonial –, a

³⁰ O “fazer ciência” não demanda, necessariamente, abrir mão de juízos de valor de qualquer espécie. Sabemos que a noção de utilidade é passiva de preconceitos e carregada de juízos de valor. Mas da mesma forma que temos consciência de estarmos utilizando uma noção desta tipologia, sabemos que o socialismo é o devir esperado e construído *historicamente*.

ação imperialista, com seus empreendimentos combinados, impõe um poderoso domínio estrutural que os países da periferia do sistema mundial não conseguem atingir e muito menos suplantar. Mesmo o ciclo progressista na América Latina, iniciado em fins de 1990, não tem ameaçado esse domínio estrutural.

Transformações revolucionárias estão ocorrendo no campo da esfera produtiva com o processo de espraiamento/surgimento de novos paradigmas tecnológicos, processo este comumente chamado de 4ª Revolução Industrial, criando um novo padrão de manufatura com impactos sobre o mundo ainda inimagináveis³¹. Segundo Coutinho (2018):

A indústria do futuro fará parte dessa imensa rede digital global em processo de formação. A automação industrial será articulada pela internet englobando todas as cadeias produtivas desde o suprimento de matérias-primas, insumos, partes e subconjuntos, passando pelos processos de manufatura, distribuição, comercialização e chegando até os consumidores. A possibilidade de virtualizar, on-line ou em tempo real, o funcionamento de cadeias inteiras, através de sistemas avançados de computação, permitirá otimizar significativamente a eficiência e a produtividade. (...). Este novo padrão de manufatura conectada e inteligente também usufruirá de notáveis avanços na robótica e na chamada manufatura aditiva (impressão em 3D). As máquinas, equipamentos, robots, impressoras 3D ganharão capacitações cognitivas próprias, com base nos avanços da Inteligência Artificial (IA). Com efeito, a digitalização conectada das redes de produção propiciará a acumulação de dados em grande escala (a chamada Big Data).

³¹ Sobre as consequências deste processo de transformação no campo da tecnologia, ler Coutinho (2018).

Desta forma, estamos diante de um *processo histórico* onde a economia da *nova formação econômico-social* está sendo desenhada a partir da síntese entre o processo de *financeirização*, agressividade imperialista, novos paradigmas produtivos e tecnológicos (abrindo amplos desafios e possibilidades à *planificação*) e das *novas e superiores formas de planificação* sendo gestadas e executadas em larga escala na China.

5.2. Ponto de partida e interessantes aproximações

Está evidenciado que estamos vivendo um momento de rápidas transformações no mundo. Transformações suficientes para afirmarmos que a junção entre o “socialismo de mercado” com as profundas mudanças na esfera da produção nos demanda a construção de uma nova teoria econômica cujo objetivo seria o de entender esse grau de complexidade que marca a era em que vivemos.

O ponto de partida é o *materialismo histórico* de Marx e Engels acrescido de todo acervo teórico já existente elaborado ao longo do tempo pelo campo da heterodoxia econômica, desde os clássicos da Economia Política (Smith e Ricardo), passando pelo institucionalismo de Veblen, os “pioneiros do desenvolvimento” (Albert Hirschman, Gunnar Myrdal, Raúl Prebisch, Alexander Gerschenkron etc) pelas contribuições de dois economistas burgueses nada vulgares (Keynes e Schumpeter). Não se trata de uma, como pode parecer, construção teórica de tipo eclética. Trata-se de um reconhecimento da *historicidade das leis da ciência*³². Ou seja, o avesso ao dogmatismo. Uma postura de mente aberta a diferentes abordagens criadas ao longo do tempo. Ou, conforme Hansen (1953, p. 3):

³² Em Rangel, essa *historicidade das leis da ciência* é encerrado numa visão da ciência econômica como matéria histórica, conseqüentemente, sensível a um duplo processo evolutivo. Em suas palavras (Rangel, [1956] 2005, p. 204): *A economia é uma ciência histórica por excelência – qualidade que partilha das outras ciências sociais. Quer isso dizer que está submetida a um duplo processo evolutivo: o fenomenal e o nomenal. E quer dizer também que, ao contrário das ciências da natureza, especialmente as da natureza não viva, não pode ser estudada senão nesse duplo contexto. conseqüentemente, sensível a um duplo processo evolutivo.*

It is safe to say that any economic doctrine long accepted by any considerable group of competent economists was never wholly without merit. Though later discarded, such doctrines often afforded as a first approximation significant insights into the functioning of the economic system.

A unidade de análise é o processo em curso na China. A construção de uma teoria em consonância com as especificidades de uma *formação social complexa* nos impõe a necessidade de flexibilidade intelectual sob forma de uma apropriação particular das teorias que por serem históricas definem o comportamento da realidade em certas circunstâncias e valem apenas enquanto elas perdurarem (Rangel, 1957 [2005], p. 287). Não existe, portanto, “economia pura” baseada em leis universais aplicáveis somente ao tratamento de certos tipos de fenômenos, conforme Marshall (1885, p. 129):

But, while attributing this high and transcendent universality to the central scheme of economic reasoning, we may not assign any universality to economic dogmas. For that part of economic doctrine, which alone can claim universality, has no dogmas. It is not a body of concrete truth, but an engine for the Discovery of concrete truth, similar to, say, the theory of mechanics.

Em artigo publicado na Monthly Review, nos chamou a atenção a seguinte referência (Enfun e Xiaoqin 2017):

President Xi Jinping has emphasized the need to uphold and develop a Marxian political economy for the twenty-first century, adapted to China's needs and resources. The bulletin of a conference on China's economy of the Communist Party central committee, held in December 2015, accordingly stressed the importance of eight major principles of “socialist political economy with Chinese characteristics.”

No mesmo artigo, uma linha auxiliar de raciocínio nos oferece os autores ao proporem questão semelhante à nossa e indo além: sugerindo que o sucesso chinês é derivado de avanços teóricos em matéria de Economia Política surgidos na própria China:

*China's rapid economic development in recent years is often characterized as "miraculous". Talk of a "Beijing Consensus" or "China model" has become commonplace in academic debates. But as we have written elsewhere, "theoretical problems have started to emerge with regards to the very existence, content, and prospects of the China model." **The key question, then, is what kind of economic theory and strategy underpin this "miracle.** China's model has been variously described as a form of neoliberalism, or as a novel kind of Keynesianism. **Against these positions, we hold that the country's major recent developmental gains are the achievements of theoretical advances in political economy, originating in China itself,** while the main problems that have accompanied China's development reflect the damaging influence of Western neoliberalism³³.*

Ao negarem tanto o neoliberalismo quanto um keynesianismo de "novo tipo" como teorias insuficientes para explicar o "modelo chinês", os autores demonstram uma rara visão *historicista*. O neoliberalismo não passa de ideologia associada a teorias econômicas e políticas aparentemente científicas (Bresser Pereira, 2009, p. 3). O "modelo" chinês é sua antítese. Por outro lado, o keynesianismo³⁴ é essencial para a compreensão do desenvolvimento na China na medida em que demonstra ser possível e necessária a complementaridade entre o Estado e o mercado e, em muitos casos, essa complementaridade tende

³³ Ênfases nossas.

³⁴ Segundo Ross (2015), *The Chinese model of development, 'socialism with Chinese characteristics', is in reality a radical version of Keynesianism*

a escapar por injunções políticas e conjunturais com o Estado se transformando em um substituto do setor privado e do próprio.

É válido afirmar que a China é demonstração empírica das palavras de Henderson (1951, p. 234), para quem o Estado encamparia o papel de “empreendedor em chefe”³⁵. Já, o limite da análise de tipo keynesiana está na excessiva ênfase ao papel da *poupança* e do *investimento* como variáveis-chave para explicar o caso chinês, em detrimento – por exemplo – do papel da *produtividade do trabalho*³⁶. Não percebem um atributo essencial do “modelo” chinês: uma economia, mediada pelo planejamento, cuja espinha dorsal são empresas de propriedade estatal a ação da *lei do valor* é distorcida. Ao reduzirem o objeto da economia a análise de uma sociedade formada por produtores e consumidores – logo deslocando o papel da luta de classes que permeia todo o processo de produção – tanto os neoclássicos quanto os keynesianos ignoram a contradição existente entre a *produtividade do trabalho* e a *lei do valor*.

5.3. Sobre o socialismo: enfrentar o senso comum e a “dialética de Saturno”

Não é difícil perceber que o senso comum projetou, com sucesso, uma versão da China como um país capitalista. Afora os juízos pejorativos de valor amplificados pela grande mídia, retrato tragicômico dos interesses do imperialismo. Temos plena clareza da

³⁵ Ainda sobre Keynes, os caminhos do capitalismo criou uma grande contradição, conforme Ross (2010): *It is an irony. Keynes explicitly put forward his theories to save capitalism. But the structure of the US and European economies has made it impossible to implement Keynes's policies even when confronted with the most severe recession since the Great Depression. The anti-crisis measures of China's 'socialist market economy' are far closer to those Keynes foresaw that any capitalist economy. Whereas in the US, for example, fixed investment fell by over twenty five per cent during the financial crisis in China urban fixed investment rose by over thirty per cent. Consequently, there is no mystery why China's economy has grown by 41.4 per cent in the four years since the peak of the last US business cycle, in the 4th quarter of 2007, while the US economy has grown by 0.7 per cent.*

³⁶ Na análise marxista a *produtividade* é o fator central ao crescimento econômico. Sobre a centralidade do fator *produtividade* Khuong (2014) faz uma interessante análise comparativa entre os países da Ásia, em especial a China.

pouca aderência que a nossa visão daquele processo suscita. Algumas considerações são importantes.

Sabemos não ser uma tarefa fácil propor a construção de uma teoria como subsidio capaz de explicar esse “socialismo de mercado” envolto, e parte principal, em um mundo em plena transformação. E que tem no núcleo desta transformação uma *formação econômico-social* de novo tipo, *socializante*, cujo país está muito próximo de se transformar no líder de um novo centro do sistema que transita do Atlântico Norte ao Leste Asiático. Sendo claros: o país de terceiro maior tamanho territorial e, também, o mais populoso do mundo e que advoga o caráter *socialista* de sua experiência está passando a dar as cartas no sistema mundial. Voltemos assim à polêmica sobre o socialismo chinês, polêmica esta que tende a se estender ao longo, pelo menos, da próxima década. O déficit de visão de *processo histórico* é parte do problema. Neste sentido, bom lembrar a seguinte passagem de Mamigonian (2001, p. 7):

Assim como a transição feudalismo-capitalismo durou séculos, (...), igualmente a transição capitalismo-socialismo está se fazendo ao longo de séculos. Os germes do capitalismo nas cidades italianas e flamencas (séculos XIII e XIV) não foram suficientes e só muito mais tarde as relações capitalistas de produção na Inglaterra tiveram forças suficientes para romper a carapaça feudal (Revolução puritana) (...). Ora, quando Marx e Engels imaginaram a vitória da revolução simultaneamente na Inglaterra, França e Alemanha, criando um núcleo socialista mundial ao redor do qual poderiam girar e se incorporar os demais países (inclusive a Rússia, com sua base agrária igualitarista), estavam se baseando nas revoluções de 1848 que agitaram a Europa (...). Mas a realidade mostrou-se diferente, pois quando da conjuntura revolucionária mundial de 1917-1923, somente na Rússia a revolução saiu-se vitoriosa, em parte

graças às ideias de Lênin, que conseguiram impulsionar para frente o pensamento marxista radical.

Sobre a temática da construção do socialismo, segundo Mamigonian (2001, p. 8)

Ora, a ausência de revolução nos países centrais e a vitória revolucionária em países atrasados como a Rússia (1917), Vietnã (1945), a Iugoslávia (1945), a China (1949), Cuba (1959) colocou a questão da “construção” do socialismo, já que nesses países não existiam as mínimas bases materiais para relações de produção socialistas. As revoluções socialistas vitoriosas tiveram que assumir muitas tarefas complexas, no lugar de simplesmente implantar relações socialistas de produção (...). Criou-se um sistema semelhante à Inovação Meiji (1868), quando senhores feudais tomaram o poder, criaram um Estado capitalista, dissolveram as relações feudais e implementaram de cima para baixo relações capitalistas de produção. (...)

Mamigonian (2001, p. 9) complementa da seguinte forma:

Entre essas tarefas esteve a luta pela sobrevivência da revolução durante muitos anos, como a preparação do Exército Vermelho para enfrentar a Alemanha nazista ou a guerra civil de décadas na China para derrotar os senhores feudais e o imperialismo e nos dois casos realizar paralelamente tarefas da revolução burguesa (reforma agrária), que nem Kerensky e nem Chiang Kaishek conseguiram implantar. Assim, incidem em ilusões ahistóricas os marxistas moderados de hoje (radicais de ontem) que preferem a posteriori os mencheviques aos bolcheviques.

Desde seu surgimento já eram visíveis as diferenças de opinião e, de concepção, sobre a natureza do socialismo. Desde Lassale (pela

“direita”), Blanqui (“esquerda”) e Marx, cuja visão de conjunto o levou a adotar sempre posições mais centristas. Ora, não é de se imaginar que o mesmo ocorre quando o assunto é a China. E foi frequente com relação à União Soviética. Como explicar essas divisões? Segundo Losurdo (2010, p. 47):

A dialética com base na qual “Saturno devora seus filhos” não é certamente uma característica da exclusiva da Revolução de Outubro: a unidade coral que preside a derrubada de um regime antigo agora malquisto pela a maioria da população inevitavelmente se racha ou se dispersa no momento em que se trata de decidir sobre a nova ordem a estabelecer. Isso vale também para as Revoluções inglesa e estadunidense.

O socialismo levanta expectativas de tipo messiânicas. Eis a fonte por onde age de forma violenta a “dialética de Saturno”. Não é incomum relacionar o socialismo como a expressão de uma sociedade onde a contradição desaparece levando consigo as desigualdades sociais, a economia monetária, as fronteiras entre o “meu” e o “seu”. Sobre a China, o “socialismo de mercado” dentro de uma visão talmúdica é sinônimo de “traição” aos princípios do marxismo. Nesse caso, a dialética de Saturno se expressa na confusão entre os que percebem a *economia de mercado* como uma *categoria histórica* e aqueles que colocam um sinal de igualdade entre *mercado* e *capitalismo*. O igualitarismo muito comum no movimento comunista leva à redução de Marx a de mais um pensador da “questão social” ou, no máximo, um *ricardiano* menor.

Um parêntese faz-se necessário. Entre as razões do veredicto quase unanime do “capitalismo chinês” está na incapacidade da comunidade dita “acadêmica” de se diferenciar do senso comum (neste sentido o “senso comum” são ideias-força criadas no Atlântico Norte), recorrendo a narrativas com forte apelo na *forma* e frágil no *conteúdo*. “Denunciar”, com “belas e fortes palavras”. as imensas desigualdades

sociais na China guarda forte apelo. Por outro lado, poucos são compreendidos em entender o grau de *planificação de nível superior* anexo na transferência de 200 milhões de camponeses do campo às cidades; um verdadeiro processo de desenvolvimento da *divisão social do trabalho* caracterizado pela incorporação da agricultura – com crescente elevação da composição orgânica do capital – pela indústria³⁷.

Retornando, já no Manifesto Comunista, nos lembra Marx e Engels que: *“Nada é mais fácil do que recobrir o ascetismo cristão com um verniz socialista”*. Noções igualitaristas devem ser enfrentadas nesta tarefa de construção de uma nova teoria a que propomos. Neste sentido a seguinte passagem de Losurdo é interessante e guarda essencialidade (Losurdo, 2010, p. 57-58):

Na Fenomenologia do Espírito, Hegel coloca em evidência a aporia contida na ideia de igualdade material que está no fundamento da reivindicação da “comunhão de bens”. Quando se põe em prática uma satisfação igual das necessidades diferentes dos indivíduos, é claro que se verifica uma desigualdade em relação à “quota de participação”, ou seja, à distribuição dos bens; se, porém, se faz uma “distribuição igual” dos bens, então é claro que se torna desigual nos indivíduos a “satisfação das necessidades”(sempre diferentes).

É evidente, portanto a impossibilidade da “promessa” de igualdade material contida na noção de “comunhão de bens”. Losurdo dá consequência ao raciocínio, conforme segue (2010,p. 58):

³⁷ Alguns exemplos são interessantes. Pesquisa recente (no prelo à publicação) encabeçada pelo professor do Departamento de Geociências da UFSC, Carlos José Espíndola, demonstra que a produção de carne suína passou (em mil toneladas) de 22.808 em 1990 para 52.990 em 2016. No mesmo período a produção de carne de frango saltou de 2.427 para 12.300, a carne bovina de 1.256 para 7.000. A produção do farelo de soja cresceu 229,3% entre 1990 e 2016. Exemplos desta evolução se multiplicam na China.

Marx, que conhecia muito bem a Fenomenologia, resolve a dificuldade correspondente (na Crítica ao Programa de Gotha) os dois modos diferentes de declinar a “igualdade” (que é sempre parcial e limitada) a dois estados diferentes de desenvolvimento da sociedade pós-capitalista: no estágio socialista, a distribuição segundo um “direito igual”, ou seja, retribuindo com medida igual o trabalho fornecido por cada cidadão singular e sempre mais diferente, produz uma evidente desigualdade na retribuição e na renda; nesse sentido o “direito igual” não é outra coisa senão o “direito da desigualdade”. No estágio comunista, a satisfação igual das diferentes necessidades comporta também uma desigualdade na distribuição dos recursos, só que o enorme desenvolvimento das forças produtivas, satisfazendo igualmente as necessidades de todos, torna tal desigualdade sem importância.

Duas consequências podemos extrair das passagens acima expostas: **1)** no socialismo, a igualdade material não é possível e **2)** no comunismo esta “igualdade material” não tem sentido. Daí a ênfase dos fundadores do *socialismo científico* do comprometimento dos trabalhadores com o desenvolvimento das forças produtivas. Coincidentemente, segundo o presidente chinês Xi Jinping (2017):

*Compreendendo firmemente esta condição nacional básica de que a China se encontra na fase inicial do socialismo, baseando-se solidamente nesta maior realidade e persistindo com firmeza na linha fundamental do Partido – linha vital do Partido e do Estado e linha de bem-estar de todo o povo, todo o Partido deve dirigir e unir o povo de todas as etnias do país, manter a construção econômica como tarefa central. (...). **Emancipar e desenvolver as forças produtivas sociais constitui uma exigência inerente ao socialismo**³⁸.*

³⁸ Ênfases nossas.

Como forma de síntese do que discutimos sobre o socialismo, encerramos esta seção com as seguintes observações de Marx e Engels, (1848 [1998], p. 56):

O proletariado utilizará sua supremacia política para arrancar pouco a pouco todo capital à burguesia, para centralizar todos os instrumentos de produção nas mãos do Estado, isto é, do proletariado organizado em classe dominante, e para aumentar, o mais rapidamente possível, o total das forças produtivas.

6. CONCLUSÕES

Em primeiro lugar uma advertência: este artigo é apenas parte do início de um esforço voltado não somente para compreender as razões do sucesso do “modelo” chinês. É também parte de uma observação recente nossa que relaciona o processo de reestatização do sistema produtivo chinês como uma consequência da *última onda de inovações institucionais* ocorrida no final de década de 1990, concomitante ao processo de fusões e aquisições no setor estatal da economia cuja síntese são os 149 conglomerados empresariais estatais situados nos setores estratégicos da economia. A crise de 2009, e a resposta chinesa, não deixou dúvidas sobre os novos patamares de ação do Estado na economia.

Ao elevarmos o campo de abstração, tais evidências abriram a nós a possibilidade de estarmos diante do surgimento, na China, de uma nova *formação econômico-social*, um *modo de produção complexo* que denominamos como “socialismo de mercado”. A homenagem a Ignacio Rangel e Armen Mamigonian assim se justifica. Mamigonian continua a saga de Rangel caracterizada pela busca constante das possibilidades de combinações entre diferentes *modos de produção*. Ambos marxistas cuja radicalidade se expressa na utilização da categoria marxista de *formação econômico-social* tirando todas as consequências que esta categoria proporciona.

Tentamos ao máximo tirar proveito dos conselhos de Rangel. Não somente seus conselhos. Foi fonte de inspiração e coragem de exercitar a *abstração* como um ato de superar e reduzir a chamada *matéria sensível* como um simples fenômeno e antessala ao *essencial* que se manifesta no *conceito*, ao “socialismo de mercado”, em nosso caso. Rangel se apresenta nos convencendo a possibilidade de combinações de diferentes modos de produção assentados em uma mesma formação social, gerando *modos de produção complexos*. Assim sendo, a nós o “socialismo de mercado” – assim como o modo de produção asiático e as dualidades brasileiras são fenômenos de etiologia idêntica – trata-se de um *modo de produção complexo*. Nosso esforço passou a ser o de identificar a natureza deste fenômeno e esboçar **cinco lógicas gerais de seu funcionamento**.

Ao final, tendo em vista o surgimento de um novo modo de produção, propomos a necessidade de se construir uma teoria que nos capacite a compreender esse *processo histórico* onde a economia da *nova formação econômico-social* está sendo desenhada a partir da síntese entre o processo de *financeirização*, agressividade imperialista, novos paradigmas produtivos e tecnológicos (abrindo amplos desafios e possibilidades à *planificação*) e das *novas e superiores formas de planificação* sendo gestadas e executadas em larga escala na China. Expomos possibilidades de combinações teóricas e possíveis aproximações. Terminamos o artigo ao mesmo tempo expondo e se posicionando sobre as *feridas abertas* (sob forma de uma “dialética de Saturno”) pelas discussões sobre o socialismo, sua natureza e a China.

Abrimos uma estrada. Uma longa estrada.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALTHUSSER L.; BALIBAR, E.: *Reading Capital*. Translated by Ben Brewster. Paris: NLB, 1970.
- AMIN, S.: China 2013. *Monthly Review*, v.64, n.10 8, p.15-27, March 2013.
- BIELSHOWSKY, R. *O pensamento econômico brasileiro. O ciclo ideológico do desenvolvimentismo*. 3. ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

- BRESSER-PEREIRA, L.: Assalto ao Estado e ao mercado, neoliberalismo e teoria econômica. *Estudos Avançados*. N. 23 (66), p. 1-17, 2009.
- BURLAMAQUI, L. Finance, development and the Chinese entrepreneurial state: A Schumpeter-Keynes-Minsky approach. *Brazilian Review of Political Economy*, v. 4, n. 141, p. 728-744, 2015
- COUTINHO, L.: A 4^o Revolução industrial: criativa ou disruptiva para o Brasil? *Princípios*. N. 150, p.30-38, 2018.
- ENFU, C; XIAOQIN, D.: A Theory of China's 'Miracle'. *Monthly Review*, v. 68, n 8, p. 12-23, January 2017.
- FAN, J; MORCK, B; YEUNG, B.: Capitalizing China. *NBER Working Paper*, n.17687, Dec. 2011.
- FERNANDES, L.: *O enigma do Socialismo Real*. Rio de Janeiro: Mauad, 2000.
- FERNANDES, L.: *A revolução bipolar*. São Paulo: Anita Garibaldi/Editora PUC-Rio, 2017.
- GABRIELLE, A.: The Role of the State in China's Industrial Development: a Reassessment. *MPRA Paper No. 14551*, 2009.
- GABRIELLE, A.; SCETTINO, F.: Market socialism as a distinct socioeconomic formation internal to the modern mode of production. *New Proposals: Journal of Marxism and Interdisciplinary Inquiry*, v. 5, n. 2, p. 20-50, 2012.
- GABRIELLE, A.: Lessons from enterprise reforms in China and Vietnam. *MPRA Paper No. 71026*, 2016.
- GORENDER, J.: *O Escravismo Colonial*. São Paulo, Ática. 1978.
- HANSEN, A.: *A Guide to Keynes*. Cambridge: McGraw-Hill, 1953.
- HARNECKER, M.: Question 5: Social and Long-Term Planning? *Science & Society* 76, no. 2, p. 243-266, 2012.
- HARRY, W.: Property Rights and Legal Reform in Township and Village Enterprises in China. *Asian-Pacific Law & Policy Journal*. Vol. 1, Issue 2, p. 229-258, Winter 2001.
- HARVEY, D.: *Condição pós-moderna*. São Paulo:Loyola, 1992.
- HENDERSON, H. D. "Note on the problem of maintaining full employment". In: HENDERSON, H. D. *The inter-war years and other essays*. Oxford: Oxford University Press, 1951.
- HOBSBAWM, E.: "Introdução". In: MARX, Karl. *Formações econômicas pré-capitalistas*. Tradução de João Maia, revista por Alexandre Addor. São Paulo: Paz e Terra, 1985.
- JABBOUR, E.: *China Hoje: Projeto Nacional, Desenvolvimento e Socialismo de Mercado*. São Paulo: Anita Garibaldi/EDUEPB, 2012.
- JABBOUR E.; DANTAS, A.: The political economy of reforms and the present Chinese Transition. *Brazilian Journal of Political Economy*, v. 37, n. 4, p. 789-807, 2017.
- JABBOUR, E; DANTAS, A; BELMONTE, A.: "Ciclos econômicos, desenvolvimento e mercado: anotações sobre o socialismo e a 'etapa primária'. In: BERTOLINO, O; MONTEIRO, A.: (Org.). *100 anos da Revolução Russa: legados e lições*. São Paulo: Anita Garibaldi, 2017.
- JABBOUR, E.; PAULA, L. F.: A China e a "socialização do investimento": uma abordagem Keynes-Gerschenkron-Rangel-Hirschman. *Revista de Economia Contemporânea*. N. 22 (1), p. 1-23, 2018.
- JIN, C.: *An Economic Analysis of the Rise and Decline of Chinese Township and Village Enterprises*. New York: Palgrave, 2017.

KHOO, H.: Examining Xi Jinping's speech on the method of KarlMarx. *China.org.cn*, 27/06/2016. Disponível em http://www.china.org.cn/opinion/2016-06/27/content_38751141.htm. Acesso em 12/05/2017.

KHUONG, V.: *The Dynamics of Economic Growth: Policy Insights from Comparative Analyses in Asia*. Cheltenham: Edward Elgar, 2013.

LENIN, V.: “The tax in kind (the significance of the new policy and its conditions)”. In, LENIN, V. *Collected Works*. Moscow. Progress Publishers. v 32: 326-365, (1921 [1964])

LOSURDO, D.: *Stalin: História crítica de uma lenda negra*. Rio de Janeiro: Revan, 2010.

MAMIGONIAN, A. “Notas sobre as raízes e originalidade do pensamento de Ignacio Rangel”. In: MAMIGONIAN, A. (Org.). *O pensamento de Ignacio Rangel*. Florianópolis: Fundação Banco do Brasil–CNPq–UFSC, 1997.

MAMIGONIAN, A. Capitalismo e Socialismo em fins do século XX (visão marxista). *Ciência Geográfica*, v. 7, n. 18, p. 04-09, 2001

MAMIGONIAN, A.: “A China e o marxismo: Li Dazhao, Mao e Deng”. In, DEL ROIO, M.: (org.) *Marxismo e Oriente: quando as periferias tornam-se os centros*. Marília: Ícone, 2008.

MARSHALL, A.: *The present position of economics* London: Macmillan and Co, 1885.

MARX, K.: *Crítica ao Programa de Gotha*. São Paulo:Boitempo, (1891 [2012]).

MARX, K; ENGELS, F.: *Manifesto Comunista*. São Paulo:Boitempo, (1848 [1998]).

MEDEIROS, C.: “Padrões de investimento, mudança institucional e transformação estrutural na economia chinesa”. In: BIELSCHOWSKY, R. (Org.). *Padrões de desenvolvimento econômico: América Latina, Ásia e Rússia (1950-2008)*. Brasília: CGEE, 2013.

NAUGHTON, B.: Is China socialist? *Journal of Economic Perspectives*, v. 31, n. 1, p. 3-24, 2017.

NOGUEIRA, I.: Estado e capital em uma China com classes. *Revista de Economia Contemporânea*. N. 22 (1), p. 1-23, 2018.

PIKETTY, T; YANG, L.; ZUCMAN, G. Capital accumulation, private property and rising inequality in China. *NBER Working Paper*, n. 23368, Apr. 2017.

RABELO, R.: A nova luta pelo Socialismo. *Fundação Maurício Grabois*. 26/09/2017. Disponível em: <http://www.grabois.org.br/portal/artigos/153888/2017-09-26/a-nova-luta-pelo-socialismo>. Acesso em 07/12/2017.

RANGEL, I.: Dualidades e “escravismo colonial”. *Encontros com a Civilização Brasileira*, nº 3, p.79-92, Set. 1978.

RANGEL, I.: “Dualidade Básica da Economia Brasileira”. In, RANGEL, I.: *Obras Reunidas*. Rio de Janeiro: Contraponto, (1957 [2005]).

RANGEL, I.: “O desenvolvimento econômico do Brasil”. In, RANGEL, I.: *Obras Reunidas*. Rio de Janeiro: Contraponto, (1954 [2005]).

RESCH, R.: *Althusser and the Renewal of Marxist Social Theory*. Los Angeles: University of California Press, 1992.

ROBERTS,M.: China: three models of development. *Michael Roberts Blog*. Disponível em <https://thenextrecession.files.wordpress.com/2015/09/china-paper-july-2015.pdf>. Acesso a 20/06/2018.

ROBERTS, M.: Xi takes full control of China's future. *Redline: Contemporary Marxist Analysis*, 26/10/2017. Disponível em <https://rdln.wordpress.com/2017/10/26/xi-jinping-thought-and-the-nature-of-china-today/>. Acesso em 11/11/2017.

ROSS, J. Deng Xiaoping and John Maynard Keynes. *Soundings*. N.46, p.25-47, 2010.

SANTOS, M.: Sociedade e espaço: a formação social como teoria e como método. *Boletim Paulista de Geografia – BPG*. N. 54, p. 81-99, 1977

SERENI, E.: De Marx a Lênin: a categoria de “formação económico-social”. *Meridiano – Revista de Geografia*. N. 2, p. 248-346, 2013

SILVA, M.: A categoria de formação sócio-espacial e a questão regional: uma aproximação com Gramsci. *Observatorio Geográfico de América Latina*. N. 11, p.1-7, 2012.

STÁLIN, J.: *Dialectical and Historical Materialism*. New York: Paperback, (1938 [2013]).

Nem tudo é China:

Formações socioespaciais, capacidades ociosas e Investimento Estrangeiro Direto no continente africano no início do século XXI

Kauê Lopes dos Santos¹

Introdução

Em Agosto de 2018, o presidente da República Popular da China (RPC) – Xi Jinping – prometeu direcionar 60 bilhões de dólares aos países africanos por meio de assistências, investimentos e empréstimos. O fato em si foi amplamente divulgado por algumas das principais agências de notícias do mundo (Reuters, AFP, EFE), dando espaço à múltiplas análises sobre o caráter econômico e político da relação que vem sendo construída entre Beijing e os chefes de Estado africanos.

Nos últimos anos, tal relação tornou-se um tema constantemente abordado pela imprensa e pelas ciências humanas do mundo ocidental, especialmente por economistas e cientistas políticos, de modo que as argumentações construídas são publicadas em diversas reportagens, artigos e livros e pautam grande parte do debate acerca do continente. Em grande parte dessas publicações – muitas delas adotam o tom de denúncia – os países do continente encontram-se submetidos a uma espécie de neocolonialismo por parte do governo chinês.

A relação entre a China e alguns territórios africanos (especialmente aqueles banhados pelo Oceano Índico) é antiga, de modo que existem registros de que mais de 60 embarcações chinesas

¹ kaue.santos@usp.br

viajaram até a África Oriental durante a dinastia Ming entre os anos de 1418 e 1433 (BRAUTIGAM, 2009). No entanto, nada pode ser comparado a presença do país asiático no continente africano a partir do final do século XX. A estratégia internacional da RPC viabilizou-se com a política do *Go Out*. Nas palavras de Grant:

Em 1999, o governo chinês iniciou a política do *Go Out*, para encorajar companhias chinesas a investir no exterior e isso tornou-se o pilar da própria estratégia de desenvolvimento da China após 2001. Essa política incentivou firmas chinesas a fazer negócios no exterior, ao passo que as tornava mais competitivas mediante a aquisição de ativos estratégicos, assegurando acesso a recursos naturais e estabelecendo novos mercados para as exportações chinesas. Inicialmente, grandes companhias estatais de construção lideraram o processo, mas, recentemente, firmas privadas em todos os setores têm participado (GRANT, 2015: 289, tradução do autor).

O sucesso dessa estratégia verificou-se pelo fato de que, na atualidade, a China tornou-se o maior parceiro comercial do continente, além de ser um de seus maiores investidores. Essa relação foi gradativamente institucionalizada por meio do *Forum China Africa Cooperation* (FOCAC), realizado pela primeira vez em 2006, na cidade de Beijing. É importante notar que, nessas relações – que são estabelecidas por meio de acordos bilaterais –, a RPC manifesta uma política de *não interferência* nos assuntos domésticos dos países com que coopera, respeitando o princípio da soberania territorial. De modo geral, pode-se dizer que os principais comprometimentos do país com relação ao continente são: intensificar os investimentos e ajudas financeiras, intensificar o comércio, fortalecer cooperações em torno do

desenvolvimento econômico, facilitar perdões de dívidas e construir uma ampla gama de infraestruturas, sobretudo de transporte, energia, além de escolas e hospitais (GRANT, 2015).

Diante de tantos comprometimentos de ordem econômica, política e social compreende-se o fascínio que a temática China-África possa despertar. Contudo, este artigo não objetiva engrossar as análises científicas que vem sendo produzidas sobre o assunto. A bem da verdade, o objetivo aqui é entender em que medida o atual momento pelo qual passa os países do continente em questão – marcados por notórias taxas de crescimento econômico – pode ser produto de uma combinação de fatores construídos historicamente, os quais vão além das relações com a China.

Os 54 países africanos representam concretamente múltiplas formas de desenvolvimento das forças produtivas, ainda que os Estados imperialistas do Norte Global tenham tentado – pela força militar em fins do século XIX e pela imposição financeira em fins do século XX – reduzir o papel desses territórios à funcionalidade colonial de exportadores de commodities na Divisão Internacional do Trabalho.

Por meio da análise de diferentes fontes secundárias – especialmente livros, artigos e relatórios econômicos – entende-se aqui que a África é formada por 54 *formações socioespaciais*. Desenvolvido na década de 1970, o conceito de formação socioespacial é apontado como uma das principais contribuições do geógrafo brasileiro Milton Santos à ciência geográfica (MAMIGONIAN, 1996). Tal contribuição, por sua vez, deriva do conceito marxista de formação econômica social, que se propõe a estabelecer uma leitura histórica sobre as especificidades do desenvolvimento dos modos de produção pelo

mundo, viabilizando, assim, uma análise da evolução diferencial das sociedades e de suas economias (SANTOS, 1977). Milton Santos incorpora a noção de espaço como variável fundamental para compreender tal evolução diferencial.

Diante das referidas especificidades econômicas de cada país, surgem também as suas limitações – ou pontos de estrangulamento – no que tange o desenvolvimento de suas forças produtivas. Essas limitações serão aqui denominadas *capacidade ociosa*, termo desenvolvido pelo economista brasileiro Ignacio Rangel nas décadas de 1970 e 1980 (RANGEL, 1986; MAMIGONIAN, 1987). Se analisadas e problematizadas com rigor, as capacidades ociosas podem servir como matéria-prima estruturadora de robustas políticas de desenvolvimento para países africanos. Tais políticas devem ser devidamente articulada às possibilidades de investimentos, especialmente investimentos estrangeiros, – que viabilizem o crescimento econômico de médio e longo prazo e permitam também a melhoria da qualidade de vida da população.

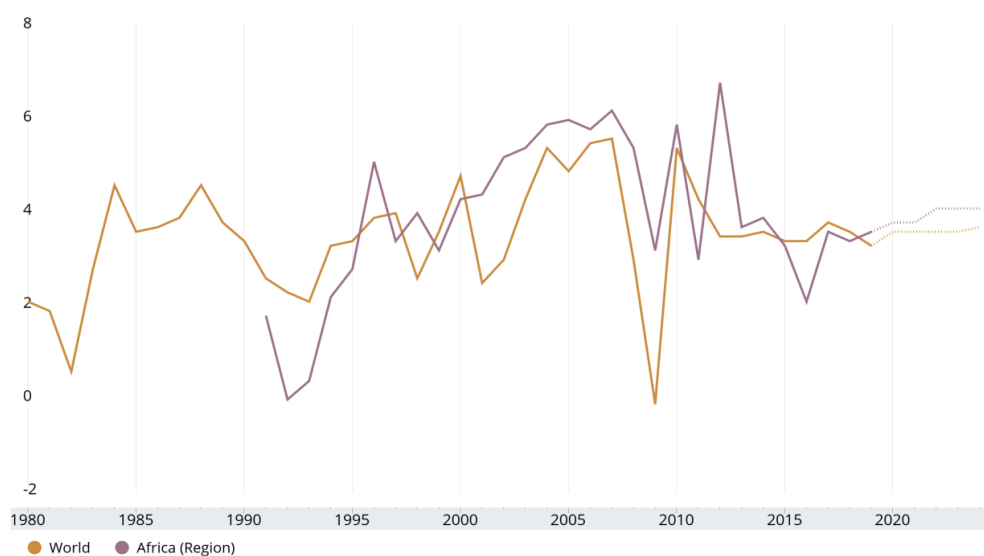
Panorama da economia africana: do pessimismo do final do século XX ao otimismo do início do século XXI

Em setembro de 1992, a revista inglesa *Time Magazine* estampava em sua capa a fotografia de um menino somali vitimado pela fome em um campo de refugiados no Quênia. Somada à manchete *A agonia da África*, essa imagem impactante era um convite a leitura de 16 páginas sobre a fome, as secas, a miséria, a superpopulação, a disseminação de doenças, a burocracia e a corrupção dos governos dos países do continente (TIME MAGAZINE, 1992).

Passadas duas décadas, em outubro de 2012, a mesma revista publicava em sua capa a imagem de um grande baobá em meio urbano. Nessa ocasião, contudo, a manchete era *O crescimento da África*. Pontuando os numerosos problemas de ordem social, econômica e política ainda presentes no continente, o objetivo da publicação era o de revelar as transformações e o dinamismo pelo qual grande parte dos países africanos passaram a viver no início do século XXI, marcados por uma modernização – ainda que seletiva – das forças produtivas e pela desburocratização das relações de produção, para além da expansão da urbanização, da redução dos índices de pobreza e da tendência a estabilidade política. O subtítulo da mesma reportagem era *[A África] É a próxima casa de força econômica do mundo* (TIME MAGAZINE, 2012).

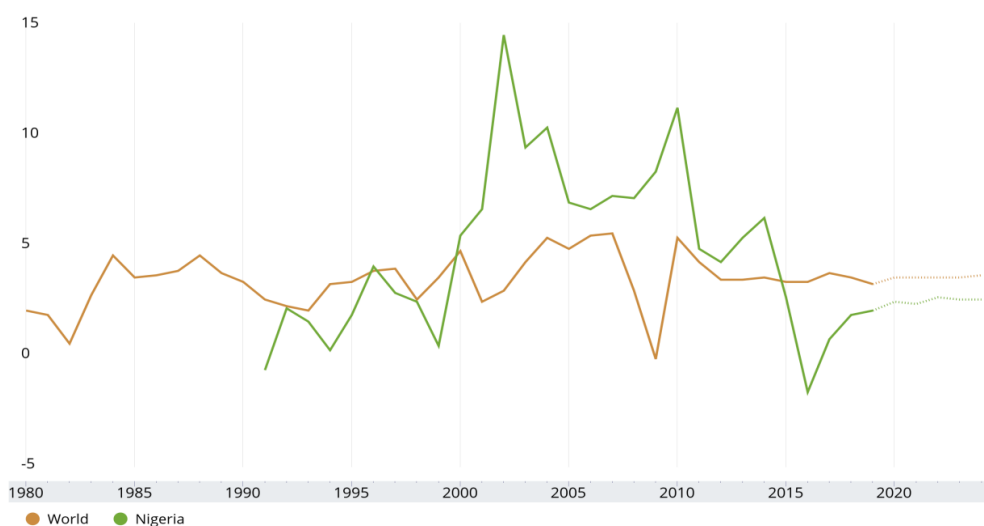
Esse otimismo contemporâneo tem sido revelado por meio das elevadas taxas de crescimento real do Produto Interno Bruto (PIB) dos países do continente. Na média, a África apresentou um crescimento de 4,6% ao longo dos primeiros 18 anos do século XXI. É verdade que, quando decupada, essa média revela grandes variações – como o pico de 6,8% em 2012 e a baixa de 2,6% em 2016 (conferir Gráfico 1) – que estão relacionadas principalmente às flutuações no mercado internacional de commodities: a Nigéria, maior economia africana da atualidade, por exemplo, chegou a crescer 11,3% em 2010 quando o preço do barril do petróleo – principal produto de exportação do país – chegou aos 60,8 dólares, ao passo que, em 2016, o país registrou crescimento negativo (-1,6%) quando o preço do barril caiu para 40,6 dólares (Gráfico 2) (FMI, 2019; OPEP, 2019).

Gráfico 1: Crescimento do PIB na África (em%) – 1991-2019



Fonte: FMI, 2019.

Gráfico 2: Crescimento do PIB na Nigéria (em %) – 1991-2019



Fonte: FMI, 2019.

Em termos gerais, a atual análise da conjuntura econômica africana difere diametralmente daquela que era feita no final do século XX. Naquela época, há aproximadamente 30 anos, acadêmicos de diferentes áreas das ciências humanas e sociais buscavam analisar aquilo que o economista egípcio Samir Amin havia denominado como *o fracasso econômico dos países africanos* (AMIN, 1992). De forma geral,

esse *fracasso* foi justificado genericamente por: Estados nacionais que acumularam vultosas dívidas externas, baixa produtividade nos setores primários e secundários da economia, graves problemas de ordem socioeconômica (desemprego, pobreza e fome), para além de instabilidade políticas diversas, que eram alimentadas por sucessivos golpes de Estados e guerras civis. Mas como foi construído o cenário pessimista da economia africana de fins do século XX? Para além disso, como se deu a sua transformação no início do século XXI?

Em um esforço de elaboração de uma breve cronologia da economia do continente, pode-se dizer que, a luz dos processos de independência do jugo colonial europeu em meados do século XX, a grande maioria dos governos das nascentes formações socioespaciais africanas incluíram em suas agendas a implementação da política de industrialização por substituição de importações. Os objetivos dessa política estiveram associados à modernização das forças produtivas, as quais ainda se encontravam estruturalmente organizadas em função da produção de commodities minerais e agrícolas. Assim, ao viabilizar a industrialização buscou-se diversificar a estrutura produtiva dos respectivos territórios, absorver bens de capital e tecnologia dos países desenvolvidos, gerar empregos nas cidades, modernizar o campo e reduzir a vulnerabilidade externa, que era ainda marcada por uma balança comercial tendencialmente deficitária. Segundo o economista nigeriano Adebayo Adedeji:

Os governos africanos realmente desejavam, o quanto antes, elevar o grau da independência adquirida e, como consequência, melhorar o nível de vida do seu povo, através do aumento nos rendimentos e da implantação dos serviços sociais, bem como das infraestruturas de base. Todos consideravam praticamente um

fato consumado e incorporado que a planificação econômica constituísse o meio mais racional, com vistas à realização destas mudanças. Se, antes da emancipação da África, os teóricos do desenvolvimento se haviam mostrado divididos quanto à pertinência e aos méritos dos planos, no imediato posterior à independência, em contrapartida, os planejadores impuseram -se de forma contundente: após a dissolução dos regimes coloniais, os governos foram prontamente conduzidos a apresentarem, cada qual, um plano concebido para responder ao que se considerava como exigências ao desenvolvimento, do país e do seu povo (ADEDEJI, 2010: 471).

O financiamento desses planos de desenvolvimento – que estavam, fundamentalmente, associados à industrialização e que foram implementados durante as décadas de 1960 e 1970 – originou-se nas receitas obtidas com as exportações de commodities, nas arrecadações tributárias e nos empréstimos estrangeiros, especialmente de organização multilaterais e de países como os Estados Unidos e a União Soviética. Nesse modelo de industrialização por substituição de importações, marcadamente protecionista, o economista malauí Thandika Mkandawire explica que:

O Estado deveria alimentar as indústrias nascentes com toda uma bateria de medidas políticas: tarifas, capital barato, restrições quantitativas sobre importações competitivas, subsídios em termos de infraestrutura barata, serviços e treinamento de mão-de-obra [...] (MKANDAWIRE, 1992: 91, tradução do autor).

Pode-se observar um período entre 1960 e 1975 no qual a indústria africana cresceu em média 7,5%, percentual semelhante ao observado em regiões como a América Latina e o Sudeste Asiático.² A

² Apesar das elevadas taxas de crescimento, Mkandawire aponta também para os seguintes fatos a serem levados em consideração no período: i) o valor agregado dos bens industrializados era baixo (relativo sobretudo à produção de bens de

política de substituição de importações trouxe de fato uma diversificação das forças produtivas (em especial com o desenvolvimento da indústria de bens intermediários e bens de consumo não-duráveis) e a modernização das infraestruturas de energia (a partir da construção de hidrelétricas e termoelétricas) e circulação (a partir da construção de rodovias). Grande parte dos governos africanos realizaram investimentos na educação e na saúde, especialmente nas cidades, visando a melhoria das condições de vida da população e o desenvolvimento de quadros técnico-administrativos nacionais.

No entanto, nas décadas seguintes – 1980 e 1990 – os países do continente experimentaram um forte processo recessão decorrente das crises do petróleo de 1973 e 1979 e das imposições regulatórias proveniente dos Estados Unidos (via Fundo Monetário Internacional e Banco Mundial). Nesse contexto, a queda no preço das commodities no mercado externo reduziu significativamente as arrecadações dos Estados africanos. Desse fato configurou-se o aumento dos desequilíbrios orçamentários com o aumento do déficit público, já que houve a redução das entradas. A dívida externa – que estava na média dos 20% do PIB dos países africanos em meados da década de 1970 – entrou em uma trajetória ascendente até alcançar a média de

consumo e bens intermediários); ii) havia uma grande disparidade interna no continente, de modo que Nigéria, Egito, Argélia e Líbia responderam juntos por 53% da produção industrial africana, enquanto os 27 países menos industrializados responderam juntos por menos de 1% da produção industrial e; iii) a instabilidade desse crescimento dentro do período considerado esteve fortemente relacionada ao preço das commodities no mercado internacional (Mkandawire, 1992).

aproximadamente 110% do valor do PIB em meados da década de 1990 (FMI, 2019).

Assim, esse endividamento reduziu a capacidade de investimento dos governos, gerando uma queda expressiva da produtividade na agricultura, mineração e indústria, acompanhada pela inflação, pelo desemprego e pelo câmbio sobrevalorizado (congelado), que ampliou a atuação do mercado paralelo em muitos países. Desse modo, configurou-se o *fracasso econômico* referido por Samir Amin. Somada a conjuntura problemática a secas da região do Sahel, a disseminação de doenças infectocontagiosas e algumas guerras civis ampliaram o cenário de tragédia econômica, política e social de muitos países, ainda que ele tenha se manifestado com diferentes gradações em cada formação socioespacial.

Visando atrair investimentos produtivos e liquidar a dívida externa, a alternativa encontrada por muitos governos foi recorrer aos Planos de Ajuste Estrutural (PAE) coordenados pelo Fundo Monetário Internacional (FMI). Estruturados sob a égide do neoliberalismo, esses planos previam principalmente: a redução dos gastos públicos; o congelamento de salários; o aumento de taxas de juros; a desvalorização cambial; as privatizações e a abertura dos mercados para a economia mundial. O enfraquecimento econômico da União Soviética na década de 1980 também significou a redução do poder de negociação dos líderes africanos diante das possibilidades de obtenção de empréstimos e acordos comerciais internacionais (MKANDAWIRE, 1992; FOSU E ARYEETAY, 2008; KILLICK, 2010).

Gradualmente, a conquista de estabilidade fiscal e monetária e a abertura dos mercados nacionais garantiram a entrada dos capitais

externos ao longo das décadas de 1980 e 1990. Tais capitais estiveram condicionados as atividades de exportação, em especial à extração de recursos minerais e energéticos. Os investimentos concentraram-se sobretudo em infraestruturas de energia e circulação na medida em que estas serviam à produção e à comercialização de commodities para o mercado internacional. Nesse momento, o projeto de industrialização por substituição de importações já havia sido abortado pela maior parte dos países africanos, tornando suas economias altamente dependentes da importação de bens manufaturados. Com exceção da África do Sul, Egito e Argélia – que conseguiram diversificar no médio e longo prazo a estrutura produtiva por meio da industrialização – o que se observou no restante da África foi uma gradativa desindustrialização, de modo que, em 2005, a participação do continente na produção mundial de manufaturas era de apenas 0,3% (PAGE, 2012).

Em certa medida, os PAE e a elevação no preço das commodities no mercado internacional – estimulada pelo crescimento industrial da China e dos Tigres Asiáticos – tiveram um papel importante na estabilização e crescimento econômico da grande maioria dos países africanos nas primeiras décadas do século XXI. Contudo, nesse processo, não se pode negligenciar o papel dos próprios chefes de Estado e de seus quadros técnicos em sua habilidade de negociação e conformação de políticas econômicas voltadas aos seus interesses nacionais.

Associado à esse processo de crescimento econômico, o aumento da estabilidade política e a melhoria das condições de vida da população colaboraram em tornar os países africanos importantes

destinação dos Investimentos Estrangeiros Diretos. De acordo com o economista estadunidense Noah Smith:

Várias outras tendências tornam o investimento na África uma perspectiva mais tentadora. As taxas de alfabetização aumentaram rapidamente. As mortes por malária foram reduzidas quase pela metade desde a virada do século, ao passo que a fome e a mortalidade infantil também caíram. Uma população mais saudável e mais instruída está muito melhor preparada para ler instruções, absorver informações e comparecer ao trabalho de forma consistente. Enquanto isso, o aumento da alfabetização e do acesso à Internet está revelando vastos conjuntos de talentos africanos anteriormente ocultos. A governança também está melhorando. As grandes guerras dos anos 1990 e 2000 terminaram na maior parte. A democracia está proliferando, à medida que golpes e autocratas fortes se tornam mais raros. As medidas de governança melhoraram. Um governo mais estável significa um ambiente mais estável para empresas que desejam investir. Não há escassez de potenciais destinos de investimento. O continente tem 54 países, ostentando uma variedade estonteante de instituições, idiomas e vantagens comparativas (SMITH, 2018: s/p, tradução do autor).

Como aponta Noah Smith em sua análise sobre a melhoria das condições de investimento do continente africano para o mundo, o universo oferecido é múltiplo e condiz à diversidade de unidades políticas para negociação. Assim, antes de analisar a geografia desses investimentos, interessa aqui compreender mais as especificidades das formações socioespaciais desse continente.

As especificidades das formações socioespaciais, estruturas produtivas e capacidades ociosas

O esforço de traçar um histórico acerca da economia africana é produto de numerosas comparações que permitem identificar algumas semelhanças no âmbito das políticas econômicas implementadas pelos países africanos desde suas independências políticas.

Ao mesmo tempo que a tarefa de identificar as semelhanças do desempenho econômico dos países africanos nas últimas décadas pode auxiliar na compreensão de muitas dinâmicas regionais e planetárias, ela pode também induzir ao erro através de análises que operam na base da generalização. Desse modo, torna-se mister uma abordagem que considere as especificidades das formações socioespaciais africanas haja visto que o modo de produção se organiza de diferentes formas em cada país, revelando arranjos específicos e historicamente construídos entre as forças produtivas e as relações de produção (SANTOS, 1977).

O geógrafo francês André Cholley explica a importância que a noção de *combinação* tem para a análise geográfica (CHOLLEY, 1964; MAMIGONIAN, 2003). Dada uma unidade política, um país, uma formação socioespacial, é possível levantar numerosas variáveis de ordem natural, social, cultural, econômica e política que – combinadas no processo histórico dialético – dão visibilidade a uma leitura mais sofisticada do espaço.

As distinções com relação a riqueza gerada em cada país é perceptível quando comparamos o PIB dos mesmos. As maiores economias africanas em 2018 foram: Nigéria (397,27 bilhões de dólares), África do Sul (368,14 bilhões de dólares), Egito (249,56 bilhões de dólares) e Argélia (180,44 bilhões de dólares). Em contrapartida, os países com as piores performances – com o PIB abaixo dos 5 bilhões de dólares no ano – ocorrem em pequenos países insulares (San Tome e Príncipe, Cabo Verde, Seychelles e Comores) costeiros (Libéria, Serra Leoa, Guine Bissau e Gâmbia) ou sem saída para o mar (Republica Centro Africana, Sudão do Sul, Burundi, Lesoto e

Eswatini) e que são caracterizados pela escassez de recursos naturais em seus territórios ou mesmo pela instabilidade política (FMI, 2019).

Dadas as condições econômicas específicas historicamente forjadas em cada uma dessas formações socioespaciais, o que se observa na atualidade são estruturas produtivas centradas fundamentalmente na exploração de recursos naturais (minerais e energéticos), na agricultura (de subsistência e comercial) ou na pecuária.

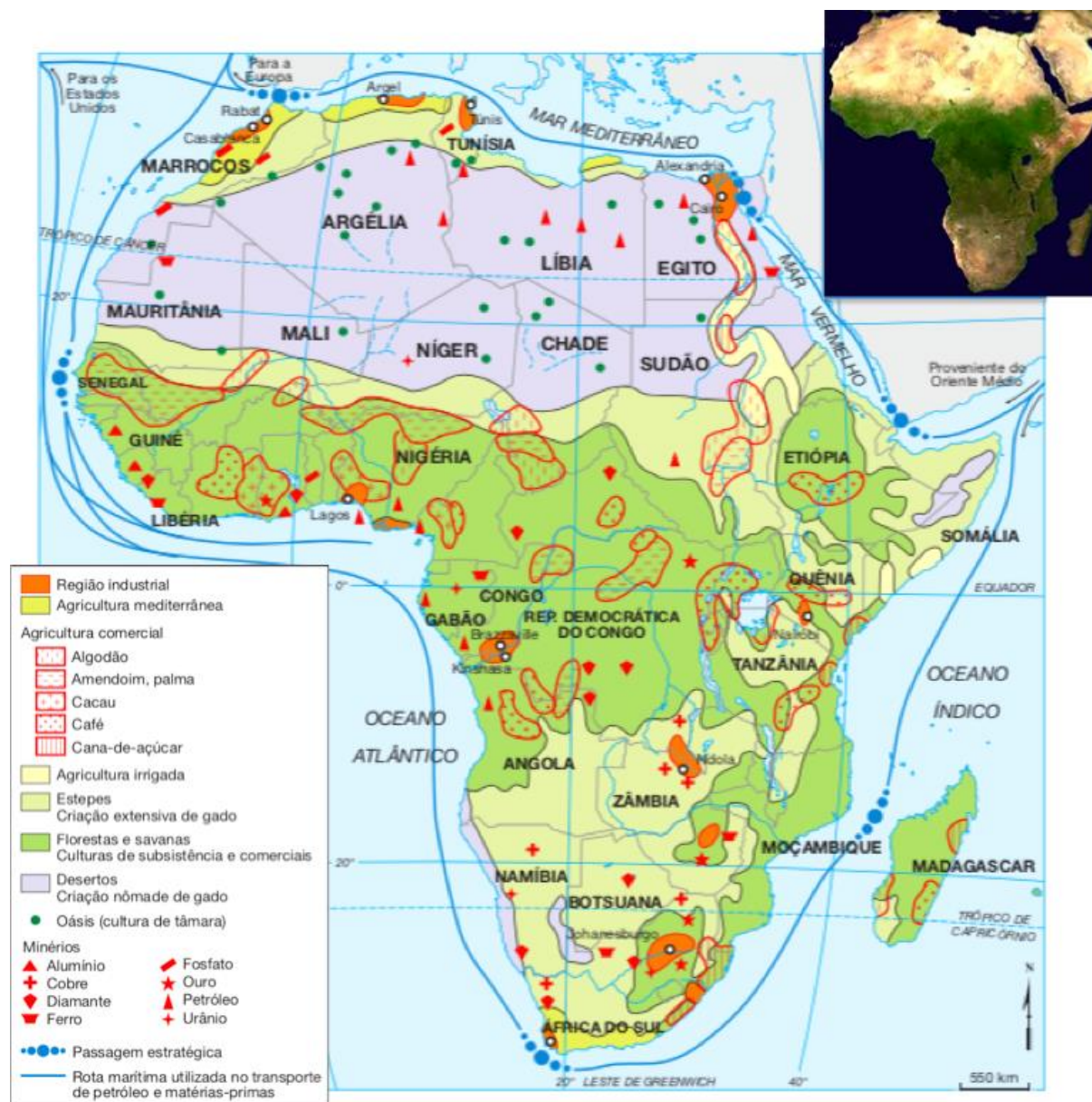
As condições físico-naturais do continente permitiram a exploração de variados recursos ao longo do tempo. Os relatos de geógrafos árabes do século XII já mencionavam a exploração de ouro na África Ocidental, em localidades onde hoje estão os territórios de Gana e Guiné (DAVIDSON, 1985). Atualmente, estima-se que a África possua: 42% da bauxita mundial; 35% do urânio; 42% do ouro; 57% do cobalto; 39% do manganês; 73% da platina; 88% dos diamantes; 10% do petróleo e; 5% do cobre (Grant, 2015). Evidentemente, a distribuição desses recursos se dá de maneira desigual, como revela o Mapa 1.

Pode-se observar que alguns territórios possuem uma significativa diversidade de recursos minerais para serem explorados economicamente, como África do Sul, Botsuana, Namíbia, Gabão e Gana. Essa diversidade depende das condições geológicas – ocorrendo principalmente em estruturas cristalinas – e sua exploração e comercialização asseguram uma menor vulnerabilidade econômica nesses países, dado que representa uma maior diversidade da estrutura produtiva. A África do Sul é o país com maior diversidade de recursos em seu território, como ouro (maior produtora do mundo do

recurso), cobre, diamante, carvão e urânio.

O petróleo – que pode ser entendido como o recurso natural mais importante do século XX e do início do XXI e encontrado em estruturas sedimentares (tanto no continente ou no mar) – é explorado por países como Nigéria, Angola, Argélia, Líbia (todos os quatro membros africanos na OPEP), além de Egito, Sudão, Congo e Gabão. Há também uma intensa atividade de extração madeireira nas áreas de florestas equatorial e tropical, sobretudo nas florestas e matas nativas de países como República Democrática do Congo (RDC), Uganda, Burundi, Ruanda, Congo, Gabão, Guiné Equatorial e Camarões.

Mapa 1: Setores produtivos nas formações socioespaciais africanas (2013)



Fonte: Adaptado de FERREIRA, 2013.

As condições físico-naturais ainda possuem influência concreta na agropecuária, seja aquela praticada para a subsistência, seja aquela praticada para o mercado (nacional ou estrangeiro). Na maior parte do continente, a modernização da agricultura (especialmente de subsistência) não ocorreu apesar de ter sido uma das preocupações das políticas de substituição de importações. Desse modo, as técnicas

empregadas muitas vezes são rudimentares, pouco produtivas e geram a intensificação da erosão superficial do solo, chegando a consolidar um processo de desertificação em áreas como o Sahel.

A agricultura comercial – especialmente aquela destinada à exportação – conta principalmente com o cultivo de gêneros tropicais, como: algodão (Mali, Burkina Faso Chade, Sudão, Egito e Madagascar), cacau (Costa do Marfim, Gana, Nigéria, Camarões), amendoim e óleo de palma (Senegal Nigéria, Chade, Sudão, Congo e RDC), cana de açúcar (Quênia, Tanzânia, Madagascar e África do Sul) e café (Costa do Marfim, RCA, RDC, Angola, Quênia, Tanzânia, Uganda, Burundi, Ruanda, Madagascar e Etiópia).

A industrialização, por sua vez, foi uma experiência bem sucedida em alguns países como África do Sul, Egito e Argélia. Essas formações socioespaciais conseguiram desenvolver parques industriais diversificados, marcados pela presença de empresas nacionais (de capital estatal e/ou privado) e estrangeiras nos subsetores de bens de consumo, bens intermediários e bens de capital. Na África do Sul, os centros industriais estão nas áreas urbanas de Johannesburgo, Durban e Cidade de Cabo, já no Egito estão entre as cidades de Cairo e Alexandria e, na Argélia, estão concentrados entorno da capital Argel. Os produtos dessas indústrias são encontrados nos mercados das cidades de todo o continente, revelando uma importante dinâmica comercial entre as formações socioespaciais africanas.

Nos demais países, pode-se observar a atuação de dois tipos de indústria: aquelas de bens intermediários que são altamente capitalizadas – formadas pelo capital nacional estatal ou pelo capital estrangeiro – que se dedicam ao processamento de recursos naturais

(e agrícolas) vinculadas às exportações e; aquelas de bens de consumo não duráveis que possuem baixo nível de capitalização e produzem alimentos, fármacos e roupas para um mercado regional ou nacional, como farinhas, pães, biscoitos, sucos, etc. Outros importantes centros urbano-industriais estão em Lagos (Nigéria), Kinshasa (RDC), Brazaville (Congo), Ndola (Zâmbia), Casablanca e Rabat (Marrocos) e Tunis (Tunísia).

De modo geral, apesar do crescimento econômico africano ao longo dos primeiros anos do século XXI, existem ainda alguns entraves ao desenvolvimento das forças produtivas na maior parte das formações socioespaciais do continente. Pode-se entender esses entraves como capacidades ociosas (RANGEL, 1986), que representam aspectos direta ou indiretamente relacionados à economia e que podem ser resolvidos através de investimentos (nacionais ou estrangeiro, privados ou públicos).

De acordo com o economista estadunidense John Page (2012), existem três aspectos centrais relacionados às economias africanas que precisam ser desenvolvidos: as infraestruturas, a integração regional no continente e a qualificação da mão de obra (PAGE, 2012).

No âmbito das infraestruturas de circulação, existe a necessidade de melhorar a qualidade e aumentar a quantidade de quilômetros construídos das rodovias e ferrovias em praticamente todos os territórios africanos. Nesse sentido, a África do Sul desponta como o território que possui a maior quilometragem de rodovias pavimentadas e não pavimentadas (747 mil km) e o mesmo ocorre com a quilometragem de ferrovias (20 mil km). Com exceção desse país, predomina um padrão de infraestrutura de circulação no qual as

rodovias e ferrovias de maior eficiência estão à serviço do escoamento das commodities minerais e agrícolas, revelando-se como uma herança da época colonial (CIA, 2019).

Nos dias de hoje existe também a necessidade de dinamizar e, eventualmente, ampliar as infraestruturas de distribuição, em especial os portos marítimos e os portos secos. A importância das zonas portuárias decorre do fato de que elas não apenas devem lidar com a distribuição dos fluxos de importação e exportação de um país, mas devem também, em muitos casos, distribuir o fluxo do comércio internacional dos 16 países do continente que não possuem saída para o mar (Lesoto, Eswatini, Botsuana, Zimbábue, Zâmbia, Malawi, Burundi, Ruanda, Uganda, Sudão do Sul, Etiópia, RCA, Chade, Níger, Mali, Burkina Faso).

Para além das infraestruturas de circulação e distribuição, outra capacidade ociosa na África são as infraestruturas de energia elétrica. Mesmo com os investimentos na construção de barragens e usinas hidrelétricas nos primeiros anos pós-independência, são ainda comuns os apagões na maior parte dos países da África ao Sul do Saara. Efetivamente, esse dado aumenta o custo produtivo de muitos empreendimentos, que acabam lançando mão de geradores. Cálculos de empresas que investem no continente apontam que a Nigéria, a Guiné e o Gâmbia são os países que registram com maior frequência problemas na infraestrutura energética: cortes na transmissão de energia ocorrem praticamente todos os dias do ano na Nigéria e em cerca de 200 dias por ano na Guiné e no Gâmbia (RAMACHANDRAN, 2012).

John Page também chama a atenção com relação à questão da integração regional (2012). Atualmente, os principais parceiros comerciais dos países africanos são a China, os Estados Unidos, alguns países da Europa (França, Reino Unido, Holanda, Bélgica, Alemanha e Portugal) e asiáticos (Índia, Tigres Asiáticos e Novos Tigres Asiáticos). Esse dado econômico aparentemente desestimula o desenvolvimento de políticas de integração, as quais poderiam ser traduzidas no bom funcionamento dos blocos econômicos regionais já existentes no continente.³ Diversos aspectos dificultam essa integração regional, como: a precariedade das infraestruturas de circulação e distribuição, mencionada acima; os desequilíbrios regionais entre os países, que dificultam a elaboração de acordos de livre circulação (de mercadorias, capital e pessoas) face os interesses nacionais dos Estados com menos recursos, dentre outros (PAGE, 2012; SANTOS, 2017).

Contudo, em março de 2018, na cidade de Kigali (capital Uganda), 44 das 54 formações socioespaciais africanas que integram a União Africana assinaram um acordo estabelecendo a *African Continental Free Trade Area* (AfCFTA). Caso seja bem sucedido – em termos de ratificação e implementação – este será o maior acordo comercial desde a fundação da Organização Mundial do Comércio (em 1995), uma vez que almeja a criação de um mercado único para mercadorias, serviços e circulação de pessoas. De acordo com a UNCTAD:

³ Entre os blocos e comunidades econômicas regionais na África destacam-se: a *Arab Maghred Union* (AMU), a *The Community of Sahel-Saharan States* (CEN-SAD), a *Common Market for Eastern and Southern Africa* (COMESA), a *East African Community* (EAC), a *Economic Community of Central African States* (ECCAS), a *Economic Community of West African States* (ECOWAS), a *Intergovernmental Authority on Development* (IGAD) e a *Southern African Development Community* (SADC) (UNECA, 2019).

O plano é estabelecer e negociar um protocolo comercial continental em bens que, embora em estágio avançado [na cadeia produtiva], ainda precisam ser concluídos. O objetivo é cortar 90 por cento das tarifas de sua média atual de 6,1 por cento para eventualmente zero e abordar a multiplicidade de barreiras não-tarifárias, como a infraestrutura deficiente e os postos de fronteira ineficientes, que muitas vezes são a barreira dominante e custo para a negociação no continente. Protocolos sobre direitos de propriedade intelectual, investimento e concorrência serão adicionados ao acordo geral mais tarde (UNCTAD, 2018: 43 tradução do autor).

Assim, os esforços de integração do continente empregados pelos seus atuais chefes de Estado, reforçam a necessidade de cooperação comercial entre os países africanos como mecanismo de diversificar seus vínculos comerciais.

Por fim, a terceira maior capacidade ociosa do continente, na perspectiva de Page, esta na qualificação da mão de obra. Por mais que tenha sido registrados melhorias nas taxas de alfabetização nos últimos anos, ainda existe uma necessidade concreta de investir em instituições escolares, universitárias e de formação técnica (PACE, 2012).

De modo geral, é importante reforçar que os fatores mencionados por Pace – e que neste artigo são entendidos como capacidades ociosas – estão presentes em diferentes estágios segundo o desenvolvimento das forças produtivas em cada formação socioespacial africana. Diante do contexto de crescimento econômico de grande parte dos países do continente no início do século XXI – processo que também expõe as limitações e os desafios desses territórios – entende-se os Investimentos Estrangeiros Diretos desempenham um papel importante na internacionalização e eventual diversificação da estrutura produtiva nas economias africanas. Assim, interessa agora compreender a geografia desses investimentos.

A geografia dos IED na África no início do século XXI

Analisar a geografia dos Investimentos Estrangeiros Diretos (IED) na África é uma tarefa importante na medida que permite compreender o grau de atração que as forças produtivas dos países africanos desempenham na economia internacional no que tange investimentos de médio e longo prazo. Um olhar atento à essa geografia permite evidenciar também as numerosas assimetrias internas do continente, repelindo às análises generalistas produzidas sobre o dinamismo econômico do continente.

Segundo a OCDE, o Investimento Estrangeiro Direto:

[...] é uma categoria de investimento transfronteiriço na qual um investidor residente numa economia estabelece um interesse [empreendimento] duradouro e com um grau significativo de influência sobre uma empresa residente em outra economia [país]. A propriedade de 10% ou mais do poder de voto em uma empresa em uma economia por um investidor em outra economia é evidência de tal relacionamento. O IED é um elemento chave na integração econômica internacional porque cria ligações estáveis e duradouras entre as economias. O IED é um canal importante para a transferência de tecnologia entre países, promove o comércio internacional por meio do acesso a mercados estrangeiros e pode ser um veículo importante para o desenvolvimento econômico (OCDE, 2019, s/p, tradução do autor).

O IED não representa o único tipo de investimento externo absorvido pelos territórios africanos, de modo que as ajudas estrangeiras e os Investimentos Estrangeiros Indiretos (IEI) – que incluem investimentos em portfólio, financiamento de títulos e empréstimos bancários – representam os outros dois tipos de entrada de capital estrangeiro nos países do continente (ASIEDU, 2012, p.329).

No entanto, como as ajudas estrangeiras se destinam fundamentalmente a resolução pontual de problemas de curto prazo e os IEI não estão presentes em grande parte dos países do continente – por estes não conseguirem captar recursos dos mercados internacionais de capital – os IED podem ser considerados como o principal investimento externo capaz de dinamizar as forças produtivas das formações socioespaciais .

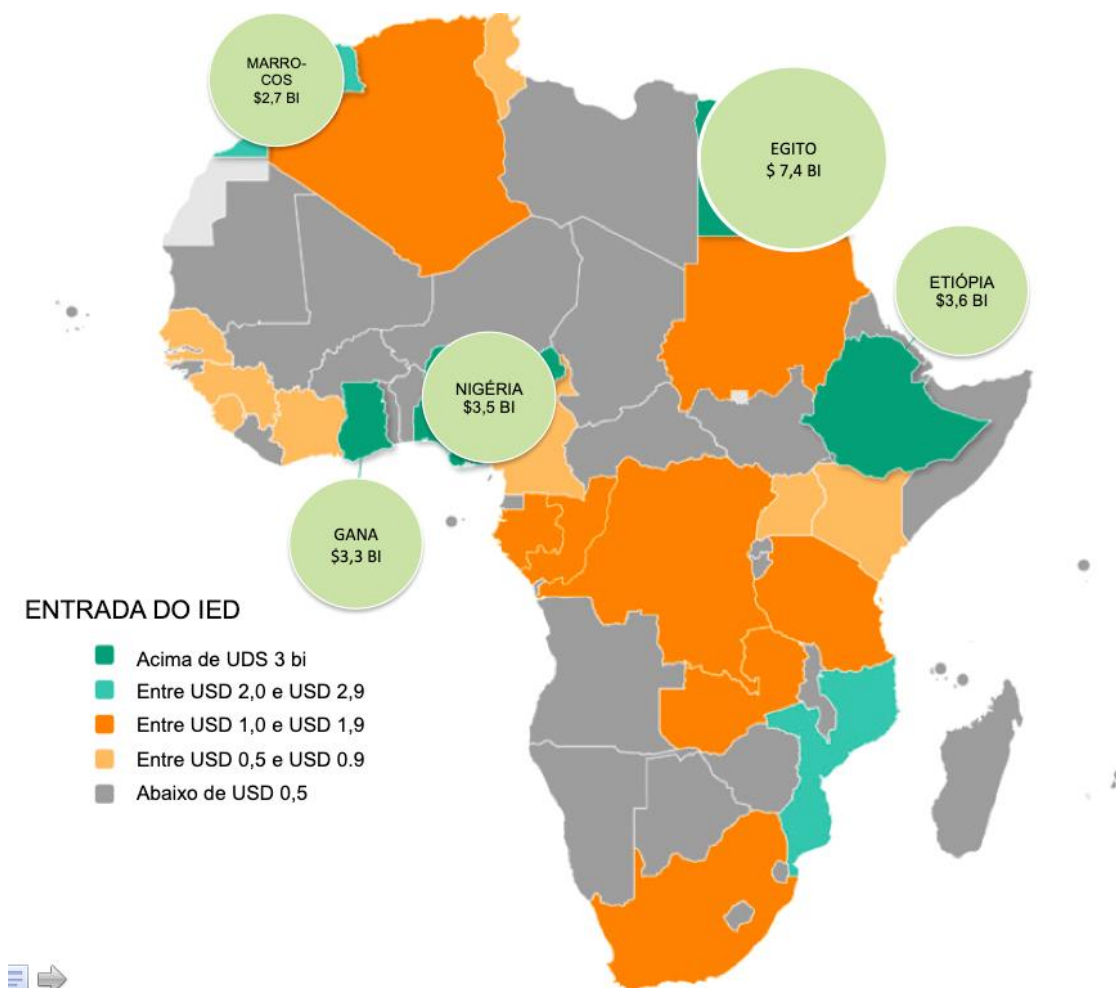
No ano de 2017, o continente absorveu 2,9% dos Investimentos Estrangeiros Diretos (IED) do mundo, o que representou um montante de 41,8 bilhões de dólares. No mesmo ano, as demais regiões do Sul Global absorveram fatias significativamente maiores: a Ásia absorveu 33,3% (o equivalente a 475,8 bilhões de dólares) e a América Latina (e Caribe) 10,6% (o equivalente a 151,3 bilhões de dólares) (UNCTAD, 2018). Esse dado ajuda a sustentar a tese de que, mesmo registrando expressivas taxas de crescimento do Produto Interno Bruto desde o início do século XXI, ainda existe a necessidade concreta de desenvolver as capacidades ociosas das formações socioespaciais africanas de forma a desenvolver suas forças produtivas e aumentar sua competitividade internacional. Mesmo baixa se comparada a absorção dos IED na amostra do Sul Global, foi apenas no ano 2000 que esse tipo de investimento passou a superar os 10 bilhões de dólares anuais no continente africano (ASIEDU, 2012; UNCTAD, 2018).

O desenvolvimento particular das forças produtivas de cada formação socioespacial garantiu, contudo, uma marcada assimetria na distribuição das entradas de IEDS. Em 2017, os maiores fluxos destinaram-se ao Egito (7,4 bilhões de dólares), Etiópia (3,6 bilhões) e Nigéria (3,5 bilhões) (UNCTAD, 2018). Outras economias que atraíram

fluxos significativos, superiores à 1 bilhão de dólares, foram: Gana, Marrocos, Moçambique, África do Sul, Zâmbia, RDC, Tanzânia, Republica do Congo, Gabão, Sudão e Argélia.

Em contrapartida, merecem destaque nessa análise os países que receberam os menores montantes de IED no ano analisado (abaixo de 500 milhões de dólares), como: Madagascar, Lesoto, Eswatini, Botswana, Zimbabwe, Malawi, Namíbia, Angola, Burundi, Ruanda, Somália, Eritreia, Sudão do Sul, Republica Centro Africana, Guiné Equatorial, Benin, Togo, Libéria, Burkina Faso, Mali, Mauritânia, Níger, Chade e Líbia (conferir Croqui Cartográfico 1, a seguir) (UNCTAD, 2018). Urge à esses territórios desenvolver suas forças produtivas com fins de reduzir à suas capacidades ociosas.

Croqui Cartográfico 1: Entrada do IED na África (2017)



Fonte: Adaptado de UNCTAD, 2018.

Estados Unidos, Reino Unido, França, China, África do Sul, Itália, Cingapura, Índia, Hong Kong (China) e Suíça representam o conjunto das 10 economias que mais investiram nos territórios africanos em forma de IED em 2016. O montante desses investimentos estocados pelos estadunidenses no continente alcançou ou 57 bilhões de dólares, seguido pelo Reino Unido (55 bilhões), França (49 bilhões) e China, que saltou de 16 bilhões em 2011 para 40 bilhões em 2016, umas das maiores e mais significativas taxas de crescimento de IED registradas no período em questão (UNCTAD, 2018).

A expansão chinesa nos investimentos estrangeiros diretos salta aos olhos e é mais uma manifestação da agenda Sul-Sul que tal formação socioespacial asiática tem consolidado ao longo século XXI. Contudo, em termos de IED, a segunda maior economia mundial necessita ainda superar os investimentos estadunidenses, britânicos e franceses, algo que ocorrerá nos próximos anos se o país manter o padrão de crescimento atual.

Dentre os principais interesses relacionados aos IED implementados nas formações socioespaciais africanas, destacam-se projetos em variados setores: até o final de 2017 estavam alocados 10,5 bilhões em empreendimentos do setor primário, associados a extração/mineração de recursos minerais e energéticos (especialmente o petróleo); no setor manufatureiro são 21 bilhões de dólares, especialmente na indústria química, têxtil, no processamento de minerais não-metálicos e na indústria de motores e equipamentos de transporte e; no setor de serviços os recursos totalizam 53,6 bilhões, alocados na construção de infraestruturas (de eletricidade, gás, água, construção civil, transporte, armazenamento e comunicação) além de serviços financeiros (UNCTAD, 2018).

A diversificação dos IED em diferentes atividades revela também o potencial de diversificação econômica no continente. Para além das capacidades ociosas possíveis de serem resolvidas, a África conta também com o fator demográfico: com aproximadamente 1 bilhão de habitantes e taxas de fertilidade que são as mais altas do mundo, os países africanos possuem ainda uma reserva significativa de força de trabalho e mercado consumidor para a economia internacional.

As maiores entradas e o maior estoque de IED na África

A cartografia dos IED se altera de ano para ano e reflete as possibilidades de investimentos que são construídas entre os governos nacionais e os governos estrangeiros. Em 2017, essas condições atraíram investimentos principalmente para Egito, Etiópia e Nigéria, apesar da África do Sul se manter como maior estoque de IED no mesmo ano, em função do acúmulo de projetos em desenvolvimento há mais tempo.

No Egito, mereceu destaque o aumento significativo de IED – especialmente chineses – na indústria de bens de consumo. Um dos fatores que levou a essa situação foi o estabelecimento da liberalização financeira no país. No ano de 2017, o PIB alcançou os 235,5 bilhões de dólares, distribuídos pela agricultura (11,7%), indústria (34,4%) e serviços (54%). A inserção egípcia na Divisão Internacional do Trabalho tem ocorrido nos últimos anos principalmente através da exportação de petróleo bruto (e seus derivados), mas também frutas e algodão (vendidos principalmente para Emirados Árabes, Estados Unidos e Reino Unido). Já as importações estão centradas em maquinários, alimentos processados e produtos químicos (oriundos principalmente da China, dos Emirados Árabes, Estados Unidos e Rússia). Com saídas para o Mar Mediterrâneo e Vermelho, o país está em um ponto estratégico para a circulação de mercadorias entre Ásia, África e Europa, dado refletido na importância do Canal de Suez (inaugurado no final do século XIX) para a região (UNCTAD, 2018; CIA, 2019; OEC-MIT, 2019).

Possuindo a maior parte de seu território em áreas desérticas, o Egito dispõe de um adensamento de suas forças produtivas ao longo do

Rio Nilo, onde estão localizadas suas áreas rurais e urbanas. Trata-se do terceiro país mais populoso do continente, com 99,4 milhões de habitantes (47,8% vivendo nas cidades). O IDH de 0,690 revela condições médias de vida no contexto planetário: com 80% da população alfabetizada, expectativa de vida entorno de 73 anos e um PIB *per capita* de 12 mil dólares, um dos grandes desafios encontrados no Egito – e motor de descontentamentos sociais – são as elevadas taxas de desemprego (29,6%), que reduzem o preço da força de trabalho e dão vazão à ocupações informais, especialmente no setor de serviços (CIA, 2019).

A Etiópia, por sua vez, absorveu IED – especialmente chineses e turcos – destinados principalmente à indústria de bens de consumo duráveis e não duráveis. Em 2017, as empresas estrangeiras que passaram a produzir no país foram: Calvin Klein, Tommy Hilfiger, Levi's, Zara, Under Armour, Giorgio Armani e Hugo Boss (têxtil e calçados), de modo que boa parte das fábricas dessas empresas está localizada no complexo etíope Hawassa Industrial Park, construído pelos chineses em 2016. Apesar de ter sido o segundo país que mais recebeu Investimentos Estrangeiros Diretos na África, a economia etíope possui um rendimento marcadamente inferior aos países mais ricos do continente: seu PIB alcançou os 80,5 bilhões de dólares em 2017, distribuídos pela agricultura (34,8%), indústria (21,6%) e serviços (43,6%).

Dentre as principais mercadorias exportadas estão o café, óleos vegetais, vegetais comestíveis e ouro (vendidos principalmente para o Sudão, Suíça, China, Somália e Holanda). As importações, por sua vez, correspondem à maquinários, aviões, minerais diversos, produtos

derivados do petróleo, eletrônicos, motores etc. (oriundos principalmente da China, Arábia Saudita e Índia). Sem possuir saídas para o mar, o território etíope está articulado por rodovias e ferrovias aos Portos do Djibuti, Somália e Eritreia, fato que, em certa medida, aumenta a sua vulnerabilidade comercial (UNCTAD, 2018; CIA, 2019; OEC-MIT, 2019).

No espaço geográfico predominam paisagens de estepes, savanas e vegetações rasteiras de altitude em algumas áreas planálticas. As maiores densidades demográficas são observadas na porção central do território etíope, especialmente nos distritos próximos à capital Adis-Abeba. Segundo país mais populoso da África – com 108,3 milhões de habitantes (sendo que 20,8% vivem nas cidades) – a Etiópia possui um IDH baixo (0,442), que pode ser decupado pelos baixos índices de alfabetização (49,1%), expectativa de vida (63 anos) e PIB *per capita* (2,2 mil dólares por ano). Assim, o Estado dessa formação socioespacial possui numerosos desafios no sentido de desenvolver as suas forças produtivas e o bem estar de sua população, que ainda figura no mapa da fome (CIA, 2019).

Na Nigéria, terceiro país que mais recebeu IED em 2017, a absorção de investimentos estadunidenses estiveram associados ao mercado tecnológico (com a entrada regional do *Uber* e *Facebook*). Enquanto isso, os investimentos chineses se direcionaram à industrial têxtil, automobilística e aeronáutica. O país é a maior economia africana, possuindo um PIB de 375,8 bilhões de dólares distribuídos pela agricultura (21,2%), indústria (22,5%) e serviços (56,4%). Seus principais produtos de exportação são petróleo bruto (e derivados), além de cacau e borracha (vendidos para países como Índia, Estados

Unidos, Espanha, China e França). As importações são sobretudo de maquinários, produtos químicos e de transporte, além de manufaturados em geral (oriundos da China, Bélgica, Estados Unidos, Coreia do Sul e Reino Unido). O comércio internacional é facilitado pela saída do país ao Golfo da Guiné, no Oceano Atlântico (UNCTAD, 2018; CIA, 2019; OEC-MIT, 2019).

Localizada sobre espaços onde se desenvolveram florestas tropicais e savanas, a formação socioespacial nigeriana é a mais populosa da África, possuindo 203 milhões de habitantes, dos quais 50,3% vivem em cidades. Com o IDH de 0,514, considerado baixo, a Nigéria enfrenta desafios em função das baixas taxas de alfabetização (59,6%), expectativa de vida (59,3 anos) e PIB *per capita* (5,9 mil dólares). O foco da agenda econômica dos governos nigerianos entorno da exploração e exportação do petróleo garantiram o enriquecimento do país, apesar de terem alienado a estrutura produtiva do mesmo (WATTS, 2013; CIA, 2019).

Mesmo não estando entre os países que receberam os maiores fluxos de IED em 2017, a África do Sul é a formação socioespacial que possui na atualidade o maior estoque desse tipo de investimento (150 bilhões de dólares, 18% do total no continente). Em seguida, figuram Egito (110 bilhões, 13%), Nigéria (98 bilhões, 11%), Marrocos (63 bilhões, 7%), Moçambique (38 bilhões, 5%) e Gana (33 bilhões, 4%) (UNCTAD, 2018).

Os IED no país estão centrados nas atividades de indústria e de serviços. De acordo com a UNCTAD:

O projeto de destaque foi o investimento da *DuPont* (Estados Unidos) em um centro regional de pesquisa de culturas secas. O

IED automotivo também permaneceu significativo. A *General Motors* vendeu sua fábrica na África do Sul para a Isuzu do Japão, e a *Beijing Automotive Group Co.* anunciou um investimento de US \$ 88 milhões em uma fábrica de veículos em uma *jointventure* com a *Industrial Development Corporation* da África do Sul. Os investidores europeus, liderados pela Alemanha e pelo Reino Unido, permaneceram muito ativos na África do Sul, por meio de iniciativas como a reformulação de fábricas da BMW. O IED automotivo na África do Sul está desenvolvendo cada vez mais cadeias de valor regionais: o Lesoto agora produz assentos de automóveis e conjuntos de fiação de ignição de Botswana para fabricantes de automóveis na África do Sul (UNCTAD, 2018: 42, tradução do autor).

A África do Sul possui a economia mais diversificada do continente, bem como a infraestrutura mais eficiente. O PIB do país alcançou os 349,4 bilhões de dólares em 2017, distribuídos pela agricultura (2,8%), indústria (29,7%) e serviços (67,5%). Os principais produtos de exportação são ouro, diamante, além de maquinários e equipamentos (vendidos para a China, Estados Unidos, Alemanha, Japão, Índia, Botswana e Namíbia). As importações são principalmente de maquinários e equipamentos, produtos químicos, derivados do petróleo, instrumentos científicos e alimentos processados (oriundos da China, Alemanha, Estados Unidos, Arábia Saudita e Índia) (UNCTAD, 2018; CIA, 2019; OEC-MIT, 2019).

Localizada em um posição estratégica – entre os Oceanos Atlântico e Índico – a África do Sul corresponde a uma importante rota de circulação entre a Ásia e a porção do continente americano banhado pelo Atlântico. O país possui formações de estepes, savanas, desertos e vegetação mediterrânica (no extremo sul), de modo que a população – de 55,3 milhões de habitantes, dos quais 66,4% vivem em cidades – concentra-se principalmente na porção oriental do país. A formação

socioespacial sul africana possui um IDH médio (0,666) e ainda enfrenta muitos desafios no tocante a saúde (a expectativa de vida média da população é de 64,1 anos), uma vez que a taxa de alfabetização (94,4%) e o PIB *per capita* (13,6 mil dólares) estão entre os melhores do continente (CIA, 2019).

A importância em se compreender a geografia dos Investimentos Estrangeiros Diretos na África se deve ao fato de que o seu fluxo revela-se marcadamente seletivo, haja visto a diversidade de arranjos das forças produtivas forjadas em cada formação socioespacial ao longo do processo histórico. Desses arranjos surgem também as capacidades ociosas, que podem se tornar objeto de investimento na medida que os Estados nacionais se articulam aos capitais estrangeiros.

Considerações Finais: Áfricas para além da China

O crescimento econômico africano está na ordem dia. Certamente, as dinâmicas recentes do desenvolvimento econômico chinês e sua expansão no Sul Global – em forma de acordos comerciais bilaterais, empréstimos e financiamentos de múltiplos projetos – foram catalisadores do aprimoramento das forças produtivas de muitas formações socioespaciais africanas, especialmente daquelas que poderiam servir melhor aos interesses do gigante asiático.

Não se pode, contudo, condicionar o crescimento econômico africano exclusivamente ao dinamismo econômico chinês. O que se observa na atualidade nos países africanos é o esforço político dos chefes de Estados (e seus quadros técnicos) em resolver os limites impostos pelas capacidades ociosas de seus respectivos territórios, criando, para tanto, condições de atração dos IED, os quais permitem

não apenas o desenvolvimento das forças produtivas, mas também a absorção de tecnologia, a criação de empregos (formais) e o desenvolvimento do capital nacional (público ou privado).

São 54 países africanos. 54 estratégias de desenvolvimento que, nos próximos anos, se assemelharão ou se diversificarão em função dos arranjos das forças produtivas e das políticas implementadas pelos governos sobre as mesmas. A atenção ao continente não recai mais apenas sobre suas extensas e diversificadas reservas de recursos naturais. A China não é a única potência que compreendeu o papel que os africanos terão no mundo nos próximos anos. A presença estadunidense segue vigorosa, assim como a da França, Reino Unido, Índia etc. Quanto mais cedo forem feitos os investimentos estrangeiros diretos nos países africanos, mais atentos ao futuro estarão os de fora da África.

Referências Bibliográficas

- ADEDEJI, Adebayo. "Estratégias comparadas da descolonização econômica". In: MAZRUI, Ali. et. al. (editor). **História Geral da África VIII: África desde 1935**. São Paulo: Cortez; Brasília: UNESCO, 2010.
- AMIN, Samir. "Ideology and development in Sub-Saharan Africa". In: ANYANG' NYONG'O, Peter. **30 years of independence in Africa: the lost decades?** Nairobi: African Association of Political Science (AAPS), 1992.
- ASIEDU, Elizabeth. "Foreign Direct Investment, Growth, and Poverty Reduction in Sub-Saharan Africa". In: ARYEETEEY, Ernest et.al. (editors). **The Oxford Companion to the Economics of Africa**. Nova Iorque: Oxford, 2012, ps. 329-336.
- BRAUTIGAM, Deborah. "Flying Geese" or "Hidden Gradon"? Chinese business and African Industrial Development. In: ALDEN, Chris et. al. (editores). **China returns to Africa: a rising power and a continente embrace**. Londres: Hurst & Company, 2009.
- CHOLLEY, Andre. "Observações sobre alguns pontos de vista geográficos". **Boletim de Geografia**, IBGE: Rio de Janeiro, 1964. No. 179.
- CIA - CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY. **World Fact Book**. Disponível em: <<https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/gh.html>> Acesso em: 10 mai. 2019.
- DAVIDSON, Basil. **A history of West Africa: 1000-1800**. Londres: Longman, 1985.
- FERREIRA, Graça Maria L. Atlas geográfico: espaço mundial. São Paulo: Moderna, 2013.
- FMI - FUNDO MONETARIO INTERNACIONAL. 2019. Disponível em: <<https://www.imf.org/external/index.htm MI, 2019>> . Acesso em 10 Mai. 2019.
- FOSU, Augustin; ARYEETEEY Ernest. Ghana's post-independence economic growth: 1960-2000. In: ARYEETEEY, Ernest; KANBUR, Ravi (editores). **The economy of Ghana: analytical perspectives on stability, growth & poverty**. Oxford: James Currey, 2008.
- GRANT, Richard. **Africa: geographies of change**. Nova Iorque: Oxford University Press, 2015.
- KILLICK, Tony. **Development economic in action: a study of economic policies in Ghana**. Londres; Nova Iorque: Routledge, 2010.
- MAMIGONIAN, Armen. Introdução ao pensamento de Ignacio Rangel. **Geosul**. Florianópolis, 1987. No. 3. P. 63-71.
- MAMIGONIAN, Armen. A geografia e a formação social como teoria e como método. In: AUTORES. **Seminário Internacional: O Mundo do cidadão, Um Cidadão do Mundo**, USP, set. 1996.
- MKANDAWIRE, Thandika. "30 years of African Independence: the economic experience". In: ANYANG' NYONG'O, Peter. **30 years of independence in Africa: the lost decades?** Nairobi: African Association of Political Science (AAPS), 1992.
- ORGANIZAÇÃO PARA COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO. 2019. Disponível em: <<http://www.oecd.org>> Acesso em: 10 mai. 2019.
- OEC-MIT - OBSERVATORY OF ECONOMIC COMPLEXITY. 2019. Disponível em: <<http://atlas.media.mit.edu/en/>> Acesso em: 10 mai. 2019.
- OPEP - ORGANIZAÇÃO DOS PAÍSES EXPORTADORES DE PETRÓLEO. 2019. Disponível em: <https://www.opec.org/opec_web/en/> Acesso em: 10 mai. 2019.
- PAGE, John. "Industry for Africa. Why? How?" In: ARYEETEEY, Ernest et.al. (editors).

The Oxford Companion to the Economics of Africa. Nova Iorque: Oxford, 2012, ps. 304-311.

RAMACHANDRAN, "Vijaya. Africa s private sector". In: ARYEETAY, Ernest et.al. (editors). **The Oxford Companion to the Economics of Africa.** Nova Iorque: Oxford, 2012, ps. 312-320.

RANGEL, Ignacio. Recursos ociosos e politica econômica. Sao Paulo: Hucitec, 1986.

SANTOS, Milton. Sociedade e espaço: a formação social como teoria e como método.

Boletim Paulista de Geografia. São Paulo, n. 54,

AGB, 1977, p.35-59.

SANTOS, Kaue Lopes dos. **Pontas em circuito:** as inserções de Gana na divisão internacional do trabalho contemporânea. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

SMITH, Noah. **Africa is the future and China knows it.** 2018. Disponível em: <<https://www.bloomberg.com/opinion/articles/2018-09-21/africa-economy-west-should-try-to-match-chinese-investment>> Acesso em: 10 mai. 2019.

TIME MAGAZINE, **The agony of Africa.** 1992. Disponível em: <<http://content.time.com/time/covers/0,16641,19920907,00.html>> Acesso em: 10 mai. 2019.

TIME MAGAZINE, **Africa rising.** 2012. Disponível em: <<http://content.time.com/time/covers/europe/0,16641,20121203,00.html>>.

Acesso em: 10 mai. 2019.

UNCTAD - UNITED NATIONS CONFERENCE ON TRADE AND DEVELOPMENT. **World investment Report: investment and new industrial policies.** 2018. Disponível em: <<https://unctad.org>> Acesso em: 10 mai. 2019.

UNECA - UNITED NATIONS ECONOMIC COMMISSION FOR AFRICA. 2019. Disponível em: <<https://www.uneca.org>> Acesso em: 10 mai. 2019.

WATTS, Michael. **Silent Violence:** Food, famine, and peasantry in Northern Nigeria. Athens: University of Georgia Press, 2011.

Algumas observações sobre os Estados Unidos

Isa de Oliveira Rocha¹

Agradeço o convite para participar desta mesa de debate da 40ª SEMAGEO e 4º SENGES com Elias Jabbour e Paulo Nogueira Batista, promovidos pelos colegas da UFSC. Cabe inicialmente esclarecer que o interesse em estudar um pouco mais os Estados Unidos vem de uma parceria celebrada entre o Departamento de Geografia da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC) e o Departamento de Geografia da Bridgewater State University (BSU) de Massachusetts, da região da Nova Inglaterra; uma instituição igualmente estadual, como a UDESC, localizada ao sul de Boston. Em 2015 desenvolvemos o projeto de pesquisa intitulado “Formação sócio-espacial, industrialização e exportações: Santa Catarina (BR) e Massachusetts (EUA) – semelhanças e diferenças”, quando foi possível permanecer por um semestre na referida instituição estadunidense. Tal pesquisa foi viabilizada pelo apoio de bolsistas de iniciação científica do LABPLAN/UDESC e contou com a contribuição da Graciana, com a qual temos um texto conjunto que é aqui em parte incorporado.

Santa Catarina e o nordeste dos Estados Unidos apresentam algumas similaridades na gênese de sua formação social, conforme lembrou Armen Mamigonian no Atlas de Santa Catarina de 1986:

Esta pequena produção mercantil, que lembra o povoamento do nordeste dos EUA no século XVII, foi fator fundamental para entender o êxito da industrialização [do Sul do Brasil] [...] o ponto de partida [...] deve ser o tipo de sociedade que se organizou nas áreas de colonização no Sul do Brasil: tratou-se do estabelecimento de milhares de pequenos agricultores, artesãos, operários, pequenos comerciantes, que já praticavam uma significativa divisão social do trabalho (MAMIGONIAN, 1986, p.

¹ Professor do Departamento de Geografia da UDESC

104).

O desenvolvimento capitalista dos Estados Unidos, também conhecido como “via clássica”, “via dos produtores” (Marx) ou “via norte-americana” (Lenin) pode ser assim identificado na industrialização das áreas meridionais brasileiras, empreendida em finais do século XIX e ligada à presença de diversificada pequena produção mercantil rural e urbana. A formação social e econômica da porção nordeste norte-americana, iniciada pela colonização puritana no litoral de Massachusetts, “prosperará hegemonicamente e livremente sob os moldes capitalistas [...] enquanto as áreas de pequenos produtores das bandas sulinas do Brasil se constituíram como manchas periféricas das estruturas feudais e escravistas da formação social dominante brasileira” (ROCHA, 2014, p. 3).

O Professor Armen ressalta que a compreensão da realidade geográfica brasileira e mundial – passada, presente e futura – fica mais clara com as abordagens de formação social (formação sócio-espacial – Milton Santos, 1977) e combinações geográficas (André Cholley, 1964): “as condições econômicas se compõem de fatos físicos, biológicos e humanos de diferentes ordens, que se juntam num processo histórico e que se materializam no espaço” (MAMIGONIAN, 2005, p. 7). Interessa então informar, pois poucos sabem ou os que sabem não esclarecem, que tais paradigmas da Geografia foram apresentados e revigorados no pensamento geográfico brasileiro por Armen Mamigonian, como se pode ver, por exemplo, nos artigos de 1990 e 1991 (publicados na Geosul em 1999) e nos escritos de 1996, 2003, 2005, dentre outras obras. Por sua vez, Graciana Espellet de Deus Vieira aborda o “debate interrompido” sobre formação social e Geografia na dissertação de 1992 (Mestrado em Geografia da UFSC) e localiza os textos de Cholley no Boletim Geográfico dos anos 1960. Presentemente tais perspectivas teóricas são replicadas e difundidas numa infinidade de pesquisas e publicações, inclusive de outras áreas científicas.

Ignácio Rangel, “um intérprete original da realidade brasileira” nas palavras de Paim (1997), a convite do Professor Armen “colaborou praticamente todos os anos de 1983 a 1993 com o Curso de Geografia da UFSC” (MAMIGONIAN, 1997, p. 5). Na sua conferência de abertura da 13ª SEMAGEO de 1992 (publicada na Geosul n. 15 de 1993, com o título “500 anos de desenvolvimento da América e do Brasil”), assinala que a América é:

um continente que [...] se estende de pólo à pólo desde os frígidos Ártico e Antártico, às zonas francamente tropicais, passando por variadas zonas subtropicais e subfrígidas. Com efeito, a variedade de climas não pode ser indiferente ao surgimento de diferentes expressões das forças produtivas e das correspondentes relações de produção. (RANGEL, 1993 *apud* ROCHA, VIEIRA e SCHIMITZ, 2015, p. 249)

A grande parte das terras situadas ao norte da América, nas mesmas latitudes setentrionais frias europeias, coube aos ingleses e franceses tomar, a partir do século XVII. Como nas demais partes do continente conquistado pelos ibéricos desde os finais do século XV, aquele quinhão também era povoado por populações nativas, que são violentamente combatidas e exterminadas ao longo da expansão territorial ianque.

Pouco tempo após o estabelecimento das fortificações na Virgínia (atual estado do sudeste) – com a fundação do primeiro assentamento britânico (Jamestown) em 1607 ao sul da baía de Chesapeake – foi a chegada dos peregrinos religiosos do Mayflower em 1620 em Plymouth (litoral do estado de Massachusetts), na região nordeste também conhecida como Nova Inglaterra, que marca a gênese do país. A nação é concebida, depois de um século e meio de subordinação à metrópole, por meio da união das 13 colônias (Virginia, New Hampshire, Massachusetts, Maryland, Connecticut, Rhode Island, Carolina do Norte, Nova York, Nova Jersey, Carolina do Sul, Pensilvânia, Delaware,

Geórgia) que declaram a Independência da Inglaterra em 4 de julho de 1776. O país vai sendo constituído, conforme Maurice Niveau (1969, p. 77-78), por “um novo povo”, oriundo do “*melting pot*” de sucessivas ondas migratórias, “um povo em luta contra a sociedade da qual saíra e que lidava por repelir os perigos de uma terra desconhecida [...] Os Estados Unidos não precisaram carregar o peso do regime feudal”.

A diferenciação climática do território dos Estados Unidos, um país-continente como o Brasil, teve importante influência no processo de organização do espaço regional, principalmente entre o Sul, com invernos menos rigorosos, escravista e produtor de algodão e tabaco, e o Nordeste pequeno produtor de mercadorias, que desenvolve dinâmica economia fabril no século XIX. Libertos das amarras britânicas no final do século XVIII, os Estados Unidos iniciam sua expansão territorial com a corrida para o Oeste, atravessando os Montes Apalaches, que por 2.400 km aparecem paralelamente ao oceano Atlântico, numa largura média de 200 a 300 km, separando a planície costeira do interior. Transposta a barreira do relevo, de altitudes pouco elevadas (altitude média de 1.000 metros e o ponto mais alto tem 2.037 metros – Monte Mitchell na Carolina do Norte), as levas conquistadoras chegam à imensa planície do rio Mississipi e do rio Missouri com 2.900 km de extensão norte-sul, plana, navegável e muito fértil. Consolida-se assim a divisão geográfica do trabalho: o “Leste industrial, o Oeste agrícola e o Sul produtor de algodão” (NIVEAU, 1969, p. 84).

O movimento para o Oeste alcança o Pacífico e importa lembrar a sede pelo domínio de novas terras do recente país. Em 1803 é adquirida a Louisiana (possibilitando o acesso a terras que vão do estratégico porto de Nova Orleans ao sul, na foz do rio Mississipi, até as Montanhas Rochosas ao norte, incluindo o domínio do amplo sistema fluvial central do continente), recém-devolvida à França pela Espanha, que vende a Flórida aos ianques em 1819. Em 1845 o Oregon, uma vasta área que divisa com o Pacífico no noroeste, é extraído da Inglaterra e o Texas é anexado do México, que cede após a guerra, em 1853, por 15 milhões de dólares, a Califórnia e a região do Novo México,

cuja fronteira a oeste do rio Grande é determinada por nova aquisição posterior. Uma década e meia depois (1869) é inaugurada a ferrovia transcontinental, transpondo as elevadas Montanhas Rochosas da porção Oeste (que dominam o cenário por 4.800 km de norte a sul), interligando as duas costas. A busca da fronteira Oeste acontece também *off shore*, caso dos tiros de canhão (Diplomacia das Canhoneiras) do Comodoro Perry no Japão em 1853 para abrir os portos aos navios estadunidenses e a declaração de guerra à Espanha em 1898, resultando no controle sobre Cuba, Porto Rico, Guam e Filipinas. No mesmo ano o Havaí é invadido e anexado aos Estados Unidos, que já mantinham uma base naval em Pearl Harbor, e em 1903 se apoderam do Canal do Panamá para garantir uma conexão mais ágil e vantajosa entre os dois oceanos, aproximando os mercados consumidores. (NIVEAU, 1969; NEVINS e COMMAGER, 1996)

Essa busca dos Estados Unidos por domínio territorial e de mercados coaduna-se com o ideário geográfico de Espaço Vital, difundido, segundo Seemann (2012) distorcidamente, entre os finais do século XIX e início do XX, pela geógrafa americana Ellen C. Semple (1863-1932), discípula do próprio mentor do conceito na Universidade de Leipzig, o professor Friedrich Ratzel (1844-1904). Não por acaso, o geógrafo alemão concebe o *Lebensraum* na sua viagem aos Estados Unidos e México, logo após consumir-se a unificação da Alemanha: “A viagem de Ratzel aos Estados Unidos (1873-1875) é vista como uma contribuição importante para compreender o seu pensamento posterior [...] e as suas observações nos Estados Unidos como país-continente o haviam levado à elaboração de determinados conceitos como *Raumvorstellung* (percepção do espaço), *Lebensraum* (espaço vital), *Weltmacht* (poder mundial), *Grenzen* (fronteiras)” (BUTTMANN, 1977 apud SEEMANN, 2012, p. 9). Tal conquista da fronteira, com a incorporação de novos territórios – comprados, tomados ou adquiridos por meio de guerras – modelou o inconsciente coletivo estadunidense e o seu capitalismo industrial e ainda dominam, de diferentes formas, sua política externa imperialista no tempo presente.

O movimento para o Oeste resultou em relativa escassez de mão de obra no leste, impulsionando no século XIX a busca das inovações americanas da 2ª Revolução Industrial (produção em série/massa, taylorismo/fordismo etc.) e a estruturação de uma poderosa indústria bélica. A Springfield Armory (fabricante do famoso rifle M14), localizada na cidade de Springfield (sudoeste de Massachusetts, no vale do rio Connecticut), funcionou por quase 200 anos, de 1777 até 1968, quando foi fechada pelo Secretário de Defesa McNamara (produção passou a centrar-se em indústrias privadas). Ela foi o primeiro arsenal federal e uma das primeiras indústrias de armamentos dos Estados Unidos, importante local de aplicações das inovações, dentre as quais a produção com peças intercambiáveis já difundida em pequenas indústrias de armas da Nova Inglaterra na primeira metade do século XIX. A Springfield incorpora as peças intercambiáveis na fabricação das armas, sendo assim precursora da produção em massa, segundo o historiador Merrit Roe Smith (2012 e 2014), cerca de meio século antes dos automóveis Modelo T da Ford, para dar conta da demanda por armas da Guerra Civil Americana ou Guerra de Secessão (1861-65): de 10 mil rifles fabricados em 1860 aumentou para 276 mil em 1864. A produção com peças intercambiáveis, resultante da demanda de armamentos requerida pelos conflitos internos e pelos embates de conquista da fronteira e novos territórios, se dissemina para todos os ramos fabris e, desde então, a indústria armamentista é um dos pilares do desenvolvimento econômico industrial dos Estado Unidos, ditando os rumos geopolíticos mundo afora.

* * *

Os Estados Unidos mostram sua “projeção de força” (política do Big Stick de T. Roosevelt) e “projetaram seu vasto poder em torno do mundo” (MARSHALL, 2018, p. 84 e 85), principalmente a partir da 2ª Grande Guerra quando detêm cerca de três quartos das reservas de ouro mundiais, comandando o sistema e as instituições de Bretton Woods, FMI e BIRD etc. até seu enfraquecimento, expresso pelo

cancelamento unilateral de Nixon em 1971 da conversão do dólar ao ouro, substituído pelo câmbio flutuante (KENNEDY, 1989).

A crise do petróleo na década de 1970 “surpreendeu o capitalismo norte-americano diante do novo período depressivo mundial que se abriu acompanhado: 1) da expansão geopolítica da URSS [...]; 2) da concorrência do Japão e da Alemanha nos mercados mundiais; e 3) das lutas de libertação nacional, que haviam levado a sua fragorosa derrota militar no Vietnã” (MAMIGONIAN, 2003). A revanche chega com Ronald Reagan (1980-88), que dissemina as políticas neoliberais e de globalização, referendadas pelo Consenso de Washington (1989) e pelos “intelectuais domesticados” de direita das universidades americanas (Harvard, Yale etc.) conforme analisa Mamigonian (2003), paralelamente à retomada da corrida armamentista (“Guerra nas Estrelas”) que leva à derrocada da URSS de Gorbachev em 1991.

Com a quarta grande crise do capitalismo em curso (RANGEL, 2005) e os Estados Unidos obtendo resultados com os esforços para derrubar URSS e Japão e retomar a hegemonia mundial e sair da crise, Deng Xiaoping na China põe em marcha em 1979 as grandes “Quatro Modernizações”, que levam o país comunista ao atual patamar de inserção na economia mundial, fortemente alicerçado em moderna infraestrutura de transportes, interna e externamente (vide a nova Rota da Seda, *One Belt, One Road*). “Desde o início das reformas [...] a modernização social e econômica da China tem sido conduzida passo a passo com a abertura do país ao mercado internacional. A busca de investimentos estrangeiros, o gradual aperfeiçoamento dos sistemas financeiro e bancário, a maior transparência da ação do Estado, o ingresso na OMC foram todas medidas com vistas à integração da economia continental em construção, no mundo globalizado do século XXI” (PORTO DE OLIVEIRA, 2003, p. 157).

No ocidente, o Tratado sobre Forças Nucleares de Alcance Intermediário (INF), assinado em 1987 entre Reagan e Gorbachev para colocar fim à corrida armamentista da Guerra Fria, é encerrado em

2019 pelas duas potências, abrindo caminho para uma nova corrida armamentista no século XXI, principalmente relacionada à fabricação dos mísseis hipersônicos. Os Avangards – novos mísseis hipersônicos russos – superam os Tomahawks estadunidenses, pois têm cinco vezes a velocidade do som. Nessa seara dos mísseis hipersônicos, o Pentágono perde para a Rússia e a China, que inicia sua escalada na ordem mundial. (SAHUQUILLO; MONGE, 2019)

“A recente contrarreação da Rússia de Putin é uma pedra no sapato dos Estados Unidos, mas não uma séria ameaça ao domínio americano”, pois o presidente republicano Donald Trump (2017-21) “deu aberturas a Moscou e buscou estabelecer uma relação pessoal com Putin, mas as diferenças entre os dois países são maiores que o vínculo entre seus líderes” (MARSHALL, 2018, p. 88).

O gasto militar dos EUA subiu no ano passado [2018] pela primeira vez desde 2010. A Administração de Donald Trump elevou o investimento em Defesa em 4,6% com relação ao ano anterior, chegando a 649 milhões de dólares (2,56 bilhões de reais), ou 36% do total mundial, que cresceu até seu máximo histórico. Washington e seu rival estratégico, a China, somam pela primeira vez mais de metade do investimento global em Defesa, segundo os dados publicados [...] pelo Instituto Internacional de Estocolmo para a Pesquisa da Paz (SIPRI). (TORRALBA, 2019)

A Rússia gasta 67 bilhões de dólares (4,5% do seu PIB) no setor de Defesa. Os Estados Unidos gastam 10 vezes mais, e é o país que mais investe: quase 610 bilhões de dólares (3,1% de seu PIB). A China é o segundo país que mais investe em Defesa, cerca de 228 bilhões de dólares (1,9% de seu PIB) em 2017. Os Estados Unidos, que detêm 36% dos gastos mundiais em Defesa, juntamente com a China são responsáveis por mais da metade do total de gastos no setor. (SAHUQUILLO; MONGE, 2019)

No quesito da presença física, os Estados Unidos têm mais de 800 bases militares no exterior, distribuídas por mais de 40 países aliados e navega por todos os oceanos em seus 11 porta-aviões movidos a energia nuclear; há atualmente 41 porta-aviões no mundo, incluindo os dos americanos. A China está construindo seu terceiro porta-aviões em Xangai. O primeiro porta-aviões chinês – Liaoning – era um antigo porta-aviões soviético inconcluso na Ucrânia, que foi comprado e reformado em estaleiro chinês, e entrou em operação em 2012, com capacidade para 24 caças. O segundo porta-aviões – Shandong – foi construído em estaleiro chinês e inaugurado em 2019: com capacidade para 36 caças, desloca 59 mil toneladas. O quarto porta-aviões sino está previsto para ter propulsão nuclear. Porém, esses navios não chegam perto do poder dos 10 porta-aviões americanos da classe Nimitz, que deslocam 100 mil toneladas e levam quase cem aviões, e do porta-aviões da classe Gerald Ford, que entrou em serviço em 2017 e é ainda maior e mais moderno. Os Estados Unidos têm mais duas unidades desse tipo em construção. A Rússia, que concentra os investimentos na fabricação de poderosos submarinos e mísseis, tem somente um porta-aviões (Almirante Kuznetsov), assim como a emergente Índia que está construindo mais três e despontando no cenário militar, na sombra da expansão da vizinha China. (GIELOW, 2019)

* * *

Em 2018 participei de um evento internacional de Geografia Econômica (*Global Conference on Economic Geography*) em Colônia (Alemanha) cuja abertura, com falas de cinco conferencistas, organizada pelo conhecido Michael Storper – que inclusive conversou minutos antes comigo e gravou uma *live*, num português impecável, para o Prof. Armen, que o acompanhou em algumas saídas de campo por Santa Catarina, em sua passagem pela UFSC anos atrás – tratou exclusivamente sobre a eleição do Trump (ocorrida há dois anos, em 2016) e Europa, especialmente o caso Brexit. Impressionou-me o fato de que apesar da presença de 800 participantes de mais de 50 países,

de todos os continentes, ignoraram a existência do resto do mundo e nada foi dito sobre China, Oriente Médio, os golpes na América do Sul, África etc., embora o título do evento fosse “*Dynamics in an Unequal World*”.

O Trump, com seu séquito “cristão”, não deveria assustar nem monopolizar tanto a atenção dos renomados estudiosos do centro do sistema, pois ele é em essência o que o coração estadunidense foi desde o início da conquista da Nova Inglaterra com a chegada dos peregrinos puritanos. A antiga enciclopédica *Histoire Universelle*, citada por Niveau (1969, p. 78), já destacava que das forças de união do novo povo dos Estados Unidos “as mais eficazes eram as religiosas: nas próprias origens da América anglo-saxã o fator religioso já está presente e atuante [...] seria impossível compreender o desenvolvimento econômico desse país sem primeiro nos reportarmos às suas origens”.

A busca pela liberdade religiosa e de uma igreja com forte controle sobre o Estado justificou a migração para o Novo Mundo. Trump foi eleito pela coalizão dessas antigas forças religiosas com a extrema direita que dominaram o Partido Republicano, bastante similar ao que aconteceu no Brasil nas eleições de 2018 (FIORI, 2019). Reportando-se aos anos de Reagan e Bush, Mamigonian (2003) lembra que: “Dimitrov, o dirigente búlgaro da Internacional Comunista, já alertava na década de 30 para a ressurreição do fascismo, ainda mais agressivo, a partir do “outro lado do Atlântico”, num futuro próximo, que já está aí.”

Sob a orientação de assessores belicistas e conservadores como Mike Pompeo (Departamento de Estado), John Bolton (conselheiro), Steve Banonn (das *fake News*), James Mattis (Secretário de Defesa) etc., os Estados Unidos almejam a retomada da hegemonia mundial, declarando guerra comercial com a China (em virtude de sua dianteira na Tecnologia 5G – Inteligência Artificial), o endurecimento da política externa com Irã e Rússia e engendrando ofensivas “contra tudo e contra todos que [...] estejam no caminho de seu projeto de poder global” segundo Fiori (2019). Neste momento (na entrada da segunda década

do novo milênio), o império está recuperando a prosperidade dos anos 1960 – quase não há desemprego (3,5% em 2019, a mais baixa em 50 anos) e a economia está andando.

Com o democrata Barack Obama, contudo, o mundo viu nascer as “primaveras árabes” e nós as jornadas de junho de 2013 e o *impeachment* de Dilma, levando nossa economia emergente e concorrente (soja, carne, engenharia pesada, petróleo etc.) à bancarrota. Independente de qual partido está no poder, os Estados Unidos são imperialistas desde sua gênese como nação, principalmente com a América Latina (MAMIGONIAN, 1999). Convém lembrar a Doutrina Monroe (1823) com a famosa frase do Presidente James Monroe (1817-25) – “A América para os americanos” e o corolário do Presidente Theodore Roosevelt (1901-09), aquele da diplomacia do Big Stick – “A América para os estadunidenses”. Desde então, conforme regionalizou o geopolítico alemão Karl Haushofer (1869-1946), os ianques incorporaram o pan-americanismo, logicamente, resultando nas inúmeras intervenções políticas, econômicas, sociais, judiciais etc. Cabe a nós o esforço de resistir e lutar.

Os Estados Unidos, ainda o maior império da história e uma superpotência nas palavras de Marshall (2018), trabalha neste presente início de século (e provavelmente por mais algumas décadas) para bloquear a ascensão da China e de quem mais atrapalhar a sua economia ou hegemonia mundial. A corrida para o Oeste, agora em todas as direções do globo, continua impondo, através do poderio armamentista militar e de novas táticas e tecnologias de informação e comunicação, a subserviência das nações aos seus interesses capitalistas hegemônicos. O império vai continuar usando a força, os armamentos, o financiamento e assessoramento de golpes, a inteligência artificial, as redes sociais, a fome, as doenças etc. para garantir a continuidade do seu poder mundial. Até quando?

Referências

CHOLLEY, André. Observações sobre alguns pontos de vista geográficos. Boletim Geográfico, n.179, 1964.

____. Observações sobre alguns pontos de vista geográficos. Boletim Geográfico, n.180, 1964.

FIORI, José Luis. Religião, violência e loucura. Observatório das Metrôpoles, maio 2019. Disponível em: <https://www.observatoriodasmetrolopes.net.br/a-atuacao-das-forcas-religiosas-e-de-extrema-direita-no-brasil-de-bolsonaro/>. Acesso em: maio 2019.

GIELOW, Igor. Novos porta-aviões evidenciam que batalha naval ainda importa a potências. Folha de S. Paulo, São Paulo, 22 dez. 2019.

Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2019/12/novos-porta-avioes-evidenciam-que-batalha-naval-ainda-importa-a-potencias.shtml>. Acesso em: dez. 2019.

KENNEDY, Paul. Ascensão e queda das grandes potências: Transformação econômica e conflito militar de 1500 a 2000. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 1989.

LENIN, Vladimir Ilich. Capitalismo e Agricultura nos Estados Unidos: novos dados sobre as leis de desenvolvimento do capitalismo na agricultura. São Paulo: Ed. Brasil Debates, 1980.

MAMIGONIAN, Armen. Indústria. In: SANTA CATARINA. GAPLAN. Atlas de Santa Catarina. Rio de Janeiro: Aerofoto Cruzeiro, 1986.

____. A Geografia e “A formação social como teoria e como método”. In: SOUZA, Maria Adélia A. de (Org.). O Mundo do Cidadão – Um Cidadão do Mundo. São Paulo: Hucitec, 1996.

____. Apresentação. In: MAMIGONIAN, Armen (Org.). O pensamento de Ignácio Rangel. Florianópolis: UFSC/PPGG, 1997.

____. Gênese e Objeto da Geografia: Passado e Presente. Geosul, v. 14, n. 28, jul./dez. 1999. [publicado no Anais Primeiro Simpósio Internacional de História da Ciência. Piracicaba, out. 1991]

____. Tendências Atuais da Geografia. Geosul, v. 14, n. 28, jul./dez. 1999. [Prova Escrita Concurso Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, set. 1990]

____. A América Latina e a economia mundial: notas sobre os casos chileno, mexicano e brasileiro. Geosul. v. 14, n. 28, jul./dez. 1999.

- ____. Marxismo e globalização: as origens da internacionalização mundial. In: SANTOS, Milton. Cidadania e Globalização. Bauru: AGB, 2000.
- ____. Capitalismo e socialismo nos fins do século XX (visão marxista), Revista Ciência Geográfica, v. 7, n. 18, jan./abr. 2001.
- ____. Imperialismo, universidade e pensamento crítico. Princípios, n. 71, nov. 2003.
- ____. A Escola Francesa de Geografia e o Papel de A. Cholley. Cadernos Geográficos, n. 6, maio 2003.
- ____. Estudos sobre o Pensamento Geográfico. Tese (Livre Docência) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.
- MARSHALL, Tim. Prisioneiros da geografia: 10 mapas que explicam tudo o que você precisa saber. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.
- MASSACHUSETTS State Facts. Disponível em:
<https://www.infoplease.com/us/states/massachusetts>. Acesso em: maio 2019.
- NEVINS, Allan; COMMAGER, Henry Steele. Breve história de los Estados Unidos. Tradução de Francisco González Aramburo. México: Fundo de Cultura Económica, 1996.
- NIVEAU, Maurice. História dos fatos econômicos contemporâneos. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1969.
- PAIM, Gilberto. Ignácio Rangel – um intérprete original da realidade brasileira. In: MAMIGONIAN, Armen (Org.). O pensamento de Ignácio Rangel. Florianópolis: UFSC/PPGG, 1997.
- PORTO DE OLIVEIRA, Amaury. Governando a China: a quarta geração de dirigentes assume o controle da modernização. Revista Brasileira de Política Internacional, v.46, n. 2, jul./dez. 2003. Disponível em:
<https://doi.org/10.1590/S0034-73292003000200006>. Acesso em: maio 2019.
- RANGEL, Ignácio. 500 Anos de Desenvolvimento da América e do Brasil. Geosul, v. 8, n. 15, p. 7-12, 1993.
- ____. Obras Reunidas. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.
- ROCHA, Isa de Oliveira. Massachusetts (EUA) e Santa Catarina (BR) – Formação Sócio-Espacial e Industrialização: Notas Introdutórias. IN: Anais 1o Seminário

Nacional de Geografia Econômica e Social. Desenvolvimento Econômico e Social: Mundo, Brasil e Nordeste – 1o SENGES. Maceió: UFAL/IGDEMA, 2014.

ROCHA, Isa de Oliveira; VIEIRA, Maria Graciana Espellet de Deus; SCHIMITZ, Gabriela Micheloto. A pequena produção mercantil: notas comparativas entre Massachusetts (EUA) e Santa Catarina (BR). Cadernos Geográficos, n. 34, dez. 2015. Disponível

em: <https://cadernosgeograficos.paginas.ufsc.br/files/2016/07/CG-34-1.pdf>.

Acesso em: maio 2019.

SANTOS, Milton. Sociedade e espaço: a formação social como teoria e como método. Boletim Paulista de Geografia, n. 54, 1977.

SAHUQUILLO, María R.; MONGE, Yolanda. Tensões entre Rússia e Estados Unidos reavivam corrida armamentista. El País, Washington/Moscou, 11 fev.

2019. Disponível em:

https://brasil.elpais.com/brasil/2019/02/10/internacional/1549822196_080179.html. Acesso em: maio 2019.

SEEMANN, Jörn. Friedrich Ratzel entre Tradições e Traduções. Uma breve abordagem contextual. Terra Brasilis (Nova Série) [Online], 1 | 2012. Disponível em: <http://journals.openedition.org/terrabrasilis/180>. Acesso em: maio 2019.

SMITH, Merritt Roe. Northern Weapons Manufacturing during the Civil War. Conferencia proferida no 2012 [Smithsonian Institution](#)'s Technology and the [Civil War](#) Symposium, Washington DC, C-SPAN Video Library, 2012. [vídeo] Disponível em: <https://www.c-span.org/video/?309361-1/northern-weapons-manufacturing-civil-war&start=1340>. Acesso em: maio 2019.

SMITH, Merritt Roe. Industrial Revolution in America. Curso intitulado Technology in American History. Cambridge - Massachusetts Institute of Technology, C-SPAN Video Library, 2014. [vídeo] Disponível em: <https://www.c-span.org/video/?317784-1/industrial-revolution-america>. Acesso em: maio 2019.

TORRALBA, Carlos. Impulsionado pelos EUA, gasto militar mundial atinge seu nível máximo. El País, Madrid, 29 abr. 2019. Disponível em:

https://brasil.elpais.com/brasil/2019/04/28/internacional/1556487884_515159.html. Acesso em: maio 2019.

VIEIRA, Maria Graciana Espellet de Deus. Formação Social Brasileira e Geografia: reflexões sobre um debate interrompido. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-graduação em Geografia, UFSC, Florianópolis, 1992.

Declínio da Europa

Paulo Nogueira Batista Jr.¹

A União Europeia voltou às primeiras páginas com as recentes eleições para o Parlamento Europeu. Mas não é o que se vê normalmente. A UE não tem o destaque que recebem, por exemplo, os Estados Unidos e a China. E, no entanto, do ponto de vista econômico, a UE está em pé de igualdade com esses dois outros polos. As economias dos EUA e da UE têm aproximadamente a mesma dimensão, com participações no PIB mundial em torno de 15% a 16%; a da China, responde por 19%.

O que explica o fato de os europeus ficarem, em geral, em segundo plano? São várias as razões, nem sempre devidamente consideradas. Para começo de conversa, leitor, a China vem crescendo rapidamente em termos de participação relativa. Já a UE tende a perder peso. Isso vem ocorrendo há décadas e deve continuar no futuro visível.

Mas a questão, claro, envolve muito mais do que apenas tamanho econômico. O poder de atuação internacional de um país ou de um bloco regional depende, em larga medida, da sua coesão interna. E isso sempre fez falta à Europa, região historicamente propensa a conflitos fratricidas. As chamadas Guerras Mundiais do século XX foram, em primeira instância, guerras civis europeias, que se espalharam na sequência para o resto do mundo, ou partes do resto do mundo. A ninguém escapa que os europeus fizeram, desde a Segunda Guerra, enormes avanços na superação de suas desavenças internas – algo que não ocorreu, diga-se de passagem, entre o Japão, a China e outros vizinhos. Ainda assim, fissuras persistem dentro do bloco europeu, o que afeta inter alia a sua capacidade de projetar-se internacionalmente. Já os EUA e a China, são Estados nacionais. E a China, em especial, se notabiliza por sua coesão interna, atribuível à mão forte do partido

¹ O autor é economista, foi vice-presidente do Novo Banco de Desenvolvimento, estabelecido pelos BRICS em Xangai, e diretor executivo no FMI pelo Brasil e mais dez países. E-mail: paulonbjr@hotmail.com Twitter: @paulonbjr

comunista e, também, ao sucesso econômico das últimas quatro décadas.

As dificuldades do euro jogaram lenha nas divergências dentro do bloco. O pós-crise de 2008 foi traumático para a integração europeia, ao contrapor a Alemanha à periferia vulnerável do euro. A Grécia foi o caso mais difícil. Mas, a duras penas, o euro foi mantido e nem a Grécia abandonou a moeda comum. Novas crises podem surgir, mas foi possível botar certa ordem na casa.

Quando os europeus pareciam ter equacionado a crise monetária, eis que são surpreendidos pelo Brexit. Os ingleses, sempre pouco confiáveis, como bem sabia de Gaulle, aprontaram mais uma contra a Europa (e, dessa vez, contra si mesmo ...). Os americanos, já lançados na aventura Trump, comemoraram discretamente o enfraquecimento da UE.

Brexit e outros acontecimentos mostram que, além das tradicionais tensões entre as nações do bloco, os europeus enfrentam os mesmos tipos de fenômenos desagregadores que aparecem do outro lado do Atlântico Norte. As elites europeias e americanas, desenraizadas e “globalizadas”, perderam o contato com os seus países de origem. Com a grande concentração de renda e riqueza nas décadas recentes, o que representou certa “latino-americanização” dos países avançados, cresceu a percepção de que as democracias são, na realidade, plutocracias, com pouco ou nenhum espaço para as maiorias. Ao mesmo tempo, as ondas de imigrantes pobres despertaram reações nacionalistas e preocupações com o risco de perda de identidade cultural.

De novo, na Europa esses novos fatores de ruptura política e social se somam à tradicional dificuldade de unir nações muito diferentes em um projeto de integração profunda. Isso gera uma certa paralisia ou, pelo menos, perda de relevância da UE como ator global.

A Europa, porém, é uma região hiperdesenvolvida e sofisticada, e não vai perder essa condição. Padrões de vida e educação elevados se associam ao domínio de tecnologias avançadas em muitas áreas para

dar aos europeus vantagens ainda extraordinárias. Tudo considerado, a UE continuará a representar um dos principais polos de poder no mundo nas décadas futuras. Não terá a mesma influência que os EUA e a China, mas o declínio relativo da Europa será gradual, e o seu peso se fará sentir por muito tempo.

Ao Brasil, superadas as barbaridades e vassalagens que marcaram o governo Temer e marcam, mais ainda, o (des)governo Bolsonaro, caberia ampliar as relações com a Europa e, em especial, explorar para nosso proveito as tensões e disputas entre europeus, americanos e chineses.

APLICAÇÃO À PRÁTICA POLÍTICA DE CONCEITOS GENÉRICOS DE CIÊNCIAS SOCIAIS: TRÊS EXEMPLOS LATINO-AMERICANOS

Nilson Lage²

Introdução

A divulgação do conhecimento científico se faz pela aplicação de conceitos genéricos a categorias de eventos empíricos. Assim, por adequação, comprova-se a verdade ao leigo.

Do ponto de vista do marketing, que cuida de incorporar a ciência como argumento, no entanto, a verdade não importa, e sim a conformidade dos enunciados ao que convém: fala-se, indiferentemente, à razão, à memória coletiva e atávica, à emoção, ao desejo ou ao medo. Um dos instrumentos do marketing é a atribuição literal de conceitos genéricos da ciência a realidades particulares, excluídas intermediações necessárias; produz-se meia-consciência, mera verbalização. Isso é alcançado, em geral, pela omissão de fatores vinculados à História e à subjetividade da linguagem.

Ao conceituar um conjunto de entes ou de fatos e lhes atribuir nome, cientistas sociais suprimem, necessariamente, a singularidade e contexto de cada um dos entes ou fatos a que o conceito poderá reportar-se; no entanto, a aplicação se fará sempre a uma experiência objetiva, que é singular e, pois, localizada, pontual e inserida em contextos específicos. Nela, pessoas serão levadas a reformular o conceito genérico contrapondo-o às peculiaridades de eventos reais que as cercam - ou seja, avaliar como ele se configura, no lugar e tempo. Terão, pois, que conceber informação nova cuja aceitação ou rejeição envolve aspectos emocionais.

Este texto reúne um conjunto de reflexões que me parece oportuno considerar como uma espécie de apresentação de enunciados que pretendem resultado prático. Tomam-se aqui, como exemplares, os casos dos conceitos de “luta de classes”, “escravidão” e “América Latina” e sua atualização em distintos espaços.

² Prof. Dr. Titular Aposentado. UFRJ, UFF, UFSC. Jornalismo, Linguística, Engenharia de Gestão do Conhecimento.

1 - A ocultação da luta de classes

Escravidão, servidão e proletariado (evoluíram, nessa ordem, nos estados europeus) constituem modos de produção em sociedades nas quais a hierarquia de riqueza e poder divide os homens em classes sociais.

A divisão binária entre exploradores e explorados que esses conceitos genéricos propõem tem-se quase sempre ocultado por oposições mais evidentes entre “aprendizes” e “mestres”, “usuários” e “fornecedores/detentores de instrumentos de produção”, “produtores” e “prestadores de serviços” ou “financiadores”, “executores” e “planejadores”.

Foi a extrema simplificação propiciada pela sociedade industrial ao expor o confronto entre indivíduos reais no espaço visível do chão de fábrica que explicitou, no começo do Século XIX, a luta de classes como essência do processo histórico.

É erro político considerar autodemonstrado esse papel da luta de classes (quer se deva amenizar, como querem os utópicos, ou aprofundar, como querem os revolucionários); da mesma forma, propô-la como entendimento único da realidade. Melhor pretender que o reconhecimento dela se componha com arquiteturas mais complexas e datadas de aparências, símbolos e arquétipos que não podem ser desprezados.

No momento, por exemplo, evidencia-se a inversão da relação entre condicionantes e condicionados econômicos: os complexos de produção envolvidos na economia real – indústria e campo – subordinam-se aos detentores da moeda e da palavra, ambos objetos virtuais que, em tese, nada valeriam sem seus lastros e significados consensualmente aceitos.

A financeirização cria uma espécie de neofeudalismo e uma nova nobreza, com intenções e valores próprios. O neomercantilismo restitui a primazia do esbulho de bens primários e domínio dos mercados como fonte de poder e riqueza, mas a perspectiva de lucro em apostas no futuro, pelo manuseio de valores abstratos e simbólicos bloqueia o retorno do capital à realidade na forma de investimento e inovação. Algo novo, portanto, embora parecido com o processo de recessão da economia europeia que conduziu à crise humanitária do fim do século XIX na Europa (a Era Vitoriana) e às duas guerras mundiais. A moeda libertou-se do lastro e a palavra, em larga medida, da obrigação de adequar-se à realidade: alguns homens, escreve Heidegger (“Sobre o

conceito da verdade”,1931-1941) têm o poder de adequar, pelo contrário, a realidade a seu discurso.

2 - A escravidão antes da invasão da América

Não se pode, a partir dos sentimentos e parâmetros de agora, imaginar como seria a relação social entre senhores e escravos – ou as categorias equivalentes – quando se ergueram os jardins da Babilônia ou se levaram a Sacsayhuaman as gigantescas pedras da fortaleza: os homens fazem coisas prodigiosas e sacrificam seus interesses objetivos pela crença religiosa, adesão a causas que sequer compreendem, espelhamento narcísico em lideranças ou medo de se isolar da coletividade.

Soldados da fé, combatentes de exércitos, gente que, como Jacó no soneto de Luís de Camões, por sete anos serviu Labão, pai de Raquel, serrana bela; e, quando o senhor, lhe deu, ao invés, a Lia, irmã dela, dispôs-se a servir por mais sete anos, com o mesmo propósito. Não há escravidão boa - ou servidão ou proletariado; mas cada uma dessas condições pode ser consentida - e é simplório dizer de mártires, heróis, santos e apaixonados que os moveu apenas “alienação”.

A condição de escravos, em Roma e em outros impérios de que se tem relato, não implicava juízo degradante: incluía professores - os preceptores de nobres romanos, que nos legaram as filosofias cínica, estoica e epicurista - servidores domésticos, médicos e artesãos. Seriam escravos mais de 30 por cento dos romanos; logo, muitos dos que ordenavam, das arquibancadas do Coliseu, ao vencedor da luta e herói do dia que matasse seu oponente, gladiador como ele. Milhares – estimativas variam entre 40 mil e 150 mil – seguiram Espártaco, 73 anos antes de Cristo, na Terceira Guerra Servil, a mais famosa das rebeliões. Mas, aqui e ali, escravos eram incorporados às legiões romanas; em muitos episódios, confraternizavam com seus antigos amos. A condição de inferioridade é social, raro ontológica. O preconceito não ultrapassa os limites do estranhamento com estrangeiros.

Na longa transição para o regime feudal, a escravidão foi sendo substituída pela servidão – em que os trabalhadores e suas famílias são considerados “bens da terra” e dispõem de alguma autonomia para prover o próprio sustento. Era residual na Europa – admitida para condenados a trabalhos forçados e galés – quando a América foi descoberta e começou a ser explorada.

Temos então o fato – importante para o propósito deste texto – de que a escravidão moderna e a colonização da América têm a mesma idade; articulam-se, em seu percurso histórico, com o avanço do capitalismo, da economia liberal e do racismo.

3 - As etapas definidoras da escravidão moderna

Escravizar nativos americanos não se mostrou viável na maioria dos casos. Isso se deve, em parte, a que eram muitos, estavam em ambiente conhecido e detinham meios de sobrevivência. Nas Américas do Norte, Central e nos Andes, havia ainda a motivação de aproveitá-los as marcas presentes das grandes civilizações pré-colombianas.³

Também a Igreja Católica – ou parte dela, os “catequistas”, considerados opositores da Inquisição - tinha outros planos para os índios, como se provaria na experiência das reduções jesuíticas sul-americanas; nelas, os padres buscaram com êxito reproduzir a relação simbiótica entre o império Inca e comunidades indígenas.

Os primeiros visitantes europeus da América, no primeiro meado do Século XVI, pretendiam o roubo e o comércio, atividades que podem ser muito parecidas. Quando se imaginou utilizar as terras descobertas para plantios valorizados na Europa – a cana de açúcar, oriunda da ilha mediterrânea de Creta, o cacau, o algodão, o milho – a escravidão começou a ganhar cor e a tentar justificar-se pela melanina acumulada na pele.

A África era próxima e, nela, a escravidão sobrevivia. Se escravizar humanos é abominável para a ética cristã, por que, então, não atribuir aos escravos sub-humanidade? A resposta dada a esta pergunta retórica marcou o início de dois processos históricos entrelaçados: a escravidão moderna e a colonização da América.

O comércio de escravos da África subsaariana para o mundo árabe fazia-se, há muito, principalmente pelo porto de Zanzibar, na costa norte-oriental da África. Caravanas de cativos percorriam a pé o Continente, em longos percursos, com muitas vidas perdidas. O tráfico negreiro para a América apenas continuava isso. Poderia ter sido feito de modo menos cruel: sanitários, alimentação igual à da marujada, acesso ao convés. A razão de não ter sido implica o segundo aspecto

³ Complementaria aqui, o papel das Zonas Climáticas anecúmenas, ecúmenas, como fator de combinação para os avanços ou não de certos modos de produção – enquanto zonas mais integradas e menos integradas na formação da economia mundo-europeia.

definidor da escravidão que conhecemos: sua integração com o capitalismo contábil.

Já que o escravo tinha um valor em vida, sua morte passou também a ser apreçada: as perdas financeiras decorrentes da perda da mercadoria humana no traslado mostraram-se, na ponta do lápis, inferiores à economia propiciada pelo transporte em condições miseráveis. Mas a escravidão moderna ainda não assumira caráter tão monstruoso quando o que tem hoje. Faltava-lhe a segregação, o *apartheid*. Este não se pode afirmar onde nasceu, mas decerto prosperou na cultura anglo-germânica, com a hegemonia do capital inglês e, em particular, nos Estados Unidos.

4 - Os racismos no Brasil imperial

A diferença entre o racismo em sociedades integradas e em sociedades de segregação surge quando se comparam Estados Unidos e Brasil na segunda metade do Século XIX. Em tese, os norte-americanos lideravam o processo de extinção da escravatura: elas a aboliram como resultado da guerra civil (1861-1865). No Brasil, o tráfico de africanos foi proibido em 1850 e os filhos de escravas nascidos após 1850 declarados libertos, com o que se limitou o estoque de trabalhadores libertados pela Lei Áurea, de 1888.

No entanto, com o Brasil ainda tendo escravos, parte de sua elite cultural e política era composta de negros e mestiços: o maior escritor brasileiro, Machado de Assis; os mais notáveis engenheiros, famosos por obras ferroviárias arrojadas, de que há ainda remanescentes, os irmãos Rebouças (André e Antônio); juristas, tribunos, poetas, burocratas de alto escalão e nobres do Império que então governava o país.

É óbvio que isso seria impossível nos Estados Unidos: lá, os direitos civis da população negra só seriam afirmados na legislação um século depois, como resultado de uma campanha conflituosa com episódios violentos, entre 1852 e 1863. Com o velho imperador, Pedro de Alcântara (Pedro II), prestes a abdicar, sua filha Isabel – a que assinou, como regente, a lei da abolição – deveria herdar o trono. Pela Constituição, a Casa Imperial não dispunha do poder de governo, mas atuava como moderadora na luta política, representando os interesses do Estado. Isabel, notoriamente, defendia proposta formuladas décadas antes pelo naturalista José Bonifácio de Andrada e Silva (1763-1838), que fora preceptor de seu pai, quando menino: a utilização dos

escravos, se libertos, como colonos para ocupação de extensas áreas férteis de clima temperado no Oeste e Sul do país.

O projeto não só contrariava a postura de proprietários rurais acostumados a se apropriar de terras devolutas como, sobretudo, confrontava o empenho dos banqueiros ingleses em promover a diáspora de excedentes populacionais europeus para conter a pressão social resultante da liquidação do feudalismo e que prosseguia ainda em prolongada recessão financeira. Para apoiar essa enorme transferência populacional – associada à colonização da América do Norte e, portanto, ao genocídio dos indígenas de lá – promoveu-se uma das maiores campanhas de opinião da História falseando em grande escala conhecimentos científicos para convencer o mundo da superioridade dos brancos europeus.

A perda de apoio político de fazendeiros e a agitação de jovens oficiais positivistas levaram ao golpe militar que pôs fim à Monarquia e implantou a República no Brasil, em 1889: o branqueamento passou a ser política de Estado e o atraso no seu desenvolvimento econômico, quando o comparavam com o dos Estados Unidos, era atribuído à presença de negros e mestiços em áreas influentes. Logo em seguida, os antigos donos de escravos foram indenizados com recursos públicos e se acelerou o ciclo de importação maciça de trabalhadores e colonos da Europa para os Estados do Sul em que havia até então poucos núcleos de imigrantes italianos e alemães. Dispunham os recém-chegados, em geral, da concessão de terras e apoio para se instalar; preservavam vínculos prioritários com seus países de origem.

Com a República, houve brutal recuo no diálogo institucional entre etnias, como testemunha Lima Barreto em seus romances e crônicas. Após dois breves governos militares, implantou-se um regime dominado por oligarquias rurais, – predominantemente dos Estados de São Paulo e Minas Gerais - subservientes aos interesses do império dominante (inglês e norte-americano), com forte viés racista, discurso formal pretensioso (muitos textos literários dessa época são de difícil leitura atualmente) e patético cosmopolitismo das elites metropolitanas.

Já em 1890, a legislação instituiu a prisão por vadiagem visando especialmente os ex-escravos que acorriam do interior para o Rio de Janeiro onde disputavam, com enorme desvantagem, empregos com imigrantes brancos, beneficiados pela propaganda e mais adaptados ao trabalho urbano. Adiante, em 1898, tropas de negros baianos trazidas à capital por inseguros comandos militares após a campanha de

Canudos aquartelaram-se em barracos no Morro da Providência, junto ao Quartel General, atual sede do Comando do I Exército, formando a primeira favela do Rio de Janeiro. A esses pioneiros logo se juntariam pobres expulsos de suas casas pela onda de modernização estética do centro da cidade, inspirada nos *boulevards* de Paris.

A indignação popular gerada por esta situação, que coincidiu com a aplicação obrigatória da vacina antivariólica resultou em uma semana de batalha entre forças policiais e militares e o povo – a “revolta da vacina”, de 1904. Em 1910, marinheiros negros sublevaram navios da Armada na Baía da Guanabara, em protesto contra a aplicação do castigo da chibata por ordens oficiais incompetentes: eles haviam sido treinados na Inglaterra para operar os novos navios e os oficiais, não.

As religiões africanas eram perseguidas pela polícia, danças e ritmos afro eram excluídos do carnaval das elites, com seus corsos, confetes e serpentinas. A pecha de imoralidade se abatia sobre negros e mestiços pobres, enquanto os remediados cobriam-se de talco e alisavam os cabelos para fingir-se de brancos. Alguns se diziam índios e, para comprovar suposto nativismo, defendiam a adoção do tupi-guarani (falado no país até 1750) como língua oficial. Importaram-se alvas prostitutas da Polónia – jovens judias excluídas pelos *progroms* de lá. Como a ocupação delas não era aceita pela comunidade judaica, nem seus corpos nos campos santos católicos, criaram para si um cemitério próprio, no bairro de Inhauma (RJ): algumas se estabeleceram na comunidade, matriarcas de famílias numerosas.

A revolução de 1930 (que se seguiu e foi viabilizada pelo impacto do craque de 1929) reverteu esse quadro de feroz segregacionismo, contra o qual se erguia impotente crítica antropológica. Nas décadas seguintes, aliado do poder o liberalismo oligárquico, o Brasil chegou a formular uma representação de si mesmo como nação pacífica formada pelo encontro de “três raças tristes”. Os remanescentes indígenas foram protegidos em suas terras tribais e as culturas ameríndia e afro-brasileira cultuadas como acervo nacional enquanto o país se urbanizava, industrializava e progredia aceleradamente.

A história, a partir do golpe de Estado de 1964, tem sido a alternância entre duas concepções: a oligárquico-liberal, eventualmente associado ao movimento fascista poderoso nos Estados do Sul e influente nas forças armadas, e o nacionalista-desenvolvimentista, aliado ou não a grupos que representam interesses populares. Vultosos investimentos norte-americanos no pós-Segunda Guerra promoveram a doutrinação e infiltração no meio acadêmico e

corporações do serviço público. Esforços contínuos, na forma de “colaboração científica” ou financiamento de empresas de mídia e organizações não governamentais têm promovido o confronto racial. Trata-se, essencialmente, de quebrar a unidade do povo e aguçar toda forma de conflitos culturais.

A Antropologia que passou a ser ensinada desconsidera a forte presença da ancestralidade indígena (por linhagem materna principalmente, indicam as pesquisas por amostragem de DNA mitocondrial) na população integrada à produção econômica – principalmente no Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Abandonadas as denominações vernáculas, “mulatos” e “caboclos”, todos os não-brancos passaram a ser chamados de “negros”, à maneira norte-americana.

O interessante é que, do ponto de vista da população europeia e, em particular, dos Estados Unidos, como veremos, somos todos mestiços, mesmo os de ascendência nórdica, porque predominam os traços da Antropologia Cultural: a condição de latino-americano independe da cor da pele e dos traços físicos.

5 - A grande América Mestiça e suas partes

“América Latina” é uma denominação híbrida, que conjuga a imagem cartográfica do continente – a “América” – e um entendimento originalmente preconceituoso, da palavra “latino”: neste caso, ela não se aplica, aos povos em geral cujo idioma deriva do latim romano, ou, mesmo, aos franceses de Quebec ou italianos de Chicago, mas aos mestiços – indistintamente, no sentido da Antropologia Étnica ou da Antropologia Cultural – que habitam uma parte do continente americano. No dicionário racista, mestiços são os mais degradados dos homens.

Populações nativas da América – tribos, nações, impérios – foram subjugadas, espoliadas e desbaratadas por invasores europeus vindos, principalmente, da Península Ibérica; dessa situação conflituosa, por aculturação e miscigenação, constituíram-se sociedades que a História separou por fronteiras arbitrárias.

Na geografia descritiva, não existem latino-americanos, mas sul-americanos, centro-americanos e norte-americanos distribuídos em entidades políticas com soberania formal recente – em média, dois séculos. A unidade expressa no conceito “América Latina” – ao contrário do que o adjetivo “latina” indica – é a presença do substrato indígena e do estoque africano imigrado na composição étnica da maioria da

população, quando não, em traços da cultura partilhada. Na prática política, no entanto, a percepção da latino-americanidade não é homogênea em distintos segmentos da América Latina.

A consciência do passado pré-colombiano é difusa e visível no México, na América Central e nas populações andinas, do Atacama e Paraguai para o Norte, sustentado, em parte, em documentos e na memória coletiva de prósperos impérios.

Pressão econômica contínua e ações militares frequentes desde a invasão da Baía dos Porcos, Cuba, em 1961, prolongam um clima de tensão e sentimento de perda que é parte da história nacional do México desde meados do Século XIX. O resultado é uma corrente migratória incessante em direção ao Norte e, por outro lado, a esperança resistente de uma unidade continental redentora. Esse é o contexto em que ocorrem os episódios locais de resistência de Cuba e Venezuela, afora a permanente tensão na Nicarágua, Panamá, República Dominicana ou em Chiapas, além da difusa rebelião nos Andes.

Brasil, Argentina e Chile sofrem modelo um tanto diferente de intervenção: o projeto, aí, é incentivar a liderança política de descendentes da imigração recentemente europeia, associados a oligarquias que se formaram em zonas de exploração agrícola. A tática, aí, é negar o passado indígena e a unidade latino-americana; construir uma história hipotética em que tudo se justifique por um passado sinistro e degradante; e promover a divisão étnica como símile deformado da luta de classes. A integração da América Latina, para fins políticos, depende do reconhecimento dessas diferenças, da produção de argumentos adequados em cada caso e de sua instrumentação. Será necessário combater a tendência de importar ideologia – no Direito, na Educação, na formação militar – como se fosse ciência e pensar o mundo com os olhos de inteligência própria, não alheia.

A Geografia será destruída?

A retomada da intersecção Geografia-Marxismo

João Victor Moré Ramos

Introdução

Qualquer iniciativa que se proponha a debater a história do pensamento geográfico, irá se defrontar com inúmeras correntes teóricas carregadas de modismos passageiros que reclamam para si a especificidade do conhecimento geográfico, restringindo às análises apenas à teoria mais recente, numa espécie de *dernier cri* das fronteiras da ciência geográfica.

Ora, se a geografia é uma ciência histórica como as demais ciências sociais, tanto pelo seu duplo caráter fenomenal, - isto é, “como representação, ideia da coisa, coisa para nós no sentido Kantiano” - e nomenal, de “coisa representada, coisa em si” (RANGEL, 1957, p.67), não deixa de ser também ciência da natureza, que a difere das outras ciências justamente “por não possuir uma categoria particular de objetos ou fenômenos com objeto específico de estudo”, mas sim, “uma multitude de coisas heterogêneas integradas [...] como um estudo de combinações [...] correlacionadas com o desenvolvimento e aplicação genérica de conceitos e princípios gerais ou leis científicas” (HARTSHORNE, 2006, p.32)

Nesse sentido, é possível dizer que a geografia possui uma identidade, uma “unidade de substância” (ABBAGNANO, p.539), que em nenhum momento implica em rigidez ou limitação. Não se trata, portanto, de restringir as iniciativas de análise e, sim, ampliá-las a fim

de contemplar a ciência geográfica enquanto detentora de uma trajetória histórica permeada por crises e continuidades.

Daí que tratar de epistemologia em ciências humanas significa caminhar em uma linha tênue que muitas vezes se confunde entre diversas disciplinas como Geografia, História, Ciências Sociais, etc. visto que se trata de um campo de estudo que se entrelaça na explicação de um objeto comum: a sociedade e a natureza. Disso, faria sentido perguntar o que diferencia uma ciência da outra? O que diferencia uma análise geográfica de uma análise histórica?

A fim de suscitar respostas para esses questionamentos, este trabalho objetiva sustentar a superação das diferenças entre as ciências, corroborando a tese de Mamigonian (1979, p.15) onde afirma que não existe uma “explicação geográfica”, “uma explicação econômica”, etc., e que, paradoxalmente, no limite extremo do raciocínio, é preciso “acabar com a Geografia”, bem como com as demais ciências sociais enquanto ciências distantes e separadas umas das outras, isto é, é preciso buscar “uma explicação total” como “crítica às diferentes fragmentações da realidade”.

Para tanto, o texto encontra-se dividido em quatro partes, além desta introdução e das considerações finais. Na primeira e segunda parte apresenta-se as teses de Gomes acerca da geografia como uma forma autônoma e original de estruturar o pensamento, de pensar e fazer geografia e sua interpelação. Na sequência, resgata-se as bases originárias da intersecção geografia-marxismo a fim de analisar os avanços e recuos ao longo do século XX no Brasil e no mundo.

A “Visão Geográfica” em seu labirinto⁴

Inicialmente, se se admite que a Geografia é uma “forma de pensar” tal qual afirmado por Gomes (2017) faz necessário estabelecer uma “ponte” entre a subjetividade do indivíduo ao objeto a ser analisado. Este é o passo inicial de uma pesquisa. A ponte é a metodologia; a subjetividade, por sua vez, é o conhecimento geográfico historicamente construído que interage com suas condições materiais. O que determina se esta “travessia” será geográfica ou não, segundo o autor, é a pergunta que se faz ao final da ponte ao alcançar o objeto.

Seguindo este raciocínio, esta miríade de questões proposta pelo autor revela desafios complexos. Depara-se com a constatação de que não existe fórmula exata para “se fazer geografia”, dada a multiplicidade da disciplina; tampouco, há consenso sobre o que seria seu objeto ou método. Pouco se considera que a Geografia moderna nasce de forma contraditória em plena transição do feudalismo para o capitalismo, fruto da filosofia clássica alemã (Kant, Hegel) enquanto resposta para o atraso político, social e econômico da Alemanha e sua unificação do Estado Nacional (MAMIGONIAN, 1996).

Ainda que a Geografia seja originariamente contraditória e complexa, Gomes (2017) nos apresenta uma metodologia facilitadora de análise. Como se fossem “filtros geográficos”, o autor nos apresenta respectivamente três categorias: sensibilidade espacial, inteligência espacial e dispersão espacial.

A - Sensibilidade espacial: seria a capacidade de perceber o objeto de pesquisa em questão e reconhecer que dividimos o mesmo plano de existência, como uma espécie de impressão causada pelo o que

⁴ Sobre a Geografia em seu labirinto, ver (Mamigonian, 2019).

o autor denomina de dimensão espacial. Trata-se de uma capacidade de situar coisas no espaço e de nos situarmos nele, de dirigirmos os movimentos do corpo no espaço. “Corresponde, sobretudo, à capacidade de saber se orientar, de constituir traçados entre coisas diversas que estão dispersas no espaço” (GOMES, 2017, p.17), sendo esta sensibilidade espacial inata aos seres humanos.

B - Inteligência espacial: Após o processo anterior, é necessário reconhecermos que existem saberes geográficos construídos historicamente pela sociedade, incluindo a chamada geografia vernacular (CLAVAL, 2011). De quais formas o objeto de pesquisa dialoga com estes conhecimentos? Gomes (2017) afirma que a partir de nosso desenvolvimento cultural forma-se esta “inteligência espacial”, isto é, um conjunto de conhecimentos que são estabilizados e transmitidos. Sejam classificações, roteiros, delimitações, localizações, etc.

C - Dispersão espacial: A partir do momento em que agrupamos estes conhecimentos, é necessário criar relações e associações, resultando em explicações sobre o porquê das formas espaciais da sociedade se organizarem de determinadas formas. “Responder à questão do porquê da lógica das localizações [...] nossa curiosidade se dirige para produzir explicações sobre os sistemas de lugares”. Isto é: “a análise sistemática dessas informações e a associação que podemos construir logicamente compõem, em grande parte, o programa da ciência moderna” (GOMES, 2017, p19 e seg.).

A conjunção destes três eixos faz emergir a questão central que permeia e orienta a tese de Gomes (2017), que é a discussão da localização no espaço. Seguindo seu raciocínio, portanto, para conferir

uma visão geográfica a uma pesquisa devemos questionar como se dá a espacialização do fenômeno. De quais formas podemos perceber (sensibilidade espacial), compreender (inteligência espacial) e analisar (dispersão espacial) o objeto enquanto integrante do espaço?

A partir desta problematização inicial, parte-se aqui para o aprofundamento do debate. É preciso sinalizar de antemão, que segundo a tese de Gomes (2017) é impossível analisar geograficamente um objeto sem localizá-lo e abranger seu contexto histórico-social em múltiplas escalas. É assim que se dá a possibilidade de se distanciar de uma visão individualista, classificatória e taxonômica, cara ao pensamento positivista. “Parte-se e guarda-se a diversidade, pois devemos refletir sobre as coisas tal como aparecem no mundo, dentro das condições pelas quais se mostram e como partes dos conjuntos dentro dos quais se apresentam” (GOMES, 2017, p.25).

Elenca-se o exemplo da *Naturgemälde* de Alexander von Humboldt como marco desta espacialização pioneira que caracteriza a Geografia moderna. Neste quadro de representação do Chimborazo, percebe-se a conjugação dos qualitativos elencados anteriormente por Gomes (2017). “Daí deriva o fundamento da conexão que se exprime com clareza nos programas científicos do pensamento geográfico moderno”. A noção de localização é o principal. É daí que se encontra o eixo fundamental dos trabalhos de Humboldt, pois consiste “em uma nova forma de apresentar esses elementos em um conjunto, localizando-os, situando-os [...] sem apelar para uma narrativa anterior da qual a imagem seria apenas uma expressão” (GOMES, p.25 e seg.).

Não se trata, por conseguinte, meramente de uma pintura ou uma representação imagética de um lugar ou paisagem e, sim, de

elencar estes elementos e construir, através de uma metodologia própria, relações geográficas entre eles. Em *Naturgemälde*, o todo é uma reação ecológica em cadeia. Wulf (2016) nos traz o relato-biografia de Humboldt onde o mesmo afirmava que o mundo era baseado em interação e reciprocidade, sendo a natureza uma teia de vida e força globais. “Apresentadas em conjunto, sobre um mesmo plano [...] na prática e de maneira muito própria, Humboldt construiu aí um sistema original de informações geográficas” (GOMES, 2017, p.39). Por fim, Gomes (2017) finaliza sua análise ao reiterar a tese de que para além de identificar um objeto ou um método próprio para a geografia, o crucial para os geógrafos e suas respectivas pesquisas seria a posse desta “visão geográfica” que permite localizar seus objetos.

Contudo, finalizada esta etapa de localização e posterior espacialização, como proceder? Como tratar e trabalhar os fenômenos geográficos em questão? Para a geografia, descrever é simplesmente compreender? A partir destes questionamentos pode-se introduzir a ideia central que estrutura a linha teórica-metodológica deste artigo: para sê-la efetivamente pertinente, uma análise geográfica deverá buscar compreender a sociedade e a natureza a partir de uma visão de totalidade. A categoria de totalidade como unidade da vida social se põe em pauta, é a mais adequada para identificar a “unidade da continuidade e da descontinuidade do processo histórico” realizada através do espaço (SANTOS, 1977, p.90), avançando assim, no debate proposto por Gomes (2017).

A Totalidade como intersecção geografia-marxismo

Para além de encontrar a “visão geográfica” descrita por Gomes (2017), se faz necessário ampliar esta compreensão orientada pela

“visão de totalidade”. Corroboramos com a tese de Mamigonian (1996) de que a geografia moderna já nasce com uma perspectiva dialética (e não positivista, como disse A. C. Moraes, entre outros). Privilegia-se aqui uma visão de conjunto da natureza e da sociedade, semelhante ao marxismo que considera uma “história da natureza, e uma história dos homens” (MARX, 2007, p.86). Segundo Pereira a geografia moderna nasce como uma resposta totalizadora, unindo o natural ao social, pois seus fundadores, Humboldt e Ritter, “estão preocupados tanto com a natureza como com a sociedade” (PEREIRA, 2009, p.125).

Para além da *Naturgemälde*, ao longo do trabalho de Humboldt podemos perceber a preocupação para com a totalidade e a necessidade de analisar a natureza como um todo movido e animado por forças internas. Ademais, a geografia de Humboldt tinha vistas a abranger um estudo transversal combinando economia, geografia, flora, fauna, topografia, clima, solo, etc., como se observa em suas viagens realizadas em Cuba e no México coloniais, estudados como “formações econômico-sociais específicas”, que resultaram em “magníficos trabalhos de geografia humana” na qual “ele chamou de Ensaio político”, bem como suas análises dos diferentes níveis climático-botânicos nos Andes Setentrionais” combinadas a atividade humana que deram origem posteriormente ao “geossistema” (MAMIGONIAN, 2019, p.10).

É sobre esta base que a ciência geográfica moderna se ergueu refutando a tese de uma ciência especializada desde sua origem. “A maneira de Kant, Humboldt procurou abranger a geografia física e a geografia humana como estudos inter-relacionados, mas distintos” (MAMIGONIAN, 1996, p. 200).

Já o marxismo, herdeiro de raízes comuns à geografia, se fez mais internacional em sua origem, “pois se preocupou basicamente com a crítica ao capitalismo, com a alienação do trabalhador, com a luta de classes” herdado do socialismo francês, e da economia política inglesa (MAMIGONIAN, 1996, p.199). Isto é, considerava “os processos históricos em sua rigorosa necessidade, sem cair em construções apriorísticas ou em princípios psicológicos de explicação” ao instaurar uma nova relação entre homem e natureza no “desenvolvimento da formação econômica da sociedade burguesa” revelada na própria historicidade da natureza, bem como em sua naturalidade da história (QUAINI, 1979, p.47).

Como ressalta Pereira (2009), para Marx não interessava conceber a natureza apenas como problema filosófico, abstrato e metafísico. Há uma necessidade de se trabalhar a natureza no terreno da assim chamada história universal, enquanto criação do homem pelo trabalho humano e devir da natureza para o homem. É assim que Marx fundamenta seu método científico em História, “precisamente porque soube isolar” desde o início “os raciocínios histórico-filosóficos sobre a sociedade em geral, e se propôs a dar somente uma análise científica de um sistema determinado de relações de produção” (SANTOS, 1977, p.84).

Desta premissa resulta uma das mais férteis aproximações entre a geografia humana e o marxismo, pois segundo Santos (1977, p.84) a categoria marxista de formação econômico-social (F.E.S.) entende que “não há uma sociedade em geral, mas que uma sociedade existe sob um invólucro histórico determinado”. Ainda insiste que “cada sociedade veste a roupa de seu tempo”. Daí a diferença entre a F.E.S. e sistema

social, este último podendo ser aplicado “a qualquer forma de sociedade”.

O fracasso da intersecção geografia-marxismo no mundo

Infortunadamente, no último quartel do século XX, a ciência geográfica tornou-se cada vez mais dilapidada em uma crescente especialização e fragmentação, a exemplo da clivagem entre geografia humana e geografia física. A expansão agressiva da chamada geografia teórica inaugurada nos EUA impôs uma visão de mundo reacionária e utilitarista da sociedade e da natureza. Nos grupos orientados à esquerda do espectro político não foram poucos os intelectuais que se deixaram seduzir pelos modelos quantitativos cada vez mais presos à necessidade de “originalidade”, em consequência de um individualismo cada vez mais doentio (MAMIGONIAN, 1996; 2019).

Desta maneira, a geografia distanciou-se de uma análise do todo tal qual preconizada por Kant, Hegel, Humboldt ainda no século XIX. Com o advento da chamada pós-modernidade, esta configuração regressiva tornou-se ainda mais palpável. Harvey (2006, p.65) afirma que este “novo” espaço-temporal se tornou um campo de opiniões e forças políticas conflitantes que já não pode ser ignorado. Segundo o autor, o “pós-modernismo não é senão a lógica cultural do capitalismo avançado. As lutas antes travadas exclusivamente na arena da produção se espalharam”. Neste sentido, não restam dúvidas de que as tendências em matéria de renovação da geografia caminharam de modo inverso na busca por respostas às dúvidas sobre o futuro da humanidade, sobretudo após 1960-70.

Para além disso, o progressivo colapso da União Soviética seguido pelo XX Congresso do PCUS (a denúncia de Krushev dos

crimes de Stálin) e a queda do Muro de Berlim (LOSURDO, 2004) são marcos históricos que ajudam a explicar o porquê da desilusão da esquerda moldada na esteira das revoluções socialistas do século XX; e, por outro lado, da criação de um caminho livre para o aprofundamento radical do neoliberalismo capitalista. Nesse interim, as noções de imperialismo, caras ao pensamento marxista, foram substituídas pelo discurso da globalização, facilitado sobretudo pelas tecnologias da informação disseminadas pelas escolas de administração de empresas (Harvard, Yale, etc.) no interior das ciências humanas (MAMIGONIAN, 2004b, p.4).

Zamora (2016, p.3) afirma que a década de 1980 é uma década de “renúncias”: primeiro por parte dos governos socialistas, como afirmado anteriormente, em seguida pelos intelectuais. “Os companheiros de viagem de ontem tornaram-se facilitadores do neoliberalismo e apaixonados opositores de qualquer experimento de transformação da sociedade”. Tudo o que havia sido celebrado como avanço progressista posteriormente tornou-se relacionado à questão das tentações “totalitárias” do Estado. “Por este caminho, o Estado, a seguridade social, a redistribuição, a propriedade pública e a nacionalização começam a ser vistas como ideias datadas e conservadoras”.

Não por acaso, esta “ressaca” nas ciências humanas gerou um gigantesco desconforto. Surgiram dúvidas de como adaptar-se às condições geopolíticas vigentes, bem como a criação de um sentimento de renúncia às experiências do século XX, tratadas como ortodoxas ou datadas. “Estas questões ilustram perfeitamente algumas das mutações que ocorreram na esquerda pós-1968, suas desilusões e uma profunda

transformação do campo intelectual francês (ZAMORA, 2016) que se aceleraram com a certidão de óbito do marxismo ocidental (LOSURDO, 2018).

Harvey (2006) sinaliza que a maioria dos pensadores pós-modernos se deslumbraram com as possibilidades da informação e da produção, da análise e da transferência do conhecimento. Jean-François Lyotard, por exemplo, fala sobre a passagem da humanidade para uma sociedade “pós-industrial” baseada na informação. Este colapso dos horizontes temporais, construídos ao longo do século passado buscando um sentido de longo-prazo e processo histórico, acabou substituído pela preocupação com a instantaneidade e à celebração das qualidades transitórias da vida moderna.

Esta estética pode ser vista no exemplo Michel Foucault, renomado autor da chamada pós-modernidade. “Seu trabalho, no que é mais geralmente conhecido como pós-modernismo, condiciona os termos do debate intelectual da segunda metade do século XX” (ZAMORA, 2016, p.2). Foucault (2017, p.253) nos expressa a efemeridade e a fragilidade da vida humana frente às relações de poder que permeiam a sociedade.

Segundo o autor, a dominação é feita de forma implícita pelo o que ele denomina de micropoderes: “Trata-se de uma rede de aparelhos dispersos, sem aparelho único, sem foco nem centro, e uma coordenação transversal de instituições e tecnologias”. Esta crítica, contudo, é feita de forma a não endereçar os responsáveis a propagar estas desigualdades e assimetrias. Como afirma Harvey (2006, p.49): “O que parece ser o fato mais espantoso sobre o pós-modernismo é sua

total aceitação do efêmero, do fragmentário, do descontínuo e do caótico. Não se tenta transcendê-lo, opor-se a ele”.

Seguindo a “lógica” de Foucault (2017), esta dominação “dispersa” propaga-se igualmente na ciência. “A coerção ao verdadeiro, a obrigação de verdade, os procedimentos ritualizados para produzi-la há milênios atravessam completamente toda a sociedade ocidental e agora se universalizaram para se tornar a lei geral de toda a civilização” (FOUCAULT, 2017, p.248). Novamente, o autor se exime de tomar uma posição crítica e ativa – sobrepondo-o, contudo, à descrença pelo o sistema tal qual se está estruturado. Essa “posição de árbitro, de juiz, de testemunha universal, é um papel a que me recuso absolutamente” (FOUCAULT, 2017, p. 246).

Ficam evidentes as discontinuidades históricas engessadas por Foucault, que descartava “o progresso no interior do historicismo”, na tentativa fracassada de rechaçar o marxismo (COUTINHO, 2010, p.166). De certo modo Lenin, já no início do século XX, chamava atenção, seguindo os passos de Marx, da característica positiva da continuidade. Para ele, a ligação orgânica entre o reconhecimento da continuidade de determinadas tendências históricas e sua necessária modificação radical de função quando tem lugar profundas transformações revolucionárias só caberiam ao socialismo na sua generalização. Em outras palavras, isso só foi possível ao marxismo por que em nenhum momento este rechaçou “as mais valiosas conquistas da época burguesa, mas, pelo contrário, assimilou e reelaborou tudo o que existia de valioso em mais de dois mil anos de desenvolvimento do pensamento humano e da cultura de humanos” (LUKACS, 2008, p. 121-122).

A aproximação “aos trancos e barrancos” da intersecção geografia-marxismo no Brasil

Curiosamente, nesse mesmo período de crise da ciência, a geografia humana brasileira passou a se interessar mais pelas “formas das coisas do que pela sua formação” (SANTOS, 1977, p.81). É o caso do próprio debate proposto por Milton Santos aproximando geografia e marxismo em seu texto “Sociedade e Espaço: a formação social como teoria e como método”, publicado em segundo plano pela revista francesa de geografia, a *Antípode*, em fevereiro de 1977, - e posteriormente no Brasil, no Boletim Paulista de Geografia em junho de 1977 - não recebendo a devida atenção nos maiores centros de pesquisa geográficos no país (USP e UFRJ) como recorda Armen Mamigonian (1996).

De certo modo, isso pode ser explicado por três impactos simultâneos, especialmente pelo revés ético-cultural no campo do pensamento social brasileiro: em primeiro lugar, deve-se considerar a influência da escola regional francesa de geografia (seja pela ala mais à direita, encabeçada por Vidal de la Blache, e os estudos dos gêneros de vida com forte viés pré-capitalista, que recusa o universo de relações complexas entre os homens e suas diferenciações históricas e geográficas, rompendo-se assim com a visão de processo, ao limitar a geografia às permanências, e às descrições, ou pela ala mais à esquerda, com Pierre George e seus discípulos, influenciados pela geografia ativa quantitativa (MAMIGONIAN, 2003).

Ademais, havia também nos anos 1970 a atuação internacional do radicalismo anglo-americano tendo à frente David Harvey, Soja, entre outros, que se ocupavam em promover um confuso

distanciamento (MAMIGONIAN, 2019) do chamado “ortodoxo” - ao situar Marx como a criança que deveria ser salva da “água suja” da ortodoxia marxista – método este utilizado em grande parte do tempo como uma “arma retórica a fim de silenciar os críticos” (LOSURDO, 2012)

Em um segundo momento, a ideia do pluralismo metodológico criticado por Sartre (1967) como porta de entrada ao fascismo, este último também considerado por Togliatti “como algo em desenvolvimento, nunca como algo fixo, nunca como um esquema ou como um modelo” (KONDER, 2009, p.170), permitiu uma série de equívocos e deformações ante ao rigor da categoria de “totalidade”, que tem sua origem e evolução no interior da geografia e do próprio marxismo. Nesse sentido, é insuficiente pensar que os efeitos da fragmentação, especialização e separação presente nas ciências, inclusive a geográfica, foram um denominador comum entre as concepções pós-modernas. Como recorda Losurdo (2012), até mesmo David Harvey teve a capacidade de penetrar na fragmentação da geografia, bem como no niilismo das narrativas pós-modernas ao fornecer um quadro materialista, embora fracassasse em suas conclusões por suprimir em suas análises a revolução anticolonial tão cara a compreensão do imperialismo e da própria centralidade da “questão nacional” (LOSURDO, 2018, p.174).

Por fim, tem-se as degenerações de maio de 1968 que em alguns casos foi considerado como uma “verdadeira filosofia da história” (LOSURDO, 2004, p.72). De acordo com Gramsci (1968), as heranças e valores positivos que a atividade crítica deveriam ter com as tendências culturais foram radicalmente subvertidas por um tipo de ciência

radicalmente “nova” emergida com a sociedade industrial (Marcuse, a Escola de Frankfurt, Foucault, entre outros expoentes do marxismo ocidental).

Segundo Colletti, esta filosofia da história ao mesmo tempo que colocou de pé a ideia de emancipação do homem, submeteu as relações homem-natureza em velhas concepções mítico-mágicas “típica da mística hebraica e protestante de uma ressurreição da natureza degenerada” a fim de encantar as massas deserdadas do subdesenvolvimento contra a “coerção e hierarquia” da “racionalidade científica” herdada da técnica ocidental e “do hábito crítico e experimental que o pensamento moderno vinha elaborando de Galilei em diante, passando por Newton, por Voltaire, por Hume, por Kant, etc.” (COLLETTI, 1983, p.202 e seg.).

Sem embargo, no Brasil a década de 1980 marcou o ápice das mudanças no campo progressista da intelectualidade nacional. Claro que, raras exceções, alguns intelectuais entrincheirados na batalha das ideias mantiveram-se atentos quanto à radicalização agressiva aberta pelo programa neoliberal de Reagan e Thatcher, - corrida armamentista e guerra nas estrelas - após as derrotas militares na Ásia (Vietnã), a expansão geopolítica da URSS, e a crescente concorrência japonesa (MAMIGONIAN, 2001a).

Conforme assinala Biondi (1989), devido à ressaca das décadas anteriores em que “se falavam muito de nacionalismo, em modelos próprios e coisas e tais”, a intelectualidade oficial com “vergonha de não ser moderninho”, passou a “jogar tudo o que se pensava no lixo”, colocando como cerne da questão a “competitividade”, a “necessidade de inserir a economia nacional no contexto mundial” – muito longe de

uma discussão rica, que buscasse saídas para a crise do País (BIONDI, 1989, p.295).

Vale lembrar que nesse período umas gamas de intelectuais de renome nacional e internacional passaram a não considerar as especificidades do subdesenvolvimento da qual o nacionalismo da periferia continha contornos altamente revolucionários, como foi o caso da revolução comunista chinesa, da revolução de 30 no Brasil, do peronismo na Argentina, de Nasser no Egito, etc. - em oposição ao nacionalismo reacionário dos países do centro do sistema (MAMIGONIAN, 2001a).

Por certo, a geografia crítica brasileira também sofreu deslizes com o refluxo das lutas sociais, dada a ofensiva do programa neoliberal movido ao marketing da ideia de globalização submetendo o “mundo aos seus interesses” (MAMIGONIAN, 1999b, p.40). Mamigonian recorda que a crítica ao pensamento único expressado pelo neoliberalismo, de uma maneira ou de outra, colocou a reboque a intelectualidade brasileira no interior do próprio programa neoliberal, agora com novas “maquiagens” socioeconômicas – novas expressões para um velho problema. É que as instabilidades geradas pelo capitalismo passaram ironicamente a serem taxadas respectivamente ao longo dos séculos de “crise”, “depressões”, “recessões”, “ajuste de crescimento”, para, por final, serem classificadas como “equilíbrios permanentes de desemprego” (MAMIGONIAN, 2000).

É importante lembrar que o termo Crítica se refere à proposta de renovação da geografia por Milton Santos em 1978 quando publicou “Por uma Geografia Nova”. Nesta obra, há uma grande preocupação em definir o objeto da geografia humana em vista da revolução técnico-

científica-informacional, ou terceira revolução industrial inaugurada pelos soviéticos no segundo pós-guerra, cujo avanço teórico-metodológico da geografia acabou por avançar mais no campo da natureza e do planejamento, com se observa nos estudos de geossistemas - com Sochava na URSS, Bertrand na França e Carlos Augusto F. Monteiro, Aziz Ab'Saber, João J. Bigarella no Brasil, etc. - do que nas ciências humanas (MAMIGONIAN, 2019).

É neste sentido que Milton Santos irá afirmar que “toda verdadeira teoria é sinônimo de teoria revolucionária”. E assim acrescenta: “a própria teoria tem de se adequar às condições atuais do mundo atual e representar uma relação entre o novo e seu significado original, e as coisas velhas com seu novo significado” (SANTOS, 2004, p.195). Daí que irá insistir na “noção de formação social como categoria da realidade e como categoria analítica” mais adequada para ajudar na formulação da teoria “cuja evolução diferencial das sociedades” se dá em seu “próprio quadro e em relação com forças externas das quais frequentemente lhe vem um impulso motor” (SANTOS, 2004, p.246).

Todavia, mesmo com todo o esforço de Milton Santos em avançar com o paradigma de formação social (F.E.S.) no interior da ciência geográfica, predominou na crítica uma espécie de ruptura⁵ com toda a tradição escolástica de geografia produzida ao longo do século XX no Brasil, dado o messianismo acadêmico promovido por uma gama

⁵ Segundo Gramsci, “pode-se julgar uma geração segundo o mesmo juízo que dá da geração anterior, um período histórico segundo seu próprio modo de considerar o período pelo qual foi precedido”. Ainda nessa mesma direção, Gramsci sustenta que uma “geração que menospreza a geração anterior, que não consegue ver-lhe a grandeza e o significado necessário, só pode ser mesquinha e sem confiança em si mesma, ainda que assuma pose de gladiador e mania de grandeza”. Aliás, “é a habitual relação entre o grande homem e o criado de quarto. Destruir tudo para emergir e destacar-se. Ao contrário, uma geração vital e forte, que se propõe trabalhar e afirmar-se, tende a superestimar a geração anterior porque sua energia lhe dá a segurança de que irá além” (GRAMSCI, 2007, p.111).

de intelectuais anões advindas das fileiras do movimento estudantil e do marxismo de salão em voga, que procuraram estimular o caminho “independente” em pesquisas e orientações privilegiando leituras apressadas da realidade (MAMIGONIAN, 1996; 2008; 2019).

Como lembra Coutinho (2010), o próprio marxismo, sobretudo o que estava colocado enquanto vanguarda no Ocidente capitalista (principalmente em sua periferia) foi alvo de inúmeras distorções e equívocos. Por exemplo, com a abertura democrática no Brasil, as teses e conceitos elaborados por Antônio Gramsci sobre a filosofia da práxis fora subvertida por parte de nossa “intelectualidade de esquerda em direção a posições, inicialmente, social-democratas e, mais recentemente, claramente neoliberais”. De fato, a falsa dicotomia conceitual entre Estado/sociedade civil, justo num momento em que se saía de um longo regime militar, alimentou grande parte da *intelligentsia* brasileira com conotações negativas a tudo que se referia ao Estado, “obstruindo o caráter contraditório das forças sociais que formavam a nova sociedade civil brasileira” (COUTINHO, 2008, p.41).

Em linhas gerais, a Geografia Crítica acompanhou os infortúnios do pensamento único e passou a promover-se em duas frentes: o desprezo “pelo trabalho de campo” e também “pela Geografia física” em favor exclusivo da “teoria” (MAMIGONIAN, 2008, p.29). É o que se observar em Moraes (1981, p.36), um dos articuladores dessa “suposta ruptura epistemológica”, que chegou a afirmar que “a divisão do movimento de renovação da Geografia” se dava em duas vertentes, a Crítica e a Pragmática, assentado numa “polaridade ideológica” de propostas efetivas – dependendo do “critério adotado” pela “concepção de mundo dos autores, vista como decorrente de posicionamentos

sociais e/ou engajamentos políticos”; ou, em Silva (1990, p.60), que vai além ao afirmar que o movimento de renovação da geografia “remete a um distanciamento em relação ao marxismo-leninismo”, aproximando-se sucessivamente da “historiografia inglesa, ao neomarxismo norte-americano, à Escola de Frankfurt” como resposta “à crise do marxismo” – que irá denominar-se posteriormente de “pós-marxista”.

Não obstante as assertivas assinaladas acima, havia também em seu conjunto um movimento de reestruturação no campo geográfico que, conforme assinalou Pedrosa, estimulou uma perda de força do marxismo (1983-85), cedendo às pressões da “nova esquerda e do pós-estruturalismo”. Ainda segundo o autor, incorporavam-se gradativamente novas traduções de literaturas do centro do sistema já “distantes do marxismo, ligados a teoria crítica” com um claro “objetivo de superar o marxismo” – Lacoste (Heródote) na França, Vesentini, Souza, etc. (eixo Rio-São Paulo) no Brasil (PEDROSA, 2015, p.40-41).

Com efeito, uma análise mais rigorosa desse processo de virada de campo por parte da intelectualidade ocidental, - como no caso da geografia brasileira – não deveria se limitar somente ao campo teórico-epistemológico das “mudanças” em curso, já que os elementos fundamentais no que diz respeito à ofensiva neoliberal como técnica de guerra do imperialismo norte-americano foi muito mais amplo conforme assinalou Autor e Bastos (2019) em “A geopolítica da mídia no Brasil e no Mundo”.

Segundo Petras (2012, *tradução nossa*), a esquerda “anti-estalinista”, comodamente assentada nas universidades, que tanto gritou contra a ofensiva neoliberal e à necessidade de construir uma estratégia anticapitalista, nem ao menos refletiu sobre como eles

havam contribuído para minar o mesmo Estado de bem-estar social que havia empregado, alimentado e educado a classe trabalhadora no interior do bloco soviético.

Nesse sentido, se estamos de acordo com as observações de Wheen (2007) em seu livro “Como a picaretagem conquistou o mundo”, ao corroborar a tese de que a “direita é a nova esquerda”, não haveria dificuldade em concluir, como faz Mamigonian, que nos últimos tempos “na Geografia brasileira, principalmente após a AGB⁶ de Fortaleza (1978), surgiram alguns gênios nascidos de geração espontânea, que não devem nada a ninguém” (MAMIGONIAN, 2011, p.69). Conforme assinala Mamigonian, nos anos 1990 constituiu-se uma nova elite de geógrafos

junto aos órgãos de financiamento (Capes, CNPq, Fapesp etc.), valorizando o produtivismo, impedindo linhas de pesquisa e se subordinando à geografia européia e norte-americana, num processo de recolonização pernicioso. A primeira colonização (P. Defontaines, P. Monbeig e outros) alavancou a geografia brasileira a níveis internacionais, enquanto a atual apequena os novos geógrafos. Está sendo criada uma aliança tácita e subalterna a Capel, Levy, Quaini e outros, ex-marxistas que fazem propaganda neoliberal, e esta nova elite exerce um poder perigoso, como no caso das três visitadoras da Capes aos programas de pós-graduação que tiveram os seus promovidos. Esta nova elite é negativa para o pensamento brasileiro, tanto na Geografia como nas outras áreas do conhecimento (MAMIGONIAN, 2008, p.29-30).

Considerações Finais

⁶ (Associação de Geógrafos Brasileiros) É interessante observar que os grandes nomes da Geografia brasileira –reconhecidos internacionalmente - se deram muito antes do congresso “divisor de águas” em Fortaleza, quando foi defendido naquela ocasião “a importância crucial do sistema de Pós-Graduação”. Segundo Mamigonian, infelizmente acostumou-se “analisar a geografia brasileira a partir de uma ótica ideologizada”, sem se dar conta “da existência já nos anos 50 de geógrafos de altíssimo nível intelectual, como Aziz Ab’Saber [...] C. A. Figueiredo Monteiro entre outros no Rio de Janeiro, assim como nomes de destaque fora do eixo Rio-São Paulo como M. Correia de Andrade, M. Santos, V. A. Peluso Jr., J.J. Bigarella, entre outros” (MAMIGONIAN, 2001b, p.13).

Todavia, mesmo diante de tamanha confusão prático-teórica na Geografia brasileira, há que considerar certa combatividade mesmo que a reboque do programa neoliberal. Distante da domesticação intelectual colonizada pelo centro do sistema com a chamada geografia radical subserviente aos interesses do império como se observa na “adesão oportunista das novidades como o endeusamento da globalização por D. Harvey⁷ e H. Capel” que venderam a “ideia do desaparecimento da relações centro-periferia no mundo” (MAMIGONIAN, 2019, p.22), por aqui, Milton Santos, ao sugerir “uma outra globalização” havia apontado para a possibilidade da configuração do que hoje se conhece por países do BRICS e a sua não conformidade ou obediência com a “propaganda ocidental” (SANTOS, 2001, p.152). Aliás, segundo Mamigonian, “Milton teve a coragem de apontar a China e a Índia como países inseridos de forma ativa e não passiva na chamada globalização” quando afirmou que “não é verdade que a China esteja se tornando capitalista, podendo se utilizar do capital sem ser capitalista” (MAMIGONIAN, 2004a).

Disso, não restam dúvidas que algumas tendências em matéria de renovação da geografia brasileira caminharam de modo inverso na busca por “respostas às dúvidas surgidas sobretudo após 1960-70” quando se insinuou a crise do marxismo e das ciências em geral (MAMIGONIAN, 1999c, p.173).

Ao fim e ao cabo, as turbulências pela qual passou a Geografia ao final do século XX, e que se apresenta nesse primeiro quartel do

⁷ Ora, se H. Capel foi taxativo, no Encontro Nacional de Geografia (ENG) realizado na Paraíba em 2002, em aconselhar os geógrafos a não falar de imperialismo ianque (MAMIGONIAN, 2004c), D. Harvey foi mais longe a afirmar que a “China tomou inequivocamente o rumo da neoliberalização e da restauração do poder de classe” (HARVEY, 2008, p.133).

século XXI não são, *a priori*, um problema de método ou falta de objeto para a disciplina – que, a rigor, os críticos submetem a fragmentação do conhecimento, a precarização do ensino, etc. – como relata Milton Santos em entrevista à revista *Geosul*. Para o geógrafo terceiro mundista, após as mudanças sísmicas de 1978 no conhecido Congresso da AGB em Fortaleza, a geografia passou a se tornar “algo vendável”, sem compromisso algum com a produção “gratuita”. E acrescenta: mesmo que há, com certa nitidez, um processo de democratização das universidades, a produção acadêmica, por falta de objetivo, está sendo conduzida “à manifestação de oportunismos, que são um instrumento de dissolução do caráter das pessoas e quem não tem caráter, não pode produzir na vida acadêmica de forma importante” (SANTOS, 1989, p.144).

De outro modo, Mamigonian sustenta que a confusão reinante na geografia foi subproduto de uma “efervescência intelectual decorrente da liberdade momentânea” pós 1978. Grande parte da jovem guarda (Ruy, Carlos Valter, Ariovaldo, Antônio Carlos e outros) não “aprofundou a proposta de intersecção geografia-marxismo, jogando excessivamente para a plateia”, além do que se baseavam em autores já distantes do marxismo (H. Lefèvre, Y. Lacoste, J. S. Martins, e muitos outros) ao descartar uma geografia feita anteriormente, como se eles estivessem “fundando a verdadeira geografia” (MAMIGONIAN, 2008, p28).

Ainda aqui, segundo Mamigonian (2014), até mesmo Milton Santos acabou distanciando-se do marxismo na década de 1990 ao buscar definir a Geografia como uma ciência particularmente específica - como se dava no campo da economia, sociologia, antropologia, etc. - e

não mais uma ciência praticada a moda dos clássicos, como Humboldt, por exemplo, - que partia de uma visão global da realidade (totalidade) inserida no espaço não limitando o campo de estudos a uma especialidade.

Em “Natureza do Espaço”, Milton Santos já considerava assunto encerrado sobre uma possível “era pós-moderna” (SANTOS, 2006, p.42). Daí propor um diálogo crítico com tal acepção, -tida como um período “técnico-científico-informacional” (Ibid., p.178) – partindo dos textos de Anthony Giddens, o ex-esquerdista intitulado pelo *Guardian* de “a globalização numa só pessoa” (WHEEN, 2007, p. 246). Nesse sentido, pode-se dizer que o mote fundamental do distanciamento de Santos do marxismo se deu pelo caminho traçado por Giddens, quando apresentou seu programa neoliberal de uma possível terceira via – que não se desloca para além da modernidade, mas sim se trata como uma nova fase de “radicalização” (GIDDENS, 1991, p.50). Curiosamente, a obra de Giddens em pouco tempo de lançamento atraiu atenção de líderes políticos social-democratas (Tony Blair, Fernando Henrique Cardoso, Bill Clinton, Schröder), ao passo que em Pequim, após cinco dias da publicação, todas as autoridades chinesas já haviam feito a leitura do livro – procurando reagir a máxima de Handly: “também nós não sobreviveremos, se não reagirmos à maneira radical como o mundo vem mudando” (WHEEN, 2007, p.69).

Por outro lado, ao contrário da rigidez estabelecida pelo esquema possibilismo-determinismo nas relações homem-meio, - caros a geografia crítica brasileira – insistimos com (MAMIGONIAN, 1979; 1999^a; ANDRADE, 1989; VIERA, 1992; PEREIRA, 2009; MONTEIRO, 2020) que geografia e marxismo, enquanto gênese e

objeto, partem de posturas dialéticas e holísticas no método de abordagem do mundo. É como diz Lenin, para quem o

conhecimento humano não é uma linha reta, mas uma linha curva, que se aproxima infinitamente de uma série de círculos, de uma espiral. Qualquer fragmento, pedaço, bocadinho dessa linha curva pode ser transformado (unilateralmente transformado) numa linha autônoma, completa, reta, que (se por trás das árvores não se vir a floresta), então, conduz ao pântano, à padralhice (em que o interesse de classe das classes dominantes a **fixa**). Retilindade e unilateralidade, imobilidade e ossificação, subjetivismo e cegueira subjetiva, *voilà* as raízes epistemológicas do idealismo. E a padralhice (=idealismo filosófico) tem, naturalmente, raízes gnosiológicas, ela não é desprovida de terreno, ela é indiscutivelmente uma flor estéril, mas uma flor estéril que cresce na árvore viva do vivo, frutuoso, verdadeiro, poderoso, onipotente, objetivo, absoluto conhecimento humano (LENIN, 2018, p.336-337).

Daí que noções como totalidade e interdisciplinaridade ganham relevo nos paradigmas de formação sócio-espacial e geossistemas. Conforme expressa Tricart (1977, p.19), esses paradigmas são “o melhor instrumento lógico de que dispomos para estudar os problemas do meio”, pois “permite adotar uma atitude dialética entre a necessidade da análise – que resulta do próprio progresso da ciência e das técnicas de investigação – e a necessidade, contrária, de uma visão de conjunto, capaz de ensejar uma atuação eficaz sobre o meio” natural e social.

Nessa mesma perspectiva, Mamigonian (1999a, p.170) sustenta que só há geografia séria quando os geógrafos não assumem funções somente *stricto-sensu*, mantendo o cruzamento dos conhecimentos especializados sem perder de vista a visão global que distingue “vários níveis da construção estudada, desde os alicerces e do porão até o

sótão”, isto é, combinar num “primeiro nível” a “forte participação dos fenômenos naturais na vida humana” (de mudanças lentas); em um nível intermediário a “atuação das estruturas econômico-sociais” e num “nível mais elevado” os “acontecimentos políticos e eventos em geral” (MAMIGONIAN, 1999a, p. 170).

Disso, pode-se extrair a mais rica compreensão das aproximações produzidas entre geografia e marxismo na passagem do século XX ao XXI. O encontro de dois gigantes do pensamento nacional, - o economista Ignacio Rangel e o geógrafo Armen Mamigonian - contribuíram para a formação de uma escola singular de pesquisas no Brasil, culminando no que hoje chamamos de “Escola dos Anais de Geografia Econômica e Social” ou “Escola de Ignacio Rangel” (VIEIRA e PEREIRA, 2009). O marxismo medular de ambos os autores forjado sobre dissonantes caminhos da tônica intelectual brasileira e estrangeira, mais que uma original interpretação da realidade nacional, levou às últimas consequências a décima primeira tese de Marx sobre Feuerbach cujos filósofos são convidados a transformar o mundo (MARX, 2007) sem se entregar a um voluntarismo que se esquece que o mundo não pode ser transformado senão em obediência a suas próprias leis e que o conhecimento dessas é nossa função precípua” (RANGEL, 1982, p.144).

Mesmo navegando em afluentes científicos distintos, embora comuns e inseparáveis, - economia, história e geografia, etc. - o pensamento de ambos os autores, com toda sua independência de livres-pensadores, encontraram na foz um horizonte arraigado de criatividade na “explicação total” do Brasil, do mundo e de suas peculiaridades em permanente transformação. De um lado, Rangel

reivindicando as distinções entre o bom senso em geral e o bom senso nacional herdadas de Visconde de Mauá como “uma generalização preliminar do conhecimento empírico”, ao passo que admitia “uma natureza humana nacional, diversa da natureza humana em geral” (RANGEL, 1999), e, de outro, Mamigonian não se deixando enveredar por simplificações marxistas, - homogeneidade do capitalismo em todos os lugares, empirismo-abstrato quantitativista, etc. - levando adiante o conceito de “combinações genéticas de diferentes complexidades” de André Cholley (MAMIGONIAN, 1987, p. 52-53) foram pioneiros em apontar para a possibilidade de “conectar os paradigmas de “geossistemas” (natural) e “formação social” conforme assinalado por Monteiro (2020, p.182)

Referências

- ABBAGNANO, N. **Dicionário de filosofia**. 5ª ed. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2007.
- ANDRADE, M. C. de. **Caminhos e descaminhos da geografia**. Campinas, SP: Papirus, 1989.
- BIONDI, A. (debatedor). *In*: ODÁLIA, N. (org.). **Brasil, o desenvolvimento ameaçado: perspectivas e soluções**. São Paulo: UNESP, 1989. p.37-44.
- COUTINHO, C. N. **O estruturalismo e a miséria da razão**. 2ªed. São Paulo. Expressão Popular, 2010.
- COUTINHO, C. N. A presença de Gramsci no Brasil. **Revista em Pauta: Teoria Social & Realidade Contemporânea**, n.22, p.37-44, Rio de Janeiro, 2008.
- CHOLLEY, A. Observações sobre alguns pontos de vista Geográficos. **Boletim Geográfico**.n.179 (1ª parte, p.139-145), n.180 (2ª parte, p.267-276). Rio de Janeiro: IBGE, 1964, p.139-145 e 267-276.
- CLAVAL, P. **Epistemologia da Geografia**. Florianópolis: Editora UFSC, 2011.
- COLLETTI, L. **Ultrapassando o marxismo**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1983.
- FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2017.
- GIDDENS, A. **As consequências da modernidade**. Tradução de Raul Fiker. São Paulo: Unesp, 1991.
- GOMES, P. C. C. Um lugar para a Geografia: contra o simples, o banal e o doutrinário. *In*: FIORAVANTE, K. E; PEREIRA, R.; ROGALSKI, S. R. (org.). **Geografia e Epistemologia: ciência viva e dinâmica, aberta e plural**. Ponta Grossa: UEPG, 2010.

- GOMES, P. C. C. **Quadros geográficos: uma forma de ver, uma forma de pensar**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 2017.
- GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere, volume 4**. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- HARTSHORNE, R. O conceito de geografia como uma ciência do espaço, de Kant e Humboldt para Hettner. **Caderno Prudentino de Geografia**, Presidente Prudente, AGB-Seção Local Presidente Prudente, v.1, n.28, p.9-34, 2006.
- HARVEY, D. **O Neoliberalismo: história e implicações**. São Paulo: Loyola, 2008.
- HARVEY, D. **Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. 15. ed. Rio de Janeiro: Edições Loyola, 2006.
- KONDER, L. **Introdução ao fascismo**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.
- LENIN, V. I. **Cadernos Filosóficos: Hegel**. Trad. Paulo Almeida. São Paulo: Boitempo, 2018.
- LOSURDO, Domenico. **O marxismo ocidental: como nasceu, como morreu, como pode renascer**. Trad. Ana Maria Chiarini, Diego Silveira Coelho Ferreira. 1ª Ed. São Paulo: Boitempo, 2018.
- LOSURDO, D. **Fuga da história? A revolução russa e a revolução chinesa vistas de hoje**. Rio de Janeiro: Revan, 2004.
- LOSURDO, D. Per una critica a David Harvey. 2012. **Comunismo e Comunità**. Disponível em: <http://www.comunismoecomunita.org/?p=3407> Acesso em 28 mar 2019.
- LUKACS, G. **Socialismo e democratização: escritos políticos 1956- 1971**. Organização, introdução e tradução Carlos Nelson Coutinho e José Paulo Netto – Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2008.
- MAMIGONIAN, A. Visão Geográfica do Brasil atual: Estado, crises e desenvolvimento regional. **Revista Latino-Americana de Geografia Econômica e Social**, Foz do Iguaçu, v.1, n.1, p.007-044, 2019.
- MAMIGONIAN, A. **O Pensamento de Milton Santos**. Youtube, 18 jun. 2014. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=fyj8mM6kQ74&t=2101s> Acesso em 20 de jun. 2019.
- MAMIGONIAN, A. Milton Santos: Sartreano e Terceiro-Mundista. In: SILVA, M. A. da. (Org.) **10 anos sem Milton Santos**. Salvador: Alba, 2011.
- MAMIGONIAN, A. “Entrevista”. In: **Boletim Paulista de Geografia**, AGB-SP, nº 88, p.27-30, 2008.
- MAMIGONIAN, A. Milton Santos: A formação de um professor universitário crítico. In: BRANDÃO, M. (org.) **Milton Santos e o Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004a.
- MAMIGONIAN, A. Imperialismo, universidade e pensamento crítico. **Revista Intellector**, Rio de Janeiro, ano 1, n.1, v.1, p.1-7, jul/dez, 2004b.
- MAMIGONIAN, A. O enigma brasileiro atual: Lula será devorado? **Ciência Geográfica**, Bauru, n.10, v. 10 (2), maio/agosto, 2004.
- MAMIGONIAN, A. A Escola Francesa de Geografia e o Papel de A. Cholley. **Cadernos Geográficos**, Florianópolis, v.6, p.7-45, maio 2003.
- MAMIGONIAN, A. Capitalismo e Socialismo em fins do século XX. **Ciência Geográfica**, Bauru- São Paulo, v. 7, n. 18, p. 04-09, 2001a.
- MAMIGONIAN, A. Milton Santos e geração dos geógrafos dos anos 50. **Ciência Geográfica**, Bauru - São Paulo, v.2, n. 19, p. 12-14, 2001b.

MAMIGONIAN, A. Marxismo e globalização: as origens da internacionalização mundial. *In*: SOUZA, A. J. et al. (Org.). **Milton Santos: cidadania e globalização**. Bauru, SP: AGB/Saraiva, 2000.

MAMIGONIAN, A. Gênese e objeto da Geografia: Passado e Presente. **Geosul**, Florianópolis, v.14, n.28, p.167-170, 1999a.

MAMIGONIAN, A. Neodarwinismo social e múltiplas tensões no capitalismo em crise. **Revista ADUSP**, São Paulo, n.18, out. de 1999b.

MAMIGONIAN, A. Tendências atuais da Geografia. **Geosul**, Florianópolis, v.14, n.28, p.171-178, 1999c.

MAMIGONIAN, A. A América Latina e a Economia Mundial: Notas sobre os Casos Chileno, Mexicano e Brasileiro. **Geosul**, Florianópolis, v.14, n.28, p.139-151, 1999d.

MAMIGONIAN, A. Notas sobre as raízes e originalidade do pensamento de Ignácio Rangel. *In*: MAMIGONIAN, A e REGO, J. M. (Org.) **O pensamento de Ignácio Rangel**. São Paulo: Ed.34, 1998.

MAMIGONIAN, A. A Geografia e a formação social como teoria e como método. *In*: SOUZA, M. A (org.). **O mundo do cidadão, um cidadão do mundo**. São Paulo: Editora Hucitec, 1996.

MAMIGONIAN, A. Entrevistas e Depoimentos. **Geosul**, Florianópolis, n.3, v.2, p.130-142, 1987.

MAMIGONIAN, A. Debate: Geografia e Realidade. **Território Livre**, São Paulo, n.2, p.12-16, UPEGE, 1979.

MARX, K; ENGELS, F. **A Ideologia Alemã: critica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas (1845-1846)**. São Paulo: Boitempo, 2007.

MARX, K.; ENGELS, F. **WERKE – BAND 8**. INSTITUT FÜR MARXISMUS-LENINISMUS BEIM ZK DER SED. Berlim: Dietz Verlag, 1960. (Remete-se a esta edição diretamente no texto com a sigla MEW).

MONTEIRO, C. A. de F. **A Geografia Neste Agora E Num Certo Outrora**. Florianópolis: IIR/GCN/CFH/UFSC, 2020. (Livros Geográficos; v.8).

MORAES, A. C. R. de. **Geografia – Pequena História Crítica**. São Paulo: Hucitec, 1981.

PEDROSA, B. V. A controvérsia da Geografia crítica no Brasil (Parte II). **Geosul**, v.30, n.59, p.29-46, Florianópolis, jan./jun. 2015.

PEREIRA, R. M. F. do A. **Da Geografia que se ensina à gênese da Geografia Moderna**. 4ª Ed. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2009. 133p.

PETRAS, J. The Western Welfare State: Its Rise and Demise and the Soviet Bloc, 2012. **The James Petras Web Site**. Disponível em <http://petras.lahaine.org/?p=1902> Acesso em 23 de jul. 2017.

AUTOR; BASTOS, José M. A geopolítica da mídia no Brasil e no Mundo. **Terra Livre** (A Geografia Toma Partido), São Paulo, AGB, v.1, n.50, p.34-64, 2018.

RANGEL, I. Desenvolvimento e Projeto. *In*: Separata do nº 9, da **Revista da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade de Minas Gerais**. Belo Horizonte, MG – Brasil, 1957.

RANGEL, I. **Dualidade Básica da Economia Brasileira**. São Paulo: Bial, 1999.

RANGEL, I. **Ciclo, Tecnologia e Crescimento**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

- SANTOS, M. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. 4ª Edição. São Paulo: Edusp, 2006.
- SANTOS, M. **Por uma Geografia Nova: Da Crítica da Geografia a uma Geografia Crítica**. 6ª Edição. São Paulo: Edusp, 2004.
- SANTOS, M. **Por uma outra Globalização: do pensamento único à consciência universal**. 6ª Edição. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- SANTOS, M. Entrevista com o professor Milton Santos. **Geosul**, Florianópolis, n.7, v.4, p.116-147, 1989.
- SANTOS, M. Sociedade e Espaço: a formação social como teoria e como método. **Boletim Paulista de Geografia**, n. 54, p.81-100, 1977.
- SARTRE, J. P. **Questão de Método**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1967.
- SILVA, A. C. da. Ponto de Vista: o Pós-Marxismo e o Espaço Cotidiano. **Terra Livre**, São Paulo, Marco Zero/AGB, n.7, p.59-62, 1990.
- QUAINI, M. **Marxismo e Geografia**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1979.
- VIEIRA, M. G. E. de D.; PEREIRA, R. M. F. do A. Latifúndio Pastoril e Pequena Produção Mercantil: o caso do Brasil Subtropical. *In: Geografia Econômica - Anais de Geografia Econômica e Social*. UFSC. Florianópolis: GCN/UFSC, Abril de 2009.
- WULF, A. **A invenção da natureza: a vida e as descobertas de Alexander von Humboldt**. 1ª ed. São Paulo: Editora Planeta, 2016.
- WHEEN, F. **Como a picaretagem conquistou o mundo**. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Record, 2007.
- ZAMORA, D. **Foucault, a esquerda e os anos 1980**. Cambridge, UK: Polity Press, 2016.

Transformações na Economia Brasileira e a Agricultura

Marlon Clovis Medeiros

Introdução

O presente artigo tem por objetivo analisar as transformações recentes economia brasileira, e suas relações com a agricultura, aqui entendida no sentido amplo, de sua inserção nos complexos agroindustriais. Esta visão ampla do objeto é fundamental, pois os setores só podem ser analisados na sua especificidade, enquanto partes da economia nacional.

Esta opção metodológica se baseia nas leis do movimento da acumulação de capital em Marx (1982), na análise do desenvolvimento brasileiro de Rangel (1986 e 2005) e na Formação Social de Mamigonian (1996 e 1999). Parte-se da visão do todo, e da integração entre os setores econômicos, ao contrário da Geografia agrária vigente, que trata a agricultura familiar, o agronegócio, a agroindústria e demais subsetores, como “segmentos” antagônicos e com dinâmica “independente”.

A geografia agrária “crítica” abandonou a visão de nação e de projeto nacional de desenvolvimento, e só aceita os “projetos locais”, as “identidades”, os “grupos excluídos”, como legítimos. Com isto, criou uma visão idealizada de “autonomia” e de “independência” do produtor rural.

Agricultura, agronegócio e agricultura familiar tem que ser analisadas como partes da economia nacional.

Agricultura e desenvolvimento: questões gerais

A agricultura brasileira funciona nos complexos agroindustriais, integrada por um lado à indústria que fornece insumos, máquinas, equipamentos, assistência técnica e crédito; e por outro à indústria processadora da produção agropecuária. Logo, a análise deve partir da dinâmica de setor, e não da agricultura em si, como segmento isolado, que não existe mais.

Neste contexto, a dinâmica da economia nacional é o ponto de partida, pois os períodos de crescimento ou de crise, a política macroeconômica, a inserção no mercado externo, afetam diretamente aos setores. O setor agroalimentar é sensível à renda, a qual determina o nível de consumo e esta, por sua vez, varia de acordo com as condições de crescimento econômico e de distribuição da renda. Assim, a conjuntura econômica nacional é determinante da dinâmica do setor agrícola-agroindustrial-alimentar.

O aumento do consumo de alimentos leva a investimentos na capacidade produtiva, tanto em termos puramente quantitativos, de ampliação da capacidade produtiva atual, quanto em termos qualitativos, de diversificação e segmentação da produção. O aumento da renda possibilita diversificação do consumo com incorporação de alimentos mais sofisticados, de alta qualidade e de valor mais elevado.

Por outro lado, os investimentos só podem ocorrer na indústria de alimentos, com um setor de **máquinas e equipamentos industriais**. Para isto, as taxas de juros e as linhas de financiamento setoriais são fundamentais. A indústria realiza investimentos de longo prazo somente com a combinação de condições favoráveis de consumo e de financiamentos e com a expectativa de que estas condições irão perdurar.

O círculo se fecha, pois as condições favoráveis de juros e de disponibilidade de recursos se ampliam nos períodos de crescimento econômico. Logo, a questão do crescimento é central para o desenvolvimento nacional em todos os sentidos.

A esquerda brasileira incorporou uma ideia da social-democracia europeia de que os problemas de produção material estão resolvidos, e de que os problemas centrais atualmente são a distribuição da renda e os problemas de sociabilidade e inclusão das minorias.

Assim, as únicas políticas que valorizam se referem à renda mínima, à impostos progressivos, ao consumo e à inclusão de minorias (cotas, discriminação positiva, etc). A inserção de excluídos, a distribuição de renda e os projetos locais de desenvolvimento só podem dar certo numa economia nacional dinâmica, com crescimento e alta renda per capita. Este é o caso dos países da União Europeia, especialmente desde os anos 1990.

Há uma grande confusão entre crescimento da renda e distribuição de renda. Isto é particularmente grave em um país com PIB per capita relativamente baixo como o Brasil. É preciso que a renda em geral esteja crescendo a taxas satisfatórias, para que as políticas distributivas tenham recursos. Melhorias para a agricultura familiar só foram possíveis, no Brasil, com o período de crescimento econômico nos anos 2000 que possibilitou aumento de recursos para o Pronaf e outros programas como o Mais alimentos, Merenda escolar, extensão rural, financiamento para cooperativas entre outros.

Assim, a abordagem aqui proposta visa relacionar a dinâmica geral da economia brasileira com o setor agropecuário integrado aos setores industriais.

Economia brasileira recente

A crise atual não deve ser buscada apenas no curto horizonte de um governo ou de uma década. Por mais que mudanças importantes tenham ocorrido no período mais recente (governos Lula e Dilma), a economia nacional não reverteu problemas estruturais herdados das décadas anteriores, nem a política macroeconômica liberal do governo FHC. As mudanças econômicas iniciadas nos anos 1990 colocaram em segundo plano a política econômica anterior, bem como seu projeto nacional de desenvolvimento. Neste novo período mudam-se os pilares sobre os quais a economia caminhava, do crescimento econômico centrado na indústria, para o controle da inflação centrado na abertura econômica, no câmbio flutuante, e nos juros elevados. A prioridade deixa de ser os setores produtivos e passa a ser o setor financeiro.

Esta mudança tem inúmeras consequências já no início dos anos 1990, mas que se aprofundam nos anos seguintes e nos anos 2000:

- Mudança de prioridade da política econômica do crescimento puxado pela indústria, para a estabilização monetária e a abertura econômica;
- Criação de um consenso em torno das novas prioridades econômicas, incluindo a crítica ao desenvolvimentismo;
- Abandono de políticas setoriais de investimento, com redirecionamento do BNDES para gerenciamento das privatizações;
- Maior liberdade para o banco central estabelecer a política de juros voltada unicamente ao combate a inflação;
- Redução das barreiras de importação de produtos industriais;
- Liberalização dos fluxos internacionais de capital, sem restrições aos movimentos especulativos;

- Estabelecimento do câmbio flutuante a partir de 1999.

A principal consequência estrutural da política econômica a partir de então, é a redução do papel da indústria na economia nacional, tanto em termos gerais, de participação no PIB, quanto perda de determinados segmentos de bens de capital e de bens intermediários, de cadeias que permaneceram importantes. Isto configurou claramente um processo de desindustrialização.

O debate sobre desindustrialização equivocadamente se concentrou em dois pontos: primeiro na participação geral da indústria no PIB, segundo, na reprimarização da pauta exportadora. Sobre o primeiro ponto, é fácil apontar que é um processo geral de todos os países que atingiram um nível médio de desenvolvimento, no qual uma parte cada vez maior do valor e do emprego migra para o setor de serviços. Como uma parte crescente destes serviços é voltada ao setor industrial, quanto mais dinâmica a indústria, maior o crescimento do setor terciário. O segundo ponto, de “reprimarização” da pauta exportadora aponta questões importantes, mas não leva em consideração que a agricultura moderna e a produção mineral na atualidade movimentam imensas cadeias intermediárias e de base, de máquinas, equipamentos, peças, insumos e serviços.

O ponto mais importante sobre a desindustrialização se localiza justamente nestas cadeias intermediárias, que no caso brasileiro estão em regressão (com pequenos alívios) desde os anos 1990. Isto apresenta várias consequências econômicas sérias:

- O emprego mais qualificado e de altas rendas, está nos setores de bens de produção e tecnologia, assim como os serviços mais qualificados.

- Aumenta significativamente a dependência de importações para o suprimento interno de bens intermediários e de máquinas e equipamentos, impactando na balança comercial;
- O país deixa de disputar os graus mais elevados (e mesmo médios) da escala de valor agregado do comércio mundial.
- As formações voltadas à ciência, tecnologia e inovação vão perdendo campo pois o país, aos poucos, vai se tornando apenas **usuário** de tecnologias importadas. Mesmo na área de biotecnologia, a qual o Brasil foi protagonista, avança rapidamente a desnacionalização da pesquisa e inovação.
- Desadensamento das cadeias produtivas, as quais mantêm os setores finais essenciais de bens de consumo, e aqueles com grandes vantagens de recursos naturais internos.
- O próprio setor de serviços, que emprega a maior parte da mão de obra, viu limitada sua expansão, e muito concentrada em serviços pessoais de médio e baixo valor. Os serviços empresariais/industriais por um lado, vão sendo mais **desnecessários**, pois são oferecidos pelas próprias indústrias de base localizadas em outros países, e por outro os serviços mais sofisticados de seguros, de inteligência de mercados entre outros, também são executados em maioria por grupos internacionais.
- Em termos macroeconômicos se acentua a armadilha cambial, pois o câmbio mais favorável às exportações encarece as importações cada vez mais fundamentais ao funcionamento básico da economia. Enquanto o câmbio favorável às importações reduz a competitividade das exportações, hoje fundamentais à formação de reservas e à manutenção do (fraco) crescimento nacional.

Este é o ponto mais sério do debate sobre as consequências da desindustrialização, que se traduz numa regressão da integração industrial que havia sido construída por décadas de substituição de importações, numa redução significativa dos investimentos reais, e numa dificuldade crônica de se atingir taxas mais elevadas de crescimento econômico, e por consequência de se elevar a renda per capita como um todo.

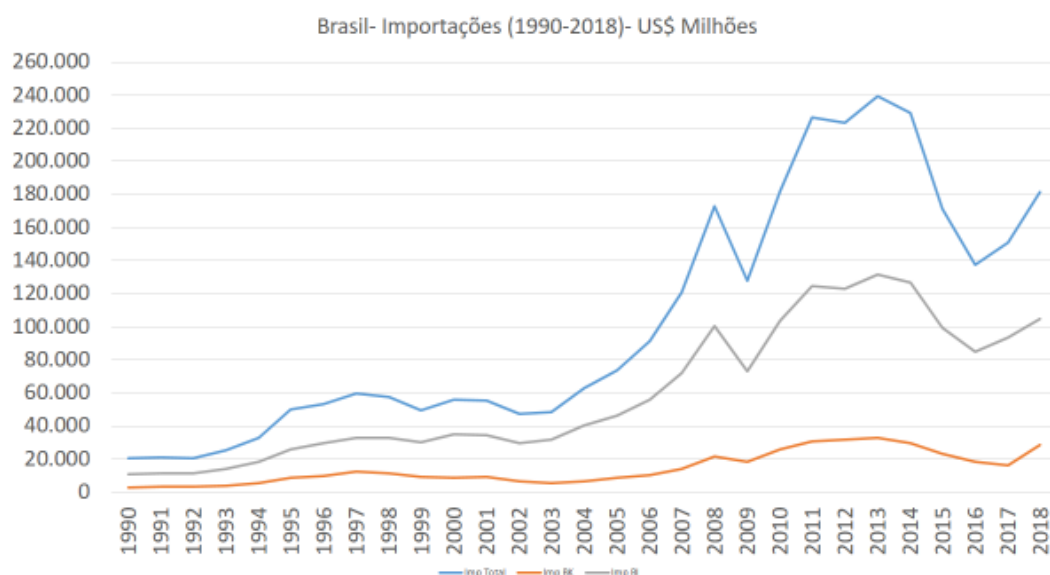
A formação bruta de capital fixo, já bastante baixa, é suprida quase totalmente por maquinário importado. De 1996 a 2013 a taxa de investimento variou entre 18% e 20% do PIB. A partir de 2014, com o agravamento da crise econômica e política que desembocou no impeachment de Dilma Rousseff em 2016, a taxa de investimento caiu para 15% do PIB, e permanecendo neste patamar nos anos seguintes⁸. Apresenta-se um duplo problema: por um lado, o baixo investimento real limita o potencial de crescimento pela estagnação da estrutura produtiva e das infra-estruturas a um nível insuficiente para a simples manutenção (vide o crônico problema das rodovias); por outro lado, o suprimento de máquinas e equipamentos via importações desestimula novos investimentos na já debilitada (e tecnologicamente desatualizada) indústria nacional de bens de capital.

O investimento em ampliação da capacidade produtiva, mesmo sendo baixo, pressiona a balança comercial, pois o maquinário industrial é em grande parte importado. Mesmo para a simples realização da produção anual, sem investimentos novos, é necessária a

⁸ Dados do Sistema de Contas Nacionais Trimestrais, disponíveis em www.ipeadata.gov.br. Acesso em Julho de 2019.

importação de grande volume de bens intermediários, como pode ser observado no gráfico no. 01

Gráfico no. 01

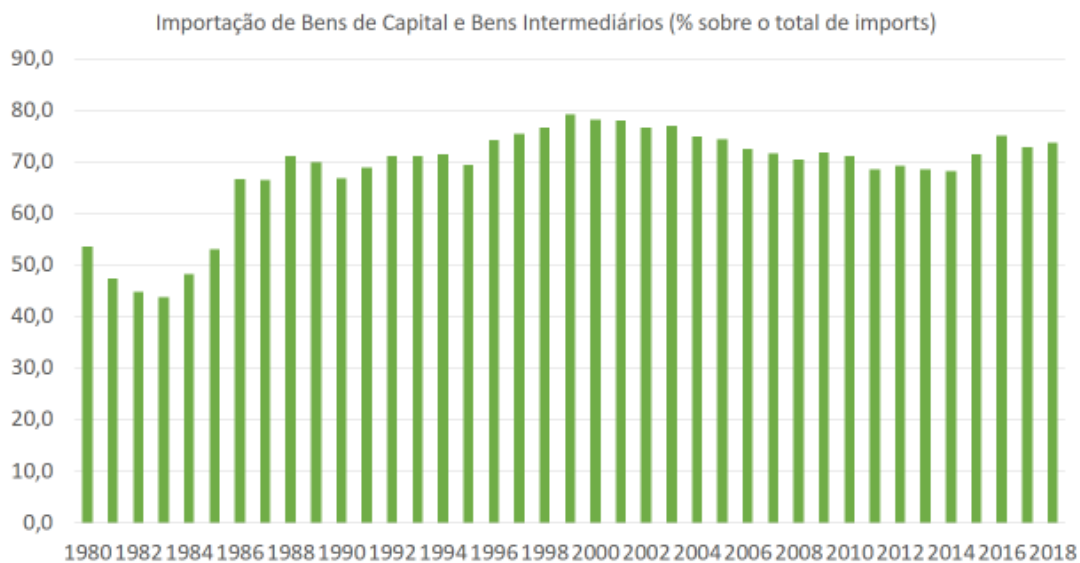


Fonte: IPEADATA.

O gráfico nº 01 deixa claro o intenso crescimento das importações após 2004, período em que ocorre retomada do crescimento da economia nacional e da produção industrial. Estas importações são lideradas pelos bens intermediários, necessários à realização da produção industrial.

O próximo gráfico demonstra como a quase totalidade das importações é de bens intermediários e de bens de capital. Isto deixa claro que há grande debilidade das cadeias básicas fundamentais à sustentação da produção industrial. A cada crescimento da produção nacional de bens de consumo, cresce a importação de componentes, máquinas e equipamentos.

Gráfico no. 02



Fonte: IPEADATA

Inclusive a produção para exportação depende em muito destas importações. Na agropecuária a importação de fertilizantes é superior a 80% do consumo nacional. Na produção de máquinas agrícolas, a importação de peças, bem como de máquinas industriais é significativa. Assim, o próprio crescimento das exportações se dá às custas do crescimento do déficit comercial, e conseqüentemente do hiato tecnológico.

Como se pode observar no gráfico no. 02, as importações de bens de capital e de bens intermediários, se mantêm superiores a 70% do total das importações em todos os anos posteriores a 1990, e próximos a 80% no período de 1996 a 2002.

O setor de bens de capital apresenta um alto volume de capital intensivo, e elevado valor agregado do produto final. Assim o Brasil perde tanto por ter de importar em grandes volumes, quanto perde de produzir este valor no mercado interno. Para uma compreensão dos efeitos da indústria de base na economia nacional, os dados da

Organização Mundial do Comércio- OMC apontam que as exportações da Alemanha totalizaram US\$ 1,4 trilhões em 2017, enquanto as brasileiras somaram US\$ 217 bilhões. Apenas as exportações alemãs de máquinas industriais somaram US\$ 250 bilhões, sendo superiores ao total das exportações brasileiras⁹.

Um dos indicadores para demonstrar como houve estagnação do investimento real, é o volume de fusões e aquisições como parte do total do investimento direto estrangeiro no Brasil. Durante toda a década de 1990, a maior parte do IED, no Brasil, correspondeu a compras de empresas brasileiras, aí inclusas as estatais que foram privatizadas.

Assim, o investimento real, em construção de novas unidades produtivas, em expansão da capacidade produtiva industrial e de energia, e a expansão de infra-estruturas em geral, pouco avançou desde os anos 1990. No setor de transportes houve vários avanços com o Programa de Aceleração do Crescimento no Governo Lula, mas que foram interrompidos no governo Dilma. Os principais foram duplicações de inúmeras rodovias federais (com pedágios de baixos valores) e ampliação da rede ferroviária para transporte de grãos.

O setor agropecuário no panorama nacional

As profundas mudanças na economia nacional desde os anos 1990 também foram vivenciadas pelo setor agropecuário. Houve por um lado, corte de recursos de crédito e de estruturas públicas de extensão e pesquisa agropecuária, e por outro, crise no mercado interno de

⁹ O valor per capita das exportações alemãs é de US\$ 17,5 mil, enquanto o brasileiro é de US\$ mil.

consumo de alimentos e estrangulamento das exportações (especialmente após o plano Real, com o câmbio valorizado).

Se instala uma longa crise no setor agroindustrial brasileiro, que passa por processo de desnacionalização e centralização do capital. As grandes tradings agropecuárias internacionais aprofundam sua participação no financiamento do custeio agrícola.

Após a modernização da agricultura, do período 1965-1985, o capital financeiro se tornou central para o desenvolvimento da agricultura, e após a abertura nos anos 1990, mais fundamental ainda. Surgem os títulos financeiros do agronegócio (CPR), abrindo outras formas de financiamento do custeio e da comercialização, abre-se a economia ao avanço dos grandes grupos internacionais da agroindústria, da indústria de insumos e da pesquisa agropecuária.

A difusão de tecnologias e processos aos produtores passa a ser cada vez mais, uma função dos grandes grupos econômicos e do capital financeiro, não mais da extensão rural pública.

Este panorama passa por transformações nos anos 2000. Primeiramente ocorre ampliação das exportações, com destaque para as agropecuárias, em sequência da desvalorização cambial do período 1999-2004. O novo crescimento econômico a partir de 2004 leva a redução significativa da dívida externa e estimula a criação de políticas de crescimento econômico e linhas de financiamento de infra-estruturas, grandes obras e indústria em geral.

Ocorre crescimento da renda per capita em geral, por um lado, pela retomada do crescimento econômico, e por outro, pela política social associada a redução da desigualdade. Ocorre mudança na

distribuição de renda com melhoria da renda das camadas mais pobres e da classe média-baixa.

Isto ocasiona novo impulso no consumo interno, especialmente com a baixa de juros para empréstimos pessoais e com a redução de IPI de eletrodomésticos e automóveis. A produção e o emprego no mercado interno passam por grande expansão, junto com o crescimento das exportações. No entanto, mesmo ocorrendo uma recuperação da indústria num primeiro momento, se aprofunda o movimento de desindustrialização.

O setor agropecuário-agroindustrial assume novamente um papel de protagonismo no crescimento econômico e na geração de divisas externas. Os complexos agroindustriais se tornam os ramos mais dinâmicos da economia nacional, tanto para o mercado interno quanto para o mercado externo. Com isto, ocorre crescimento do apoio estatal ao setor:

- Programas de incentivo à comercialização e ao consumo de alimentos como o: Programa de Aquisição de Alimentos –PAA e o Programa Nacional de Alimentação Escolar- PNAE.
- Crescimento do Crédito rural geral e do Pronaf, com criação de Dois Planos Safra;
- Ampliação do papel do BNDES no Agro – Crédito, Campeões nacionais/ Renda variável

Nas cadeias intermediárias de suprimentos e de equipamentos do agronegócio também houve crescente desnacionalização nos anos 2000. Assim, as importações para o agro também crescem significativamente: fertilizantes, máquinas, equipamentos e insumos.

No setor de insumos agrícolas houve grande movimento de fusões e aquisições internacionais, levando a maior centralização do capital em poucos grandes grupos que organizam suas cadeias de suprimento, independentemente da dinâmica das economias nacionais ou de seus déficits. A inovação passa a ser cada vez mais controlada e financiada pelos mesmos grandes grupos internacionais, o que acentua o papel do capital financeiro em todas as esferas da produção à pesquisa e inovação.

Estes setores poderiam ser mais dinâmicos se não dependessem tanto das importações de bens de capital e de bens intermediários. Assim, os efeitos multiplicativos das grandes cadeias industriais que se formaram em torno da agropecuária seriam absorvidos pela economia nacional, estimulando a indústria de bens de capital, além de novos impulsos ao desenvolvimento tecnológico, formando pessoal altamente qualificado e formando novo capital internamente.

As perspectivas atuais, com o novo governo, a partir de 2019, são de piora das condições públicas de financiamento e de elaboração de políticas. Estão previstos cortes de recursos do crédito rural, especialmente do Pronaf, além de aumento de juros do crédito. Está prevista uma redução do papel do BNDES no financiamento dos setores produtivos.

A continuidade da crise econômica, vem levando à estagnação do consumo no mercado interno, ao mesmo tempo que os mercados externos se encontram instáveis devido aos posicionamentos do novo governo, e à guerra comercial entre Estados Unidos e China, ainda com resultados imprevisíveis para os países periféricos.

Bibliografia

- AOUN, S.; VERDIS, A. R.; SATO, G. S. Dinâmica das fusões e aquisições no investimento direto estrangeiro: especificidades da indústria de alimentos e bebidas no Brasil, 1996-2006. *Informações Econômicas*, São Paulo, v. 38, n.3, p. 67-76, mar, 2008.
- ASSOULINE, Gérald, JOLY, Pierre-Benoit, LEMARIÉ, Stephanie. Biotecnologias vegetais e reestruturações do setor de provisões agrícolas: um horizonte estratégico marcado por fortes incertezas. In: *Ensaio FEE*, Porto Alegre, v.22, n. 02, 2001.
- BANDEIRA, João L. A geografia econômica das sementes: dos grandes monopólios ao sudoeste do paraná. Francisco Beltrão: UNIOESTE, 2015. Dissertação de Mestrado em Geografia.
- BENETTI, Maria Domingues. Globalização e Desnacionalização do Agronegócio Brasileiro no Pós-1990. Documentos FEE, n° 61. Porto Alegre: FEE, 2004.
- BNDES 60 anos: perspectivas setoriais. Vol. II. Brasília: BNDES, 2012.
- CAMILO, Pablo J. A dinâmica geoeconômica da comercialização, logística e transporte da cadeia produtiva do leite na Região Sul do Brasil. Florianópolis: UFSC, 2018 (Tese de Doutorado em Geografia).
- CORREA, Domingos S. Fusões e aquisições nos segmentos carne bovina, óleo de soja e sucroalcooleiro. São Paulo: FFLCH/USP, 2012. (Tese de Doutorado em Geografia).
- ESPÍNDOLA, Carlos J. As Agroindústrias de Carne do Sul do Brasil. (Tese de Doutorado em Geografia). São Paulo: FFLCH/USP, 2002.
- GONÇALVES, José Sidnei. Do Bonde ao Trem-bala: o fim do domínio da genética pública e o novo padrão de financiamento do custeio agropecuário. *Análise e Indicadores do Agronegócio*, v. 7, n. 4, abril 2012.
- HOWARD, Philip P. Visualizing Consolidation in the Global Seed Industry: 1996–2008. In: *Sustainability* 2009, 1,1266-1287; doi:10.3390/su1041266.
- LENIN, Vladimir Ilitch. Imperialismo: Fase Superior do Capitalismo. Campinas: Unicamp, 2011.
- MAMIGONIAN, Armen. A Geografia e a Formação Social como Teoria e como Método. In: SOUZA, Maria Adélia Aparecida de (Org.). *O Mundo do Cidadão, Um Cidadão do Mundo*. São Paulo: Hucitec, 1996.
- MAMIGONIAN, Armen. Tendências atuais da Geografia. In: *GEOSUL*, vol, 14, n° 28, Florianópolis, jul/dez, 1999.
- MARX, Karl. *O Capital*, livro 1 vol. I e II. São Paulo: Abril Cultural, 1984.
- MEDEIROS, Marlon C. Capital financeiro e o mercado mundial de produtos agrícolas. In: *Brasil: Temas de Geografia Econômica*. Rio Grande: Ed. da FURG, 2015.
- OLIVEIRA, Alessandro F. T. A internacionalização das empresas brasileiras: o Bndes e o incentivo aos grupos JBS e Marfrig. Francisco Beltrão: UNIOESTE, 2015. Dissertação de Mestrado em Geografia.
- OLIVEIRA, Ariovaldo U. A Mundialização da agricultura brasileira. São Paulo: Iãnde, 2016.
- RANGEL, Ignácio. *A Inflação Brasileira*. 5ª ed. São Paulo: Bial, 1986.
- RANGEL, Ignácio. *Obras Reunidas*. Vol 1 e 2. Rio de Janeiro: Contraponto/BNDES, 2005.

SAMPAIO, Fernando dos Santos. Made in Brazil: Dinâmica sócio-espacial da indústria citrícola paulista. São Paulo: FFLCH/USP, 2003. (Tese de Doutorado em Geografia Humana).

SAUVIAT, Catherine. Os Fundos de Pensão e os Fundos Mútuos: Principais atores da finança mundializada. In: CHESNAIS, François. A Finança Mundializada. São Paulo: Boitempo, 2005.

SOUZA, Joel J. O complexo agroindustrial de laticínios no Brasil: o caso da região Sul. Florianópolis: UFSC, 2014 (Tese de Doutorado em Geografia).

Configurações Territoriais dos agronegócio catarinense pós 2003

Carlos José Espíndola

Introdução

A ocupação do território catarinense, a partir do século XVII, resultou na constituição de duas grandes estruturas agrárias. Uma localizada no Planalto e caracterizada, predominantemente, pela pecuária extensiva e, a outra, situada nos vales atlânticos e do interior, assentada na produção diversificada de milhares de pequenos produtores mercantis. Em ambas as estruturas, combinavam-se, de forma diferenciada, a agricultura e a pecuária. Em sua trajetória evolutiva, essas estruturas passaram por profundas transformações, sobretudo, a partir de 1960. Tratou-se, com o apoio estatal, da implantação de um novo padrão para a agricultura catarinense assentado na emersão, expansão e consolidação de diferentes agronegócios, como, por exemplo, de soja, carnes, leite, milho, arroz, fumo, frutas, papel e celulose¹.

Entre 2003-2016, o Valor Bruto da Produção (VBP) agropecuária catarinense passou de R\$ 11,7 bilhões para R\$ 29,4 bilhões, o que representa um crescimento da ordem de 2,5 vezes. Nas exportações, em 2017, o valor gerado pelos agronegócios catarinense foi de US\$ 5,4 bilhões, o que representa 64% do valor total das exportações do estado e 5,7% do total do agronegócio brasileiro (EPAGRI/CEPA, 2017).

¹Diferentemente de uma vasta bibliografia que associa agronegócio à produção de *commodities* e o tamanho da área, definem-se, aqui, os agronegócios como uma cadeia produtiva “que envolve desde a fabricação de insumos, passando pela produção nos estabelecimentos agropecuários, pela transformação e o seu consumo final” (CONTINI et al., 2006, p. 6).

Diante do dinamismo e da representatividade dos agronegócios catarinenses, este texto tem como objetivo desvendar a configuração territorial dos agronegócios catarinenses. Tendo em vista a grande diversidade dos segmentos no interior dos agronegócios, procurou-se destacar o desempenho das atividades dentro da porteira, com destaque para as lavouras (temporárias e permanentes) e a pecuária². Para tanto, foram selecionados os principais produtos com representatividade na produção, área plantada, Valor Bruto da Produção e participação na pauta exportadora catarinense³. Ainda do ponto de vista metodológico, utilizou-se a divisão mesorregional do estado de Santa Catarina, definida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 1990).

Na elaboração deste artigo, optou-se pela abordagem exploratória via o levantamento bibliográfico e documental. Foram feitas análises de diferentes artigos, livros e teses, visando avaliar e situar a bibliografia relativa à temática exposta. Operacionalmente, o artigo foi desenvolvido com base em fontes primárias, secundárias e pesquisas de campo.

Além dessa introdução e das considerações finais, o texto divide-se em três partes. A primeira apresenta a ocupação e a formação dos agronegócios, a segunda se concentra no desempenho da produção e

² Esses segmentos dividem-se em: (1) pré-porteira (indústrias de bens de capital e indústrias químicas e de embalagens; (2) dentro da porteira (agropecuária, que corresponde a lavouras permanentes, lavouras temporárias, extrativismo vegetal e produção pecuária); e (3) pós-porteira (agroserviços). Para uma tipologia da diversidade dos segmentos dos agronegócios, ver Gonçalves (2005).

³ Valor Bruto de Produção é uma expressão monetária da soma de todos os bens e serviços produzidos em determinado território econômico, num dado período de tempo. O Valor Bruto da Produção Agropecuária representa uma estimativa da geração de renda do meio rural, revertendo em uma variável relevante para acompanhamento do desempenho do setor como um todo. O Valor Bruto da Produção Agropecuária mostra a evolução do desempenho das lavouras e da pecuária ao longo do ano e corresponde ao faturamento bruto dentro do estabelecimento (BRASIL, 2018).

da exportação dos principais produtos dos agronegócios catarinenses e, por fim discutem-se as configurações produtivas territoriais dos Agronegócios Catarinenses.

1-Da ocupação aos agronegócios

A ocupação do território catarinense, a partir do século XVII, por paulistas; século XVIII, por açorianos; e século XIX e XX, por imigrantes alemães, italianos, polacos, entre outros, resultou na constituição de duas grandes estruturas agrárias. Uma caracterizada pela presença de grandes estâncias de gado (Planalto) e, a outra, localizada na fachada atlântica e oeste do estado, assentada no estabelecimento de milhares de pequenos agricultores, artesãos, operários, pequenos comerciantes, que já praticavam uma significativa divisão social do trabalho (MAMIGONIAN, 1966). Assim, enquanto nas áreas de campo desenvolveu-se a atividade da pecuária extensiva, nas áreas de mata, assentada em pequenas propriedades, desenvolveu-se uma produção mercantil diversificada de produtos agropecuários.

Nas áreas de pequenas propriedades, o desenvolvimento agrário se fez em diferentes estágios. O primeiro, por meio do sistema de rotação de terras; o segundo, caracterizado pela utilização do arado, a introdução de novas culturas e a implantação de moinhos; e o terceiro, assentado na rotação de culturas, no uso combinado da lavoura e da pecuária, no beneficiamento de seus produtos e na introdução e comercialização de novas atividades, conforme demonstrou Waibel (1979). Precocemente essa estrutura passou a atender tanto ao mercado interno como ao externo. Entre 1931-1935, as exportações de alfafa cresceram de 6,9 milhões de quilos para 11,4 milhões, enquanto

as exportações de milho cresceram de 2,5 milhões para 2,7 milhões (BOSSLE, 1985). Outros produtos igualmente mostraram desempenhos favoráveis. Em 1937, enquanto as exportações de suínos para outros estados foram de 24.295 cabeças, as exportações de banha foram de 8.723 toneladas.

A partir de 1960, essa estrutura assentada na pequena produção mercantil começa a passar por profundas transformações de ordem técnica e econômica, decorrentes do processo de modernização da agricultura catarinense. Essa modernização objetivava o aumento da produção, da produtividade e a implantação de novas culturas. Para tanto, o processo contou com o aporte financeiro do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE) e apoio tecnológico do governo federal e estadual (Empresa de Pesquisa Agropecuária de Santa Catarina)⁴.

Dentre as principais alterações destaca-se: 1) o papel da extensão rural que visava levar ao agricultor novas técnicas de produção e organização da propriedade, 2) a implantação, por parte da empresa Sadia, de um projeto de conquista de pequenos produtores capazes de desenvolver a criação de suínos (via sistema de integração), 3) a introdução da avicultura no oeste de Santa Catarina, 4) o surgimento dos bancos estaduais e regionais de fomento (BDE e o BRDE), 5) introdução de novas culturas, como por exemplo, a soja e a maçã, 6) predominância de estabelecimentos concentrados nos estratos de

⁴ Em termos de crédito rural do SNCR, destaca-se que, entre 1973-1980, o crédito cresceu 355% no estado de Santa Catarina, enquanto no Brasil aumentou apenas 16,09%. Do montante do crédito aplicado, 35% foram destinados à pecuária (suínos e aves) e o restante para lavouras de soja, milho, fumo, arroz e feijão (ICEPA, 1982).

menor tamanho⁵, e 7) redução do número de proprietários por estabelecimento e aumento do número de arrendatários, parceiros e ocupantes⁶.

Em termos gerais, o processo de modernização da agricultura catarinense, foi fundamental para criar um novo uso da terra e forjar o surgimento de diferentes agronegócios que não mediram esforços na elevação da produção agropecuária, no aumento dos ganhos de escala, na diversificação das atividades produtivas, etc. Com isso, emergiu uma geração de produtores que passaram a se orientar pela incorporação de sementes melhoradas geneticamente, melhoria das pastagens, no manejo zootécnico, nos confinamentos, na introdução de novos processos e produtos, etc. Isto é, na incorporação do progresso técnico, tanto a jusante quanto a montante do setor agropecuário.

Apesar da crise do início dos anos de 1980 da economia brasileira, juntamente com as medidas ditadas pelo FMI, visando ao saneamento das contas externas, à redução da inflação e à diminuição do déficit público, a agricultura catarinense não sofreu bruscamente a crise econômica. Se a safra catarinense de grãos subiu pouco mais de

⁵Contudo, chama a atenção o fato de que os estabelecimentos na classe de área com menos de 10 ha cresceram 89% entre 1960-1985, enquanto os de 10 ha a (-) 20 ha cresceram 59%. Esse crescimento foi verificado em todos os estratos de área com redução em 9% na classe de 50 ha a (-) 100 ha. Entre 1960 e 1980, o regime de posse da terra mostrava uma tendência à concentração, pelo fracionamento das propriedades situadas nas áreas entre 20 ha e 100 ha, e a concentração nas de maior tamanho (acima de 500 ha) via incorporação de novas terras (FACHINELLO; SANTOS Filho, 2010).

⁶ Outras transformações ainda foram visíveis. Dentre elas, destacam-se: (1) a redução da população rural que, em 1960, representava 69% (1,4 milhão de pessoas) para 1,1 milhão de pessoas, em 2000; (2) o aumento da safra de grãos e da área plantada de diversas culturas (fumo, arroz, banana, alho, feijão, soja, milho, maçã, uva); (3) redução da área plantada, como a do trigo, por exemplo; (5) elevado crescimento da produtividade de algumas culturas, como o arroz, a soja, o fumo, o milho, e a redução da produtividade da cultura de feijão; (7) aumento considerável da composição orgânica do capital.

28%, entre 1980-1989, houve, em contrapartida, o aumento da produção de outras culturas, bem como o abate de animais⁷.

Contudo, na década de 1990, a abertura comercial, que eliminou a proteção aos setores do agronegócio, a sobrevalorização cambial, a redução de tarifas de importação de produtos agrícolas a desnacionalização de diferentes segmentos do agronegócio e o fim do sistema de crédito agropecuário a partir de 1990 forçou um intenso processo de reestruturação técnico-econômica nos agronegócios catarinenses (ESPÍNDOLA, 2002).

Dentre as principais reestruturações, ressalta-se o aumento das fusões e aquisições, a desnacionalização de diferentes segmentos, as terceirizações, a incorporação de novas tecnologias, a redução do ciclo completo na suinocultura, a maior especialização produtiva, o abandono e redirecionamento para novas atividades produtivas, a concentração da produção, uma maior integração vertical e horizontal nas cadeias produtivas, a redução do número de produtores menos capitalizados e com menor produtividade, em contraposição à ampliação da importância dos produtores com melhor nível técnico, e ampliação da capacidade produtiva. Mesmo com a intensa especialização produtiva, a diversificação constitui-se uma opção para geração de renda⁸. O processo de reestruturação contou ainda com o apoio de novos

⁷ Contribuíram para amenizar a crise dos anos 1980 a expansão do mercado norte-americano, o início da recuperação latino-americana e africana (após o colapso de 1982), a maturação de projetos oriundos do IIº PND e os estímulos da política cambial (CASTRO 1985, p. 25). De acordo com Rangel (1985, p. 66), “o esforço para a produção dos saldos, como bem observou o ex-ministro Delfim Neto, não deprimiu a economia e não o fez pela razão apontada pelo ministro, mas sim porque esse esforço traduziu-se em utilização de capacidade produtiva preexistente e ociosa”.

⁸ Essas reestruturações foram objetos de pesquisas realizadas por Espíndola (2002), Mattei e Lins (2010), Fachinello; Santos Filho (2010).

mecanismos de financiamento e de crédito aos agronegócios, induzindo-os à lógica da financeirização (GONÇALVES, 2005).

A combinação do processo de reestruturação técnico-econômica e os novos mecanismos de financiamento possibilitaram que, no período entre 1985 e 1999, a agricultura catarinense crescesse a uma taxa superior da agricultura do Sul do Brasil e a brasileira. Assim, enquanto a agricultura catarinense cresceu 83%, a do sul do Brasil cresceu 67% e a brasileira 54%. Isso possibilitou um aumento de participação da agropecuária catarinense no conjunto da agropecuária brasileira, pois, se, em 1985, a agropecuária catarinense representava 5,2% da brasileira, em 1999, esse percentual alcançou 6,4%⁹.

Em termos gerais, pode-se afirmar que desde a sua gênese os negócios oriundos da agropecuária catarinense passaram por diferentes transformações econômicas e sociais, possibilitando a sua participação efetiva na estrutura produtiva catarinense. Contudo, qual o comportamento dos agronegócios catarinenses diante do ciclo expansivo da economia brasileira pós-2003?

2 Desempenho da produção e da exportação dos principais produtos dos agronegócios catarinenses

Apesar da redução da participação da agropecuária catarinense no PIB em 3% entre 2002 a 2011, constata-se a sua importância significativa na geração de renda na economia catarinense. Entre 2003-

⁹ Conforme dados do IBGE, citado em ICEPA (2002). Contribuíram ainda para o bom desempenho da agropecuária catarinense o crescimento das exportações brasileiras nos anos de 1990, que cresceram, em média, entre 1990-1999, 3,68%, apesar de estar abaixo da média mundial, de 6,6%. Contudo, cabe ressaltar que a abertura comercial, juntamente com a sobrevalorização cambial, favoreceu o crescimento das importações num ritmo acelerado ao longo da década de 90.

2016, o Valor Bruto da Produção (VBP) cresceu de R\$ 11,7 bilhões para R\$ 29,4 bilhões, o que representa um crescimento da ordem de 2,5 vezes (EPAGRI/CEPA, 2017).

Em 2015, o valor gerado de R\$ 25,2 bilhões representou 5,5% de todo o valor gerado pelo agronegócio brasileiro. Em 2015, o VBP das lavouras catarinenses participava com 3,6% do total gerado nas lavouras brasileiras (10,4 bilhões de reais). Na pecuária o VBP passou, entre 2005 e 2015, de R\$ 10 bilhões para R\$ 14,8, o que representou 8,8% do total de valor da pecuária brasileira. Somente o valor bruto da produção de frango cresceu, no mesmo período, de 5,9 bilhões para 7,5 bilhões, representando 17,7% do total gerado na produção de frango no Brasil. (BRASIL, 2017). Desagregando-se o VBP, verifica-se que, enquanto o total do valor gerado pelos agronegócios das lavouras temporárias cresceu de R\$ 3,7 bilhões para R\$ 9,1 bilhões, o valor nas lavouras permanentes passou de R\$ 510 milhões para R\$ 1,6 bilhão.

Em termos de produto, o VBP da produção de soja em Santa Catarina cresceu de R\$ 403 milhões de reais, em 2003, para 2,5 bilhões, em 2016, representando cerca de 2% do VBP do total dessa cultura no Brasil. Destaca-se ainda o crescimento do valor verificado na produção de milho e fumo que cresceram, respectivamente, de R\$ 1,1 bilhão para R\$ 1,6 bilhão e R\$ 812 milhões para R\$ 1,7 bilhões. Na pecuária, enquanto o valor bruto, entre 2008-2016 da produção de bovinos cresceu 38,68%, passando de R\$ 685 milhões de reais para R\$ 950 milhões, o valor da produção de suínos cresceu 32% e o do leite de cresceu 200%, passando de R\$ 1,4 bilhão para R\$ 2,8 bilhões. Em contrapartida, o valor na produção de frango cresceu 2,3%, passando de R\$ 8,5 bilhões para R\$ 8,7 bilhões.

O desempenho favorável do VBP contrastou com o declínio da área plantada da lavoura permanente em 3,5%, passando de 78.392 hectares para 75.581 hectares, e da área das culturas temporárias em 12,51%, reduzindo-se de 1,7 milhão de ha para 1,5 milhão, entre 2003-2016. Entre 2003-2016, a área plantada com feijão caiu de 146 mil ha para 73 mil hectares, e a de milho reduziu-se de 856 mil hectares para 360 mil. Em contrapartida, enquanto a área plantada de soja foi ampliada de 257 mil ha para 660 mil hectares, a área plantada de pinus, juntamente com a de eucaliptos, cresceu, respectivamente, de 148 mil hectares para 546 mil hectares, e de 20 mil para 116 mil hectares (EPAGRI/CEPA, 2004; 2017).

A redução da área plantada de milho em 58%, combinada com a queda da produção em 42% e o aumento de consumo pela avicultura, suinocultura e bovinocultura de leite, ampliou o déficit estadual de milho. “Parte dessas áreas de milho e feijão, particularmente a de milho, passou a ser utilizada para o plantio de soja; outra parte passou a ser usada para o plantio de milho para silagem; enquanto o restante simplesmente deixou de ser utilizado para a produção de grãos” (MARCONDES, 2016, p. 19).

A redução da área de pastagens e de lavouras temporárias não provocou redução da produção total. Excetuando-se a produção de fumo, milho, feijão e madeira para outras finalidades, os demais produtos das culturas temporárias e permanentes (maçã e banana) apresentaram evolução no total produzido. A queda da produção de feijão, em torno de 25%, entre 2003-2016, pode ser explicada por três fatores. Enquanto o primeiro fator decorre das adversidades climáticas, que resulta em perda de qualidade e de produtividade dos

grãos, o segundo refere-se à estabilidade do consumo desse tipo de alimento e o terceiro em virtude do aumento da produção dos demais estados produtores (EPAGRI/CEPA, 2004; 2017).

Na fumicultura, apesar dos movimentos ascendentes dos preços desde 2006, ocorrem momentos de expansão e decréscimo da produção, em virtude das adversidades climáticas (geada, granizo e excesso de chuvas), ocorridas em 2009/2010 e da mão de obra, que está cada vez mais cara e escassa (EPAGRI/CEPA, 2004; 2017). Entre 2003-2016, a quantidade produzida reduziu-se de 213 mil toneladas para 195 mil toneladas, perfazendo uma queda de 8%.

Cabe destacar que, enquanto a produção de madeira para outras finalidades reduziu-se 24,2%, a produção de madeira para papel e celulose cresceu apenas 1,3%, com declínio crescente iniciado em 2009. Em 2008, Santa Catarina possuía 11% da área de florestas plantadas com *pinus* e eucalipto no país, caracterizando-se como o quarto estado maior exportador de produtos florestais, em valor (37% dos móveis de madeira, 31% da madeira e suas obras e 11% do papel).

Em termos de crescimento destaca-se o papel que de uma produção de 712 mil toneladas, em 2003, passou para 2,1 milhões de toneladas, em 2016. Já a produção de trigo cresceu 33,9% no período analisado. Na safra 2016/17 foram colhidas cerca de 229 mil toneladas de trigo, um aumento de 51% comparativamente à safra anterior que sofreu queda em razão dos problemas climáticos. A política governamental de estímulo ao plantio via aumento do Preço Mínimo de Garantia constitui-se um fator de estímulo à produção.

Na pecuária, apesar da redução das áreas de pastagens e diminuição do número de produtores de suínos e de aves¹⁰, a produção aumentou. Entre 2004-2013, o número de matrizes de suínos alojadas no estado de Santa Catarina cresceu de 362 mil cabeças para 400 mil cabeças, o que representa 17,2% das matrizes alojadas no Brasil. Em termos de produção, o número de animais abatidos cresceu de 7 milhões de cabeças, em 2004, para 10,7 milhões, em 2016. Entre 2004-2016, a variação do crescimento da produção de carne suína foi 65% contra 31,8% do número de aves abatidas. Chama a atenção para o período o crescimento de 355% da produção de leite.

Apesar desse dinamismo, cabe destacar que os agronegócios de carne suína e aves vêm perdendo participação relativa no conjunto da região Sul e no Brasil. Entre 1999-2015, enquanto o abate de suínos em Santa Catarina teve um aumento de 67,4%, o abate do Rio Grande do Sul cresceu 109,9%, contra 185,3% do Paraná e 1.896,2% de Goiás. No abate de aves, o crescimento de Santa Catarina, no mesmo período, foi de 61,3% contra 842% de Goiás e 233,6% do Paraná. Em 2001, enquanto o estado do Mato Grosso participava com 1,7% do abate nacional, o estado de Goiás representava 2,6%. Em 2012, Goiás subiu sua participação para 6,1%, enquanto o Mato Grosso ampliou sua participação para 4,9%. Portanto, verifica-se uma nova divisão territorial do trabalho, com o aumento de participação do estado do Paraná e do Centro-Oeste.

¹⁰ Segundo Marcondes (2016), na suinocultura, o processo de concentração/exclusão ganhou força já nos anos de 1990 e se deu de maneira bem mais contundente que na avicultura. Segundo entrevista realizada com o Presidente da Associação Catarinense de Criadores de Suínos, existem atualmente apenas 7.400 suinocultores, sendo apenas 15% deles independentes (ESPÍNDOLA, 2016).

Além do crescimento da produção os agronegócios apresentaram dinamismo em suas exportações. Responsável por 63,5% das exportações totais do estado de Santa Catarina e 5,7% das exportações totais dos agronegócios brasileiros, entre 2004-2017, as receitas auferidas no mercado externo apresentaram um crescimento de 2 vezes, passando de 2,7 bilhões de dólares, para 5,4 bilhões. Entre 2003-2014, enquanto as exportações totais catarinenses cresceram de US\$ 3,7 bilhões para US\$ 8,9 bilhões, as exportações do agronegócio passaram de US\$ 2,4 bilhões para US\$ 5,7 bilhões.

Em termos de produtos, enquanto as exportações de produtos de origem animal cresceram 315%, passando, entre 2003-2017, de US\$ 916 milhões para US\$ 2,8 bilhões, as exportações de produtos vegetais alcançaram uma porcentagem de 363%, contra um aumento percentual de 49,4% dos produtos florestais, no mesmo período. As exportações dos agronegócios, de um total de US\$ 4,8 bilhões em 2016, concentram-se, principalmente, em produtos como carnes de frango (34,6%), madeira e obras de madeira (13,2%), soja (12,75%), suíno (11,26%), tabaco e derivados 8,8%, e papel e celulose, com 5% (EPAGRI/CEPA, 2017).

Cabe ainda destacar o aumento de 569% das importações totais dos agronegócios catarinenses, que subiram de 281 mil dólares para US\$ 1,1 bilhão, entre 2003-2014, pode-se concluir que as exportações catarinenses apresentaram, no referido período, desempenhos favoráveis, que contribuíram para os saldos positivos de sua balança comercial. Os desempenhos da produção e das exportações dos agronegócios catarinenses manifestam-se territorialmente, pois a produção, apesar de diversificada, está desigualmente distribuída,

promovendo, ao longo de sua evolução, concentrações produtivas territoriais.

3- Configurações produtivas territoriais dos Agronegócios Catarinenses

As mesorregiões catarinenses (oeste, norte, serrana, vale do Itajaí, Grande Florianópolis e sul), denominadas e classificadas pelo IBGE (1990), apresentaram, entre 2003-2016, comportamentos diferenciados em termos de produção animal e vegetal, área plantada e valor bruto da produção, conforme apresentado na Figura 1.

Representado, em 2016, cerca de 40% da área plantada com lavoura temporária no estado de Santa Catarina e 34,79% do valor bruto gerado, a região oeste catarinense, entre 2003-2016, teve uma variação negativa da área plantada com culturas temporárias de 28%, especialmente, na redução da área de feijão (54%), milho (64%), cana-de-açúcar (50%), fumo (55,6%) e mandioca (27%). Em termos de área plantada com as culturas permanentes, a redução foi de 43%, sobretudo na maçã, com um decréscimo de 44,57%. Em contrapartida, o seu efetivo de suínos cresceu de 4,1 milhões de cabeças para 4,8 milhões, o que representou, em 2017, 78,74% dos suínos produzidos no Estado. Já a sua produção de leite passou de 909 mil litros para 2,3 milhões, perfazendo um crescimento de 262% e resultando na concentração de 78% da produção estadual¹¹. Mesmo obtendo pouca

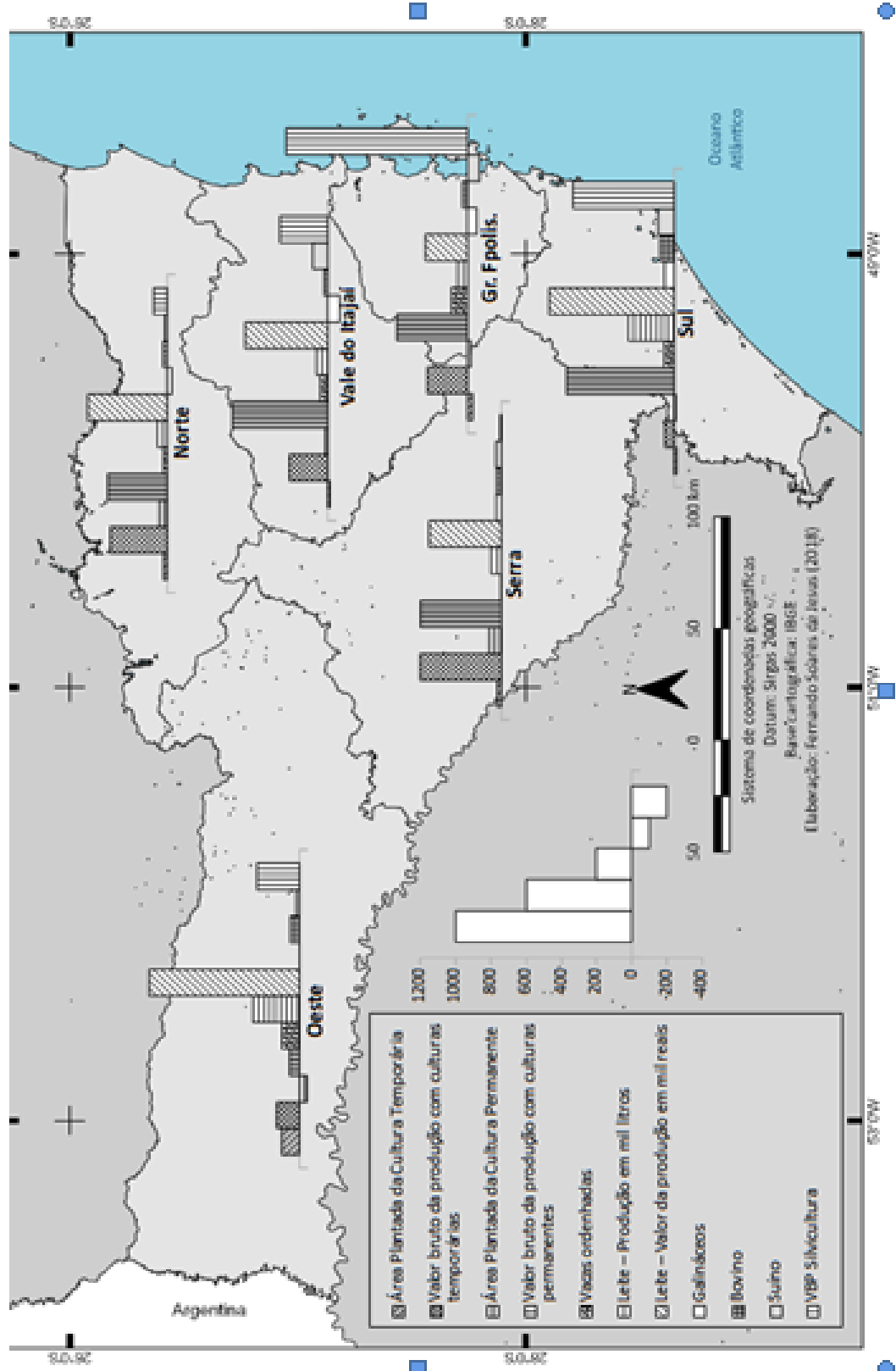
¹¹ Segundo Marcondes (2016), parte da expansão dos agronegócios de leite, a partir do final dos anos de 1980 e 1990, explica-se pela inviabilidade econômica (rentabilidade) em certas atividades. Assim, “ao serem excluídos da produção de suínos e de grãos (feijão, soja, milho, trigo), os produtores expandiram a produção leiteira, com a qual já tinham familiaridade, mas pouco interesse para geração de renda (MARCONDES, 2016, p. 13-14). Contudo, cabe ressaltar que os fatores, como bons preços aos produtores, o aprimoramento dos sistemas de produção, o aumento do consumo *per capita* de lácteos no

variação de crescimento no efetivo avícola, o oeste catarinense concentra 74,5% dos 7.330 mil produtores de frango de corte (CIDASC apud EPAGRI/CEPA, 2017).

Brasil e os investimentos das agroindústrias e cooperativas contribuíram para esse dinamismo (SOUZA, 2014).

Figura 1: Variação percentual de indicadores por mesorregião do estado de Santa

Catarina (2003-2016).



Fonte: IBGE/Sidra (2003; 2016).

A Figura 2 mostra que apenas as regiões norte e serranas apresentaram variações positivas nas áreas plantadas com culturas temporárias em 18% e 23%, respectivamente. A variação do crescimento ocorreu também nas áreas das culturas permanentes, com o aumento de 57% da área plantada e uma produção de 407 mil toneladas de maçãs, que representa 77,56% da produção total.

No Vale do Itajaí, a queda de -12,7% nas áreas plantadas da cultura temporária manifestou-se no plantio da batata, com uma redução da área em torno de 62%, seguida da mandioca (47%) e do milho (42%). Nessa região, os aumentos de áreas plantadas ocorreu, sobretudo, na soja (15.000 %) e trigo (2.963%). Nas áreas de cultura permanente, verificou-se um crescimento de 13,8%.

Chama a atenção ainda na Figura 2 a queda de 30% da área plantada com culturas temporárias e (-) 18% com produtos da cultura permanente, na região da Grande Florianópolis. Excetuando-se o arroz, que apresentou uma variação percentual de 47% na área plantada, os demais produtos mostraram queda da área plantada, com destaque para a batata (-86%), o feijão (-71%), o tomate (-50%) e a cana (-43%). Destaca-se que, em 1990, essa região respondia sozinha por 51% da produção estadual de tomate, 42,1% da produção de cana-de-açúcar e 21,9% da produção de cebola. Em 2016, respectivamente, representou 12,9%, 11% e 17%. Os dados demonstram a perda de participação da Grande Florianópolis na produção do agronegócio catarinense.

No Sul do estado, todos os produtos tiveram queda da área plantada, excetuando-se o arroz cujo aumento de área foi de 10,8%, passando de 83 mil hectares para 93 mil hectares, entre 2003-2016. Essa região é responsável por 62,5% da produção total catarinense de arroz e 29,7% da produção de mandioca.

Com base no exposto, pode-se afirmar que vem ocorrendo, no estado de Santa Catarina, um processo de reconfiguração regional da produção dos agronegócios, caracterizado pela concentração/desconcentração, dispersão e exclusão.

A dispersão apresenta-se de forma acentuada na produção da soja. Originada no Oeste, com 74% da concentração da produção em 1990, a soja adentrou em áreas históricas da pecuária extensiva e extrativismo madeireiro (região serrana). De um total de 537 mil toneladas produzidas em 1990, essa região participava com 13% do total produzido. Em 2016, de um total produzido pelo estado de 2,1 milhões de toneladas, a região serrana participou com 25%, perfazendo um crescimento de 482% em sua produção entre 2003-2016 (CUNHA; CRUZ, 2017).

O processo de concentração/desconcentração, dispersão e exclusão vem redefinindo a distribuição regional dos agronegócios catarinenses e provendo uma especialização produtiva territorial.

Considerações finais

Procurou-se demonstrar, neste texto, que o processo de ocupação do território catarinense resultou na constituição de duas estruturas produtivas na agricultura catarinense. Uma caracterizada pela presença marcante de uma pequena produção mercantil e outra

marcada pela presença do latifúndio pecuarista. Contudo, essas duas estruturas, ao longo de sua trajetória evolutiva, sobretudo pós-1960, passaram por profundas transformações, que originaram agronegócios dinâmicos e internacionalizados.

Argumentou-se que, no período entre 2003-2016, as alterações manifestaram-se na evolução do Valor Bruto da Produção animal e vegetal. Entretanto, a elevação das rendas geradas contrastou com a queda da área plantada de produtos, como feijão, milho, trigo, fumo, entre outros, e a redução das áreas de pastagens. Em contrapartida, ocorreu um aumento da área plantada com soja, *pinus* e eucaliptos.

Advogou-se que alguns agronegócios de carnes vêm perdendo participação relativa no conjunto da região Sul do Brasil e nas exportações brasileiras, o que aponta para uma nova divisão territorial do trabalho. Ademais, a despeito de a estrutura produtiva da agricultura apresentar-se diversificada, demonstrou-se que vem ocorrendo um processo de reconfiguração regional da produção dos agronegócios, caracterizado pela concentração/desconcentração, dispersão e exclusão. Esses processos estão acelerando a especialização produtiva territorial.

Referências

- BIELSCHOWSKY, R. Estratégia de Desenvolvimento e as Três Frentes de Expansão no Brasil: um desenho conceitual. In: Texto para Discussão. n. 1828, Brasília: IPEA. abr. 2013. P. 1-27. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_1828.pdf. Acesso em: 16 jan.2015.
- BOSSLE, O. A Industrialização de Santa Catarina: um estudo de história econômica regional (1888 – 1945). 1985. 158 f. Tese (Doutorado) - Curso de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1985.
- BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Estatísticas de comércio exterior do agronegócio brasileiro. 2015. Disponível em:

<http://sistemasweb.agricultura.gov.br/pages/AGROSTAT.html>. Acesso em: 27 mar. 2018.

_____. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Dados estatísticos. 2017. Disponível em: <http://www.mdic.gov.br/>. Acesso em: 8 mar. 2018.

_____. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Valor Bruto da Produção Agropecuária, 2018. Disponível em: <http://www.agricultura.gov.br/assuntos/politica-agricola/valor-bruto-da-producao-agropecuaria-vbp>. Acesso em: 25 Maio 2018.

CASTRO, A. B. A Economia Brasileira em Marcha Forçada 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

CONTINI, E. et al. Evolução recente e tendências do agronegócio. Revista de Política Agrícola, Brasília, CONAB, ano XV, n. 1, jan.-fev.-mar. 2006, p. 5-28. Disponível em: <https://seer.sede.embrapa.br/index.php/RPA/article/view/475>. Acesso em 10 mar. 2014.

CUNHA, R. C. C.; CRUZ, W. L. de M. Aspectos geoeconômicos da cadeia produtiva da Soja no Estado de Santa Catarina: Produção e Circulação. Geo UERJ, Rio de Janeiro, n. 31, p. 745-769, 2017. Disponível em: <http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/geouerj/article/view/26863/23070>. Acesso em: 09 de abr. 2018.

EPAGRI/CEPA. Instituto de Planejamento e Economia Agrícola de Santa Catarina. Síntese Anual da Agricultura Catarinense 2004; 2009; 2017. Disponível em: http://www.epagri.sc.gov.br/?page_id=3210. Acesso: 18 mar. 2018.

ESPÍNDOLA, C. J. A dispersão territorial dos investimentos do agronegócio de carne. Anais de Geografia Econômica e Social, v. 2, Florianópolis: GCN 2009. p. 251-281. Disponível em: <http://cadernosgeograficos.ufsc.br/aquisicao/revista-geografia-economica/>. Acesso em: 20 abr. 2018.

_____. As duas macroformações socioespaciais do Sul do Brasil na gênese da indústria de carnes. ENSAIOS FEE (ONLINE), v. 37, p. 715-738, 2016 a. Disponível em: <https://revistas.fee.tche.br/index.php/ensaios/article/viewFile/3419/3792>. Acesso em: 20. abr.2017.

_____. Ciclo de crescimento da economia brasileira e desempenho do agronegócio catarinense. GEOGRAFIA (LONDRINA), v. 25, p. 91-109, 2016. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/geografia/article/viewFile/24919/20546>. Acesso em: 20. abr. 2017.

FACHINELLO, A. L.; SANTOS FILHO, J. I. Agricultura e agroindústria catarinense: panorama, impasses e perspectivas do sistema agropecuário In: MATTEI, L e LINS, H. N. (Org.). A Socioeconomia catarinense: cenários e perspectivas no início do século XXI, Chapecó: Argos, 2010, p.159-196.

GONÇALVES, J. S. Agricultura sob a égide do capital financeiro: passo rumo ao aprofundamento do desenvolvimento dos agronegócios. Informações econômicas, São Paulo, IEA, v. 35, p. 7-36, abr. 2005. Disponível em: <http://www.iea.sp.gov.br/out/publicacoes/pdf/tec1-0405.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2006

IBGE. Divisão regional do Brasil em mesorregiões e microrregiões geográficas. Vol. I. Rio de Janeiro, 1990. Disponível em:

http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20-%20RJ/DRB/Divisao%20regional_v01.pdf. Acesso em: 4 mar. 2018.

_____. Produto Interno Bruto 2016. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/pesquisas/pesquisa_resultados.php?id_pesquisa=46. Acesso em: 14 mar. 2018.

_____. Sistema IBGE de Recuperação Automática (2003; 2016). Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/home/ipca15/brasil>. Acesso, mar. 2018.

ICEPA. Instituto de Planejamento e Economia Agrícola de Santa Catarina. Síntese Anual da Agricultura Catarinense 1982. Disponível em: http://www.epagri.sc.gov.br/?page_id=3210>. Acesso: 10 mar. 2019.

MAMIGONIAN, A. Estudo Geográfico das Indústrias de Blumenau. Revista Brasileira de Geografia, n. 3, p. 389-480, Rio de Janeiro: IBGE. 1966.

_____. As conquistas marítimas portuguesas e a incorporação do litoral de Santa Catarina. In: O mundo que o português criou. Recife: CNPq/Fjn, 1999.

MARCONDES, T. Agropecuária em Santa Catarina: Cenário atual e principais tendências. In: Revista NECAT, ano 5, n T. 9 jan-jun, 2016, p. 8-38. Disponível em: <http://ncubadora.periodicos.ufsc.br/index.php/necat/article/view/4171>. Acesso em: 15 mar. 2018.

MATTEI, L. e LINS, H. N. A Liberalização econômica e reestruturação produtiva: reflexos em Santa Catarina no limiar do novo século In: MATTEI, L. e LINS, H. N. (Org.) A Socioeconomia catarinense: cenários e perspectivas no início do século XXI. Chapecó: Argos, 2010. p.109-157/

PELUSO JUNIOR, Victor. Aspectos Geográficos de Santa Catarina. Florianópolis: FCC/EDUFSC, 1991.

RANGEL, I. de M. Introdução ao desenvolvimento Econômico Brasileiro. Rio de Janeiro: Zahar, 1957.

RANGEL, I. de M. Economia: milagre e anti-milagre. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

SOUZA, Joel José de. O complexo de laticínios no Brasil: o caso da região Sul. 2014. 289 f. Tese (Doutorado) - Curso de Geografia, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014.

WAIBEL, L. Capítulos de geografia tropical e do Brasil, 2. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 1979.

Entre avanços, recuos e permanências: a geografia portuária brasileira pós anos 2000

Edson de Moraes Machado¹

Introdução

Os portos configuram-se como fenômenos eminentemente geográficos, com a particularidade de serem complexos (MAMIGONIAN, 2017, p. 17)². Manifestam-se a partir das relações de trocas subordinadas às características dos espaços (hinterlândias) em jogo. São, portanto, frutos da convergência de forças emanadas de um espaço amplo, subordinadas a estruturas nacionais e internacionais, sendo assim interpretados por Araújo Filho (1974) ao afirmar que:

Fenômeno de feição *sui generis*, que só por esta qualidade nos chama a atenção, os portos são locais que materializam, numa vinculação estreita e em porções muito precisas dos continentes, as interrelações de espaços produtores, ao mesmo tempo em que se constituem em expressões da convergência de interesses amplos e específicos ligados a todo um quadro complexo de necessidades (ARAÚJO FILHO, 1974, p. 15).

Apesar de sua importância, os portos ficam à mercê da navegação, o que significa que os navios possuem como exigência a adaptação dos portos para melhor recebê-los, promovendo transformações ao longo da evolução da navegação marítima, e não ao contrário (MAMIGONIAN, 2017, p. 21). A contêinerização e o gigantismo dos navios servem como exemplo de modificações impostas aos portos por parte da navegação. Tal fato implica na necessidade de constantes

¹ Doutor em Geografia pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Docente Colaborador do Curso de Geografia da Universidade Estadual de Maringá (UEM). Pós Doutorando Júnior do Cnpq (processo 152113/2020-7). Pesquisador Labeur/UFSC.

² Araújo Filho (1974, p. 16) afirma que, se os portos são um fenômeno rico em qualidades espaciais, estruturais, no que toca à rede de relações variadas, é um fator possuidor de toda a qualidade geográfica.

investimentos (ampliação do cais, mudanças para canais de acesso mais profundo, aumento da retroárea, novos equipamentos, etc.).

Em outras palavras, conforme George (1956, 1961), citado por Araújo Filho (1974, p. 15), os portos são o local de trânsito entre a navegação marítima e os transportes continentais, onde toda uma exigência o acompanha e que se encarrega de lhe emprestar uma fisionomia que será tanto mais rica e heterogênea quanto maior e mais complexas forem as intensidades dos trânsitos. Portanto, continua George (1961, p.422), o desenvolvimento dos portos ou a conservação de sua atividade acham-se subordinadas a sua aptidão em responder às exigências desta função de trânsito.

A atual economia mundializada, caracterizada pela intensificação da divisão internacional do trabalho e, conseqüentemente, enorme fluxo de mercadoria entre as nações, faz com que os sistemas de transportes permaneçam sendo alvos contínuos de inovações, resultando em operações mais intensivas, tecnológicas e altamente especializadas. Atualmente, a atividade portuária é responsável pela movimentação de mais de 90% do comércio internacional (em volume), constituindo o principal meio utilizado para o transporte de mercadorias (95%) do comércio exterior brasileiro (BRASIL, 2014).

No Brasil, o período marcado pelas radicais evoluções ocorridas no setor portuário a nível mundial (gigantismo dos navios, conteneurização, etc.) ocorre junto ao endividamento do Estado, o esgotamento de financiamento interno e mudanças na política de financiamento internacional. Uniu-se a essa realidade alterações na política interna, que passou a ser ditada sob os dogmas neoliberais, ou

seja, abertura radical da economia e a redução de investimentos públicos. Paralelamente, ocorre o incentivo e ampliação das exportações de *commodities* minerais e agrícolas, aumentando a demanda pelos serviços portuários. Tal realidade transformou os portos do país em nós de estrangulamento já na década de 1980, mas que só passaram a serem enfrentados seriamente a partir dos anos 2000, com o retorno dos investimentos mais volumosos através dos programas de aceleração do crescimento (PAC I e II e PIL), junto à nova legislação portuária (Lei nº 12.815, de 2013) e parcerias público-privadas (PPP). Tais programas e a nova legislação, ao permitirem maior participação da iniciativa privada e ampliar o volume de recursos investidos, embora ainda precisem maturar, estão criando o que se pode se caracterizar como um novo mapa portuário nacional.

Esse novo mapa portuário vem se concretizando, sobretudo, pela ampliação vertiginosa na movimentação de grãos e minérios pelos portos do Norte e Nordeste, passando a atrair e movimentar cargas antes direcionadas aos portos do Sudeste e Sul, até então hegemônicos. No caso dos grãos, o crescimento da movimentação foi de 482% entre 2010 até o primeiro semestre de 2020, ampliando a participação na movimentação total em volume da mercadoria de 24% para 49% (ANTAQ, 2020). Em relação ao minério de ferro, o Nordeste, movimentando os volumes extraídos no Norte, ampliou a participação na movimentação total de 30,2% em 2010, para 52,8% em 2020 (ANTAQ, 2020). Nos contêineres, o Nordeste passou de 9% em 2002, para 13,0% em 2020, e o Norte de 5% para 7,4% (BRASIL, 2021).

Frente ao exposto, buscamos investigar tal processo, analisando a evolução da questão portuária brasileira, correlacionando com os

acontecimentos em escala nacional e mundial, para, então, compreender de que forma o Brasil reagiu às ondas de inovações e adaptações no setor portuário, propiciando a compreensão de seu atual panorama e alterações recentes.

Para tal, lançamos mão das seguintes técnicas de pesquisa: revisões bibliográficas, nas quais destacamos, mas não apenas, George (1961), Fischer (1963), Araújo Filho (1969, 1975), Vigarié (1979), Stopford (1997), Silva e Cocco (1999), Monié e Silva (2003), Monié (2012), Oliveira (2011) e Mamigonian (2017); levantamento e análise de dados oficiais (Antaq, SEP, IBGE, Cia. Docas, MDIC, etc.); visitas técnicas (portos públicos e privados, Capitánias, Sindicatos, OGM0); e observações *in loco*.

Levamos em consideração como referencial teórico os ensinamentos do geógrafo Armen Mamigonian que assinala, através de suas obras, que o conjunto de conhecimento é explicado pela conjunção de fatores pertinentes a cada uma das escalas geográficas: mundo, nação, região; bem como pelos níveis hierárquicos das determinações naturais, econômico-sociais, políticos e ideológicos. Dada a abrangência da análise, lançamos mão da teoria da formação sócioespacial proposta por Milton Santos, que aponta que o Estado faz parte de uma realidade dinâmica, em constante transformação, onde, a cada momento histórico, há uma combinação de fatores como: comportamento demográfico, grau de modernização, a criação e a retenção do valor adicionado, etc. (SANTOS, 1982).

A questão portuária no Brasil e no Mundo

No mercantilismo, quando a navegação marítima ganhou dimensão planetária, o capitalismo manufatureiro deu origem às relações comerciais centro-periferia, mundializando a economia. A partir de então, os portos e a navegação adquirem um novo *status*, o de papel central nas relações comerciais³.

O Brasil, em seu período colonial e dos primeiros tempos da monarquia independente, se configurou como latifundiário, escravista e eminentemente exportador. Tal combinação deu origem a esparsas cidades litorâneas de médio e grande porte localizadas nas margens das baías, recifes, penínsulas, enseadas e desembocaduras dos rios.

Nos primeiros quatro séculos, praticamente todas as grandes cidades estavam envolvidas ao entorno de um porto-empório⁴, possuindo sua própria divisão social do trabalho e mais ligada à agroexportação do que com a comercialização com as outras regiões brasileiras (RANGEL, 1968). Com o processo de industrialização e de integração nacional, pós 1930, as formações regionais passaram a serem interligadas através do sistema rodoviário a centros mais dinâmicos (São Paulo em escala nacional e a outras metrópoles regionais).

No cenário mundial, as inovações tecnológicas então desenvolvidas (motor a combustão, linha de montagem, química,

³ Smith (1983, p. 27), em *A riqueza das nações* (1776), deu essencial importância à navegação marítima, afirmando que, conforme se intensificasse a divisão social do trabalho, a produtividade se ampliaria, gerando excedentes que precisariam ser comercializados em mercados cada vez mais amplos. Tais mercados seriam alcançados através do transporte marítimo, em face da limitação de acesso do transporte terrestre. Salientou, ainda, a economia de escala que o transporte marítimo tem sobre o terrestre, representando, à época, uma produtividade quinze vezes maior.

⁴ Ainda em 1900, das cidades brasileiras com mais de cem mil habitantes, apenas São Paulo, umbilicalmente ligada a Santos, não era litorânea, sendo as outras a cidades o Rio de Janeiro (691.565 hab.), Salvador (205.813 hab.), Recife (113.106 hab.) e Belém (96.560) (SANTOS, 1993).

eletricidade, etc.) resultaram na eclosão da Segunda Revolução Industrial, que impulsionou a retomada da ascensão capitalista, expressada pela fase expansiva do terceiro ciclo de Kondratieff (1896-1921). Posteriormente, essas mesmas invenções passaram a serem incorporadas no setor de transporte já em sua fase recessiva (1921-1945), até o seu uso em massa, levando ao nascimento do quarto Kondratieff (pós 1945)⁵.

Na atual e singular fase depressiva, pós 1973, o foco continuou na busca incessante de redução dos custos, aprofundando a divisão internacional do trabalho, e na ampliação geográfica e setorial do mercado (AUTOR, 2020, p. 352). Assim, entre 1978 e 2008, o crescimento médio anual do comércio internacional foi de 6,6%, taxa quase duas vezes maior do que a do PIB mundial; posteriormente, entre 2011 e 2016, o crescimento foi de 3,1% a.a., contra 3,4% do PIB mundial (IMF, 2016).

Como consequência, os portos e a navegação marítima passaram por fortes processos de modernização. Autores como Cocco e Silva (1999), Lacerda (2004), Levinson (2006), Oliveira (2011), Espíndola (2014) e Mamigonian (2017), nos permitem afirmar que algumas dessas modernizações são: a) uso cada vez maior dos contêineres, que resultaram no agigantamento dos navios, que podem

⁵ Embora já descritos por Engels e Marx, foi Nikolai Kondratieff (1892–1938) quem comprovou a existência de ciclos na economia capitalista, tendo sua teoria sistematizada e divulgada por Schumpeter (1939). Nela, evidenciou que a economia durante 25/30 anos possuía ritmo de crescimento acelerado e que após essa fase, nos próximos 25 ou 30 anos, iniciava-se outra, com ritmo diminuído (taxas médias de 2% ao ano). Assim, cada Revolução Industrial corresponde a dois ciclos, o primeiro com as novas tecnologias incorporadas ao processo produtivo em larga escala, e o segundo quando essas mesmas tecnologias são lançadas ao setor de transportes, ampliando novamente a taxa de lucro e dando origem a uma nova fase expansiva capitalista.

carregar até 24.000 unidades de TEUs⁶, e na ampliação das economias de escala e maior agilidade operacional, inclusive de transbordo, com consequente aumento da produtividade⁷; b) utilização de embarcações gigantescas (supergraneleiros, superpetroleiros, supercargueiros ro-ro).; c) uso intensivo de tecnologias poupadoras de mão de obra (informatização, guindastes, esteiras, empilhadeiras); d) operações intermodais, com a criação de redes de logística e o surgimento de portos concentradores de contêineres e de transbordo (*hub-port*); e) intensificação na segurança e a redução das perdas de cargas; f) redução do tempo dos navios atracados nos portos; g) constituição de grandes empresas multinacionais de navegação altamente especializadas e com largo uso de logística moderna.

Tal processo exigiu rápida resposta das nações mundializadas para modernizarem seus complexos portuários, o que ocorreu apenas pontualmente (seletividade maior), ou seja, em determinados portos e países. A perda de velocidade da modernização portuária ocorreu no mundo todo, onde portos tradicionais (Londres, Liverpool, etc.) que não se adaptaram (profundidade inadequada, ausência de retroárea, localização distante do mar) acabaram por se transformar em portos de segunda importância (AUTOR, 2020, p. 252). Por outro lado, a ocorrência da Segunda Guerra Mundial (1939-1945) propiciou

⁶ A sigla TEU (Twenty Foot Equivalent Unit) refere-se à Unidade Equivalente de Transporte que possui um tamanho padrão de contêiner intermodal de 20 pés (aproximadamente 39 m³).

⁷ Stopford (1997) apontou que um navio com capacidade de 1.200 TEU's possuía custo diário de UU\$ 16,6 por unidade, mas os de capacidade para 6.500 TEU's um custo de UU\$ 7,5 (quase três vezes menor e volume de carga seis vezes maior). Assim, conforme as dimensões do navio aumentam, a participação do custo fixo no custo total diminui de 42% para 26%. Lacerda (2004), com base em Stopford (1997), aponta que é o resultado de diversos fatores, como o custo de capital por contêiner, a razão entre a tripulação e a capacidade de carga dos navios, o consumo de combustível por unidade de carga transportada e o valor das taxas portuárias por TEU's.

modernizações nos principais portos europeus e a renovação da frota mercante. Suas reconstruções ocorrem já na nova lógica portuária, com ampla retroárea, canais de acesso mais profundo, afastado dos grandes centros urbanos, intermodalidade; tal como ocorreu nos portos de Le Havre (França) e Rotterdam (Holanda)⁸.

O processo de reação do Brasil foi pontual através do incentivo à implantação de Terminais de Uso Privativo (TUP) por parte das grandes empresas exportadoras para usos próprios e altamente especializados (Cargill, Aracruz, Vale do Rio Doce, Petrobrás), bem como a implantação de corredores de exportação. Tal realidade ocorreu em portos de maior movimentação e com cargas específicas (café, borracha, carvão, açúcar, soja, algodão, cacau, minério de ferro). Assim, até o início da década de 1980, 80% da movimentação total do país era realizada pelos terminais privados, que movimentavam cargas de baixo valor agregado. Os portos públicos, movimentando carga geral, respondiam por 20% (OLIVEIRA, 2011).

Posteriormente, os portos brasileiros, como consequência da conjuntura de lento crescimento da economia nacional e do acelerado processo de modernização do setor, acabaram por sofrer um retardamento no processo de reação e adaptação das novas imposições da navegação e das novas infraestruturas portuárias. Assim, desde o final da década de 1980, se transformaram em nós de estrangulamento (RANGEL, 2005).

⁸ Segundo Vigarié (1979) e Hoyle (1989), o deslocamento dos sítios portuários para áreas com retroáreas mais amplas, com calados profundos e a adoção de maquinário moderno, intensifica-se pós anos 1950.

Desenvolvimento portuário nacional: avanços, recuos e permanências

Conforme Santos e Silveira (2013), a história do território brasileiro, de seus fluxos e da implantação de seus sistemas de engenharia, é, a um só tempo, una e diversa, sendo necessário um esforço de periodização para entendê-la no seu processo e na sua realidade atual. Do período denominado pelos autores como o meio “natural” até o meio técnico da circulação mecanizada, entre o começo do século XX e a década de 1940, a dinâmica que comandou o território brasileiro teve como base o atendimento de interesses exógenos.

A produção açucareira, com os engenhos próximos ao litoral, bem como a extração de madeira, não impunham a necessidade de grandes sistemas de engenharia. Posteriormente, a extração mineral e a produção cafeeira exigiram a construção de estradas de rodagens e de ferrovias ligando o interior ao litoral. Entretanto, essas infraestruturas não integravam o território, contribuindo para a formação dos arquipélagos regionais que resistiram até os anos de 1930/40 (MAMIGONIAN, 2009; SANTOS, 1993). Tendo diversos portos sido concedidos à iniciativa privada, as concessões em longo prazo (algumas por até noventa anos) prejudicaram e inibiram um constante investimento. Ao retornarem para o Estado pós 1930, com a estatização, acumulavam a necessidade de vultosas somas para sua modernização.

No período técnico-científico, pós 1950, na lógica industrializante, as atenções voltaram-se para a implementação de um comando eficaz e imediato sobre o território nacional. A política de incentivo industrial focou a integração nacional através do

rodoviarismo, em face de sua rápida implantação. Porém, a conjuntura que se deu a seguir, iniciando a fase depressiva pós 1973, impediu a continuação de investimentos maciços em infraestruturas. Os volumosos investimentos em geração de energia (Itaipu, Tucuruí, Angras I e II), na construção de rodovias (as BRs de Norte a Sul e as malhas estaduais), na constituição da rede de aeroportos (1949-1970), nas telecomunicações (rede hertziana, satélite Intelsat, Telebras), em petróleo (Petrobras), no transporte fluvial (rio Tietê), entre outros, possibilitaram a efetivação do edifício industrial, mas não preparam terreno para a inserção do país no mercado internacional altamente competitivo (integração competitiva).

O Estado, em virtude de seu endividamento, do esgotamento das possibilidades de investimentos internos (emissão de títulos da dívida pública) e das alterações nas políticas dos financiamentos internacionais⁹, acabou por não possuir condições de fazer os maciços investimentos necessários, com agravante ao setor portuário, dadas suas especificidades e conjuntura de rápida modernização.

A grande tentativa de sistematizar o setor ocorre pela atuação da Empresa de Portos do Brasil S/A – Portobras. Tal empresa pública, criada em 1975, foi resultado do “Plano Diretor Portuário do Brasil 1975-1984”, que se constituiu no primeiro grande projeto nacional para o setor. Uma empresa “*holding*” que objetiva os interesses do Estado em centralizar as atividades portuárias, sendo possível a integração do sistema portuário nacional. Todavia, é criada já no início

⁹ Externamente, com o início do período depressivo, há restrição cada vez maior de crédito e aumento de juros. Política iniciada nos Estados Unidos em 1979 no governo de Jimmy Carter e mantida por Reagan (1981-1989).

depressivo, ocasionando contingenciamentos nos planos portuários de 1975-1984 e 1987-1996, sendo extinta em 1990.

A adoção do neoliberalismo pós 1990 e a forte pressão empresarial e midiática fez com que o governo de Itamar Franco aprovasse a “Lei de Modernização dos Portos” (Lei nº 8.630 de 1993). Tal lei retirou o monopólio das operações das Companhias Docas, que passaram a desempenhar somente papel administrativo, e dos sindicatos, com a criação do Órgão Gestor de Mão de Obra (OGMO), bem como estabeleceu nova legislação para os terminais privados, permitindo a movimentação de cargas de terceiros (esporadicamente e não finalística). Surgem os denominados “portos secos”, ou Estação Aduaneira de Interior (EADI), como consequência dos entraves portuários e que objetivam reduzir a burocracia nos portos marítimos. Foram importantes facilitadoras para o abastecimento das cadeias produtivas, principalmente da indústria automobilística, a maior beneficiada pela “guerra fiscal” agravada pós 1988, pois passou a se instalar em áreas cada vez mais distante dos grandes complexos portuários, graças aos benefícios fiscais oferecidos pelos diferentes estados brasileiros¹⁰.

Embora o novo marco regulatório tenha sido uma tentativa de resolver o problema portuário, criou um paradoxo onde os portos públicos que movimentam cargas gerais (sacarias, insumos, veículos, máquinas, rochas) passam a sofrer com a deterioração de suas

¹⁰ Luedemann (2003, p. 202) descreve que municípios como São Carlos (fábricas de motores da Volkswagen), Catalão (Mitsubishi/Cameco), Indaiatuba (Toyota), Sumaré (Honda), Juiz de Fora (Mercedes-Benz) e Sete Lagoas (Iveco), embora com mais de 200 km de distância do porto mais próximo, passaram a contar com portos secos em Juiz de Fora (MG), Campinas (SP), Contagem e Uberlândia (próximo a Catalão-MG) que favoreceram o sistema de logística dessas novas plantas.

estruturas e falta de investimento, enquanto que outros terminais (minérios, petróleo, celulose, grãos), tornaram-se supercapitalizados e extremamente especializados em reduzida gama de produtos. As infraestruturas de acesso, que permanecem sob a responsabilidade do Estado, não acompanharam tal modernização. Os insuficientes investimentos em rodovias, ferrovias, dragagem e pátios para estacionamento, resultaram em grandes gargalos, tornando-se, segundo as análises dos Planos Mestres Portuários (BRASILa, 2021), os principais problemas portuários, ocasionando atrasos na entrega, aumento dos preços do frete e perda de competitividade.

Tais estrangulamentos começam a serem enfrentados no início do século XXI, com o retorno de investimentos volumosos no setor de infraestrutura, propiciadas pelo PAC I (2007) e II (2010) e o P.I.L (2012), conforme figura 01. Através da Lei nº 12.815, de 2013, os Terminais de Uso Privativo passam a ter permissão de movimentar cargas de terceiros não mais apenas em caráter suplementar e eventual. Possibilitou, também, a construção e regulamentação de Terminais Privados de Uso Misto que passaram a concorrer diretamente com os portos públicos (Porto de Itapoá, de Navegantes, do Açú, Terminal de Pecém, Ponta da Madeira).

Paradoxalmente, tais ações permitiram importantes avanços e recuos, ou permanências. De um lado, ocorreram modernizações nas infraestruturas internas (dragagens, terminais privados altamente especializados e modernos tecnicamente, com alta taxa de produtividade), de outro, permanece uma superestrutura sem grandes alterações (gestão pouco eficiente e não técnica, órgãos fiscalizadores com baixo contingente e pouca intercomunicação, extrema burocracia,

onerosas licitações financeiras, baixa segurança jurídica para investimentos de longo prazo, etc.).

Os portos públicos, com instalações para uso público, embora com participação diminuída na movimentação no volume de carga total, constituem-se em pontos nodais de grande importância estratégica, pois são fundamentais para estudos de viabilidade de movimentação de cargas, dando maior garantia aos investidores interessados em novos arrendamentos.

Figura 01: Investimentos em obras de infraestrutura, em bilhões de reais (a preços de 2017).

Segmentos	2007 - 2014			2015 - 2017		
	Total	por ano	(%) do PIB	Total	por ano	(%) do PIB
Transporte	476,2	59,5	0,9%	147,9	49,3	0,7%
Rodovias	311,6	39,0	0,6%	95,8	31,9	0,5%
Ferrovias	44,5	5,6	0,1%	11,5	3,8	0,1%
Aquaviários (portos e hidrovias)	42,7	5,3	0,1%	11,4	3,8	0,1%
Aeroviário	3,2	0,4	0,0%	0,5	0,2	0,0%
Estações*	21,0	2,6	0,0%	14,1	4,7	0,1%
Obras de arte**	53,2	6,6	0,1%	14,6	4,9	0,1%
Energia elétrica	143,8	18,0	0,3%	49,5	16,5	0,2%
Recurso minerais (petróleo e gás)	142,0	17,8	0,3%	23,9	8,0	0,1%
Telecomunicações	52,0	6,5	0,1%	20,2	6,7	0,1%
Total Geral	814,0	101,7	1,6%	241,5	80,5	1,2%

*Aeroportos, terminais marítimos, estações de trens e ônibus etc.

**Pontes, túneis, passarelas etc. em rodovias e ferrovias.

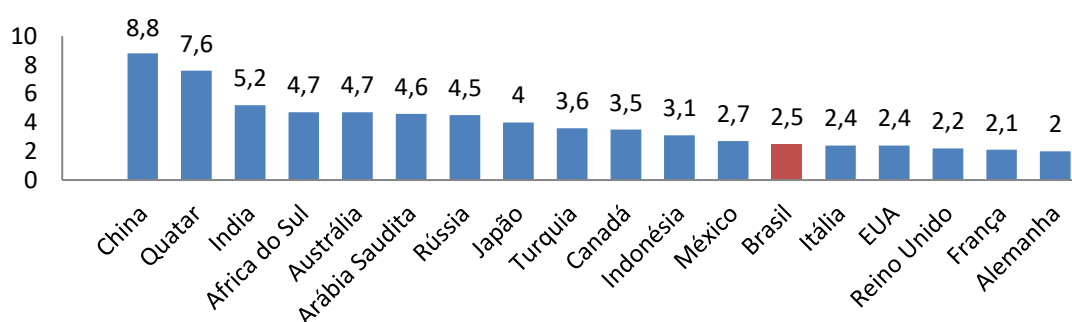
Fonte: IBGE (Pesquisa Anual da Indústria da Construção), 2018.

Elaboração: Ante Consultoria Econômica. Adaptado pelo autor.

Os programas governamentais, além da reativação da indústria naval, propiciaram a retomada de grandes investimentos no setor portuário, compreendendo vias de acesso aos portos (aquaviário e rodoferroviária), constituição de portos secos, implementação de sistemas de informatização (Porto Sem Papel), programas de dragagens (Plano Nacional de Dragagem). Entre 2000 e 2018, os investimentos públicos no setor de infraestrutura foram de, em média, pouco mais de 2% do PIB, atingindo a máxima de 2,53% em 2010, em face de 1,20% no ano 2000; mantendo, conforme gráfico 01, média de

2,5% entre 2008-2013, decaindo posteriormente (BNDES, 2018). Entretanto, outros países emergentes investiram, em média, no período 1995-2015, 6,4% do PIB em infraestruturas, e os países da América Latina 5,5% (FMI, 2018).

Gráfico 01: Investimentos em Infraestrutura - média 2008 - 2013 (% do PIB)



Fonte: McKinsey (2016), apud BNDES (2018). Adaptado pelo autor.

Na conjuntura de maiores investimentos, destaca-se o Programa Nacional de Dragagem (PND I e II), instituído pela Lei Nº 11.610 de 2007, que permitiu o aprofundamento e a manutenção do canal de acesso marítimo e da área de manobra de diversos portos brasileiros. Houve, ainda, especialmente no P.I.L, iniciativas para modernizar as infraestruturas de transporte (portos, aeroportos, rodovias e ferrovias) na ordem de centenas de bilhões de reais, buscando passar à iniciativa privada (com recursos ociosos), em forma de concessão, a exploração desses serviços de utilidade pública (Ferrovias Transnordestina, Fiol, Leste-Oeste, Ferrogrão; aeroportos como Guarulhos, Campinas, Galeão, Confins, etc.). Todavia, a participação privada, principalmente nacional, não respondeu significativamente ao chamado, interessando-se pontualmente. O desinteresse pelas grandes obras de infraestrutura se agrava no setor

de transportes, onde, em 2014, 81% dos investimentos nesse setor foram do Governo Federal e das empresas estatais e estaduais/autarquias, mesmo após dois anos do lançamento do P.I.L (CNI, 2016).

Tal realidade é consequência da manutenção de uma política macroeconômica que tem como base juros altos, combate à inflação e câmbio flutuante, que deram forças a determinados setores das classes sociais do país com fortes representações políticas ligadas ao mercado financeiro e desconectadas de uma política nacional desenvolvimentista. Esses fatores inibem os investimentos em setores produtivos. Com apoio dessas representações e o envolvimento das forças imperialistas, ocorreram operações como a Lava Jato, que inviabilizou a participação das grandes empreiteiras nacionais (Odebrecht, Andrade Gutierrez, OAS, Camargo Corrêa, Queiroz Galvão, Galvão Engenharia, etc.) nos processos de licitações das obras de infraestrutura pesada, fazendo com que os investimentos estrangeiros aumentassem de 27% em 2010 para 70% em 2018 (SOBEET, 2019), ou mesmo paralisando obras já iniciadas, como trechos da Ferrovia Transnordestina.

Outros fatores que não tem contribuído para a participação do setor privado é o fato dos projetos disporem de características específicas, tornando o financiamento complexo; reduzida disponibilidade de fontes de financiamento de longo prazo (dependem quase que exclusivamente do BNDES); risco cambial dos empréstimos; restrita oferta de garantias no sistema financeiro brasileiro; e o fato de serem investimentos de retorno de longo prazo (CNI, 2016; Dutra e Sampaio, 2017; BNDES, 2018).

Uma nova geografia portuária?

Frente ao exposto, depreende-se que os investimentos em infraestruturas, sobretudo no setor de transportes, iniciados nos anos 2000, bem como a Nova Lei dos Portos (Lei nº 12.815, de 2013) e as novas parcerias público-privadas (PPP), embora ainda precisem “maturar”, começam a alterar o mapa portuário nacional, lançando perspectivas para a configuração de nova geografia portuária.

Esse novo mapa portuário está se caracterizando pela ampliação vertiginosa na movimentação de grãos e minérios pelos portos do Norte e Nordeste, atraindo e movimentando cargas antes direcionadas aos portos do Sudeste e Sul. Consequência dos investimentos em infraestruturas de acesso aos portos, como rodovias (BR-163, BR-158, BR 242, etc.), ferrovias (Carajás, Norte-Sul, Transnordestina, etc.), hidrovias (Tabajós-Amazonas), novos terminais portuários (TUP's) e Estações de Transbordo de Cargas (ETC)¹¹.

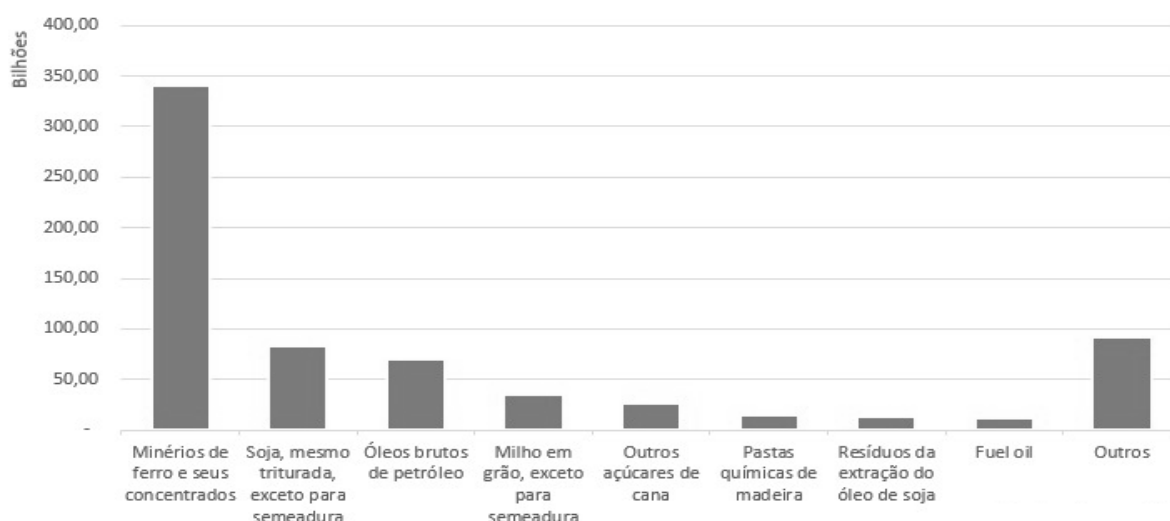
Tratando-se especificamente de grãos (milho e soja), que ocupam a segunda posição em toneladas na movimentação portuária brasileira (gráfico 02), os portos dessas duas regiões, denominados de Arco Norte¹², quando considerado a participação total, tiveram uma evolução de 482% entre 2010 até o primeiro semestre de 2020

¹¹ ETC, conforme Resolução 2.520, de 2012, da Antaq, são instalações portuárias situadas fora da área do porto organizado, cujo objetivo exclusivo é a operação de transbordo de cargas destinadas ou provenientes da navegação interior. Destaca-se a ETC de Mirituba (PA) que faz o transbordo do escoamento da “rodovia da soja” (BR-163) à hidrovia do Tapajós-Amazonas, chegando até os portos de Santarém/PA, Barcarena/Belém/PA e Santana/AP.

¹² Denominação da Antaq que se refere aos portos que se localizam acima do paralelo 16ºS e se destacam na movimentação de grãos. Compreende os portos ou estações de transbordos de Rondônia (ETC Porto Velho), Amazonas (Itacoatiara), Pará (Santarém, Vila do Conde, Ponta da Madeira, Barcarena, ETC Mirituba e Marabá), Amapá (Santana), Maranhão (São Luiz) e Bahia. (Salvador; Ilhéus).

(ANTAQ, 2020). Os portos do Norte e Nordeste aumentaram sua participação de 24%, em 2010, para 49%, em 2019 (ANTAQ, 2020). Tal evolução é possível averiguar através do gráfico 03, cujos dados, disponibilizados pelo MDIC (2021), estão baseados na movimentação portuária de importação e exportação em toneladas de grãos por regiões entre 2010 e 2019.

Gráfico 02: Pauta de exportação brasileira, em 2020 (em bilhões de kg)

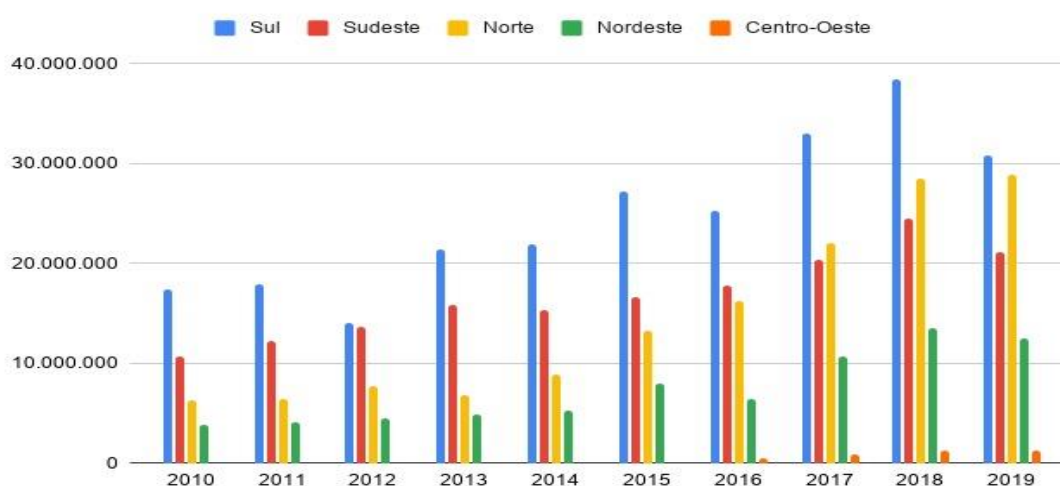


Fonte: Comex Stat, 2021. Elaborado pelo autor.

Os portos das referidas regiões estão passando, também, a serem protagonistas na movimentação de minérios de ferro, pois, em 2020, o Nordeste foi responsável por movimentar, em toneladas, 52,8% do total nacional, enquanto o Sudeste, 44,6%. Em 2010, o Nordeste era responsável por 30,2%, e o Sudeste 67,1% (BRASIL, 2021). Embora essa movimentação ocorra, sobretudo, no Nordeste,

através do complexo portuário de Itaqui (MA)¹³, a carga tem origem na região Norte (Canaã do Carajás / Complexo S11D Eliezer Batista).

Gráfico 03: Movimentação de grãos por regiões (2010 – 2019).



Fonte: MDIC (Comex Stat), 2021. Elaborado pelo autor.

Ainda, a maturação de projetos portuários como o TUP Chibatão (AM), Suape (PE), Pecém (CE) e Vila do Conde (PA) estão dando destaque na movimentação de contêineres, ocupando esses portos, respectivamente, em 2019, a 7^a, 9^a, 11^a e 15^a posição no ranking dos 15 terminais que mais movimentam contêineres (TEU's) (BRASIL, 2021). Assim, o Nordeste aumentou sua participação na movimentação total de contêineres de 9% em 2002, para 13,0% em 2020, e o Norte de 5% para 7,4% (BRASIL, 2021).

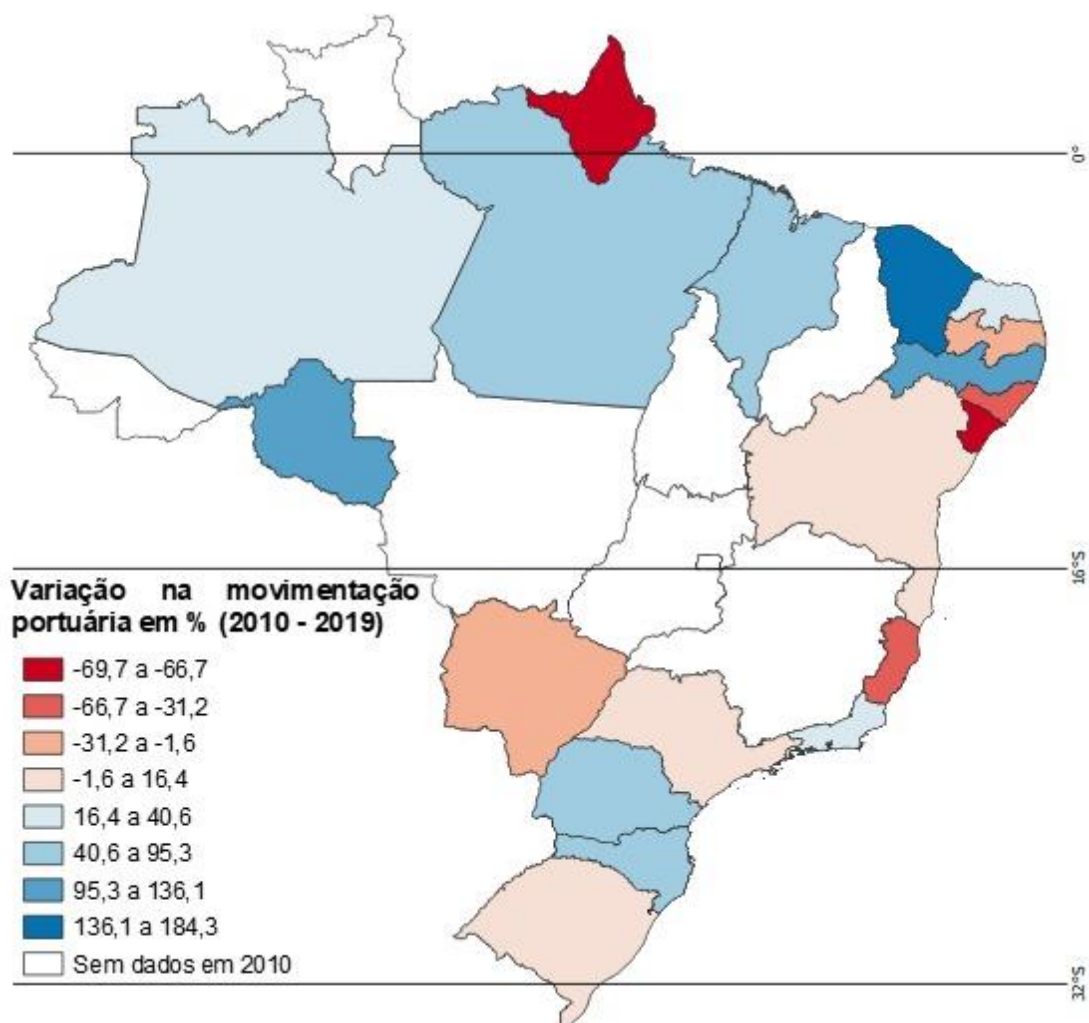
Considerando o período 2010-2019, essa nova geografia portuária vem ainda se comprovando pelos dados da movimentação

¹³ Desde 2015, o complexo de Itaqui (MA) possui movimentação superior ao TUP de Tubarão (ES), tradicionalmente o principal terminal na movimentação de minério de ferro desde 1960 (em 2019, Tubarão movimentou 71,10 m.t, enquanto Itaqui movimentou 189,28 milhões) (BRASIL, 2021).

portuária disponibilizados no Estatístico Aquaviário da Antaq, (figura 02). Os dados apontam que os estados de Rondônia, Pará, Maranhão, Ceará e Pernambuco tiveram crescimento superior a todos os portos do Sudeste, sendo que Amazonas e Rio Grande do Norte também tiveram crescimento superior a São Paulo e Espírito Santo, igualando-se ao crescimento do Rio de Janeiro. Em relação à comparação com o Sul, apenas Amazonas e Rio Grande do Norte, dos estados citados anteriormente, tiveram crescimento menor, ficando, porém, na frente do Rio Grande do Sul (ANTAQ, 2020).

O alto crescimento ocorrido nos portos de Santa Catarina e Paraná, fazendo-os igualar ao crescimento do Maranhão e Pará, mas inferior ao de Rondônia, Pernambuco e Ceará, deve-se, entre outros, a uma grande especialização na movimentação de contêineres (sobretudo refrigerados) e de grãos (sobretudo soja). O primeiro é o caso catarinense, onde, no período analisado, entraram em operação/maturaram dois terminais privados, o Porto de Navegantes (2007) e o Porto de Itapoá (2011), que ocuparam em 2020 a terceira e quarta posição na movimentação total de contêineres (BRASIL, 2021). O segundo caso é o do Paraná (Porto de Paranaguá) que, além de destaque na movimentação de contêineres, teve forte crescimento devido a ampliação da exportação de soja, tendo mais que duplicado sua movimentação de grãos de soja entre 2010 (5,12 m.t) e 2019 (11,31 m. t) (BRASIL, 2021).

Figura 02: Variação na movimentação portuária brasileira entre 2010 – 2019.



Fonte: Estatístico Aquaviário da Antaq, 2020. Elaborado pelo autor/Fernando S. Jesus.

Por fim, lançamos uma perspectiva dessa nova geografia portuária brasileira que vem se caracterizando, segundo as quatro regiões litorâneas, da seguinte forma:

a) a região Norte, com o Porto de Manaus, permanece como grande importadora de insumos químicos e para eletrônicos, enviando seus produtos via cabotagem para outros portos nacionais, principalmente Santos, graças a Zona Franca de Manaus. Essa, está

sendo beneficiada pela recente recuperação da BR-230 (Transamazônica) que dá acesso à Mato Grosso, tornando viável o escoamento de sua produção para o Centro-Oeste. Os portos de Santarém (PA) e Vila do Conde (PA) passam a serem protagonistas na movimentação de grãos produzidos pelos estados nortistas e de parte da produção do Centro Oeste, graças aos recentes investimentos na BR-163 que liga Cuiabá à Santarém, possibilitando acesso à terminais rodofluviais (ETC). Santarém, na margem direita do rio Tapajós, com base da Cargill, além da tradicional movimentação de bauxita (18,94 m.t em 2019), ampliou sua movimentação de 1,15 m.t de soja e 0,37 m.t de milho em 2010, para 6,38 m.t e 7,08 m.t, respectivamente, em 2019; mesma realidade em Vila do Conde que iniciou a movimentação de grãos em 2014 (1,38 m.t de soja e 0,26 m.t de milho) chegando a movimentar, em 2019, 5,34 m.t de soja e 5,37 m.t de milho (BRASIL, 2021);

b) a fachada portuária nordestina destaca-se pelo complexo de Itaqui (MA) na movimentação de minério de ferro e, como consequência dos recentes investimentos rodofluviais, houve viabilidade para a implantação do Terminal de Grãos do Maranhão (Tegram), com movimentação de 8,12 e 3,03 m.t de soja e milho, respectivamente, em 2019 (BRASIL, 2021). Em sua fachada oriental, há destaque na exportação de frutas, especialmente oriundas do vale do Rio São Francisco, onde há 110 mil hectares utilizados em agricultura irrigável que produzem um milhão de toneladas de frutas por ano (SNA, 2014), sendo destaque uva e manga em Pernambuco e Bahia, melão, banana, melancia e manga no Ceará, frutas cítricas, como laranja, tangerina e abacaxi na Paraíba. O complexo de Pecém é o principal

escoador dessas frutas, além do porto de Salvador (com destaque na movimentação de grãos e das cargas do polo petroquímico de Camaçari, com fabricas da Ford, até 2021, Continental, Bridgestone, AmBev, etc.) e o complexo portuário de Natal (RN), onde 60% de sua movimentação são de frutas (CODERN, 2021). Os complexos de Pecém e Suape se destacam pela atração de importantes indústrias. O primeiro com empresas siderúrgicas (Companhia Siderúrgica de Pecém, Siderúrgica Latino Americana/Silat), de mineração (Grupo Globest e Vale), de cimento (Votorantim, Apodi, Mizú), entre outras. O segundo, desde o início da operação da Refinaria Abreu Lima, em 2014, se destaca na movimentação de petróleo e seus derivados, atraindo empresas de redistribuição de combustíveis, bem como a Bunge, que implantou moinho de grãos, a Termopernambuco, M&G Polímeros, a FCA - Fiat Chrysler Automobiles (Fábrica da Jeep), o Estaleiro Atlântico Sul, entre outras¹⁴.

c) as regiões Sul e Sudeste tendem a perder representatividade na movimentação de granel sólido vegetal, passando de uma participação relativa de 83% em 2016 para 63% em 2060 (BRASIL, 2017). Elas abrigam, junto com a região Centro-Oeste, as principais indústrias processadoras de soja, possuindo destacada movimentação de cargas geral, contêinerizadas e granéis líquidos. Possuem corredores de exportação consolidados, como o Porto de Paranaguá, referência nacional na exportação de soja, o Complexo de Vitória, com a presença

¹⁴ Tais complexos podem ser incluídos no que Fischer (1963) denominou de portos de função industrial, onde as indústrias atraídas são as que recebem ou expedem produtos pesados e que operam com grandes toneladas, fornecendo, em geral, um semiproduto; ou ao contrário, valorizam um produto do interior antes de sua exportação. Assim, temos o caso das de mineração, siderurgia e de cimento (Pecém) e as indústrias do ramo petroquímico, envoltas em uma refinaria (Suape).

da Estrada de Ferro Vitória-Minas e TUP de Tubarão, o Porto de Itajaí, com exportações de carnes de frango, e o Porto de Santos, principal porto do país em toneladas exportadas de grãos e movimentação de contêineres. Abriga sete dos dez complexos que mais movimentam cargas em contêineres, sendo, respectivamente, em milhares de unidades (TEU's), Santos com 1.719, 61, Paranaguá com 523, 23, Terminal Embraport com 456,56, Portonave S.A com 434, 09, Itapoá com 405, 04, Rio Grande com 380, 21 e Itajaí com 299,05 (BRASIL, 2021).

Tal realidade resulta do fato de que, tradicionalmente, as mercadorias condicionadas em contêineres serem as de maior valor agregado, como produtos industrializados não *commodities* (calçados, máquinas e equipamentos, produtos eletroeletrônicos) e daqueles que necessitam serem refrigerados (carnes e frutas). Todavia, o aumento considerável da movimentação de contêineres e a implantação de novos terminais exclusivos para sua movimentação não significam ampliação na exportação de produtos industrializados, pois está ocorrendo aumento significativo na movimentação de grãos (soja, farelo de soja, milho, arroz, café, açúcar¹⁵ em contêineres, que, somando com as cargas já tradicionalmente movimentadas nos refrigerados, indicam uma reprimarização das mercadorias movimentadas para exportação nos portos dessas duas regiões.

Trata-se de uma reprimarização ao menos parcial, pois, conforme Espíndola (2014, p. 24), parte desses produtos envolvem algum tipo de processamento, sendo necessário envolver uma

¹⁵ Tal tendência visa atender mercados menores, onde supergraneleiros não atingem a demanda necessária. Assim, o carregamento por contêineres é a opção mais viável (situação de diversos países africanos).

complexa rede de indústrias correlatas e prestadoras de serviços. Assim, tal realidade ocorre mesmo estando nas regiões Sul e Sudeste as áreas mais industrializadas do país como: a) a região do ABCD paulista, com fábricas da Embraer, Philips, Monsanto, Panasonic, Volkswagen, General Motors, Ford (até 2021); b) o Médio Paraíba, com a Companhia Siderúrgica Nacional de Volta Redonda, Volkswagen, Citroen-Peugeot; c) Minas Gerais com as fábricas da Fiat, Mercedes-Benz e Iveco; d) o litoral catarinense com a fábrica de motores WEG, fundição Tupy, cerâmicas Portobello e Eliana, plásticos para construção da Tigre, têxteis da Cia. Hering e a Karsten, Embraco com compressores para refrigeração; e e) Rio Grande do Sul, com fábricas de tratores, colheitadeiras, entre outros, da Massey, Ferguson e John Deere; de carrocerias de ônibus da Marcopolo, Comil e Neobus; de automóveis da Chevrolet e do Polo Petroquímico do Sul, onde estão unidades da Brasken e Lanxess.

As causas dessa perda relativa do ritmo de exportação de industrializados resultam de inúmeros fatores, nas quais se destacam as políticas econômicas mantidas desde os anos 90, que combina câmbio supervalorizado, estimula importação predatória e prejudica as exportações de manufaturados, acoplada a juros altos que atraem especulação financeira nacional e internacional. Tal situação se agravou pós 2016, onde o pacto de poder rentista-liberal recuperou suas forças políticas. Como consequência, em 2010, o setor da indústria de transformação respondia por 15% do PIB nacional, com uma máxima de 17,8% em 2004; mas, em 2019, caiu para 11% (IBGE, 2020), em face de 21,8% em 1985, aproximando-se do mesmo patamar de 1952, ou seja, 11,4% (FIESP, 2017).

Complementando tal cenário, o forte barateamento do frete marítimo de cargas fragmentadas, transportadas em contêineres, viabilizou intensa concentração industrial altamente competitiva nos países asiáticos, ampliando a movimentação portuária, via importação, de produtos industrializados e seus insumos em contêineres. Assim, a abertura comercial unilateral pós 1990 resultou em um grande número de empresas importadoras e centros de distribuição nas retroáreas portuárias e em suas proximidades.

Considerações finais

A análise realizada demonstra que as grandes modificações no cenário internacional ocorrida ao longo do século XX tiveram profundas consequências sobre o Brasil. Internamente, a Revolução de 1930, o Golpe Militar de 1964 e os anos de acelerado crescimento industrial e urbano provocaram um verdadeiro rearranjo em sua economia, forma, função e estrutura espacial. Foi pós 1930, através da intervenção do Estado, que o setor portuário se caracteriza por fortes mudanças. Portos deixam de existir, graças à integração territorial via rodoviária, ao mesmo tempo em que ocorre forte processo de supercapitalização pontual (implantação dos chamados “corredores de exportação”). A partir de 1980 inicia-se uma longa fase de escassos e seletivos investimentos, com agravante nas infraestruturas de transporte, pois ocorria, ao mesmo tempo, uma intensa e radical evolução no setor a nível mundial. Tratou-se de uma resposta necessária à enorme ampliação da divisão internacional do trabalho que se inicia pós 1950 e se intensifica pós 1970.

O Brasil, na conjuntura do endividamento interno e externo, junto às alterações na política de financiamento internacional, acaba por não ter capacidade de reagir dinamicamente às onerosas mudanças impostas ao setor portuário, ficando impossibilitado de continuar seus investimentos maciços necessários ao novo estágio da economia mundial (integração competitiva). Faz parte de tal realidade as alterações na política interna do país, pois subiu ao poder novas lideranças (pacto de poder rentista-liberal). Houve o incentivo à exportação de *commodities* minerais e agrícolas, com o objetivo de ampliar o *superávit* comercial e que ampliou a demanda pelos serviços portuários sem contrapartida adequada, abertura radical da economia e redução ainda maior de investimentos públicos através de uma severa política de contenção de gastos.

Tal realidade só passou a ser enfrentada seriamente pós anos 2000. Retornam-se investimentos mais volumosos em infraestrutura como um todo (PAC I e II e PIL), junto à nova legislação portuária (Lei nº 12.815, de 2013) e PPP. Tem-se o incentivo à indústria naval e de equipamentos (*offshore*), dragagens, financiamentos de novos terminais, implantação ou modernização das rodovias, ferrovias e hidrovias, entre outros.

Embora ainda incipientes e a necessária maturação, o resultados de tais investimentos lançam perspectiva da configuração de um novo mapa portuário nacional, pois está gerando mudanças significativas no quadro que predominava até então. Pode-se dizer que a liderança absoluta dos portos do Sul e do Sudeste na movimentação portuária nacional passou a ser ameaçada.

Esse novo mapa portuário se caracteriza, sobretudo, pelo deslocamento do centro de escoamento de grãos (crescimento de 482% entre 2010-2020) e minérios (52,8% do total nacional em 2020) do Sul e Sudeste para os portos do Norte e Nordeste (Arco Norte). Caracteriza-se, também, pelo crescimento na movimentação de contêineres (de 14% em 2002 para 20,4% em 2020, do total nacional da categoria). Tal realidade pode gerar efeitos multiplicadores nessas duas regiões, pois, na medida em que as infraestruturas de transporte se modernizam, ocorrendo a incorporação cada vez maior de capital constante e permitindo uma fluidez efetiva entre as regiões portuárias e as hinterlândia produtoras, ocorrerá o requerimento por empresas prestadoras de serviços logísticos, de insumos intelectuais e materiais, indústrias de equipamentos, implementos, componentes, processadoras de alimentos, entre outros empreendimentos correlatos.

Ao mesmo tempo, a manutenção das políticas macroeconômicas adotadas pós 1990 faz com que portos inseridos em zonas altamente industrializadas venham apresentando porcentagem cada vez maior da movimentação de produtos básicos, reprimarizando suas mercadorias exportadas, com uso crescente cada vez maior dos contêineres.

Diante do exposto, conclui-se que, paradoxalmente, o retorno dos investimentos gerou avanços, recuos e permanência no setor portuário, ocorrendo modernizações nas infraestruturas internas dos portos (terminais altamente especializados) e, pontualmente, nas suas infraestruturas de acesso, gerando a possibilidade para o que denominamos de perspectiva de uma nova geografia portuária. Entretanto, manteve sua superestrutura sem grandes alterações.

Assim, tal realidade, junto às infraestruturas de acesso que não foram plenamente concretizadas, são os grandes gargalos a serem enfrentados no setor.

Referências Bibliográficas:

ARAÚJO FILHO, José Ribeiro de Araújo. Santos: O Porto do Café. IBGE. Série A, Biblioteca Geográfica Brasileira, Publicação N°.24. Rio de Janeiro, 1969.

ARAÚJO FILHO, José Ribeiro de Araújo. O Porto de Vitória. IGEOG – Teses e Monografias n° 9. USP: Instituto de Geografia. São Paulo: Ed. Cairu, 1974.

ANTAQ. Agência Nacional de Transportes Aquaviários. Ministério dos Transportes. Anuário Estatístico Aquaviário: Período 2010 a 2018. Disponível em: <http://portal.antaq.gov.br/index.php/estatisticas/>. Acesso em 18 de maio de 2019.

ANTAQ. Agência Nacional de Transportes Aquaviários. Ministério dos Transportes. Meio ambiente: a riqueza que transita pelos portos. 2014. Disponível: [http://web.antaq.gov.br/portalsv3/MeioAmbiente A%20riqueza que transita pel os portos.asp](http://web.antaq.gov.br/portalsv3/MeioAmbiente/A%20riqueza%20que%20transita%20pelos%20portos.asp). Acesso em 10 de agosto de 2020.

ANTAQ. Agência Nacional de Transportes Aquaviários. Ministério da Infraestrutura. escoamento de soja e milho para exportação pelo arco. 2020. Disponível em:

<http://portal.antaq.gov.br/index.php/2020/08/21/escoamento-de-soja-e-milho-para-exportacao-pelo-arco-norte-cresceu-108-no-primeiro-semester-diz-antaq/>.

Acesso em 20 de fevereiro de 2021.

BRASIL. Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil. Secretaria Nacional de Portos (SNP). Projeção de demanda e alocação de cargas. PNL: 2016. Elaboração: Labtrans, 2017. Disponível em:

[http://antigo.infraestrutura.gov.br/images/SNP/planejamento portuario/arquiv os_pnlp/ProjecaoDemanda_2017VF.pdf](http://antigo.infraestrutura.gov.br/images/SNP/planejamento_portuario/arquivos_pnlp/ProjecaoDemanda_2017VF.pdf). Acesso em 14 de novembro de 2020.

BRASIL. Ministério da Infraestrutura. Secretaria Nacional de Portos e Transportes Aquaviários. Movimentação de cargas e ranking nacional. Disponível em: <https://webportos.labtrans.ufsc.br/Brasil/Movimentacao>. Acesso em 20 de janeiro de 2021

BRASILa. Ministério da Infraestrutura. Secretaria Nacional de Portos e Transportes Aquaviários. Planos Mestres Portuários. Disponível em: <https://webportos.labtrans.ufsc.br/Brasil/Documentos>. Acesso em 10 de nov. de 2021.

BNDES. Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. O crescimento da economia brasileira 2018-2023. DPE. Brasília: Abril de 2018. Disponível em: [https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/bitstream/1408/14760/1/Perspectivas%20 2018-2023 P.pdf](https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/bitstream/1408/14760/1/Perspectivas%202018-2023_P.pdf). Acesso em 01 de janeiro de 2021.

CNI. Confederação Nacional da Indústria. O financiamento do investimento em infraestrutura no Brasil. Brasília: CNI, 2016. Disponível em: [http://arquivos.portaldaindustria.com.br/app/conteudo_18/2016/07/18/11404 /1807-EstudoFinanciamentodoInvestimentoemInfraestrutura.pdf](http://arquivos.portaldaindustria.com.br/app/conteudo_18/2016/07/18/11404/1807-EstudoFinanciamentodoInvestimentoemInfraestrutura.pdf). Acesso em 20 de dezembro de 2020.

CODERN. CIA Docas do Rio Grande do Norte. Porto de Natal. Disponível em: <http://codern.com.br/porto-de-natal/>. Acesso em 04 de fev. de 2021.

DUTRA, Joísa Campanher; SAMPAIO, Patrícia Regina Pinheiro (Orgs.). 20 anos de concessões em infraestrutura no Brasil. Rio de Janeiro: FGV DIREITO RIO, 2017.

ESPÍNDOLA, Carlos José. Desempenho exportador brasileiro e o Transporte de Cargas e Terminais de Uso Privativo. Cadernos Geográficos. UFSC: GCN, Florianópolis, nº32, 2014.

FIESP. Federação da Indústria do estado de São Paulo. Panorama da Indústria de Transformação Brasileira. DEPECON. 14ª ed. 30 de junho de 2017.

FISCHER, André. Les ports maritimes: Essai de classification. Information Geographique, 1963, n.3, p. 105 – 114.

GEORGE, Pierre. Geografia Econômica. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.

HOYLE, Brian. The port-city interface: trends, problems, and examples. *Geoforum*, Amsterdã, n.4, pp. 429-435, 1989.

FMI. Fundo Monetário Internacional. Departamento de Finanças Públicas (Brasil). Avaliação da Gestão do Investimento Público. Relatório de Assistência Técnica; 2018. Disponível em: <https://www.gov.br/fazenda/pt-br/centrais-de-conteudos/apresentacoes/arquivos/2018/relatorio-do-fundo-monetario-internacional-sobre-gestao-de-investimento-publico-no-brasil-pima.pdf>. Acesso em 20 de fevereiro de 2021.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Contas Nacionais. Disponível: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/contas-nacionais.html>. Acesso em 23 de dezembro de 2020.

IMF. International Monetary Fund. 2016. World Economic Outlook. Cap. 2, IMF, Out. Disponível em: <https://www.imf.org/en/Publications/WEO/Issues/2016/12/31/Subdued-Demand-Symptoms-and-Remedies>. Acesso em 20 de dezembro de 2020

LACERDA, Sander Magalhães. Navegação e portos no transporte de contêineres. Revista do BNDES, Rio de Janeiro, v.11, n.22 , p. 215-243, dez. 2004.

LEVINSON, Marc. The Box: how the shipping container made the world smaller and the world economy bigger. Princeton/USA: Princeton University Press, 2006.

LUEDEMANN, Marta da Silveira. Transformações na Indústria Automobilística Mundial: o caso do complexo automotivo no Brasil (1990-2002). São Paulo, 2003. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

MAMIGONIAN, Armen. Navegações e Portos no Brasil e no Mundo. Cadernos Geográficos. UFSC: GCN, Florianópolis, nº37, 2017.

MDIC. Ministério do Desenvolvimento, da Indústria e Comércio Exterior. Portal de estatística do comércio exterior (Comex Stat). Disponível em: <http://comexstat.mdic.gov.br/pt/home>. Acesso em 16 de novembro de 2021.

MONIÉ, Frédéric; SILVA, Gerardo (Orgs.). A mobilização produtiva dos territórios. Instituições e logística do desenvolvimento local. Rio de Janeiro, DP&A, 2003.

MONIÉ, Frédéric (Org.). Dossiê Portos, cidades e regiões. *Confins – Revista FrancoBrasileira de Geografia*. Núm. 15. 2012. Disponível em: <https://journals.openedition.org/confins/7560>. Acesso em 10 de janeiro de 2021

OLIVEIRA, Carlos Tavares. Modernização dos portos. São Paulo: Aduaneiras, 2011.

SANTOS, Milton. Espaço e sociedade. Petrópolis: Vozes, 1982.

SANTOS, Milton. Espaço e método. São Paulo: Nobel, 1985.

SANTOS, Milton. A urbanização brasileira. São Paulo: Hucitec, 1993.

SCHUMPETER, Joseph Alois. *Business cycles: a theoretical, historical, and statistical analysis of the capitalist process*. London: McGraw-Hill Book Company, 1939.

SMITH, Adam. A riqueza das nações: investigação sobre sua natureza e suas causas. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

SILVA, Gerardo; COCCO, Giuseppe (orgs.). Cidades e portos: os espaços da globalização. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

SNA. Sociedade Nacional de Agricultura. As incomparáveis frutas do Vale do Submédio São Francisco. A Lavoura, Edição N^o 703/2014. Disponível em: <https://alavoura.com.br/colunas/indicacao-geografica/as-incomparaveis-frutas-do-vale-do-submedio-sao-francisco/>. Acesso em 20 de novembro de 2020.

STOPFORD, Martin. Maritime economics. Routledge, 1997.

RANGEL, Ignácio Mourão. Obras reunidas. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.v1.

RANGEL, Ignácio Mourão. Características e perspectivas da integração das economias regionais. Revista do BNDE, quadro XV, 1968.

SOBEET. Sociedade Brasileira de Estudos de Empresas Transnacionais e da Globalização Econômica. Mudanças no perfil de Investimento Direto Estrangeiro no Brasil. Boletim 108: Outubro de 2019. Disponível em: www.sobeet.org.br/boletim/boletim_108.pdf. Acesso em 22 de Nov. de 2020.

VIGARIÉ, André. *Ports de commerce et vie littorale*. Paris: Hachette, 492 p., 1979.

O uso do território e o desenvolvimento Sul-brasileiro

“Como o objetivo das Humanidades (geografia) não está na busca de resultados, mas no encontro de um sentido para a ação, as Humanidades são relegadas a um segundo plano, quando, mais do que antes, sua tarefa é essencial”
(Milton Santos)

Zeno Soares Crocetti¹⁶

A Região Sul, com quase 30 milhões de habitantes, representa 14% da população nacional. A urbanização alcança 85% da população, nível semelhante ao do país. O Produto Interno Bruto regional representa em média 16% do PIB brasileiro, e tanto a renda per capita quanto o IDH está entre os mais elevados do Brasil ou são superiores à média do país. A região representada pelos estados do Paraná, de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul, por seu contingente populacional e sua economia, tem se destacado no cenário brasileiro desde o início do século XX.

No período, a região passou por uma evolução econômica semelhante, que se reflete hoje em estruturas no setor produtivo, relativamente semelhantes entre si. De uma base eminentemente agrícola, acompanhando o processo nacional, sobreveio a industrialização em cada um dos estados. A economia da região foi fortemente atrelada à política nacional.

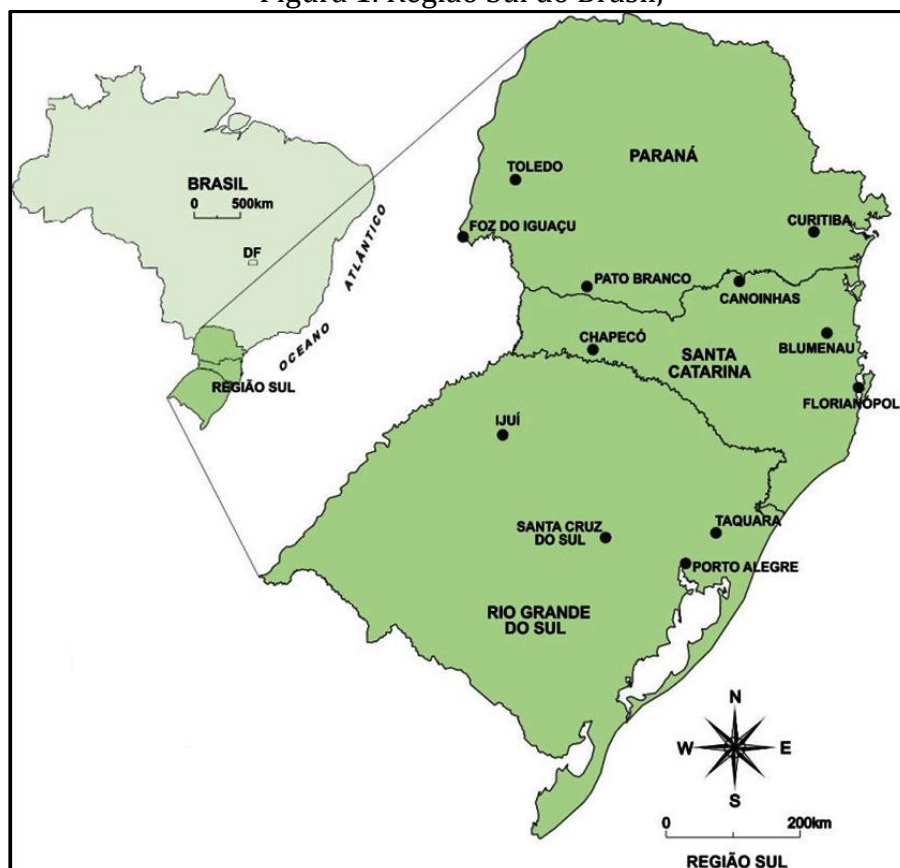
É nesse contexto que as teorias mais recentes em desenvolvimento regional esforçam-se para incorporar modelos e abordagens que possam dar conta dos novos padrões de produção

¹⁶ Doutor em Geografia Humana pela UFSC. Docente da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA).

baseados na automação integrada flexível e dos movimentos de abertura comercial e desregulamentação econômica.

Conforme formulou Krugman (2004), as economias regionais são mais abertas ao comércio do que as economias nacionais, assim como a mobilidade dos fatores é maior entre as regiões do que entre as nações. Por isso, é mais apropriado analisar a competição regional do que a competição nacional quando se estuda ao nível regional. Conforme apontado por Pontes e Salvador (2009), esse é o escopo da “nova geografia econômica” (FUJITA e KRUGMAN) analisando as razões das especializações econômicas e da competitividade das cidades e das regiões.

Figura 1. Região Sul do Brasil,



Adaptado do Atlas do IBGE, 2018.

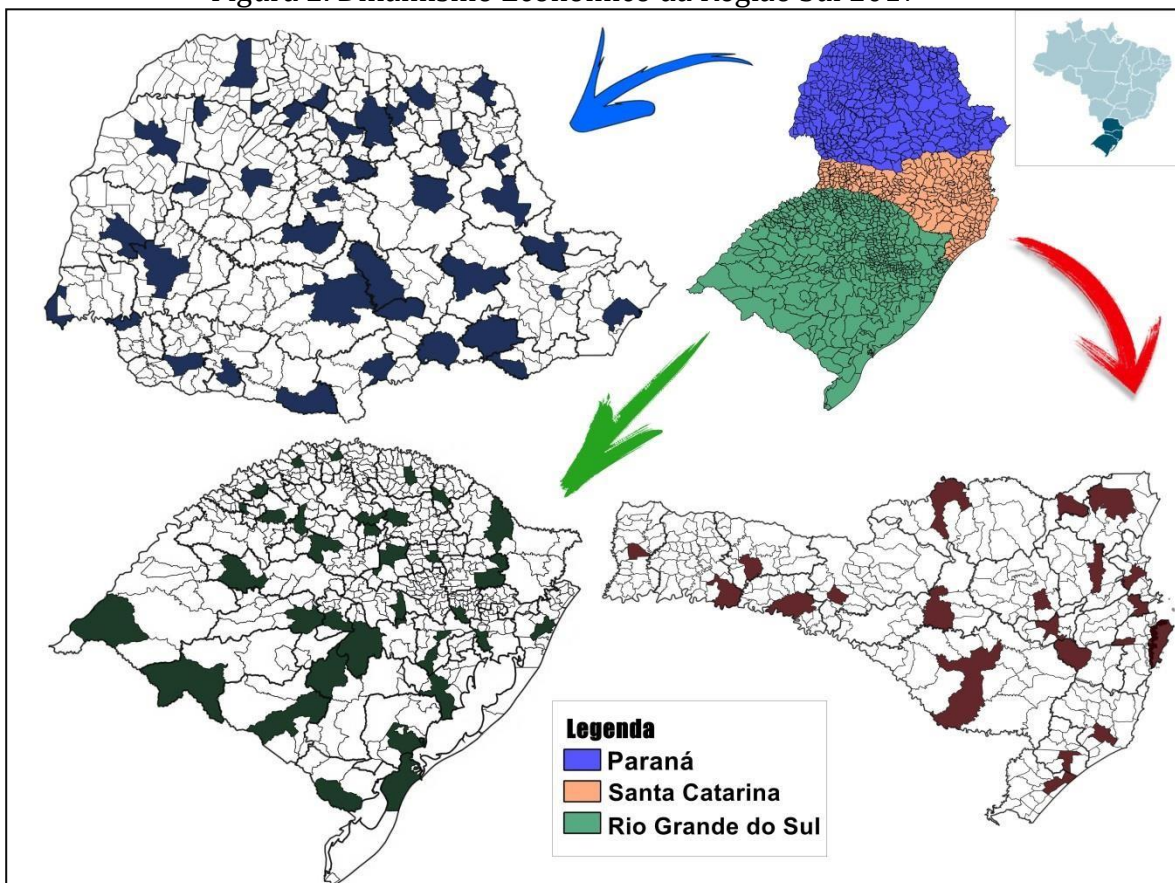
A “nova geografia econômica” ressaltou os fatores não econômicos como sendo algumas das explicações para o melhor desempenho de algumas regiões, e da distribuição das atividades econômicas no espaço. Para além da abundância de mão de obra e a oferta de *inputs* como determinantes das especializações produtivas, os recursos produtivos, a tecnologia e as externalidades também são determinantes, assim como a história econômica e outros fatores não econômicos.

Com o processo de globalização as regiões tiveram suas estruturas produtivas reestruturadas, fazendo emergir um conjunto de regiões com formas de organização próprias, para produzir para o mercado regional e internacional. Neste processo estão incluídas as regiões que têm incorporado o processo de globalização e transformado suas estruturas produtivas a fim de responder às demandas criadas externamente (internacionalmente). Aqui se pode destacar os incentivos para instalação de empresas multinacionais ou entrada de capitais internacionais de várias formas diferentes.

Num contexto de globalização e internacionalização da economia, as regiões que mais se beneficiam são geralmente aquelas onde se localizam as grandes cidades, apesar de algumas cidades de médio porte com perfil de alta especialização também são capazes de competir nos mercados nacionais e internacionais. Como enfatiza Marques da Costa (2000), essas cidades podem desempenhar funções ou especializações que lhes permitam afirmar-se internacionalmente, para se integrarem em uma rede lógica e para transformar seu espaço em um espaço geográfico de fluxos. Esses fatos também são reforçados por Ribeiro, Silva & Rodrigues (2011) que afirmam que as áreas

metropolitanas podem ser consideradas aglomerações urbanas que incorporam as características das novas funções de coordenação, comando e direção das grandes cidades na emergente "economia de rede" com a globalização e reestruturação produtiva.

Figura 2. Dinamismo Econômico da Região Sul 2017



Fonte: Klein, 2017

No ano de 2005, 18 municípios estavam em estágio avançado, 17 em transição, 42 em baixo dinamismo e 1.111 municípios em estágio estagnado. Distribuído entre os três estados da Região Sul, como mostram as figuras 2 e 3 e Tabela 1.

Frente aos resultados da pesquisa expostos na Tabela 1, são descritos os municípios com os maiores e menores resultados do ano de 2005 e as variáveis com maior contribuição neste resultado,

descrevendo o perfil destes municípios. No ano de 2005, o município com o IDER mais alto foi Curitiba, seguido dos municípios gaúchos de Porto Alegre e Caxias do sul, e do município catarinense de Joinville.

Os trabalhos de (KLEIN; 2014 e EBERHADT; 2015) e mostraram que a Região Metropolitana de Curitiba e Microrregião de Curitiba apresentaram resultados superiores no IDER em comparação às outras regiões do Sul do Brasil. Sugerindo a importância do município de Curitiba no desenvolvimento do seu entorno. Representando mais de 80% do emprego formal e mais de 50% do PIB total no ano de 2005, foram de grande relevância ao resultado do IDER.

Nos trabalhos mencionados, a Região de Porto Alegre também se mostrou com um desenvolvimento significativo. Na dissertação de (KLEIN; 2017), obteve o segundo melhor IDER da Região Sul no ano de 2005. De modo que na dimensão social os fatores de maior contribuição ao resultado foram à alta taxa de urbanização desse município e o percentual de domicílios com água encanada. Já a uma taxa de mortalidade maior do que outros municípios e um alto valor de repasses do Bolsa família por habitante ao se comparar com Curitiba, por exemplo, fizeram com que Porto Alegre não obtivesse um resultado maior no índice. No âmbito econômico, o setor terciário teve uma grande importância no resultado do índice, isso por abordar a maior parte dos empregos formais e no Valor Adicionado ao PIB, além disso, teve um alto valor do PIB per capita, inclusive maior do que o município de Curitiba.

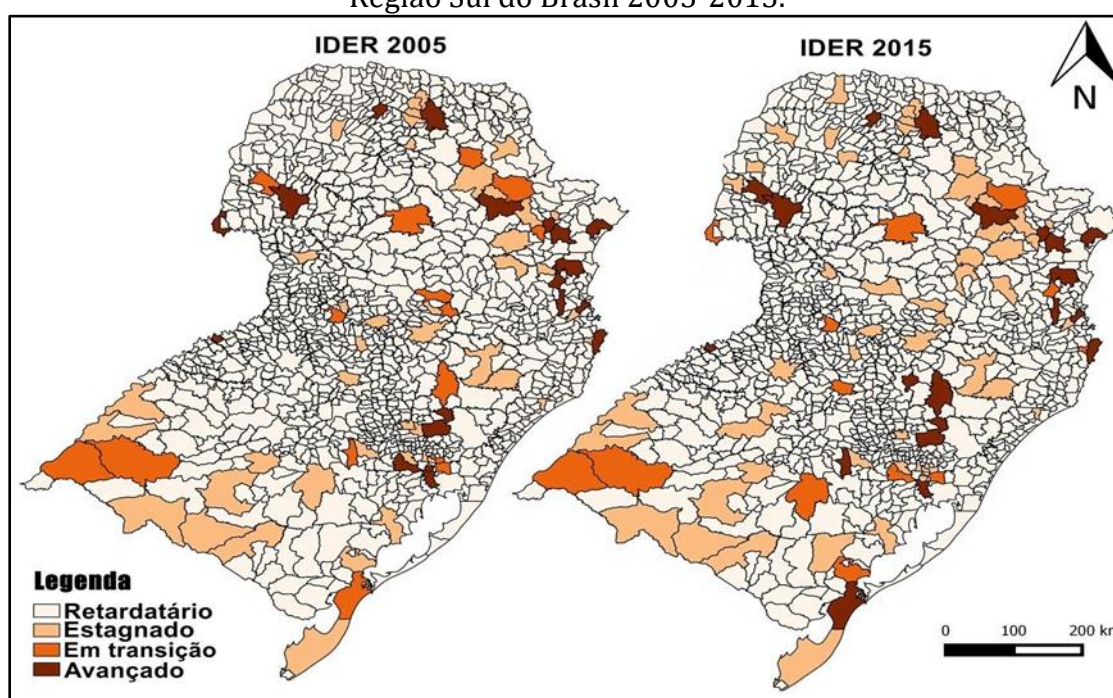
Tabela 1. Índice de Desenvolvimento Econômico Regional dos municípios da Região Sul de 2005/15

Estágio	Municípios		PR		SC		RS	
	2005	2015	2005	2015	2005	2015	2005	2015
Anos	2005	2015	2005	2015	2005	2015	2005	2015

Avançado	18	19	8	8	5	4	5	7
Em transição	17	13	5	3	4	3	7	7
Baixo dinamismo	42	54	13	23	11	10	19	21
Estagnado	1.111	1.102	373	365	273	276	465	461
Total	1.188	1.188	399	399	293	293	496	496

Fonte: Resultados da pesquisa Klein 2017.

Figura 3. Índice de Desenvolvimento Econômico Regional dos municípios da Região Sul do Brasil 2005-2015.



Fonte: Resultados da pesquisa Klein 2017

No estado de Santa Catarina, o município de Joinville obteve o maior IDER no ano de 2005, ficando com a quarta colocação geral no Índice na Região analisada. Os fatores de contribuição para este resultado foram a taxa de urbanização de quase 100%, uma quantia significativa de domicílios com água encanada, e um menor valor de gastos do bolsa família por habitante, sendo menos de R\$ 20,00. No âmbito econômico este município apresentou um perfil diferente de Curitiba e Porto Alegre e mais semelhante a Caxias do Sul, de modo que os setores secundário e terciário apresentaram uma grande

contribuição no percentual de empregos formais, 47% e 52% respectivamente.

Com o processo de globalização as regiões tiveram suas estruturas produtivas reestruturadas, fazendo emergir um conjunto de regiões com formas de organização próprias, para produzir para o mercado regional e internacional. Neste processo, estão incluídas as regiões que têm incorporado o processo de globalização e transformado suas estruturas produtivas, a fim de responder às demandas criadas externamente (internacionalmente). Aqui se podem destacar os incentivos para instalação de empresas multinacionais ou entrada de capitais internacionais de várias formas diferentes. Num contexto de globalização e internacionalização da economia, as regiões que mais se beneficiam são geralmente aquelas onde se localizam as grandes cidades, apesar de algumas cidades de médio porte com perfil de alta especialização também são capazes de competir nos mercados nacionais e internacionais. Como enfatiza Marques da Costa (2000), essas cidades podem desempenhar funções ou especializações que lhes permitam afirmar-se internacionalmente, para se integrarem em uma rede lógica e para transformar seu espaço em um espaço geográfico de fluxos. Esses fatos também são reforçados por Ribeiro, Silva & Rodrigues (2011) que afirmam que as áreas metropolitanas podem ser consideradas aglomerações urbanas que incorporam as características das novas funções de coordenação, comando e direção das grandes cidades na emergente "economia de rede" com a globalização e reestruturação produtiva.

Apesar dessa concentração metropolitana de novos setores, cidades de médio porte se destacaram em relação à especialização em

setores indústrias de alta e média tecnologia em serviços intensivos em conhecimento. Um segundo ponto a ser destacado são as regiões que concentram o capital essencialmente nacional/regional. Aqui, há a transformação das regiões produtivas, onde algumas se especializam em serviços intensivos em conhecimento e indústrias de alta tecnologia (com um maior volume de capital concentrado nessas regiões, normalmente nas áreas metropolitanas) e outros se especializam em setores menos intensivos em conhecimento e baixa tecnologia (baixa concentração de capital, geralmente nas regiões mais periféricas).

Esses padrões representam novas geografias de atividades econômicas que estão fortemente relacionados com o processo de metropolização e para o reforço das regiões urbanas funcionais. Esse dinamismo pode ser comprovado conforme valores demonstrados nas tabelas 3 e 4.

No entanto, por trás dessas novas tendências que refletem a globalização e alta integração dessas regiões em redes globais, algumas regiões mantêm a sua dependência em sectores tecnológicos mais baixos, como a produção primária, os setores das indústrias intensivas em trabalho na lógica fordista, atividades terciárias não especializadas, como o comércio, transporte e serviços e também os serviços públicos, representando "Velhas Geografias", uma vez que representam as estruturas setoriais e organizacionais tradicionais. Novas e velhas geografias estão coexistindo juntas em grande parte comandada pelo processo de urbanização do Brasil.

A Região Sul também se destaca tendo cinco cidades entre as 10 maiores aglomerações produtivas concentradoras de serviços

avançados: Porto Alegre (RS), Blumenau (SC), Curitiba (PR), Florianópolis (SC) e Joinville (SC). Isto é, a região possui três de suas capitais entre as principais cidades caracterizadas como aglomerações de serviços avançados, conforme demonstra a tabela 2.

Tabela 2. Principais aglomerações produtivas de serviços avançados, posição ocupada segundo as Unidades da Federação.

Posição ocupada	Unidades da Federação	Principais aglomerações produtivas de serviços avançados	Icn	Posição ocupada	Unidades da Federação	Principais aglomerações produtivas de serviços avançados	Icn
1	São Paulo	São Paulo	1,20	22	Paraná	Londrina	0,47
2	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	0,83	23	São Paulo	Sorocaba	0,47
3	Rio Grande do Sul	Porto Alegre	0,76	24	Rio Grande do Sul	Caxias do Sul	0,46
4	Santa Catarina	Blumenau	0,74	25	Goiás	Goiânia	0,46
5	Paraná	Curitiba	0,72	26	Amazonas	Manaus	0,45
6	Minas Gerais	Belo Horizonte	0,71	27	Paraná	Maringá	0,44
7	Distrito Federal	Brasília	0,66	28	Sergipe	Aracaju	0,42
8	Santa Catarina	Florianópolis	0,64	29	Ceará	Fortaleza	0,42
9	Santa Catarina	Joinville	0,62	30	São Paulo	Piracicaba	0,42
10	São Paulo	Campinas	0,60	31	São Paulo	São José do Rio Preto	0,42
11	São Paulo	Jundiaí	0,57	32	Rio Grande do Norte	Natal	0,41
12	Minas Gerais	Uberlândia	0,56	33	Pará	Belém	0,41
13	São Paulo	São José dos Campos	0,55	34	Alagoas	Maceió	0,40
14	Rio Grande do Sul	Novo Hamburgo	0,55	35	Paraíba	João Pessoa	0,38
15	Bahia	Salvador	0,54	36	Minas Gerais	Juiz de Fora	0,38
16	Espírito Santos	Vitória	0,53	37	Maranhão	São Luís	0,36
17	Mato Grosso	Cuiabá	0,53	38	Piauí	Teresina	0,31
18	Pernambuco	Recife	0,53	39	Rio Grande do Sul	Pelotas	0,31
19	Mato Grosso do Sul	Campo Grande	0,51	40	São Paulo	Franca	0,27
20	São Paulo	Santos	0,48	41	Bahia	Feira de Santana	0,23
21	São Paulo	Ribeirão Preto	0,48				

Fonte: Estatísticas do cadastro central de empresas 2011. Rio de Janeiro: IBGE, 2013. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/cadastroempresa/2011/default.shtm>>. Acesso em: out. 2018. Índice de Concentração normalizado – Icn.

Tabela 3. Valor Bruto da Produção Regional 2002-2016

Ano	Valor	Valor	Valor	Valor	Valor	Valor Total
Região	Sul	Sudeste	Nordeste	Centro-Oeste	Norte	Brasil
2002	461.523	1.525.402	331.268	212.256	119.113	2.649.562
%	17,4	57,6	12,5	8,0	4,5	100
2005	699.581	2.284.489	481.165	325.578	191.510	3.982.323
%	17,6	57,4	12,1	8,1	4,8	100
2010	1.116.812	3.731.798	834.063	579.348	337.128	6.599.149
%	16,9	56,6	12,7	8,8	5,0	100
2015	1.811.306	5.509.912	1.371.386	1.004.153	530.112	10.226.869

2016	1.876.001	5.622.132	1.425.566	1.077.495	540.873	10.542.067
%	17,8	53,3	13,5	10,2	5,2	100

Fonte: IBGE, Contas regionais do Brasil 2017. Elaboração Crocetti, 2019

Tabela 4. Valor Bruto da Produção Região Sul 2002-2016

Ano	Valor Total	Ano	Valor Total	Ano	Valor Total
Paraná		Santa Catarina		Rio Grande do Sul	
2002	171.431	2002	99.401	2002	190.691
2003	211.941	2003	123.167	2003	233.779
2004	246.115	2004	145.926	2004	263.908
2005	262.791	2005	159.539	2005	277.250
2006	276.051	2006	170.879	2006	291.746
2007	322.300	2007	192.989	2007	333.842
2008	376.051	2008	222.066	2008	391.751
2009	376.096	2009	227.570	2009	391.843
2010	417.763	2010	258.803	2010	440.246
2011	482.763	2011	289.512	2011	493.138
2012	542.940	2012	323.645	2012	536.121
2013	614.535	2013	357.754	2013	624.970
2014	654.116	2014	405.809	2014	665.170
2015	694.838	2015	419.278	2015	697.191
2016	719.977	2016	434.176	2016	721.848
%	99,7		60,1		100,0

Fonte: IBGE, Contas regionais do Brasil 2017. Elaboração Crocetti, 2019

A dinâmica das cooperativas na Região Sul

De acordo com dados publicados pela OCB, existia na Região Sul, ao final de 2017, 910 cooperativas singulares, constituídas por seis milhões de associados, caracterizando 55% dos cooperados brasileiros. Conforme indica os números da tabela 5.

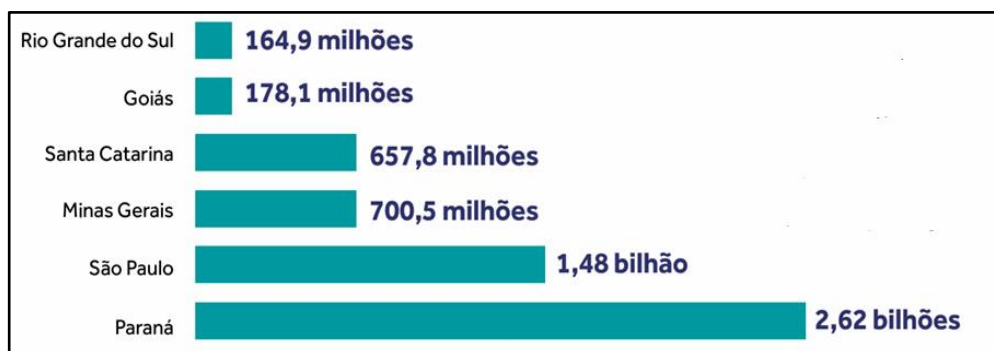
Tabela 5. Evolução das cooperativas na região Sul do Brasil

INDICADOR	Estado	Primeira	2010	2017
Cooperativas	PR	1829	246	221
Faturamento		X	R\$ 28 bilhões	R\$ 70 bilhões
Cooperativas	SC	1841	256	263
Faturamento		X	11,3	R\$ 33,2 bilhões
Cooperativas	RS	1902	756	426
Faturamento		X	18,5	43 bilhões
Brasil/2017	Coop	7026	Faturamento	330 bilhões

Fonte: COAMO 2011 e OCEPAR, OCESC, OCERGS e OCB 2018. Elaboração Crocetti 2019.

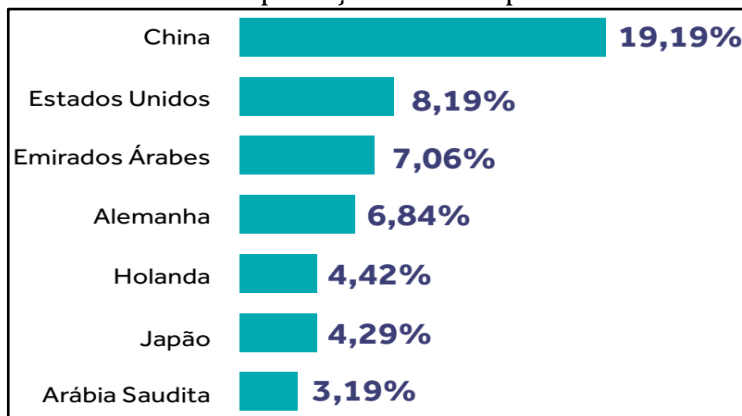
Os dados das figuras 4 e 5 demonstram a importância do agronegócio das cooperativas brasileiras, e a importância dos valores no PIB dos estados do Sul, como o Paraná.

Figura 4. Exportações das cooperativas 2017.



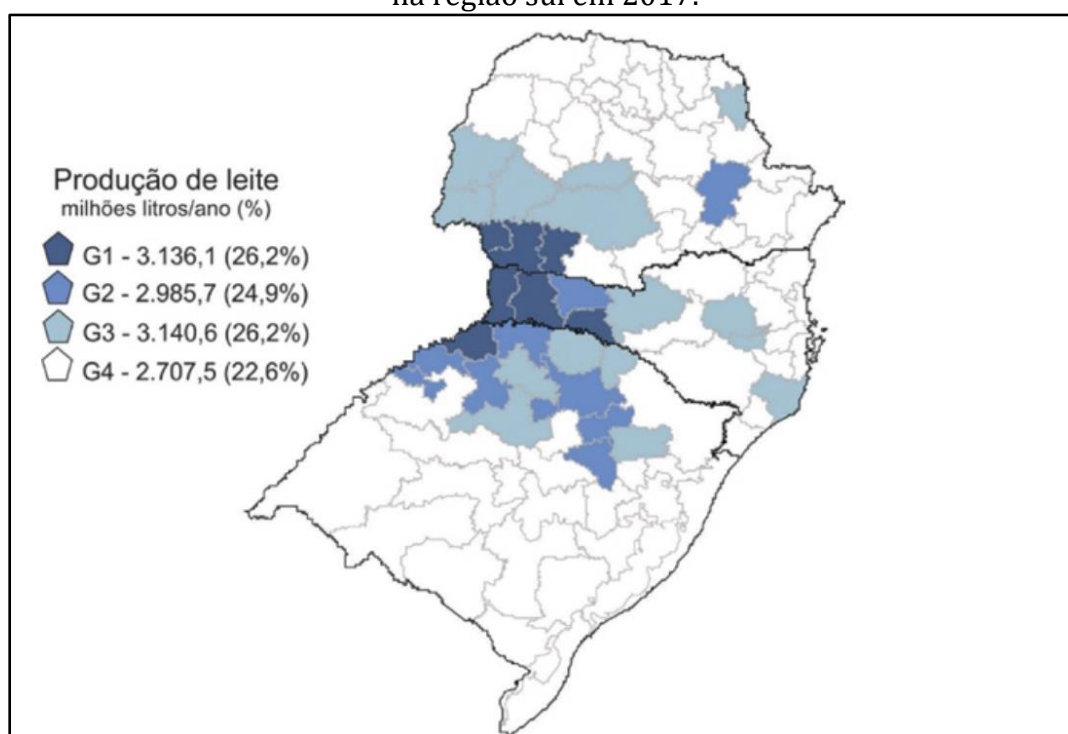
Fonte: Exportações Diretas - MDIC, 2017 (valores em US\$ FOB)

Figura 5 Parceiros das exportações das cooperativas do Brasil 2017.



Fonte: Exportações Diretas - MDIC, 2017 (valores em US\$ FOB)

Figura 6. Distribuição das microrregiões de acordo a produção de leite, por área na região sul em 2017.



Embrapa, Anuário do leite 2019.

Região Sul torna-se referência para o leite brasileiro

O Sul do Brasil vem ocupando o primeiro lugar no ranking de produção de leite do país desde 2014, segundo dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Em 2017, foi responsável por 36% da produção nacional, contra 34% da região Sudeste. Dos quatro maiores estados produtores, Minas Gerais permanece líder e os três estados do sul vêm na sequência; pela ordem, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

Esse aumento da produção foi puxado pelo crescimento da produtividade animal, que aumentou 23% entre 2013 e 2017. Já o número de vacas ordenhadas caiu 14% no mesmo período. Dos 100 municípios com maior produtividade no Brasil, 79 são também da região Sul do país. Onde está a produção de leite no Sul? No Oeste desta

região, principalmente, que está se configurando como a maior bacia de leite brasileira, pois produz um quarto de todo o leite nacional.

Tabela 6. Produção de Leite Região Sul 1996/2017

Região Sul	Produção de leite (milhões de litros)				
	1996	2006	2016	2017	1996/2017
Paraná	1515	2704	4730	4626	205%
Santa Catarina	866	1710	3114	2980	244%
Rio Grande do Sul	1861	2625	4614	4552	145%

Embrapa, Anuário do leite 2018 e 2019.

Tabela 7. Produção de Leite por Região 1996/2017

Regiões	Produção de leite (milhões de litros)					
	1996	2006	2016	2017	%	1996/2017
Brasil	18515	25398	33625	33491	100	81%
Sul	4242	7039	12458	12158	36,3	187%
Sudeste	8338	9740	11546	11449	34,2	37,3%
Centro Oeste	2810	3722	3972	3989	12,0	42%
Nordeste	2355	3198	3772	3896	11,6	65,5%
Norte	771	1699	1876	2187	5,9	184%

Embrapa, Anuário do leite 2018 e 2019.

Com média estimada de 3.049 litros/vaca/ano, a região Sul puxa a produtividade na pecuária leiteira do país, com quase o dobro da média nacional, segundo o IBGE em 2017. Desde muito tempo, Minas Gerais é o principal estado produtor de leite no Brasil. Respondeu em 2017 por 8,9 bilhões de litros, ou seja, 25,5% de um volume total do país de 34,9 bilhões de litros. Sua produção tem como base um rebanho de 5,8 milhões de vacas, 223 mil produtores e 771 laticínios espalhados por diferentes regiões.

Ocorreu desde 2003 um crescimento de produtividade e um aumento na oferta de leite e seus derivados, sendo que a região Sul foi o destaque no período (1996/2017 - 187%), mas com o crescente desenvolvimento do nordeste brasileiro, essa região teve o crescimento

excepcional (1996/2017 - 65,5%), só perdendo pelo avanço e desenvolvimento do setor de leite e seus derivados na região Norte (1996/2017 - 184%).

Cooperativismo

O cooperativismo responde por um quarto do leite produzido no País, ou 16,5 milhões de litros por dia. Esta participação oscilou entre 25,0% e 26,8% entre os anos de 2010 e 2015. As regiões Sul e Sudeste destacam-se na captação, com volume acima de 7 milhões de litros por dia no ano de 2015. No entanto, a participação do cooperativismo, no total captado pela região, é superior no Sul (30,2%) em comparação ao Sudeste (27,0%). Vários fatores ajudam a explicar o sucesso da produção de leite na região Sul e todos eles passam pela boa gestão, desde a administração dos recursos da propriedade até a organização do setor como um todo.

O município de Castro-PR, por exemplo, recebeu o título de 'Capital Nacional do Leite', conferido por lei federal, em dezembro de 2017. Esse foi um reconhecimento importante ao trabalho desenvolvido pelos produtores de uma região que sempre se destacou pela alta qualidade do sua matéria-prima.

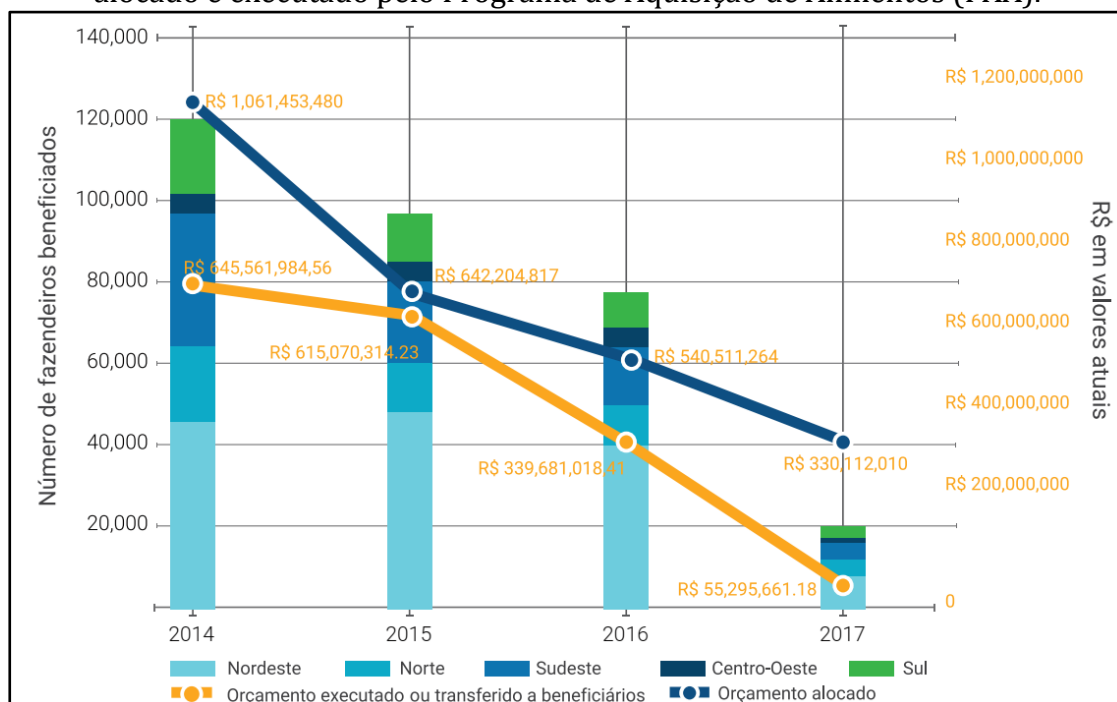
Para garantir esta qualidade, não são poupados investimentos em tecnologia, além de se ter controle sanitário rigoroso, boa gestão financeira e melhoramento contínuo do rebanho.

O cooperativismo também pode ser considerado um dos fatores de sucesso da atividade leiteira.

Cultivando princípios como a valorização do produtor e de sua família, bem como da região em que atuam, as cooperativas têm papel

importante, principalmente para a produção familiar, muito presente nesta região.

Figura 8. Número de agricultores familiares beneficiados por região e orçamento alocado e executado pelo Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).



*Orçamento executado e beneficiários em 2017 é uma projeção anual baseada na tendência de gasto até junho de 2017. Fonte: SIGA Brasil e PAA 2019. Economia catarinense 2018

O Índice de desempenho da economia das Regiões de Santa Catarina registrado pelo (IPER-SC), novo índice apurado pela Federação das Associações Empresariais (Facisc), aponta que o estado cresceu 7,12% em 2018. E a estimativa da entidade para o PIB catarinense é de alta de 3,2% no ano passado, mostrando que a economia catarinense foi uma das primeiras do país a voltar ao ritmo de atividade de 2014, de antes da recessão. Os dados foram divulgados pelo presidente da federação, Jonny Zulauf, e pelo economista da entidade, Leonardo Alonso Rodrigues.

Das 12 regiões de SC incluídas na pesquisa, as que mais puxaram a alta em relação a 2017 foram o Vale do Itajaí, com 10,18% e Norte, com 8,23%. As únicas quedas foram registradas no Alto Vale do Itajaí (-1,18%), Planalto Norte (-1,09%) e Oeste (-0,21%). Também cresceram as regiões Noroeste (2,83%), Extremo Oeste (1,55%), Extremo Sul (1,50%), Grande Florianópolis (1,36%), Serra (1,01%), Meio Oeste (0,86%) e Sul (0,64%).

Economia PARANAENSE 2018

Quebra de safra fez o PIB do Paraná recuar 0,6% em 2018. Retração da economia do estado contrasta com crescimento do país, que segundo o IBGE foi de 1,1%.

Na contramão do Brasil, que segundo o IBGE cresceu 1,1% em 2018, a economia paranaense teve um recuo de 0,6%, puxado pelo agronegócio, cujo valor agregado encolheu 3,8% e os serviços (-0,35%). A indústria ficou estável (0,05%). Os dados estaduais são do IPARDES (Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social). O IBGE só divulga informações regionais do PIB com dois anos de atraso, de modo que não há como comparar o desempenho do Paraná com os demais estados.

No Brasil, a agropecuária cresceu 0,1%, a indústria (0,6%) e os serviços (1,3%). Em valores absolutos, o PIB brasileiro do ano passado atingiu R\$ 6,8 trilhões e o paranaense, R\$ 438 bilhões (6,4%). No Paraná, a agropecuária respondeu por 8,55% do montante, a indústria por 22,7% e os serviços, acrescidos do comércio, foram responsáveis por 55,55%.

Economia Gaúcha 2018

O Produto Interno Bruto (PIB) do Rio Grande do Sul cresceu 1,2% em 2018 em relação a 2017, fechando em R\$ 445 bilhões. Os dados foram divulgados nesta sexta-feira (26) pelo governo do Rio Grande do Sul, e foram estimados pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE). O desempenho da economia do Brasil no ano passado também foi de 1,1%.

O melhor desempenho gaúcho em 2018 foi do setor do comércio, com crescimento de 5,6%. O pior resultado foi da agropecuária, com queda de 4,2%. A construção civil e a indústria também tiveram alta, de 5,2% e 5%, respectivamente. Já outro setor com queda foi a serviços, de 1%.

Considerações finais

Considerando os objetivos deste trabalho, que foi analisar o estágio de desenvolvimento econômico da Região Sul do Brasil, com ênfase em alguns municípios, conseguiu-se resultados satisfatórios. É possível concluir que o processo de reestruturação no Sul do Brasil está relacionado com o crescimento dos setores tecnológicos e de conhecimento, concentradas principalmente nas áreas metropolitanas e seus polos urbanos vizinhos, configurando um processo de metropolização.

Apesar dessa concentração metropolitana de novos setores, cidades de médio porte se destacaram em relação à especialização em setores indústrias de altas e médias tecnologias em serviços intensivos em conhecimento. Um segundo ponto a ser destacado são as regiões que concentram o capital essencialmente nacional/regional. Aqui, há a transformação das regiões produtivas, onde algumas se especializam

em serviços intensivos em conhecimento e indústrias de alta tecnologia (com um maior volume de capital concentrado nessas regiões, normalmente nas áreas metropolitanas) e outros se especializam em setores menos intensivos em conhecimento e baixa tecnologia (baixa concentração de capital, geralmente nas regiões mais periféricas).

Os resultados obtidos vêm no mesmo sentido de outras pesquisas já realizadas, que em seus trabalhos aplicaram outro método de análise, no qual assumiam maiores do indicador nas mesmas concentrações espaciais, como é o caso da Região Metropolitana de Curitiba, Norte Central e Oeste Paranaense, além do Litoral Catarinense e a Região Metropolitana de Porto Alegre. Além disso, foram identificados os menores valores do Índice nas mesmas concentrações espaciais.

Referências

- FUJITA, M; KRUGMAN, P. The new economic geography: Past, present and the future. *Papers in Regional Science* 83, 2004, p. 139—164. Disponível em: <http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1007/s10110-003-0180-0/pdf>. Acesso em: 29 jun. 2018.
- KLEIN, C. F. O desenvolvimento econômico regional na região Sul do Brasil. Dissertação (Desenvolvimento Regional e Agronegócio) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Toledo. 2017
- EBERHARDT, P. H. C. Estágios do desenvolvimento econômico regional no sul do Brasil. Dissertação (Desenvolvimento Regional e Agronegócio) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Toledo. 2013.
- HERRLEIN JR., R. Rio Grande do Sul, 1889-1930: um outro capitalismo no Brasil. Campinas: Unicamp, 2000
- HIRSCHMAN, A. Estratégia do desenvolvimento econômico. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.
- _____. Political economics and possibilism. In: ADELMAN, J. The essential Hirschman. New Jersey: Princeton University Press, 2013.
- MARQUES DA COSTA, E. Cidades médias e ordenamento do território: o caso da Beira Interior. Dissertação (Doutoramento em Geografia - Planejamento Regional e Local). Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2000.
- MYRDAL, G. Teoria econômica e regiões subdesenvolvidas. Rio de Janeiro: ISEB, 1960.

- PERROUX, F. Nota sobre la noción de pólos de crecimiento. In: SEMINÁRIO SÔBRE PÓLOS DE DESENVOLVIMENTO, 1966, Recife, Pernambuco. Nota... Recife: Mecor/Sudene, 1966.
- PONTES, J. P. e SALVADOR, R. A nova geografia económica. In: COSTA, José Silva; NIJKAMP, Peter. Compêndio de economia regional: teoria, temáticas e políticas. Vol. 1. Parede, Portugal: Princípia Editora, Lda. 2009.
- RIBEIRO, L. C. de Q, SILVA, É. T. da e RODRIGUES, J. M. Metrôpoles brasileiras: diversificação, concentração e dispersão. Revista Paranaense de Desenvolvimento, Curitiba, n.120, p.177-207, jan./jun, 2011.
- TARGA, L. Comentário sobre os “paradigmas” da economia gaúcha. Ensaios FEE, v. 10, n. 2, p. 351-354, 1989.
- _____. A formação social e territorial (FS&T) sul-rio-grandense na longa duração e a identidade regional: uma avaliação das mudanças estruturais na economia gaúcha dos anos 80 aos anos 2000. In: CONCEIÇÃO, O. et al. Três décadas de economia gaúcha. Porto Alegre: FEE, 2010.
- WEBER, M. Economia e sociedade. Brasília: UnB, 2009
- BECK, U. A Metamorfose do Mundo. Novos Conceitos Para Uma Nova Realidade. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.
- DOWBOR, L. A era do capital improdutivo. São Paulo: Outras Palavras, 2017.

Rede Bancária e constituição de dinâmicas em diferentes escalas: Transamazônica, Amazonas e Pará¹⁷

Reinaldo Corrêa Costa¹⁸

Introdução

Nos últimos anos, o sistema bancário e financeiro tornou-se um setor estratégico para ações de poder (político, ambiental, científico, social, econômicos, entre tantos outros) em diferentes escalas e setores, graças à mundialização do capital e às legislações mais abertas para circulação e capital, entre outros, e com auxílio da internet.

A articulação bancária é atualmente um dos expoentes mais interligados da estruturação socioeconômica, seja desde a vida do indivíduo ao das maiores corporações financeiras. Um ponto importante é que no Brasil amazônico há algumas especificidades da estruturação bancária. Numa região com conectividades sociotécnicas e socioeconômicas sob um processo de composição dos territórios incipiente e de pouca agregação de qualidades, com territorialização capital e renda, há um forte predomínio de saída de capital e produtos e onde pouco infraestrutura produtiva fica. Há muita expropriação e exploração, o que forma grandes bacias de pobreza e de precariedade em serviços públicos e privados. Em muitos casos é uma espacialização por micro capilaridade da articulação bancária, não raro atrelada a alguma política pública, seja pagamentos de servidores públicos

¹⁷ Inicialmente gostaria de ressaltar que o presente trabalho é a primeira parte - uma breve aproximação - parte de uma pesquisa maior que foi interrompida devido à pandemia de Covid-19 no ano de 2020.

¹⁸ rei@inpa.gov.br

municipais ou de financiamento para fazendas de pecuária, entre outros, mas com uma pequena força demográfica.

Sem dúvida a presença de agências bancárias facilita a vida das pessoas, mas há de se diferenciar uma articulação bancária (dispersão pelos territórios, sejam físicos ou virtuais, como uma das estratégias do sistema bancário) e sistema bancário (estratégias de ações do capital que utilizam os bancos sob qualquer plataforma, como a internet), não são excludentes e em muitos tópicos se sobrepõem, a estrutura do sistema bancário na mundialização do capital é um fato construído historicamente, quase como uma formação sociotécnica específica do capital, com uma atmosfera própria, isso permitiu a circulação de uma quantidades variáveis de capital, sejam grandes ou pequenas, incluído sistemas de crédito, que capacitam investimentos públicos e privados de múltiplos usos e impactos, não raro com grandes teores de exploração social, drenagem de recursos e de desigualdades socioespaciais.

Articulação e seus lugares

A “mundialização do capital” (CHESNAIS, 1996), ou especificamente a presença bancária nas vizinhanças dando visibilidades aos lugares, as sociedades que dele precisam sob a égide do desenvolvimento capitalista, moderno, seja qual seja a denominação, são as composições de fundamentação, discurso de abordagem ou de aceitação (crítica ou acrítica) para explicar, entre outras coisas, as estratégias de articulação do sistema bancário e suas concentrações e seletividade nos “correntistas”, o cidadão como agente econômico, as instituições públicas como agentes econômicos,

entidades sem fins lucrativos como agentes econômicos, como o financiamento de pesquisa em instituições públicas, sem fins lucrativos que se tornam agentes econômicos, entre tantos outros, que demonstram a articulação e poder do sistema bancário.

Existem múltiplas potencialidades de negócios com suas respectivas estratégias para enfrentar a concorrência existente em um mundo globalizado, mas sair vencedor não é só uma questão de estratégia comercial e empresarial, existe a política, existe o sistema bancário, que também é um ente político e da política, em muitos casos já são definidos antecipadamente os vencedores e os perdedores do jogo econômico. Sob o aspecto estratégico, o uso da seletividade, do sistema e articulação bancária de se instaurar nos lugares, nas pessoas e na classes sociais e de renda tanto que age nas infraestruturas públicas e privadas, nas formas de aquisição dos meios de transporte (públicos e privados), nas formas de se comunicar e transversalmente das tecnologias, que perpassam os diversos setores da sociedade e da economia, ou seja, das diversas formas de valorização do capital e de lucro exacerbado aos seus detentores, como os banqueiros e financiadores.

Para Miranda (2004: p. 45):

As atividades são concentradas, então, na expansão financeira gerada pelos altos lucros do fluxo de capital especulativo. Segundo Salama (1998: 239) “o setor financeiro parece, então, se autonomizar do setor produtivo. A relação que existe entre esses dois setores torna-se mais e mais misteriosa e pouco transparente”.

Para uma maior capilaridade dos circuitos e escalas do capital se faz uso de precarizar a produção para reduzir seus custos, atingindo os salários de quem trabalha nesse setor, diminuição de salários como uma estratégia, incluindo as terceirizações e por extensão o mesmo com os serviços, que no sistema bancário a tecnologia faz isso por uso de sistemas de internet, aplicativos de celular, não precisando as pessoas irem ao banco, faz de onde estiver, desde que tenha internet. Por impacto, há uma desvalorização do bancário, do funcionário do banco de um lado e uma ampliação e valorização de pessoas da informática no sistema financeiro, o que já gera uma seletividade no caso brasileiro, visto que nem todos têm acesso a internet para transações bancárias via internet. Facilita para alguns, mas outros não tem acesso a tais facilidades. A circulação de informações e de capital tem sua velocidade aumentada, a seletividade dos fluxos econômicos, além de ser uma expressão do mundo corporativo, também são uma aproximação de processos e relações, do lugar ao global, do individual ao corporativo.

No contexto das estratégias estruturantes para uma mais forte e ampla circulação e valorização do capital nos territórios, especificamente temos:

- A articulação bancária como logística atrelada não raro com as políticas públicas de desenvolvimento, com aumento da distribuição espacial das agências, aumentar a capilaridade;
- Aprimoramento dos sistemas bancários, em especial, de seus suportes técnicos/tecnológicos acompanhados de suas respectivas infraestruturas de transmissão, seja satélite, fibra óptica, entre outros;

que não raro trazem facilidades e conforto aos usuários pela sua seletividade.

O aprimoramento dos circuitos e escalas na ação dos bancos requer uso de tecnologias e de um sistema jurídico que lhe dê legitimação. A tecnologia é estruturante para ação de bancos em lugares remotos com baixa ou pouca infraestrutura de serviços públicos as redes técnicas e meios de circulação digital.

O Brasil, um arquipélago de diferentes infraestruturas com escala continental, um mosaico de circuitos de economicidade e mercado. Existem as polaridades, os centros de convergência ou pontos de passagem para capital, como as cidades (grande, médias e pequenas). Não basta mais ter na cidade uma agência bancária, tem que ter internet ligada as relações bancárias, as tecnologias do passado como telefone fixo e *fax* já contribuíram para as relações bancárias. Os estudos a respeito da rede bancária no Brasil têm uma ampla literatura. Várias pesquisas são feitas tendo-a como objetivo ou a partir deles, como circuito, territorialidades, entre tantos outros. São muito mais que apenas serviços financeiros, que uma mercadoria, são indicadores de múltiplas escalas e que constituem várias dinâmicas, devido a sua capilaridade e capacidade de polarização. Trabalhos com rede bancária como um conjunto de pontos conectados entre si e polarizados aos pontos centrais de forma hierárquica e escalar. A rede bancária se projeta para moldar as atividades econômicas, muitas deles envolvendo circuitos espaciais produtivos.

Obviamente a localização das agências bancárias são em área de concentração de circulação de capital, tendo em vista que a concentração ocorre em diferentes escalas, seja pequena (de uma

bairro ou uma cidade), ou grande (bairro ou cidade), seja uma rua ou um shopping center, aeroportos, universidades e ainda se acrescenta a presença bancária na forma dos caixas eletrônicos 24 horas, nas próprias agências bancárias ou em farmácias, supermercados e em outros lugares, como nos serviços existentes pelos telefones celulares e internet; assim como o que ocorre nas casas lotéricas que atuam como *protoagências* bancárias, pois permitem alguns tipos de transações. A maior distribuição espacial das agências busca uma maior capilaridade, sendo que com os serviços existentes via internet, muitas agências diminuíram a presença de pessoas, mas não necessariamente houve uma diminuição de serviços e de circulação de capital.

A chegada de agências bancárias em algumas cidades do interior amazônico ocorre sob uma identificação de potencialidades, principalmente dos servidores públicos municipais, dos comerciantes e daqueles que recebem algum tipo de apoio governamental como empréstimos para fazendeiros e agricultores. A chegada de agências bancárias em pequenas cidades do interior amazônico vem das necessidades do comércio e dos serviços e oferecer produtos do banco, como poupança, fundos de investimento, empréstimos, transações financeiras, entre outros. Os bancos 24 horas são menos comuns em cidades pequenas da Amazônia, atendem a diferentes setores socioeconômicos, como nas maiores cidades dependendo de sua localização serve aos com maior ou menor poder aquisitivo.

O sistema bancário, ao chegar em uma cidade, seja o primeiro banco da cidade ou do bairro (no caso de uma cidade em que já existam agências bancárias), só chega porque anteriormente já há uma circulação de capital. Ou seja, é uma extensão, de forma indireta ou

secundária, do sistema bancário. Apenas não tinha agência antes, mas o dinheiro já circulava por lá, e este certamente saiu de alguma agência, seja o lugar da agência do passado a atividade de pequenos comércios, pequenas fazendas ou aqueles que já nasceram, e vem junto com grandes projetos nacionais tipo Transamazônica, isto é, com pequenas cidades, formação de fazendas, serrarias, entre outros, como receber o dinheiro da aposentadoria.

As agências bancárias buscam a proximidade com o capital e com as pessoas que possuem ou estão com capital, por isso é na cidade, como típico lugar aglomeração e proximidade, que as agências se localizam. Mas não estão distribuídas de forma homogênea, estão em consonância com densidade e quantidade de capital, com a força socioeconômica e sociopolítica de seus usuários. Por isso estão, por exemplo, em *shoppings centers*, e não raro tem mais agências bancárias que alguns bairros. A proximidade é também um conjunto de infraestruturas técnicas/tecnológicas, políticas, sociais, econômicas, e principalmente estratégicas (daí seu caráter temporal no espaço), sendo que a *valorização* é um elemento espacial que gera estratégias de proximidade territorial, uma variabilidade do pensamento de Cohen (1998).

Nas pequenas cidades do interior amazônico muito do que alimenta as agências bancárias é oriundo do campo, do meio rural, de situações agrárias específicas. São processos mais amplos que envolvem circuitos espaciais produtivos objetivados, como nos casos de empréstimos governamentais ou os de projetos como de fazendas e serrarias, e os da vida cotidiana, como ir na padaria ou sacar dinheiro para pagar o camelô.

Concomitantemente a isso a chegada de uma ou mais agências bancárias em uma cidade, ou de casas lotéricas e de bancos 24 horas, dinamizam, pluralizam em alguma medida as potencialidades de circulação de capital na cidade, de uma forma seletiva de diferencial, distinguindo, uma dissemelhança. Nestes contextos, há uma prevalência das relações de proximidade, se antes um determinado lugar (cidade ou bairro, ou mesmo uma região) não tinha agência bancária, obviamente estava subordinado a outro lugar (cidade ou bairro), com a chegada da agência bancária as pessoas ficam de certa forma independentes de outros lugares, pois não tem os custos da circulação para outros lugares, visto que em suas proximidades já há um banco, e se isso já vem acompanhado de serviços de *internet*, a capilaridade e facilidade aumentam.

A identificação de lugares rentáveis aos bancos e seus usuários corporativos como as empresas, entre outros, é estratégia da articulação bancária. Visto que é a presença de economicidades pré-existentes que fortaleceram as políticas governamentais, como estradas, hidroelétricas, etc, em um caráter diferencial, seletivo. Onde tem e circula pouco capital e o que tem e circula muito capital, traduzindo na seletividade de cheques especiais, cartões de banco e créditos com limites diferentes. Até lojas de roupas e eletrodomésticos as quais tem seus cartões, que são ligados aos bancos.

A existência de pontos bancários/agências faz com que as pessoas tenham a ideia de pertencimento, de segurança, de *status*, de desenvolvimento, e de capacidade de ação ante suas necessidades econômicas e financeiras, de conexão com o mundo (por poder depositar, pagar, sacar, entre outros), em algumas situações marca a

importância do lugar/região, seu grau de desenvolvimento é um dos elementos do território (uso, formação, entre outros). A mera existência de um ponto/agência pode alterar o valor de imóveis da vizinhança, entre outros impactos. O ideário de desenvolvimento e crescimento econômico foi se definindo como contextos históricos de aglomeração, aproximação e distanciamento entre economia e espaço e os constructos do desenvolvimento local (KRUGMANN: 1997; FURTADO: 2000; PECQUEUR: 2000).

Existem os sistemas de financiamento (interno e externo) no território no qual estão atividades como pecuária, desmatamento, comércio urbano e de feiras, muitas com base na agricultura camponesa, entre outras, que usam os bancos. Em um contexto mais geográfico, há uma constituição interna, próprias do uso específico de um território utilizado, funcional, que estão ligados em diferentes circuitos e escalas a uma espacialidade maior (como o comércio e o preço do gado bovino, da madeira), ou mesmo na lógica local (preço do peixe, frango, arroz, feijão, milho e mandioca) de uma contabilidade invisível, de uma sazonalidade das safras, as feiras de fim de semana que inclui muito produtos regionais e pouco conhecidos como ingá, araçá, bacuri, pitomba, ajirú, que são comercializados, assim como algum artesanato, enfim, o produto das técnicas, dos modos de vida. Assim como para receber pagamentos de funcionários públicos, geralmente municipais, e de aposentados. Acrescentam-se atualmente as relações financeiras por aplicativos de celulares e internet, somadas aos já tradicionais caixas eletrônicos e agências bancárias. A presença de *spillovers tecnológicos* (SICSÚ & CROCCO: 2003) contribui para a chegada de agências bancárias.

Princípio de abordagem

O *consumo* é um elemento do espaço, e é apropriado ou utilizado de diferentes formas por diferentes classes (sociais e de renda), o denominado *consumo produtivo* se torna coletivo e seletivo pelo seu uso ou utilidade na sociedade. A rodovia satisfaz a coletividade, por isso seu valor é de uso, uso socialmente coletivo e seletivo, de todas as classes, ela integra, conecta até aos ambientes externos. A Transamazônica, por exemplo, foi produzida para uso objetivado e respondeu em parte a demanda da época de sua criação, uma política nacional. Atualmente tem outra demanda social, seu uso é outro, tão coletivo, que formou uma regionalidade própria, muitos dizem “eu sou da transamazônica”(sic). Mesmo com classes diferentes, ganha referência e importância se pensada dentro do quadro da coletividade que nela vive e que lhe dá essências territoriais distintas, como de fazendeiros, agricultores familiares, camponeses e indígenas.

A observação das regiões territorializadas mostra uma desigualdade social e disparidade entre classes sociais formadas historicamente nas bases sociais da apropriação de renda e na reprodução da pobreza. Mesmo com a inserção do Plano Real em 1995, onde antes a inflação era de aproximadamente 2.477,147% em 1993 e foi para próximo de 22,41% em 1995. O plano real possibilitou a inserção de novas proximidades em diferentes campos, incluindo a inserção de bancos públicos e privados em muitos municípios, e com programas oficiais de investimentos.

Pontos de abordagem



Para uma análise da relação capital e território será utilizado as seguintes abordagens integradas:

Sistemas de Gestão	Envolve as estratégias, planejamento, transporte, comunicações, infraestrutura física, assim como políticas públicas direcionadas aos fluxos econômicos do uso do território, em diferentes escalas e circuitos do capital.
Dinâmica da estrutura da rede técnica	São as estruturas (infra e super) de circulação de capital, entre agências planejadas estrategicamente, nos padrões de acesso ante as necessidades de facilitar o fluxo do capital, principalmente pelos agentes mais fortes no uso dos territórios, que exigem redes técnicas mais eficientes.
Fluidez financeira	É a circulação de capital pelas redes técnicas, envolve os custos das mercadorias, dos pagamentos (insumos, salários,...), dos gastos com as infra estruturas produtivas que constituem o uso do território

Nesse sentido, a rede bancária é abordada no seguinte modo:

- 1) Identificar o uso do território por meio de sua constituição, dinâmicas e escalas (espaciais e temporais).
- 2) Identificar (lugares/setores) em relação aos processos espaciais mais amplos, os bancos fazem parte do circuito espacial produtivo maior.
- 3) Combinação geográfica que instaura e responde as redes bancárias, como cidade e campo, agricultura e indústria, ou uma política típica de bancos: os juros, como taxa de interesse em pagamentos ou em aplicações e financiamentos.

Consolidando oportunidades, aumentando conexões

Com o avançar das atividades econômicas e financeiras nos rincões amazônicos, os bancos se fortalecem, se em grandes cidades os bancos fecham agências, em parte pela internet, nos interiores elas permanecem. A circulação espacial do capital não é tão fluída, porque não há homogeneidade na distribuição espacial das economicidades, visto que são realidades que transcendem um plano de gestão, como uma crise econômica ou uma pandemia como a Covid-19 em 2020. Como lógica da articulação do sistema bancário privado que não age sem apoio estatal, sem apoio de alguma política pública ou benesses do governo federal.

Há cada vez mais um maior fortalecimento das comunicações entre banco e correntistas, em muito graças a internet e telefones celulares, que acompanham a alta velocidade das demandas globais de produtos e serviços, desde produtos da agricultura familiar camponesa às *commodities*.

O aumento da base produtiva na Amazônia fez com que muitos produtos comesçassem a ter valor agregado em mini usinas, pequenas fábricas de dinâmica local ou regional, agregando valor, mesmo com tecnologia convencional, não necessariamente atrasada ou de ponta. Alguns comerciantes despontam no cenário a favor do capital, em certos vocabulários como empreendedores e inovadores. Mas muitos ainda estão fora das condições dos bancos, os chamados não bancarizados, desbancarizados, tem suas relações comerciais ainda na troca ou com chamado dinheiro vivo, *cash*, como forma de ação mercantil. No Brasil havia 45 milhões de desbancarizados em 2019, para Amazônia não temos tal informação, conforme reportagem de Época Negócios (18/08/2019), por outro lado, Noomis/Febraban

(21/09/2020), bancos e *fintechs* - de *financeiro* e *technology* (tecnologia) – são bancos sem agências bancárias físicas, os serviços são feitos via internet e com legislação específica, devido as suas facilidades regulatórias, com plataformas digitais buscam os desbancarizados.

As dificuldades estruturais (sociais, técnicas/tecnológicas, econômicas, logísticas, de circulação e transporte, entre outras) existentes na fluidez das cadeias produtivas só aumentam as capacidades ociosas existentes. Isso ao ainda existir caminhos atolados na transamazônica e seus ramais, as estradas municipais, geralmente utilizadas por indígenas e agricultores familiares camponeses, que ainda não são asfaltadas; ainda não há energia elétrica em muitos lugares, mesmo com o *linhão* (fios de alta tensão de hidroelétricas) rasgando a floresta e passando sobre os lares ainda utilizando luz de velas ou de candieiro, geralmente a querosene (queimando combustível fóssil). Ou seja, é difícil circular e armazenar produtos.

A realidade das estruturas existentes na Amazônia são um reflexo da realidade do Brasil, e não da Amazônia em si, que não é isolada, é um conjunto de precariedades porque não existe motivo, interesse, em resolvê-la. Principalmente para extrair capital em algum formato, quando aparecer, as estruturas chegam, ainda que de forma seletiva, como estradas e bancos, que aos poucos são multiplicados seus usos e usuários. As áreas nodais onde ficam as agências bancárias do mosaico espacial transamazônico são capitaneados pela densidade típica das cidades como pontos escalares, intermediários em circulações mais ampla de mercadorias, pessoas, serviços.

Na transamazônica, na década de 70 do século XX, houve a necessidade de uma maior estruturação das atividades econômicas devido ao fortalecimento das necessidades do capital já existentes e nas potencialidades para os que vieram de fora, uma conjunção de forças e interesse no projeto transamazônica e seu projeto com redes de vilas, agrovilas e cidades. Circuitos espaciais produtivos se fortaleceram, alguns foram criados, chegaram e outros foram perturbados, como os de indígenas e ribeirinhos. Cadeias produtivas foram fortalecidas seletivamente, outras não, o que fez cicatrizes sociais e ambientais na região, massacres de indígenas e posseiros em contextos de luta pela terra do período denominado de fronteira amazônica. A fluidez da mercadoria no território foi truculenta e desigual e gerou injustiças socioespaciais e socioambientais até hoje não resolvidas. Essa é a *atmosfera* que marcou a chegada mais forte de bancos em muitos lugares da Amazônia.

Passado o período da fronteira, novos contextos, novos circuitos, antigos circuitos, porém modernizados, atualizados às novas exigências do mercados, a pecuária se expandiu, a exploração mineral não cresceu como a pecuária, a extração de madeira, por causa de questões ambientais, foi diminuída, enfim novas formas de estruturação e especialização produtiva dos territórios entram em cena agora com uma maior conexão com o mundo, inclusive dos marginalizados pelo processo dominante, como moradores tradicionais, indígenas, ribeirinhos, favelados, entre outros.

Os principais melhoramentos socioeconômicos e sociotécnicos para um efetivo uso dos territórios na faixa da transamazônica foram nas densidades econômico financeiras, como, Altamira, Marabá,

Itaituba, no Pará e Humaitá no Amazonas. O *impulso* dessa transformação não foram as capitais Belém ou Manaus, foram Brasília, como capital política e decisória de ações como a transamazônica e São Paulo como centro financeiro e das grandes corporações, em um contexto de ditadura, supressão aos direitos democráticos, entre outras ações que ajudaram às grandes corporações a se estruturar na Amazônia. As capitais estaduais foram em muitos casos secundárias nisso, áreas dos estados passaram a ser da União, visto que com o Decreto-Lei n. 1.164, de 1º de abril de 1971, as rodovias na Amazônia estavam com dominialidade do governo federal, o que alterou a paisagem com a chegada de várias práticas de uso do território, eis o que diz o decreto:

Declara indispensável à segurança e ao desenvolvimento nacionais terras devolutas situadas na faixa de cem quilômetros de largura em cada lado do eixo de rodovias na Amazônia Legal, e dá outras providências.

A imposição pelo governo ditatorial do Plano de Integração Nacional (PIN), com projetos longe das necessidades sociais dos moradores da região e que agradavam aos grupos dominantes e aos apoiadores da ditadura ganharam projetos agropecuários, com incentivos fiscais e creditícios oferecidos pelo governo sem uma visão de justiça social ou preocupado com questões ambientais, fizeram a expansão da rede bancária nas áreas com projetos do governo federal, aumentando uma conexão, que antes era fraca, de determinados setores ao sistema bancário nacional. Uma questão se impõe, por que não fizeram planos para a agricultura familiar camponesa, ribeirinhos, povos tradicionais, pequenos fazendeiros e comerciantes que já existiam na região há pelos menos 100 anos? Nem os grupos

dominantes locais foram ouvidos. Esse comércio tinha escalas extrarregionais, já se conectava com o resto do Brasil e com algumas partes do mundo via madeira, drogas do sertão, entre outros, e lá chegavam mercadorias dos centros metropolitanos como produtos industrializados. O que temos é uma relação no espaço, são relações sociais e mesmo a ausência delas, presença e ausência (MASSEY: 2008; LEFEBVRE: 1983).

No contexto da administração feita pela ditadura foram criados eixos de circulação, estradas como a transamazônica, melhoramento e criação de aeroportos, conexões telefônicas, assegurando uma fluidez no sistema bancário e nas comunicações.

Há uma explícita rede de uso do território em arquipélago das agências bancárias na transamazônica (BR-230), que constituem pontos de articulação para uma maior fluidez das economias e mercados em diferentes escalas e destinos e as conexões de comunicação como artérias que irrigam os espaços dos sistemas bancários seja local, regional, estadual, nacional ou internacional. E com a construção da hidroelétrica de Belo Monte - rio Xingu, próxima de Altamira com a primeira turbina funcionando em abril de 2016 – houve um acréscimo das operações bancárias em Altamira.

A reestruturação provocada pela fronteira amazônica iniciou-se na década de 1970, com o adensamento das relações de mercado, com a criação de *clusters* espaciais pró-bancos, que vieram a partir das facilidades feitas pelo governo ditatorial para as grandes empresas e, concomitantemente, foi acompanhada bem de perto por formas arcaicas e brutais do capital, com latifundiários escravizando peões,

expropriação de terras, não raro utilizando pistoleiros para matar vozes contrárias e denunciantes como padres, líderes sindicais, etc.

Atualmente a fronteira se consolidou e se transformou em outro contexto socioeconômico, ainda que existam em menor grau, quando comparado ao passado, os conflitos fundiários e ambientais; aumentou o comércio, o número de lojas, filiais de grandes empresas se instalam, aeroportos foram construídos ou melhorados, entre outros, como conexões diretas com os fatos do mundo via internet. Os rincões aos poucos vão sendo conectados e se conectam com mundo. O papel da tecnologia de comunicações é fundamental, fortalecem as economias de escala, e tudo isso em algum momento passa por alguma agência bancária. Com o princípio de que todo espaço é mercadoria, logo o espaço/mercadoria é mais do que um meio de produção (territorialidades), onde o diferenciador é a escala de ação, seja local, regional, nacional e/ou internacional; o capital se reproduz amplamente, apropriando-se de diferentes maneiras dos espaços herdados da Natureza e produzindo outra “Natureza” que é a origem do encontro entre valores-de-uso e valores-de-troca(SMITH:1988: 67).

Houve um fortalecimento das questões ambientais e o enfraquecimento dos discursos de desenvolvimento, pois não houve desenvolvimento econômico e social, houve crescimento de PIB, mas produzindo alta desigualdade social e pobreza, o que foi denunciado por vários autores como Hébette (1984, 1995), Martins (1991, 1997) e Ab’Sáber (2000).

A ideia inicial é a de que os bancos, que como qualquer corporação capitalista busca o lucro, nesse sentido arquitetam múltiplas estratégias, conforme Silva e Jaime Jr. (2013):

A melhor estratégia de localização com base no potencial de mercado e no retorno esperado (ou lucro esperado), tendo a dinâmica da moeda no território, em um contexto de não neutralidade da moeda, como elemento fundamental na localização bancária e no processo de desenvolvimento local Para avaliar os principais determinantes da estratégia de localização dos bancos, deve-se considerar os fatores que concorreram para explicar tal decisão, quais sejam: macroeconômicos, estruturais, espaciais, regulamentares e políticos. (p. 761).

Confirma-se uma ideia de que o governo, via seus bancos, vão como ponta de lança para assegurar investimentos de risco sob o manto de planos de desenvolvimento, integração, entre outros, para facilitar a chegada, com poucos ou nenhum risco aos bancos privados, que vem depois do terreno estar garantido, articulando, integrado e ficam com o objetivo do negócio dos clientes. E depois criam-se estruturas para sucatear os bancos estatais, na estratégia de precarizar para privatizar, acusando de ineficiência, mas quando os planos foram bem eficientes. No contexto do Pará ainda há o Banpará (Banco do Estado do Pará, 62 anos), mas no Amazonas o BEA (Banco do Estado do Amazonas, 46 anos) foi privatizado em 2002, comprado pelo Bradesco, no contexto regional ainda há o BASA (Banco da Amazônia S. A., 79 anos). O Bradesco é o banco com maior presença na Amazônia.

Ante ao aumento do desmatamento e desvalorização da temática ambiental e aos povos tradicionais do governo Bolsonaro, com grandes queimadas na Amazônia e no Pantanal como tristes exemplos. Uma das respostas dos bancos foi criar um conselho consultivo da Amazônia, conselho este formado pelos bancos Bradesco, Itaú e Santander - todos privados - em agosto de 2020.

Com base em dados do IBGE, foram montadas as tabelas 1 e 2.

Tabela 1, alguns municípios amazonenses

Município	IDH-M (2000)	IDH-M 2010	População (2007)	População 2018	Agências Bancárias 2008	Agências Bancárias 2018	Operações Crédito 2007 (R\$)	Operações Crédito 2018 (R\$)	Poupança 2007 (R\$)	Poupança 2018 (R\$)
Apuí	0,616	0,637	17.451	21.583	1	1	782.762,65	301.092,00	1.635.286,15	8.064.910,00
Borba	0,566	0,560	31.098	40.565	2	3	1.625.524,34	25.098.032,00	1.634.949,91	10.527.986,00
Humaitá	0,556	0,605	38.559	54.001	3	4	11.280.162,61	62.572.556,00	7.255.232,37	37.911.943,00
Manicoré	0,551	0,582	44.327	54.907	2	3	7.748.692,05	27.158.176,00	3.036.499,90	19.548.605,00
Novo Aripuanã	0,559	0,554	18.196	25.237	1	1	168.174,77	414.427,00	563.895,10	4.762.139,00

Tabela 2, alguns municípios paraenses

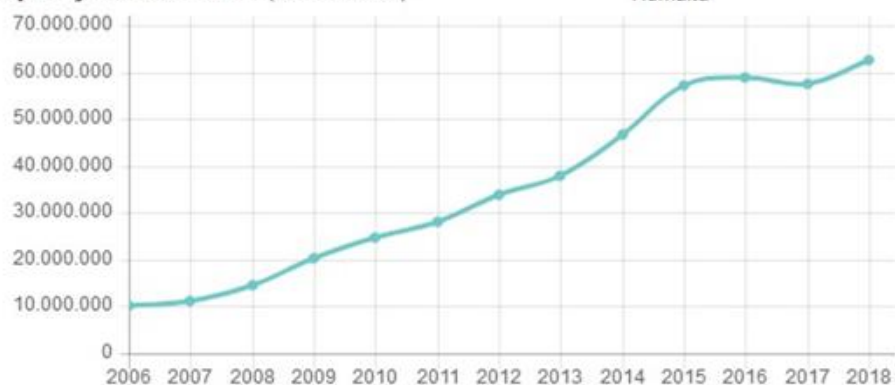
Município	IDH-M 2000	IDH-M 2010	População (2007)	População 2018	Agências Bancária 2008	Agências Bancária 2018	Operações de crédito 2007 (R\$)	Operações de crédito 2018 (R\$)	Poupança 2007 (R\$)	Poupança 2018 (R\$)
Altamira	0,737	0,665	92.105	113.195	6	11	83.260.611,05	711.469.269,00	46.601.361,08	244.135.244,00
Anapu	0,645	0,548	17.787	27.161	N.info.	2	N.info.	5.504.086,00	N.info.	13.421.306,00
Medicilândia	0,719	0,582	22.624	31.213	1	2	36.661.834,53	33.708.394,00	4.465.367,17	23.976.539,00
Porto de Moz	0,65	0,503	26.489	40.458	N.info.	1	N.info.	27.853.992,00	N.info.	4.447.155,00
Vitória do Xingu	0,664	0,596	9.693	14.987	N.info.	1	N.info.	5.094.018,00	N.info.	1.537.258,00
Uruará	0,713	0,589	59.881	45.517	2	4	32.450.671,35	27.399.186,00	6.906.395,61	48.410.172,00
Pacajá	0,661	0,515	38.365	46.986	1	2	1.664.629,38	5.352.909,00	2.017.763,93	19.687.860,00
Senador José Porfírio	0,638	0,514	14.302	11.839	N.info.	1	N.info.	1.819.889,00	N.info.	127.178,00
Placas	0,69	0,552	17.898	30.293	N.info.	N.info.	N.info.	N.info.	N.info.	N.info.
Brasil Novo	0,674	0,613	18.749	15.190	N.info.	1	N.info.	24.674.967,00	N.info.	16.574.258,00

Alguns exemplos de operações de crédito, segundo o IBGE.



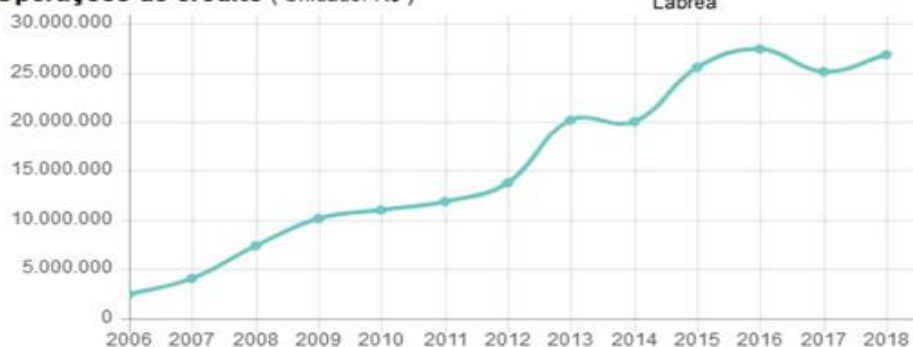
Operações de crédito (Unidade: R\$)

Humaitá



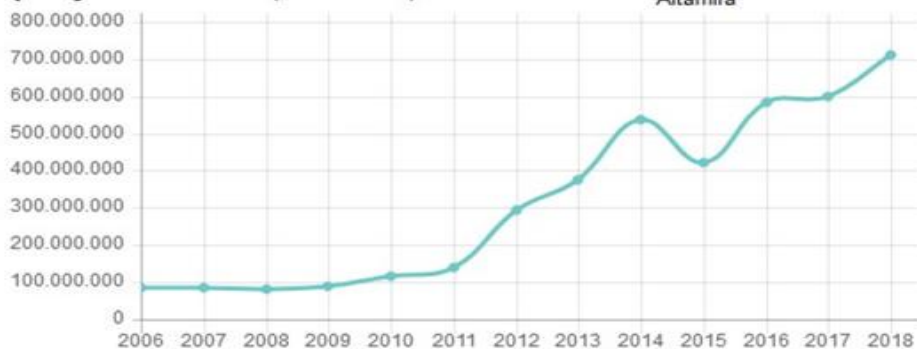
Operações de crédito (Unidade: R\$)

Lábrea



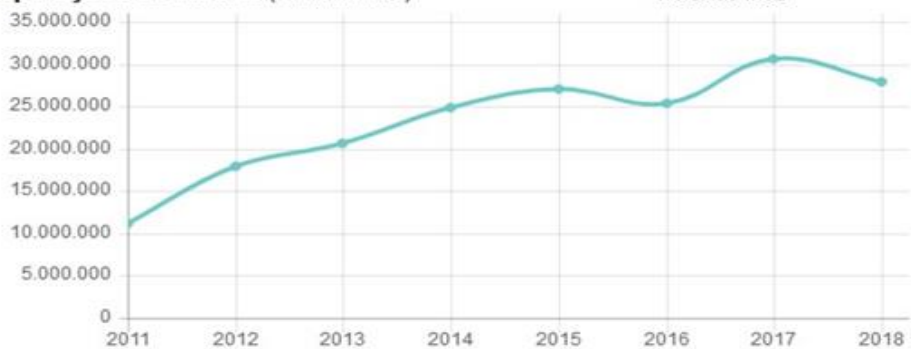
Operações de crédito (Unidade: R\$)

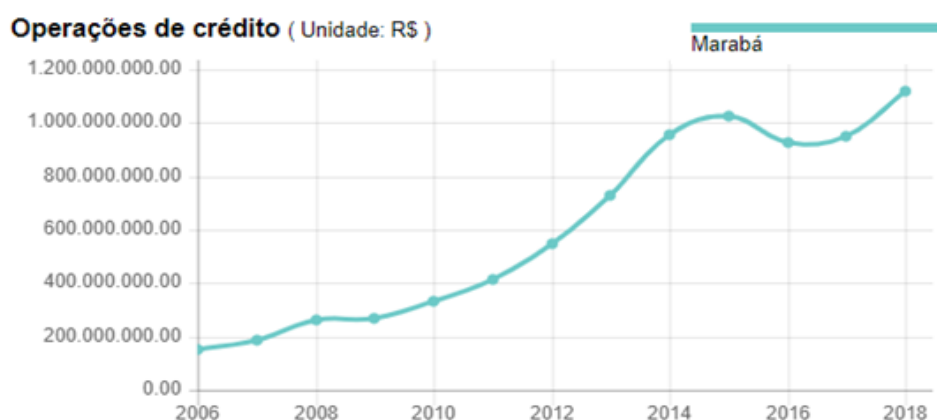
Altamira



Operações de crédito (Unidade: R\$)

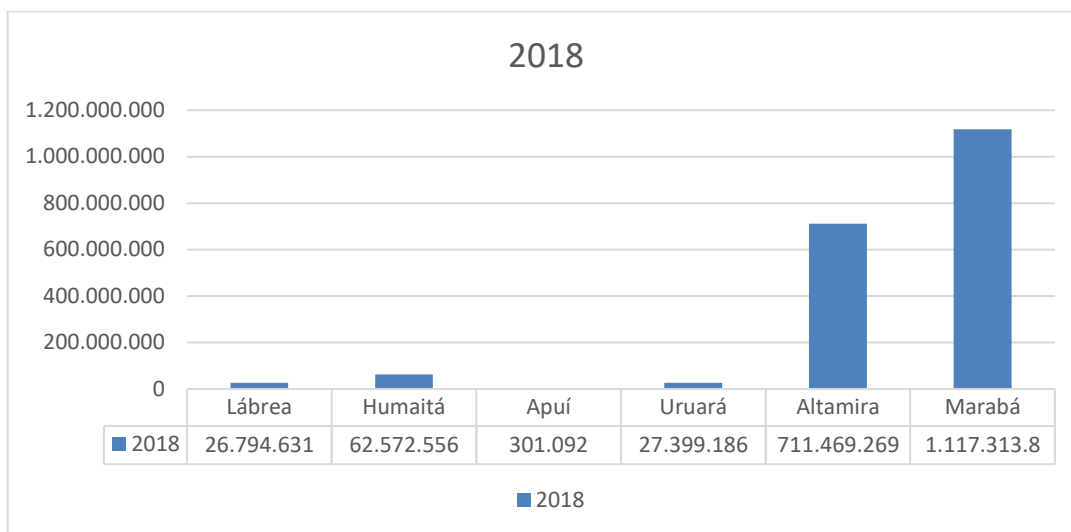
Porto de Moz





Uma breve comparação para o ano de 2018, segundo o IBGE, das operações de crédito de alguns municípios, no gráfico estão dispostos conforme sua localização na transamazônica, nota-se que o efeito de proximidade atua, sendo este dominado pelas facilidades de circulação terrestre e aérea, predominantes em Marabá e frágeis para Apuí. O que marca uma dependência espacial, que segundo Sampaio et. al (2019):

percebe-se que a dependência espacial é mais significativa na densidade de agências no território, depósitos em poupança e depósitos a prazo. Para a análise bivariada, a autocorreção espacial positiva foi verificada para a densidade empresarial, de empregos, populacional e salário médio. (p. 17)



Visão provisória

Momentaneamente temos pontos de abordagem a serem melhor investigados:

- Coexistência de relações de produção temporalmente diferentes (relações de trabalho, técnicas/tecnologias, formas de produção e uso, entre outros.
- Bancos, poupança e inflação (como necessidade, má distribuição de renda [?]), há processos de territorializar capital em compra de terras quando períodos de inflação, reserva de valor.
- Forte oligopolização da economia, interesse na financeirização pela rede bancária, pouco apoio a capacidade produtiva, especialmente à indústria nacional de base local.

A estruturação da rede bancária na faixa da transamazônica mostra, o aumento da capilaridade das agências bancárias e de expansão do capital em diferentes áreas, mas uso e apoio de políticas governamentais objetivadas a determinados grupos, com o intuito de aumentar os lucros e levar ações modernas e maior exploração e uso

dos recursos naturais aos circuitos espaciais produtivos nacionais e internacionais.

Se antes e ainda hoje a aglomeração, a densidade, típicas das cidades, são chamarizes para as agências bancárias, atualmente, pode-se acrescentar que a tecnologia ligada à internet tem sua contribuição com um forte elemento de circulação e atração das agências bancárias virtuais, uma vez que com o incremento das tecnologias e da legislação houve o aumento gradual de transações via internet e pelos telefones celulares.

A estratégia de ter maiores ganhos sem correr riscos ou com pouquíssimos riscos, é que fundamenta que os bancos privados atuem facilmente em lugares fontes de rendimentos, mas para isso utilizaram antes não só os bancos públicos, mas estruturas e custos públicos para *amansar o terreno*, criar *clusters* espaciais, para suas operações, e depois disso muitos ideólogos precarizam os bancos e outras estruturas públicas para dizer que o setor estatal não sabe administrar, para fins de privatizar e de outro modo fortalecer o bancos privados.

Bibliografia:

- AB'SÁBER, Aziz. Os paradoxos da região Amazônica analisados em entrevistas selecionadas (prefácio). In: CARUSO, Mariléa & CARUSO, Raimundo. Amazônia, a volta da galáxia, o abc da grande planície. Florianópolis. EdUFSC. 2000.
- CHESNAIS, F. Mundialização do capital. São Paulo: Xamã, 1996.
- [CRUZ E SILVA, Victor](#). O que impulsiona o desenvolvimento do setor bancário regional brasileiro? Uma visão pós-keynesiana. In: 47º Encontro Nacional de Economia (ANPEC), 2019, São Paulo. Anais do 47º Encontro Nacional de Economia (ANPEC), 2019
- FURTADO, Celso. Teoria e política do desenvolvimento econômico. São Paulo: Paz e Terra, 10 ed., 2000.
- HÉBETTE, Jean. Reprodução Social e Participação Política na Fronteira Agrícola: o caso da Transamazônica. Texto inédito apresentado no painel Movimentos Sociais Contemporâneos da Third Conference da BRASA. Cambridge. 1996.
- HÉBETTE, Jean et. al. Agriculturas Familiares e Desenvolvimento em Frente Pioneira. Clamecy. Lasat/Cat/Gret/ Uag. 1995.

- _____ A Questão Agrária. Uma Introdução aos Clássicos. In: Reforma Agrária. Campinas. Vol 14, Nº 5-6. 1984.
- LEFEBVRE, Henri. De La Presencia y de La Ausencia. México. FEC. 1983.
- KRUGMAN, Paul. Development, geography, and economic theory. Massachussets: MIT, 1997.
- MARTINS, José de S. Fronteira: A degradação do outro nos confins do humano. São Paulo. Hucitec. 1997.
- _____ A Chegada do Estranho (prefácio). In: HÉBETTE, J. (ORG.). O Cerco Está se Fechando. Petrópolis. Vozes. 1991.
- MASSEY, Dorren. Pelo Espaço. Rio de Janeiro. Bertand. 2008.
- MIRANDA, E. A mundialização financeira frente ao neoliberalismo. Florianopolis. Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC. Vol. 2, nº 1 (2), janeiro-junho/2004.
- PECQUEUR, Bernard e ZIMMERMENN, Jean Benoît. Fundamentos de uma economia da Proximidade. In: DINIZ, Clélio Campolina e LEMOS, Mauro Borges (orgs.) Economia e Território. Belo Horizonte. UFMG. 2005.
- PORTER, M. Estratégias competitivas: técnicas para a análise da indústria e da concorrência. Rio de Janeiro: Campus, 1986.
- SAMPAIO, A. V. et. al. Dependência e Concentração das Atividades Econômicas. In: XVII Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos Regionais e Urbanos, 2019, Rio de Janeiro. XVII Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos Regionais e Urbanos, 2019.
- SANTOS, M. A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1996.
- SICSÚ, J.; CROCCO, M. Em busca de uma teoria de localização das agências bancárias: algumas evidências do caso brasileiro. Revista Economia, 4(1): 85-112, 2003.
- [SILVA, G. J. C.](#); JAYME JR, F. G. Estratégia de Localização Bancária: Teoria e Evidência Empírica Aplicada ao Estado de Minas Gerais. Economia e Sociedade (UNICAMP. Impresso), v. 22, p. 729-764, 2013.
- SMITH, Neil. Desenvolvimento Desigual. Rio de Janeiro. Bertrand.1988.

Sites consultados:

- <https://epocanegocios.globo.com/Brasil/noticia/2019/08/brasil-tem-45-milhoes-de-desbancarizados-diz-pesquisa.html>, em 18/08/2019.
- <https://noomis.febraban.org.br/noomisblog/bancos-e-fintechs-miram-desbancarizados-com-novos-negocios>, em 21/09/2020.

Os problemas ambientais em debate: o exemplo do estado do Paraná¹⁹

Lindberg Nascimento Júnior

INTRODUÇÃO

O planeta Terra corre risco. A consciência e a tomada de posição frente a isto exige competência. Impõe-se pensar uma nova "Geografia Física", menos classificatória e descritiva, mais dinâmica e totalizante (SUERTEGARAY, 1986)

Como bem afirma Moreira (1991) a natureza é/está no ser humano e o ser humano é/está na natureza, por que o sociedade é produto da história natural e a natureza é a condição concreta da existencialidade humana. É pelo trabalho que o homem se realiza, e realiza natureza, num processo de relação metabólica que homem e natureza intercambiam matéria e energia em que um não se separa do outro.

Natureza e Sociedade é uma relação, sobremodo, humano ↔ humano, mediados pelo trabalho, ela a ainda ganha um destaque expressivo, que pode ser ainda mais enriquecido na história dos modos de produções antigos até o vigente, no qual ela tende a ser mais fortalecida e facilmente observada.

O que se pretende afirmar é que, sob os modos de produção, sob a cultura, e sob a hegemonia de determinados representações e sentidos de mundo, sociedade x Natureza parecem estar separadas, dissociadas e distintas. É desta aparente faceta que emergem problemáticas das mais variadas, a ambiental é só uma delas.

¹⁹ Texto base para apresentação da mesa "Problemas ambientais na Região Sul" no 4º Seminário de Geografia Econômica e Social – SENGES e 40ª Semana de Geografia da UFSC – SEMAGeo. Tema: "Mundo, Brasil e Regiões: hoje e amanhã".

Diante dessas afirmações, fica possível indicar de maneira didática e aplicada a relação que existe entre o tema da mesa “Problemas ambientais no Sul do Brasil”, no conjunto do evento, que coloca questionamentos do “Mundo, Brasil e Regiões: hoje e amanhã”, e ainda a conjuntura política atual que além dos retrocessos na discussão sobre os direitos sociais, apresentam-se também reorientações das posturas institucionais frente à conservação, proteção e gestão do ambiente no Brasil, nós geógrafos/as temos a oportunidade de nos submeter algumas indagações.

Pode-se começar considerando, se sabemos definir, hoje, o que é problema ambiental? Será que conseguimos estabelecer os principais desses problemas, no âmbito regional e internacional? Se sim, qual é a geografia que temos utilizado para entender e resolver estes problemas? Quais são os processos mais explicativos em termos de teoria e prática? Quais são os atributos analíticos e os meios instrumentais que devem ser utilizados para realizar essa geografia?

De todo modo, infere-se que a por meio dos trabalhos, das intervenções, da composição desta mesa e das outras mesas, da SEMAGeo e do SENGES, já se tem ou ainda terá respostas para grande parte destas perguntas, um vez que discutir, debater e identificar problemas ambientais na Região Sul é antes de tudo, discutir, debater e identificar o desenvolvimento que acontece no Brasil.

Neste sentido, para este momento foi organizada uma exposição que pudesse contemplar tanto as questões inicialmente estabelecidas, quanto um debate que oferece à geografia uma preocupação com os problemas ambientais na ordem do desenvolvimento no Brasil, particularmente o auxilia a entender o território paranaense.

Para isso o texto foi dividido em três partes. Na primeira, são lembrados alguns temas ambientais que já vem sendo discutido com boa coerência desde a renovação crítica. Na segunda parte, são apresentadas alguns aspectos estruturantes dos problemas ambientais no Paraná, com destaque maior para aqueles relacionados ao clima e à terra, discutidas em uma série de discussões desenvolvidas em

Nascimento Jr (2013; 2018), Nascimento Jr *et al.* (2014), e Nascimento Jr e Duarte (2018). A terceira parte contempla as considerações finais.

O problema ambiental é uma questão

A preocupação com os problemas ambientais reflete um movimento social em escala global que expressa os desafios e as dificuldades relacionadas à qualidade de vida das pessoas, com forte adesão à conscientização ambiental, preservação da biodiversidade, gestão racionalizada dos recursos naturais, etc. Em grande parte do debate, as decisões são obtidas principalmente por meio de normatizações legais elaboradas por Estados nacionais até as menores unidades de gestão territorial, os municípios, no caso brasileiro.

Como a programação de pesquisa e de trabalho, na geografia, o tema 'problemas ambientais' possibilitou a retroalimentação do processo de construção de um conhecimento relativamente novo, construído a partir da interdisciplinaridade e da multidisciplinaridade (SUERTEGARAY, 2001), em correspondência com a função social, da justiça ambiental e da educação cidadã (TALAMORI *et al.*, 2003), e atualmente com abertura para o diálogo da diversidade e da valorização da diferença (ZANGALLI Jr, NASCIMENTO Jr, 2017),

Parte dos/as geógrafos/as trilhou um caminho farto para o estudo do problema ambiental no Brasil e no mundo. A temática proporcionou de um lado uma confusão sistêmica de termos, conceitos e meta-teorias (SANTOS, 1992), quanto a construção de uma ciência comprometida em resolver problemas clássicos (MONTEIRO, 2003), inclusive com diálogo entre as disciplinas da geografia e fora dela (SUERTEGARAY, 2010) e formação de outras – educação ambiental, recursos naturais, gestão e planejamento ambiental, etc.

Por isso, antes de qualquer coisa é preciso estabelecer um limite e um valor ao problema ambiental. *Latu sensu*, problemas ambientais são o conjunto de ameaças resultantes das alterações na dinâmica dos sistemas naturais (físicos, biológicos, ecológicos e antrópicos) que

subjazem a negatividade nos sistemas sociais e produtivos em termos de danos materiais, salubridade, proteção civil e segurança social.

A poluição da água, do ar e do solo, o desmatamento, a erosão, o depósito e a disposição resíduos e lixo em áreas inadequadas, a caça e a pesca predatórias, o desperdício de comida, finitude dos recursos naturais, a desertificação, o aquecimento global, as mudanças climáticas, eventos extremos, os desastres, os riscos, etc, são alguns exemplos de problemas ambientais, e por isso, carecem de uma abordagem geográfica integrada.

Para isso, os conceitos tendem conjugar o modo de vida moderno com apropriação e concentração particular de meios de produção; mudanças nas forças produtivas e nas formas de trabalho em um sistema altamente tecnificado que segue normativas mercadológicas rápidas, e geram altos impactos da exploração de recursos e produção de resíduos; a mundialização do capital e a globalização dos valores e dos costumes que tende e um lado homogeneizar-heterogeneizar o cotidiano político, cultural e individual; o processo de urbanização que concentra e dispersa população e atividades produtivas, sociais, culturais e de lazer que demanda mais energia e recursos.

O problema ambiental não se esgota, pois ele reflete a Natureza como conceito apropriado em todas as relações sociais e dimensões da vida, dos padrões de consumo, do modelo de desenvolvimento, sejam com diferentes e determinados valores, objetivos e significados dos grupos sociais, seja por concepções e visões de mundo específicas.

É importante destacar que se para parte dos teóricos, entender Sociedade e Natureza de forma separada é possível, para o modo capitalista de produção, não. Na verdade, o capitalismo se cria e se recria a partir da unidade da Sociedade e da Natureza, e se reproduz a partir da ideia de ambas estão e são distantes e dissociadas. O modo de produção capitalista age dialeticamente na dualidade da Sociedade e da Natureza, criando feições aparentemente distintas, ontologicamente hierarquizadas e epistemologicamente dicotomizadas (LATOUR, 1994).

Contudo, o Ambiente como conceito da geografia se refere ao conjunto de construção natural e artificial de interações e relações de seres vivos, coisas e objetos, transformando-os e transformando-se O ambiente não é somente a natureza, é construção do conjunto de interações e relações entre natureza, seres vivos, objetos e coisas (MENDONÇA. 2007).

Assim, a natureza do problema ambiental se dá quando se rompe o limite previamente estabelecido que se a partir da função e da finalidade de algum sistema ambiental, entendido todos os seus aspectos estéticos, afetivos, pragmáticos, mas que ameaçam a produtividade e à qualidade de vida. O limite pode ser até absoluto e medido, mas ele só pode ser construído na relação social construída dentro do modo de produção.

Todo limite pressupõe a definição de valores. Por isso, também, o problema ambiental traz implícita a ideia de natureza como fonte de recursos que devem ser apropriados pelo modo de produção, para promoção de bens e serviços a serem consumidos para a satisfação dos seres humanos. Trata-se, portanto de um valor simbólico, material e socialmente construído, uma vez que a natureza define-se pelas restrições básicas para reprodução da vida, e ao mesmo tempo como patamar para reprodução das relações sociais de produção (PORTO-GONÇALVES, 1989).

A redução conceitual é também uma redução ideológica, uma vez que a compreensão do problema ambiental é culturalmente impregnada no imaginário coletivo, cujas práticas sociais, econômicas e políticas são realizadas sob os princípios do modo de produção capitalista, que por meios dos agentes hegemônicos tende a definir o limite e o valor do ambiente transformando-o em problema. É a partir dessa compreensão que se alimentam os conceitos como o de “desenvolvimento sustentável”, “sustentabilidade global”, “economia verde”, etc, que são entendidas por Leff (1996) como utopias, pois segundo o autor, o capitalismo nunca se ecologizará.

O problema ambiental é, assim, resumidamente, e antes de qualquer coisa um problema social, civilizatório. E como tal ele se evidencia muito mais como uma **questão**, ou seja, como uma premissa para entender como o ambiente tem sido apropriado no modo de produção atual a nível planetário, e marca a materialização de processos conflituosos e contraditórios entre natureza e sociedade, e que só pode ser resolvido na totalidade de todas as outras questões contemporâneas, como a questão agrária, urbana, racial, de gênero, do direito, etc.

Monteiro (2002, p. 17) considera que

[...] cabalmente comprovado pelo fato de que, desde a Conferência de Estocolmo (1972), se comprovou que a Questão Ambiental não só dificulta, mas inviabiliza a sintonia de opiniões dos países ricos, desenvolvidos (dominantes) e aqueles em esforço de desenvolvimento (dominados). Vinte anos após, durante a Conferência do Rio de Janeiro (ECO 92), não houve sensíveis progressos, já que os “resultados” não ultrapassaram a categoria de inócuos protocolos de intenções.

Delimitar a questão ambiental é propor uma superação do discurso ambiental que prioriza o funcionamento e dinâmica dos sistemas naturais em integração com os sistemas produtivos, sociais e humanos, desenvolvidos em arranjos territoriais determinados, para além dos problemas que eles possam ser expressos ou se manifestar. Como questão, o problema ambiental é colocado como um dos centros das crises do capitalismo, das práticas geopolíticas, da racionalidade científica e da civilização humana.

Em outros termos, a questão ambiental evidencia problemas somente quando vista enquanto parte de um processo totalizante de desenvolvimento, por exemplo, da produção do espaço paranaense, que evidencia em seus diversos ambientes, maneiras diferentes de entender suas questões.

O ambiente paranaense e suas questões ambientais

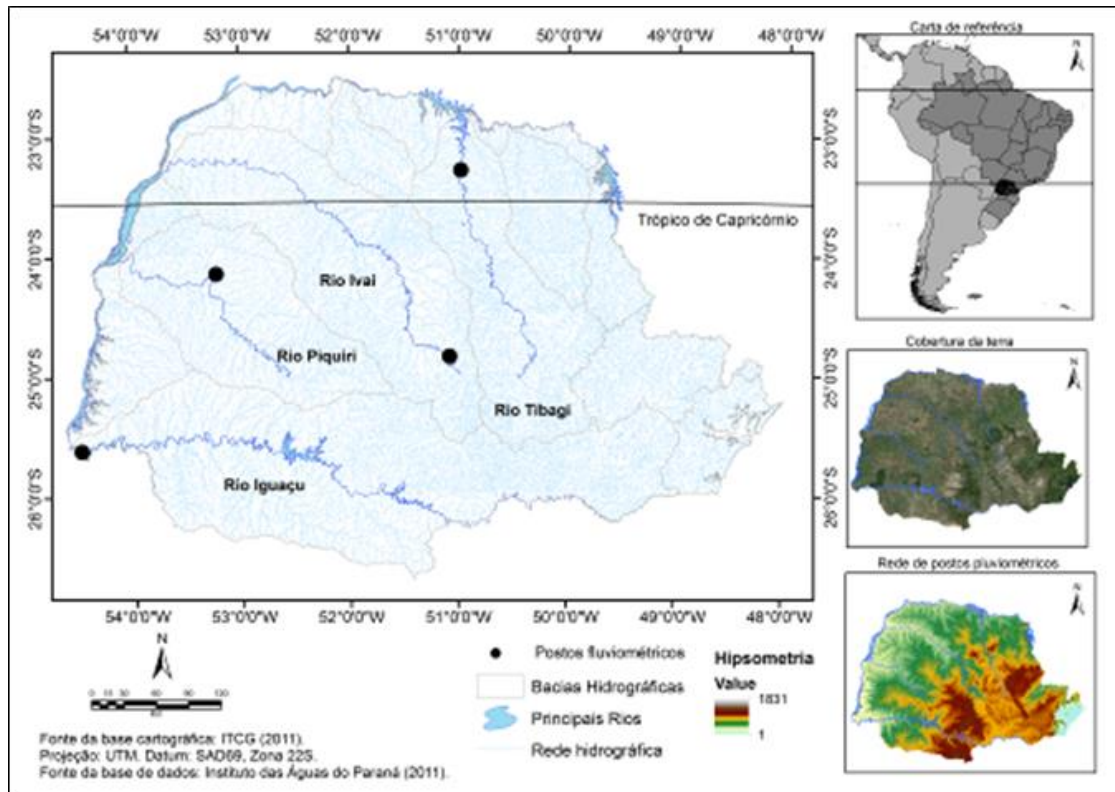
Caracterizar o ambiente paranaense é parte de um exercício que tende contribuir à uma geografia que se preocupa com a indissociabilidade da natureza e da sociedade, e que orienta na busca de contextualização históricas das formas de apropriação dos sistemas naturais.

Devido à sua posição meridional em relação ao Brasil, e ter como limite natural a linha imaginária do Trópico de Capricórnio no setor norte, o estado do Paraná possui ambientes com climas eminentemente transicionais, que variam de climas mais tropicalizados nos setores norte, e subtropicalizados, nos setores centro-sul (Fig. 1).

Essas características expressam também parte dos domínios climáticos das bacias hidrográficas. Por exemplo, as principais fontes hídricas se situam nas maiores altitudes do Estado, que também coincidem com os setores de importantes índices pluviométricos. Nas quatro bacias as precipitações diminuem de montante à jusante. As bacias dos rios Tibagi e Ivaí, cujas nascentes se situam nos setores centrais do estado, se tropicalizam de montante para jusante. A bacia do rio Piquiri mostra um aspecto bastante característico de clima transicional. E a bacia do rio Iguaçu está sob regimes subtropicais (MAACK, 1980).

Tendências de aumento das chuvas têm sido observadas sistematicamente por diversos autores, que colocam também como o uso e ocupação da terra nas bacias são substancialmente relevantes para o entendimento de muitos processos perigosos e de degradação dos solos no estado (IAPAR, 2000; SILVA e GUETTER, 2003; NOGAROLLI, 2007; 2010; MARENGO, 2008; PEREIRA *et al.*, 2008; NASCIMENTO Jr, 2013; 2014; NASCIMENTO Jr, *et al.*, 2013; ELY e DUBREUIL, 2017) (Figura 2).

Figura 1 – Localização do estado do Paraná, postos fluviométricos utilizados, rede



Essa análise pode ser iniciada a partir da variabilidade dos valores de vazão fluvial média mensal de quatro postos representativos dos rios Tibagi, Ivaí, Piquiri e Iguaçu (Figura 3), que regionalmente mostra-se por variações em escalas interdecadais bem destacas em dois grandes eventos negativos (com prazo de 20 anos), datados em 1949 e 1968, e dois intermediários em 1959 e 1978.

A detecção das datas de transição nos valores de vazão fluvial, significantes no rio Tibagi, Ivaí e Iguaçu, coincide com um momento marcado por mudanças nos padrões vegetacionais, do uso e ocupação da terra, e dos impactos sociais e ambientais associados à modernização da agricultura, podendo qualificar, o segundo nível da análise ambiental que sugere transformações significativas no campo

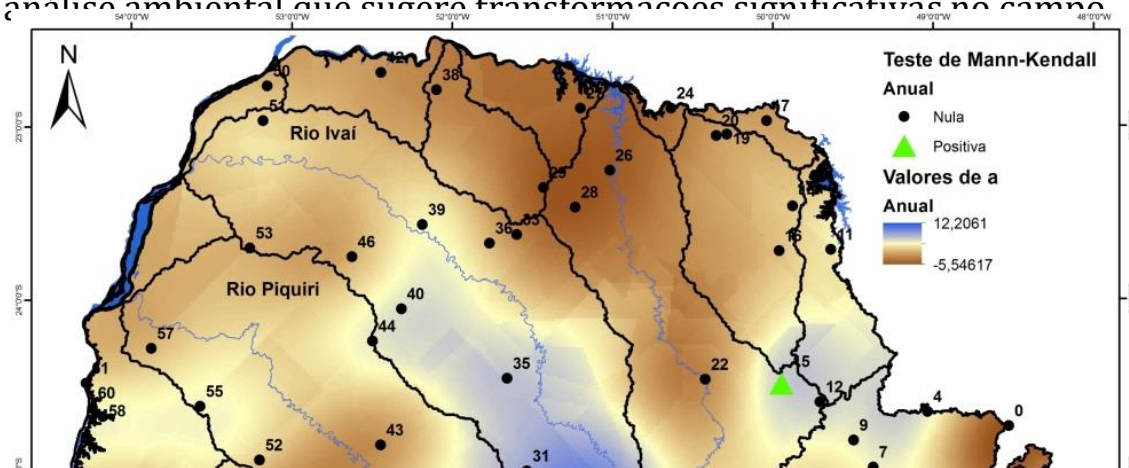


Figura 2 – Espacialização dos valores de α e do teste de Mann-Kendall na escala Anual. Fonte: Nascimento Jr e Sant'Anna Neto (2016).

Essa análise pode ser iniciada a partir da variabilidade dos valores de vazão fluvial média mensal de quatro postos representativos dos rios Tibagi, Ivaí, Piquiri e Iguaçu (Figura 3), que regionalmente mostra-se por variações em escalas interdecadais bem destacas em dois grandes eventos negativos (com prazo de 20 anos), datados em 1949 e 1968, e dois intermediários em 1959 e 1978.

A detecção das datas de transição nos valores de vazão fluvial, significantes no rio Tibagi, Ivaí e Iguaçu, coincide com um momento marcado por mudanças nos padrões vegetacionais, do uso e ocupação da terra, e dos impactos sociais e ambientais associados à modernização da agricultura, podendo qualificar, o segundo nível da análise ambiental que sugere transformações significativas no campo.

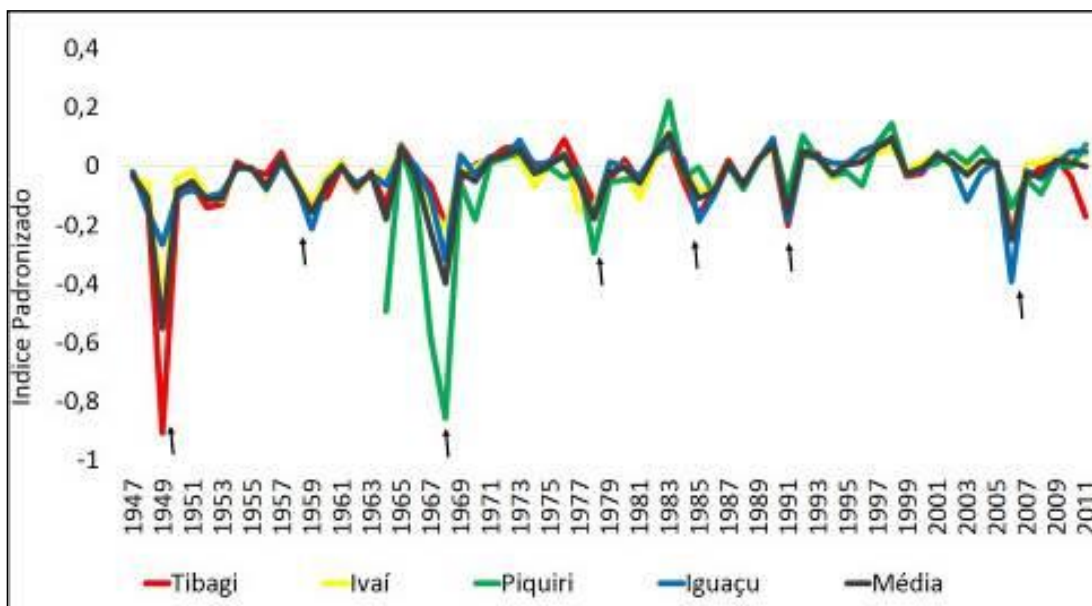


Figura 3 – Variabilidade interanual das vazões fluviais no Estado do Paraná. As setas destacam os momentos descritos no texto. Fonte: Nascimento Jr. e Duarte (2019).

Esse processo é bem evidenciado por meio da territorialização do capital monopolista e industrial, baseado na monocultura e no pacote tecnológico da Revolução Verde. Trata-se de um marco importante que criaram paulatinamente novas feições de natureza, e ao mesmo tempo, que foi estruturado sob condições ideológicas de modernização, racionalização e desenvolvimento, com profunda reestruturação de ordem técnica e econômica da produção agropecuária.

O resultado foi que as políticas de desenvolvimento agrícola que viabilizaram e orientaram à modernização de grandes propriedades, e aprofundou ainda mais as desigualdades e a exclusão social no meio rural - destacadamente os agricultores familiares (HESPANHOL, 2008). Neste contexto, a complexidade das questões sociais no campo e na cidade aumentaram sobremaneira, pois com a aceleração do êxodo rural e o crescimento da população urbana, foi proporcional ao aumento da pobreza, da concentração de renda e de terras, que se tornaram tanto problemas sociais rurais quanto urbanas, num processo único de caráter excludente e desigual (CONTE, 2003).

Neste trabalho, elas estão evidenciadas a partir dos anos 60, pela transição das lavouras de café para a cultura da soja, da policultura e da pecuária. Antes desse período, Gubert Filho (2010), mostra que o Paraná experimentou fases econômicas cuja alteração significativa de variadas regiões fisiográficas se deu por pelo menos três séculos.

Para este autor, os primeiros momentos dessas alterações foram efetivados pelas ocupações orientadas do litoral até os campos gerais. Nos momentos seguintes, foi a expansão pelo norte e noroeste (frente cafeeira pioneira e paulista), pelo centro-sul (colonos e imigrantes eslavos) e pelo sudoeste (frente gaúcha) que orientou as alterações, baseando-se principalmente em um desmatamento importante e definitivo (Figura 4).

O interessante desse processo é que de 1930 até 1960, o contexto econômico nacional que favorecia a exportação do café, e se consolidou principalmente nas regiões Norte e Oeste do estado. As florestas nestes setores foram simplesmente devastadas, não sendo economicamente aproveitada. Contudo, é a partir de 1960 que o ritmo de desmatamento tem se tornado bastante acelerado e intenso, principalmente com a introdução da cultura da soja, da queima de madeira para a secagem de grãos e de atividades agropecuárias (SONDA, 2010)

Neste contexto, ainda existe remanescentes de cobertura florestal, restritos e protegidos como Unidades de Conservação (Parques e APAs) na Serra do Mar (próximo ao litoral), no Parque Nacional do Iguaçu (extremo sudoeste) e ao longo da Escarpa Devoniana e da Serra da Esperança (centro sul ao nordeste), e outras áreas há uma mistura de remanescentes nativos com reflorestamentos de pinus (SONDA, 2010; GUBERT FILHO, 2010).

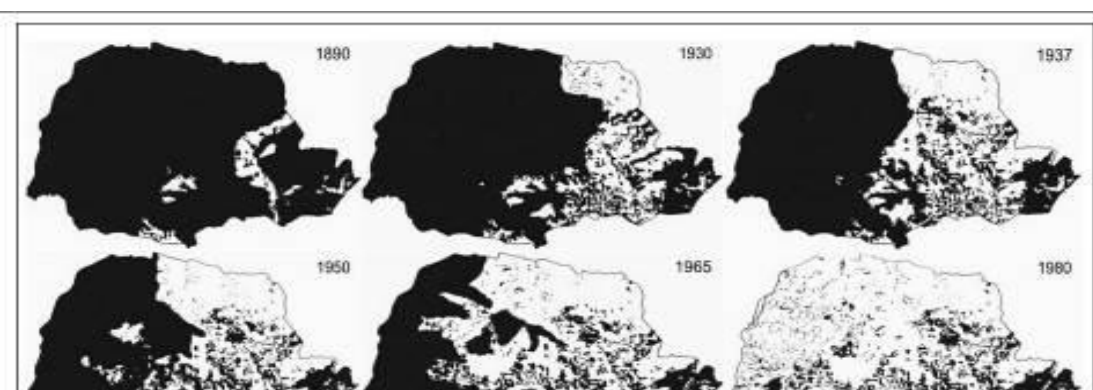


Figura 4 - Esquema da substituição histórica da vegetação no Estado do Paraná.

Fonte: Gubert Filho (2010) apud Nascimento Jr. e Duarte (2019).

A perda de florestas favoreceu que determinados agentes se apropriassem de grandes áreas de terra. Por serem política e economicamente influentes, os proprietários acabaram por orientar grande parte dos modelos de desenvolvimento adotados pelos governos do Estado, auxiliando desta maneira, a consolidar oligarquias regionais e locais, reproduzir as desigualdades e aumentar conflitos por terra (SONDA, 1996; HAUER, 2010).

Um primeiro produto deste processo pode ser observado inicialmente em mudanças das relações sociais no campo. Tais mudanças colocaram, de um lado, os proprietários fundiários capitalistas, e do outro, comunidades indígenas, colonos, faxinalenses, quilombolas, agricultores familiares, camponeses, entre os quais, as visões de sociedade e natureza são concebidas de outra maneira. Além disso, o processo reverberou inclusive no surgimento dos movimentos sociais do campo, em particular do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), município de Cascavel-PR, que data a partir de 1984 (SONDA, 2010).

Um segundo produto, ocorreu de forma concomitante e paralela ao anterior, revelado por mudanças nas relações entre cidade e campo. Neste caso, as regiões norte, noroeste, oeste e sudoeste do Estado

receberam entre as décadas de 1940 a 1960 um contingente populacional três vezes superior ao existente no Paraná no início do período. Nas décadas seguintes, esse intenso aporte populacional contribuiu para o êxodo rural e para a concentração urbana, determinados a partir da inserção do Estado na economia internacional e de transformações na base produtiva arranjos espaciais concentradores e polarizadores, restringidas a situação espacial de poucas cidades (IPARDES, 2010).

Essa estruturação proporcionou uma configuração físico-territorial que se apresenta de forma heterogênea, que se expressa como resultado de um processo de povoamento segmentado, segundo a seletividade espacial das atividades econômicas nas cidades e na região (PADIS, 1980; KONZEN e ZAPAROLLI, 1990).

Parte dessa situação pode ser observada no mapeamento de desastres associados aos impactos das chuvas, que reflete a realidade ambiental paranaense em termos de produção do espaço, associados aos fatores e à ordem de mercado e consumo, de política e econômica, que transformam um fenômeno natural (e suas repercussões) em problema social (Figura 5).

Nesse contexto, são os municípios do setor sul, principalmente os da Mesorregião Sudoeste e Oeste que apresentam os maiores níveis de vulnerabilidade à diminuição da precipitação. Sugerindo além de baixa previsibilidade da ocorrência de eventos de seca e estiagens, um ordenamento territorial baseado na pequena inserção tecnológica e disponibilidade de capital. Por outro lado, os desastres associados ao aumento da precipitação e as chuvas intensas atingem o estado como um todo na escala municipal, com destaque regional somente para Mesorregião Metropolitana de Curitiba.

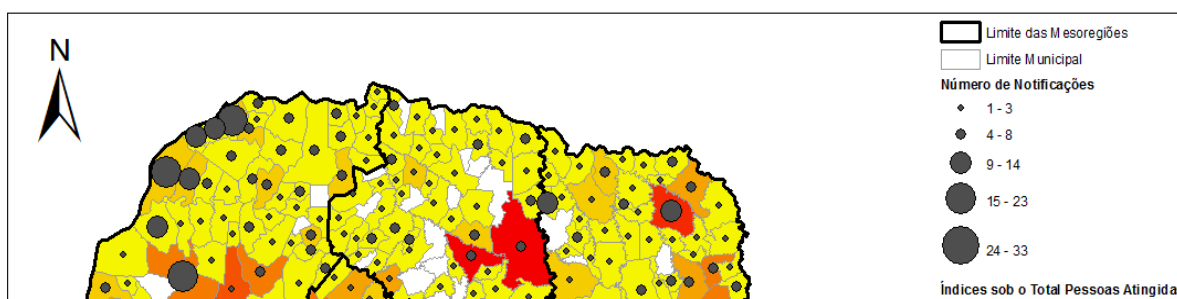


Figura 5 - Desastres notificados e pessoas atingidas para eventos pluviiais extremos- 1980 a 2011. Fonte: Nascimento Jr (2013; 2014)

A identificação dessas conjunturas aponta para necessidade de repensar outros modelos representativos de natureza (e conseqüentemente das relações sociais entre os seres humanos). Um conceito que não se efetive pelo crescimento econômico ou pela preservação ambiental naturalista, mas na consideração de outro ambiente (alterado, artificializado, racionalizado, tecnificado, transfigurado), mas que possa atender muito mais às possibilidades de mudança para a melhoria das condições de vida, de trabalho, de justiça ambiental, do que na permanência da pobreza social, ou seja, outra natureza, outra sociedade.

Considerações finais

A reflexão buscou atender uma leitura da realidade a partir da relação sociedade e natureza (troca metabólica). Devido a especificidade e das possibilidades explicativas para mesa, destacou-se essa perspectiva para o Estado do Paraná, como foco particular para análise ambiental a partir dos problemas de ordem climática e de acesso à terra, e que colocou o problema ambiental como uma questão a ser resolvida no conjunto com outras questões – urbana, agrária, racial, de gênero, direito, etc.

A resolução da questão parece ser difícil, mas não é impossível de ser resolvida, desde que a função social, a justiça ambiental e a educação cidadã funcionem como princípios que auxilia a pensar e refletir, primeiro, que a questão ambiental atinge diretamente a dignidade de todas as pessoas humanas. Isso requer coloca-la como um dos pontos de partida para o acesso ao direito humano, mediante critérios éticos que visem à construção de um ambiente bom, em qualidade, em diversidade de funções e usos, para as pessoas hoje e no futuro.

E segundo, que ela também indica que relações sociais mediadas por conflitualidades não podem ser reduzidas às arranjos territoriais que degradam as pessoas, seu entorno imediato, próximo e distante. Relações sociais desiguais pressupõem relações assimétricas de poder (BOURDIEU, 2011), e quando elas se manifestam, a tendência inicial é estruturar e organizar sistemas de opressão que retiram direitos, privam a vida e matam pessoas (RIBEIRO, 2018), do que uma ação antrópica, aparentemente universalizada, que altera a sistema natural e naturaliza seus os impactos. Nos dois caos a dinâmica natural sempre será um problema social ou estará para um.

Assim, as possíveis melhorias no ambiente e a resolução da questão ambiental dependem necessariamente de um conjunto de atividades técnicas, administrativas, legais e normativas, mas que só podem ser operacionalizadas em um desenvolvimento geográfico que

integre a participação ativa da comunidade em sua diversidade, e consciência efetiva que possa diferenciar os aspectos ideológicos da natureza e da visão naturalizante dos problemas atuais.

REFERÊNCIAS

- CONTE, B. **La révolution verte**, 2003. Disponível em: <http://conte.u-bordeaux4.fr/>. Acesso em 01 de maio de 2014.
- GUBERT FILHO, F. A. O desflorestamento do Paraná em um século. In: SONDA, C; TRAUZYNSKI, S. C (Orgs.) **Reforma agrária e meio ambiente: teoria e prática no estado do Paraná**. Curitiba: ITCC, p. 15-25. 2010.
- HESPANHOL, R. A. Perspectivas da agricultura sustentável no Brasil. **Confins [Online]**, n. 2. 2008. Disponível em: <http://confins.revues.org/2353>. Acesso: 14 Maio 2014.
- IAP. Instituto Ambiental do Paraná. **Avaliação ambiental integrada - Bacia do Rio Piquiri**. 2012. Disponível em: <<http://www.iap.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=1074>>. Acesso: 12 set. 2013.
- INSTITUTO DAS ÁGUAS DO PARANÁ. **Águas Paraná**. Disponível em: <http://www.aguasparana.pr.gov.br/>
- IPARDES. Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. **Dinâmica urbana dos Estado: Estado do Paraná**. Curitiba, IPARDES, 2010.
- MAACK, R. **Geografia física do Estado do Paraná**. José Olympio. Rio de Janeiro, 1981, p. 155-177.
- MARENGO, J.A.; ALVES, L.M. Tendências hidrológicas da bacia do rio Paraíba do sul. **Revista Brasileira de Meteorologia**, n.20, v.2, p.215-226, 2005.
- MENDONÇA, F; DANNI-OLIVEIRA, I. M. Tipologia climática – Gênese, características e tendência. STIPP, N. A. F. (Org) **Macrozoneamento da bacia hidrográfica do rio Tibagi/PR**. Editora UEL. Londrina, p. 21-62, 2000.
- NASCIMENTO JÚNIOR, L. **As chuvas no Paraná: Variabilidade, teleconexões e impactos de eventos extremos**. Dissertação de Mestrado (Geografia). Universidade Estadual Paulista. Presidente Prudente, 2013.
- NASCIMENTO JÚNIOR, L; SANT'ANNA, J. L; DUBREUIL, V. La sécheresse dans l'Etat du Parana (Brésil): observation et suivi par télédétection. In: **Actas... XXVIIème colloque de l'AIC**. 2014. p. 60-66.
- NASCIMENTO JÚNIOR, L; SANT'ANNA NETO, J. L. Impactos de eventos pluviais extremos no estado do Paraná-Brasil. In: LOURENÇO, L (Ed.). **Multidimensão e territórios de risco**. Imprensa da Universidade de Coimbra/Coimbra University Press, 2014.
- NASCIMENTO JÚNIOR, L; SANT'ANNA NETO, J. L. AS EXCEPCIONALIDADES DAS CHUVAS NO ESTADO DO PARANÁ. In: **Anais...** Encontro Nacional da

Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Geografia. Presidente Prudente. p. 7654 – 7666, 2015

NASCIMENTO JÚNIOR, L. DUARTE, D. A. B. G. Alterações ambientais no estado do Paraná: um enfoque geográfico sobre a dinâmica fluviométrica e as transformações no campo. **Revista Nera**, n. 46, p. 218-244, 2019.

NASCIMENTO JÚNIOR, L. Clima urbano, risco e vulnerabilidade em cidades costeiras do mundo tropical: estudo comparado entre Santos (Brasil), Maputo (Moçambique) e Brisbane (Austrália). Tese (doutorado em geografia). Universidade Estadual Paulista. Presidente Prudente, 2018.

PORTO-GONÇALVES, C. W. **Os (Des)caminhos do meio ambiente**, São Paulo, Editora Contexto, 1989.

SONDA, C. Reforma agrária, desmatamento e conservação da biodiversidade no estado do Paraná. In: SONDA, C; TRAUZYNSKI, S. C (Orgs.) **Reforma agrária e meio ambiente: teoria e prática no estado do Paraná**. Curitiba: ITCG, p. 83-100. 2010.

SURTEGARAY, D. M. A.; NUNES, J. O. R. A natureza da Geografia Física na Geografia. **Terra Livre**, n.17, p. 11-24, 2001.

SUERTEGARAY, Dirce Maria Antunes. Geografia física: uma reflexão. **Boletim Gaúcho de Geografia**, v. 14, n. 1, p. 19 – 21, 1986

TALAMORI, Jandira; SAMPAIO, Aloísio Costa. **Educação Ambiental: da prática pedagógica à cidadania**. Escrituras Editora e Distribuidora de Livros Ltda., 2003.

Abordagens Geográfica sobre os desastres sócio naturais

Maria Lúcia de Paula Herrmann¹

I-Alguns aspetos conceituais sobre desastres

Desastres naturais: Resultado do impacto de um fenômeno natural extremo ou intenso podendo ser de origem hidrológica, meteorológica, climatológica, geofísica ou biológica, sobre um sistema social, com consequências agravadas pela atuação do homem, e que causa sérios danos e prejuízos que excedam a capacidade dos afetados em conviver com o impacto, exigindo recursos de assistência externa (MATA-LIMA et al, 2013; ALCANTARA-AYALA, 2002).

Desastres sócionaturais: Produzem-se ou acentuam-se por algum tipo de intervenção humana sobre a natureza, e confundem-se, às vezes, com eventos propriamente naturais (LAVELL, 1996). Ex Inundações, movimentos de massa, subsidências e secas, especialmente no contexto urbano, constituem-se como principais exemplos.

Perigo natural: Fenômeno físico ou um processo natural potencialmente prejudicial, que pode causar sérios danos socioeconômicos as comunidades expostas.

Risco: é a probabilidade de ocorrer consequências danosas ou perdas esperadas (mortos, feridos, edificações destruídas e danificadas, etc.), como resultado de interações entre um perigo natural e as condições de vulnerabilidade local (UNDP, 2004).

Vulnerabilidade: Grau de perda para um dado elemento, grupo ou comunidade dentro de uma determinada área passível de ser afetada por um fenômeno ou processo. (MINISTÉRIO DAS CIDADES, 2006). Os fatores que potencializam a vulnerabilidade são: Aspectos socioeconômicos, densidade populacional, distribuição de renda, educação, aspectos estruturais, redes de infraestrutura, tipologia das

¹ Profa aposentada do Depto de Geociencias da UFSC.

edificações, falta de planejamento, uso e ocupação do solo, percepção do risco. A vulnerabilidade não é uma tautologia da pobreza.

O quadro nº1 corresponde a uma classificação dos desastres naturais, com seus grupos e principais tipos. A fig. nº1 indica que dentre esses grupos, o Hidrológico foi o que apresentou o maior número de desastre no período de 1900 a 2012, seguido pelos meteorológicos, climatológico, biológico e geofísico.

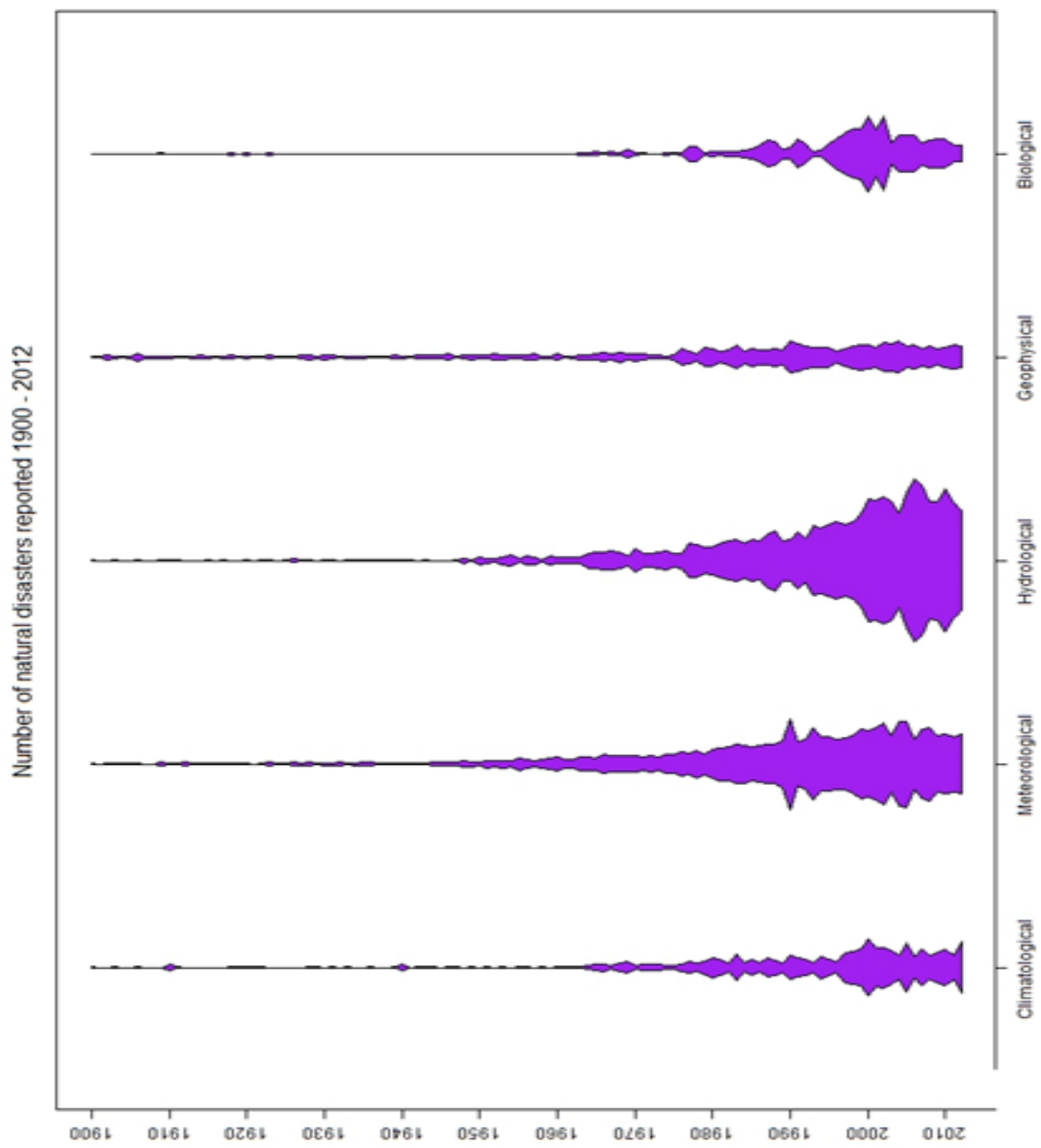


Fig. nº 1 Números de desastres naturais durante o período 1900 a 2012.

Quadro nº1 Classificação dos Desastres Naturais pela EM DATA

Grupo de desastre genérico	Subgrupo de Desastre	Principal tipo de desastre	Subtipo de desastre	Sub-subtipo de desastre
Desastre Natural	Climatológico	Temperaturas Extremas;	Onda de calor; Onda de frio	Geadas Neve; congelamentos
		Secas	Condições de invernos Extremo	granizo; avalanche de detritos
		Incêndios silvestres	Secas; Incêndios Florestais	Incêndios terrestres (gramas, arbustos, etc.)
Desastre Natural	Biológicos	Epidemia	Doenças virais infecciosas; Doenças infecciosas causadas por bactérias; Doenças causadas por Parasitas; Doenças causadas por Fungos; Infestação de insetos; Fugas de animais.	Gafanhotos;
		Terramoto; Vulcão	Tremor; tsunami	
Desastre Natural	Geofísico	Movimento de massa (seca)	Erupção vulcânica; Rolamento de rochas	
			Avalanche	Avalanche de neve, avalanche de detritos
		Tempestade	Desmoronamentos	Deslizamento de terra; Lahar - fluxo de detritos.
			Subsidência	Subsidência repentina; subsidência duradoura
Desastre Natural	Meteorológico	Tempestade	Tempestade tropical; ciclone extratropical	Trovões/raios; nevascas; tempestades de areia; tornados; tempestades orográficas
		Inundação	Tempestades convectivas locais	
		Movimento de massa (úmida) Deslizamentos	Inundações de rios; inundações costeiras	
Desastre Natural	Hidrologicos	Avalancha	Rolamento de rochas	Movimentação de detritos;
		Subsidência	avalanche de detritos; Avalanche de neve;	Subsidência repentina; subsidência duradoura

Fonte: *EM-DAT (The International Disaster Database), 2014*].

II- Maiores Desastres Naturais no Mundo, período de 2004 a 2013.

1- Tsunami na Indonésia, 2004.



Fonte: VEJA/AFP

Terremoto de magnitude 9.1 na costa da província indonésia, no Oceano Índico. O sexto maior em número de mortos desde 1900. Tendo sido registrado 220.000 mortos em vários países. Na Indonésia foram 170.000 mortos.

2 - Furacão Katrina - 29/08/2005



Foto: NOAA/AP/VEJA

Com ventos a mais de 280 km/h foi uma das tempestades mais fortes que atingiram a costa dos Estados Unidos nos últimos 100 anos. Provocando mais de 1.800 mortes.

3 - Terremoto de Caxemira - 08/10/2005



Terremoto atingiu a região administrada pelo Paquistão, na Caxemira, e durou apenas dez segundos – tempo suficiente para derrubar prédios e casas em Islamabad, a capital do Paquistão, situada a 100 quilômetros de distância, espalhar a destruição em cidades do lado indiano da Caxemira e soterrar vilas inteiras ao longo da Cordilheira do Himalaia. O terremoto, que alcançou 7,6 graus de magnitude, deixou 75.000 mortos.

4- Ciclone em Mianmar-02/05/2008



O ciclone [Nargis](#), com ventos de 190 quilômetros por hora, atingiu o país de Mianmar. O ciclone deixou cerca de 1 milhão de desabrigados, e o país contabilizou mais de 77.000 mortes.

5-deslizamentos e inundações em Santa Catarina -, Nov.de 2008



Foto: Juan

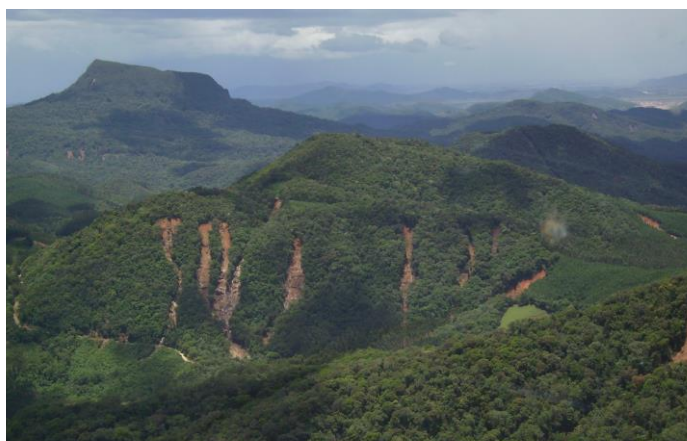


Foto Aldo dos Santos

No mês de novembro ano de 2008 registrou-se um episódio pluvial excepcional no Estado de Santa Catarina, cujo volume de chuva esteve em torno de 400% acima do esperado, destacando os municípios de Blumenau com 1002 mm, que resultou no elevado numero de ocorrências de escorregamentos e inundações bruscas, deixando milhares de pessoas desabrigadas/desalojadas e Nos municípios de Gaspar, Ilhota e Luiz Alves, denominado de Complexo do Morro do Baú, ocorreram 11.787 deslizamentos do tipo rotacionais e 144 fluxos de detritos (TOMAZOLLI et al., 2013).

6-Terremoto Haiti - 12/01/2010



Terremoto de magnitude 7,0 na escala Richter devastou o Haiti. Muitos edifícios desabaram, inclusive o palácio presidencial da capital Porto Príncipe. 250 mil pessoas feridas, 1,5 milhão de habitantes ficaram desabrigados e o número de mortos ultrapassou 200 mil.

7- Acidente nuclear de Fukushima - 11/03/2011



Foto: Antonio Lacerda, Veja

Usina nuclear de Fukushima, no Japão, foi o desastre atômico mais grave desde a catástrofe de Chernobyl, na Ucrânia, em 1986.

Em 11 de março de 2011, um tsunami, que se seguiu a um terremoto de 9 graus de magnitude, devastou o nordeste do Japão, resultando na morte de 15.000 pessoas. O desastre atingiu a usina

nuclear de Fukushima e causou o derretimento de três dos seis reatores nucleares, comprometeu o sistema de refrigeração dos reatores, o que levou a incêndios e explosões (WAKATSUKI, 2014).

7. Chuvas na região serrana do Rio de Janeiro, 11/01/ 2011.



Foto: Fabio Motta / Estadão

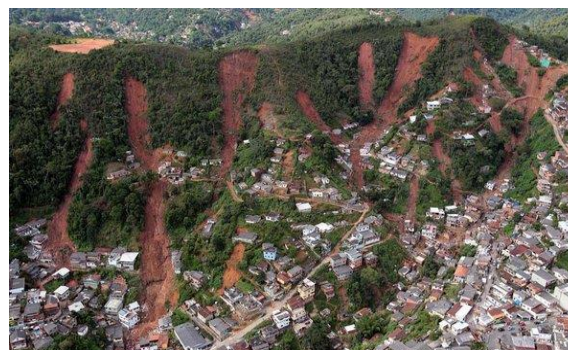


Foto: Antonio Lacerda/EFE/VEJA e MundoGEO

Um temporal na Região Serrana do Rio de Janeiro na madrugada do dia 11 de janeiro de 2011, ocasionou a maior tragédia climática da história do país. Foram bilhões de metros cúbicos de água e lama que desceram pelas encostas da região a uma velocidade de até 150 quilômetros por hora. Mais de 900 pessoas morreram. Em Nova Friburgo foram mais de 400 mortes, Teresópolis, 380 mortos, e Petrópolis, 71 vítimas, e mais de 30 mil pessoas desabrigadas.

8 -Tempestade Sandy – 29/10/2012.



A Costa Leste americana foi devastada pela supertempestade Sandy, que deixou mais de 100 mortos em dez estados do país –. Apenas a cidade de Nova York registrou mais de 50 mortos, milhares de casas e cerca de 250 mil veículos foram destruídos, e as perdas econômicas na cidade de Nova York foram estimadas em cerca de US\$ 19 bilhões, com estimados US\$ 32,8 bilhões necessários para a restauração em todo o estado (CNN, 2017)

9-Tufão nas Filipinas – 7/09/2013.



Foto: NASA

O tufão Haiyan, com velocidade de até 315 quilômetros por hora, atingiu a costa leste das Filipinas. Segundo os meteorologistas, ele foi enquadrado na categoria 5. O número oficial de mortos, após a devastadora passagem do tufão, ultrapassou a 4 mil.

Segundo a edição de 2016 do *World Risk Report*, que classifica 171 países em função da possibilidade de ser alvo de cinco tipos de eventos extremos: secas, inundações, ciclones ou tempestades, terremotos e aumento do nível do mar, o Brasil ocupa a 123^a posição, e está classificado na categoria dos países de baixo risco.

O número 1 do índice é Vanuatu, um pequeno arquipélago do Pacífico sul com 250 mil habitantes, está sujeito a terremotos, ciclones e pode ser coberto pelas águas se o nível do mar aumentar. O segundo lugar é Tonga, um arquipélago da Polinésia, e o terceiro, pelas Filipinas. O Haiti, onde o furacão Matthew aparece em 21^o lugar da lista.

III- Desastres Ambientais

Conhecidos também como catástrofes, os desastres ambientais ocorrem há centenas de anos em todo o planeta. Seja por um acidente ou mesmo por erro humano, esses acontecimentos deixam marcas significativas para os habitantes das regiões afetadas, bem como ao meio ambiente, cuja recuperação pode levar décadas ou séculos. A seguir, algumas das principais catástrofes (nuclear, químico, derramamento de poluentes entre outros), em ordem cronológica, que causaram danos irreparáveis às populações de diversos países.

No Mundo

- **1945 : Bombas de Hiroshima e Nagasaki** - lançadas pelos Estados Unidos contra o Japão, no fim da Segunda Guerra Mundial, essas duas bombas nucleares mataram, aproximadamente, mais de 200 mil japoneses. Num raio de um quilômetro do centro da explosão, quase

todos os animais e plantas morreram devido às ondas de choque e calor.

- **1954: Doença de Minamata** - numa ilha localizada no sudoeste do Japão, os animais começaram a apresentar comportamentos estranhos. Em 1956, humanos passaram a ter as mesmas reações: convulsões e perda ou descontrole das funções motoras. Após estudos, verificou-se que a doença estava relacionada ao envenenamento das águas com mercúrio e outros metais pesados, infectando também peixes e mariscos.

- **1976: Nuvem de Dioxina** - na cidade de Seveso, na Itália, após explosão em uma fábrica de produtos químicos, foi lançada ao ar uma espécie de nuvem composta de dioxina (subproduto industrial gerado em certos processos químicos, como na produção de cloro e inseticida, bem como na incineração de lixo), que permaneceu estacionada sobre a cidade. Os primeiros impactos foram observados nos animais, que começaram a morrer gradativamente. Já os humanos passaram a apresentar feridas na pele, desfiguração, náuseas e visão turva, dentre outros sintomas.

- **1979 : Three Mile Island** - conhecido como “Pesadelo Nuclear”, esse desastre ocorreu quando o reator de uma usina nuclear da Pensilvânia passou por uma falha mecânica, aliada a erro humano. Foram lançados gases radioativos em um raio de 16 quilômetros. A população não foi informada sobre o acidente; somente dois dias depois, foi retirada do local. Não houve mortes relacionadas ao acidente, e nenhum dos habitantes do local ou entorno tiveram sua saúde afetada.

- **1984 : Vazamento em Bhopal** - um vazamento em uma fábrica de agrotóxicos despejou no ar da cidade de Bhopal, na Índia, mais de 40 toneladas de gases tóxicos. Após o acidente, a empresa abandonou o local, e mais de duas mil pessoas morreram pelo contato com as substâncias letais, e outras sofreram queimaduras nos olhos e pulmões.

- **1986: Explosão de Chernobyl** - a explosão de um dos quatro reatores de Chernobyl, na Ucrânia, foi o pior acidente nuclear da história, liberando uma radiação dezenas de vezes maiores que a das

bombas de Hiroshima e Nagasaki. Imediatamente, 32 pessoas morreram e outros milhares perderam a vida nos anos seguintes. A nuvem nuclear atingiu a Europa e contaminou quilômetros de florestas.

- **1989: Navio Exxon Valdez** - o petroleiro colidiu com rochas submersas na costa do Alasca e iniciou um derramamento sem precedentes (cerca de 40 milhões de litros de petróleo), contaminando mais de dois mil quilômetros de praias e causando a morte de cem mil aves.

- **1991: Queima de petróleo no Golfo Pérsico** - o ditador iraquiano Saddam Hussein ordenou a destruição de centenas de poços de petróleo no Kuwait. Foram lançados mais de um milhão de litros de óleo no Golfo Pérsico, e a fumaça da parte que foi queimada bloqueou a luz do Sol. Ao menos mil pessoas morreram de problemas respiratórios e animais foram infectados.

- **1999 : Usina Nuclear de Tokaimura** - no nordeste de Tóquio, houve um acidente em uma usina de processamento de urânio. Centenas de operários ficaram expostos à radiação e tiveram, além de náuseas, o rosto, as mãos e outras partes do corpo queimados.

- **2002: Navio Prestige** - o petroleiro grego naufragou na costa da Espanha, e despejou mais de dez milhões de litros de óleo no litoral da Galícia, contaminando 700 praias e matando mais de 20 mil aves.

III- Maiores Desastres Naturais no Brasil, período de 1963 a 2019.

Os desastres ambientais que ocorreram no Brasil e no mundo são consequência, principalmente, da estrutura precária de algumas instalações e falta de manutenção constante para evitar o risco de acidentes. A falta de fiscalização pelos órgãos competentes ajuda no problema, já que a vistoria de instalações deveria ser feitas com mais frequência. Isso poderia ser resolvido com leis mais severas e maior consciência por parte das empresas.

- **1963: Incêndios Florestais no Paraná.** Causado por pequenas queimadas aplicadas pelos lavradores para limpar os campos que estavam secos em razão das fortes geadas daquele ano. O fogo avançou rapidamente, sem controle, atingindo 10% do território do estado, cerca de dois milhões de hectares foram completamente devastados, sendo 20 mil hectares de plantações, 500 mil de florestas nativas e 1,5 milhão de campos e matas secundárias. Causou a morte de 110 pessoas, além de milhares de feridos, desalojados e desabrigados, bem como milhares de mortes de animais silvestres e de criação. Os prejuízos foram enormes, devastando lavouras inteiras, reflorestamentos, muitas fazendas e vilas. A ajuda para combater o incêndio veio de outros estados. O fogo cessou naturalmente com a volta da chuva.

Ao todo o incêndio atingiu 128 municípios paranaenses. O estado decretou estado de calamidade pública. É considerado um dos maiores incêndios ocorridos no Brasil (ANTONELLI, 2013).

- **1980: Vale da Morte.** O jornal americano batizou o polo petroquímico de Cubatão (SP) como “Vale da Morte”. As indústrias localizadas na cidade de Cubatão despejavam no ar toneladas de gases tóxicos por dia, gerando uma névoa venenosa que afetava o sistema respiratório e gerava bebês com deformidades físicas, sem cérebros. O polo contaminou também a água e o solo da região, trazendo chuvas ácidas e deslizamentos na Serra do Mar.

- **1984: Incêndio na Vila Socó.** Uma falha em dutos subterrâneos da Petrobras espalhou 700 mil litros de gasolina nos arredores dessa vila, localizada também em Cubatão (SP). Após o vazamento, um incêndio destruiu parte de uma comunidade local, deixando quase cem mortos.

- **1987: Césio 137.** Exposição ao material radioativo Césio 137 ocorreu em Goiânia (GO). Dois catadores de lixo arrombaram um aparelho radiológico nos escombros de um antigo hospital, e encontraram um pó branco que emitia luminosidade azul. O material foi levado a outros pontos da cidade, contaminando pessoas, água, solo e ar, e causando a morte de pelo menos quatro pessoas.

- **2000 : Vazamentos de óleo na Baía de Guanabara.** Um acidente com um navio petroleiro resultou no derramamento de mais de um milhão de litros de óleo in natura no Rio de Janeiro. O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) aplicou duas multas à Petrobras, uma de R\$ 50 milhões e outra de R\$ 1,5 milhão, devido à morte da fauna local e poluição do solo em vários municípios.

- **2003: Vazamento de barragem de celulose em Cataguases.** O rompimento de uma barragem de celulose em Minas Gerais ocasionou o derramamento de mais de 500 mil metros cúbicos de rejeitos, compostos por resíduos orgânicos e soda cáustica. Os rios Pomba e Paraíba do Sul foram atingidos, causando sérios danos ao ecossistema e à população ribeirinha. As empresas foram multadas em R\$ 50 milhões pelo Ibama.

- **2007: Rompimentos de barragem de Mineração em Mirai.** Ocorreu na cidade mineira, causando um vazamento de mais de dois milhões de metros cúbicos de água e argila. A empresa foi multada em R\$ 75 milhões, mas os danos permanecem evidentes.

- **2011: Vazamento de óleo em Bacia de Campos.** Houve o vazamento de uma grande quantidade de óleo no Rio de Janeiro. A empresa americana Chevron despejou no mar cerca de três mil barris de petróleo, provocando uma mancha de 160 quilômetros de extensão. Animais foram mortos e o Ibama aplicou duas multas à empresa, totalizando R\$ 60 milhões. A Chevron foi também obrigada a pagar uma indenização de R\$ 95 milhões ao governo brasileiro pelos danos ambientais.

- **2015: Incêndio na Ultracargo.** Ocorreu no terminal portuário Alemoa, em Santos- São Paulo gerou uma multa de R\$ 22 milhões, aplicada pelo órgão estadual de meio ambiente à Ultracargo, por lançar efluentes líquidos em manguezais e na lagoa contígua ao terminal. Foram também emitidos efluentes gasosos na atmosfera, colocando em risco a segurança das comunidades próximas, dos funcionários e de outras instalações localizadas na mesma zona industrial.

- **2015: Rompimento da barragem de Mariana.** Barragem de Fundão, da Samarco, em Mariana (MG), provocou a liberação de uma onda de lama de mais de dez metros de altura, contendo 60 milhões de metros cúbicos de rejeitos. O rompimento da barragem de Fundão é considerado o desastre industrial que causou o maior impacto ambiental da história brasileira e o maior do mundo envolvendo barragens de rejeitos, com um volume total despejado de 62 milhões de metros cúbicos. A lama chegou ao rio Doce, cuja bacia hidrográfica abrange 230 municípios dos estados de Minas Gerais e Espírito Santo, muitos dos quais abastecem sua população com a água do rio (BAETA, 2015).

- **2019: Rompimento da Barragem em Brumadinho.** Aconteceu mais de três anos após o rompimento da barragem de rejeitos de Fundão na cidade de Mariana, também no estado de Minas Gerais. A barragem 1, ao romper-se, formou ondas gigantes de rejeitos, que avançaram em direção a funcionários, carros, casas, árvores e animais. Calcula-se que a velocidade da lama alcançou cerca de oitenta quilômetros por hora, liberou cerca de doze milhões de metros cúbicos de rejeitos, impactando todo o ecossistema, causando a morte de 259 pessoas e o desaparecimento de outras 11. A tragédia fez com que o Brasil se tornasse o país com o maior número de mortes neste tipo de desastre, com perdas humanas e graves danos ambientais (G1, 2019).

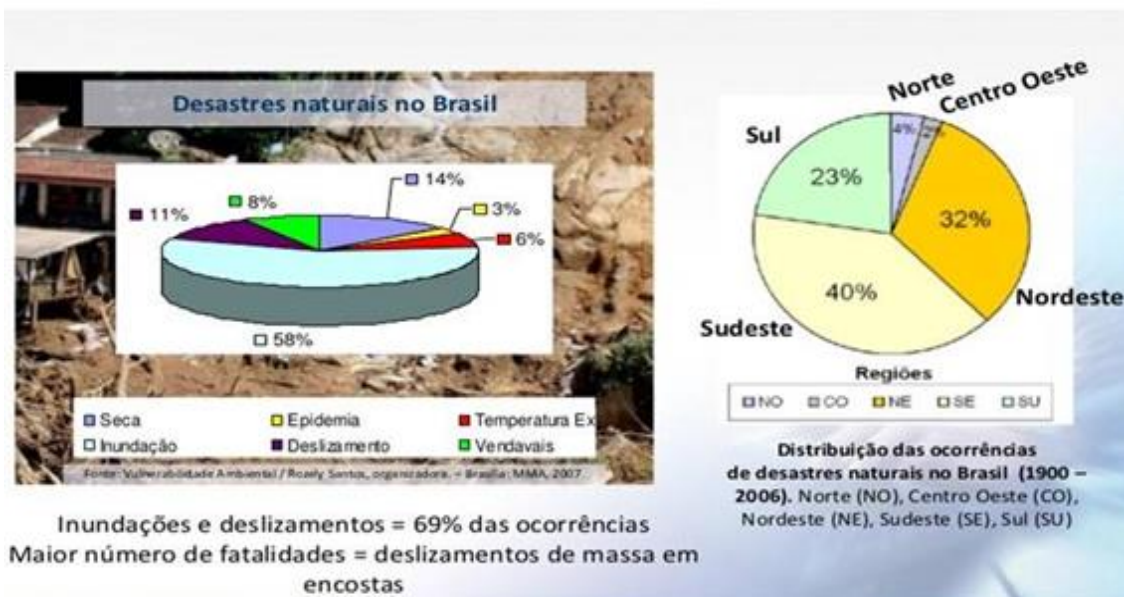
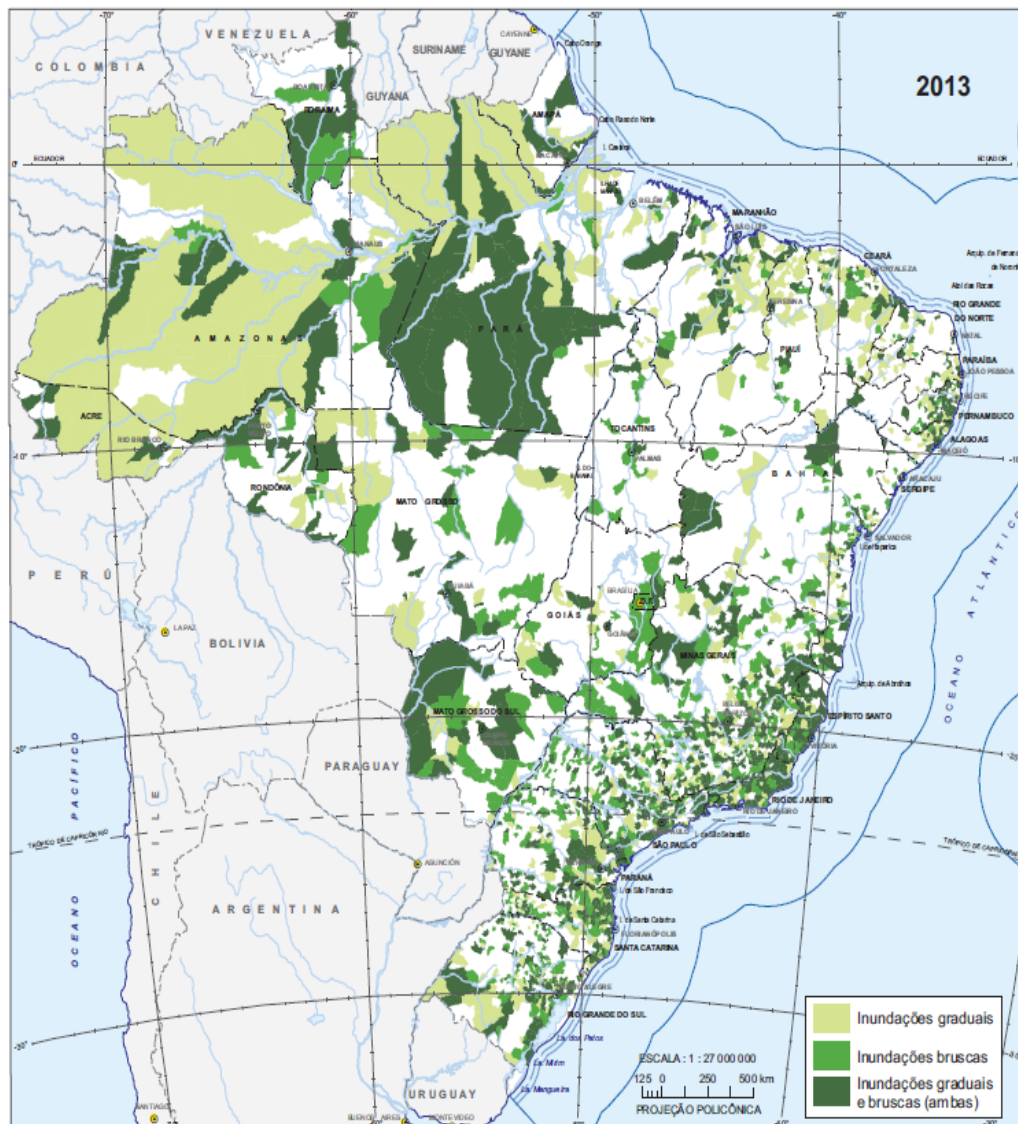


Fig.2 - Distribuição dos desastres naturais do Brasil. Fonte: CEMADEN.

Os desastres no Brasil estão intimamente relacionados às instabilidades atmosféricas, Segundo o CEMADEN, Centro Nacional de Monitoramento e Alerta de Desastres Naturais, no Brasil, dentre os desastres naturais (seca, inundação, epidemia, deslizamentos, temperatura extrema e vendavais), durante o período de 1900 a 2006, conforme figura 2, a principal ocorrência, corresponde as inundações, com 58%; sendo que por distribuição de ocorrências, segundo as regiões geográficas, se destacam as regiões Sudeste, com 40% e Nordeste, com 32%, seguido da região Sul com 23%. Os deslizamentos, com 11% de ocorrências, predominam nos sistemas de serras das regiões sul, e sudeste.

Os cartogramas 15 e 16, elaborados pelo IBGE, 2013 destacam os municípios que apresentam as ocorrências de inundações graduais e bruscas e os deslizamentos, respectivamente.

Cartograma 15 - Municípios que apresentaram inundações graduais e bruscas nas áreas urbanas nos últimos 5 anos - Brasil - 2013



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2013 e Diretoria de Geociências, Coordenação de Geografia.

Por inundações graduais entendem-se os casos em que as águas elevam-se de forma paulatina, mantendo-se em situação de cheia durante algum tempo e a seguir escoam-se gradualmente (CASTRO, 2003). Já as inundações bruscas, conhecidas como enxurradas, estão associadas às chuvas convectivas intensas e concentradas, que ocasionam o aumentando súbito e violento do nível das águas (GAUME et al, 2004).

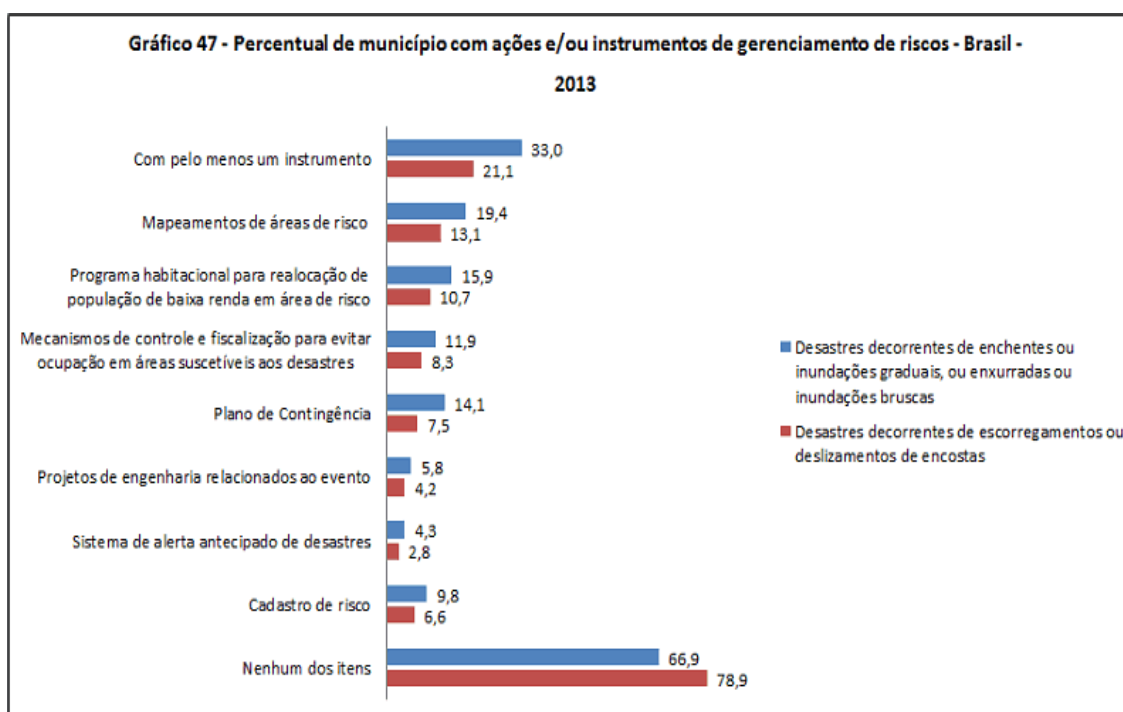
Cartograma 16 - Municípios que apresentaram escorregamentos ou deslizamentos nas encostas nas áreas urbanas nos últimos 5 anos - Brasil - 2013



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2013 e Diretoria de Geociências, Coordenação de Geografia.

Os escorregamentos, fenômeno relacionado com o processo de evolução das vertentes resultando em episódios de movimentos de massa (BIGARELLA, 2003). Representam a classe mais importante dentre todas as formas de movimento de massa. Referem-se, ao rápido movimento descendente de material inconsolidado ou intemperizado sobre um embasamento saturado de água, podendo inclusive, incluir as corridas de terra e de lama e fluxo de detritos.

O percentual de municípios brasileiros que apresentam algum tipo de ações e ou instrumentos de gerenciamento de riscos de inundações graduais, ou bruscas e deslizamentos, conforme enunciado no gráfico 47 do IBGE, elaborado em 2013, revela 78,9% de municípios não apresentam nenhuma ação para escorregamentos e 66,9% nenhuma ação para as inundações, 33,0% apresentam pelo menos um instrumento para inundações, e 21,1% para os escorregamentos e apenas 4,3% possui sistema de alerta antecipado para desastres de inundações e 2,8 para escorregamentos.



Fonte: IBGE (2019)

É preciso construir uma política de modo que a cidade seja capaz de abrigar as pessoas, até porque existem áreas aptas a serem ocupadas. Mas são ocupadas apenas por quem tem condição de pagar. “E essa geografia do preço determina onde as pessoas vão morar”, critica Roberto Luiz do Carmo. NEPO- Unicamp, o qual destaca que os desastres são, acima de tudo, construídos socialmente e, devem, portanto, ser enfrentados a partir de uma perspectiva social.

“O desastre tem essa característica de ser uma construção social no sentido de que as pessoas mais diretamente expostas são aquelas que, por determinadas situações históricas e econômicas, ocuparam áreas impróprias. Portanto, essa ocupação não é natural: as pessoas não estão lá porque querem estar. Elas vivem lá porque são aquelas áreas específicas da cidade onde conseguiram se instalar. São as áreas que, de certa forma, são destinadas socialmente a elas. Isso é fundamental para pensar e propor políticas capazes de reverter essa situação”, defende Roberto do Carmo, Neped/UFScar.

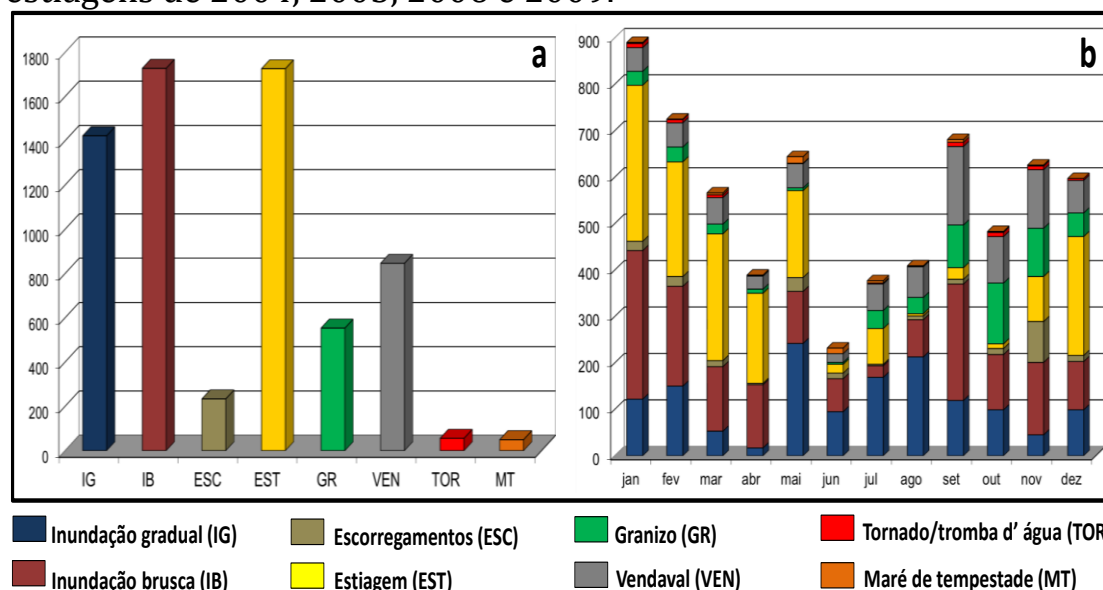
V- Distribuição dos Desastres Naturais no Estado de Santa Catarina

No Estado de Santa Catarina ao longo de 35 anos foram computados 1.423 ocorrências de inundações graduais, 1.728 de inundações bruscas, 234 de escorregamentos, 554 de granizos, 847 de vendavais, 56 episódios de tornado. Do ano de 1987 a 2014 foram contabilizadas ainda 1.726 ocorrências de estiagens e de 1988 a 2014 foram computados 50 episódios de marés de tempestade: HERRMANN, ALVES, (no prelo), (Fig. 3a).

No âmbito da discussão da distribuição mensal dos desastres naturais e do demonstrativo mensal por tipo de desastres (Figura 3b), evidencia-se que em todos os meses houve consideráveis registros de desastres. Os destaques são para os meses de janeiro com 890 episódios, fevereiro (725) e maio (644) e setembro (681). É possível observar que há elevados índices de ocorrências no verão e na primavera, que estão associados às áreas de instabilidades, como as tempestades severas.

Em relação à distribuição anual dos subtotais referentes aos desastres naturais analisados na fig. 4, destacam-se as magnitudes associadas aos eventos de inundações e estiagens. Ressaltam-se os altos registros de ocorrências de inundações graduais nos anos de 1983 e 1984, as inundações bruscas no período 2008-2011 e os registros de

estiagens de 2004, 2005, 2006 e 2009.



Figs. 3a e 3b Demonstrativo **dos totais** das principais ocorrências de desastres naturais no Estado de Santa Catarina (1980 a 2014) **(a)**; demonstrativo **mensal** das ocorrências por tipo de desastres naturais no Estado de Santa Catarina (1980 a 2014) **(b)**.

Fonte: Herrmann, Alves, (no prelo), com base no Banco de Dados do - GEDN (Grupo de Desastres Naturais) da UFSC.

A tabela 1 apresenta o total de aumento dos desastres naturais ao longo do período de 1980 a 2010, as inundações graduais, possuem o maior número de registros, 1344, contudo, durante o período de 2000 a 2010, o aumento foi de 112 ocorrências, ou seja, 8,33%. Apesar do total de 1257 ocorrências das inundações bruscas, ser inferior ao da gradual, houve um aumento de 936 registros, para o período de 2000 a 2010, que representa 936%, ou seja, de 74.46%, proporcionado pelo episódio de precipitação excepcional de 2008. As estiagens totalizando 1536 registros no período 1980 a 2010 tiveram um aumento semelhante ao da inundações graduais, para o período de 2000 a 2010, de 1174 episódios, ou 76,43%, proporcionado pelos anos de La Nina, 2004 a 2006.

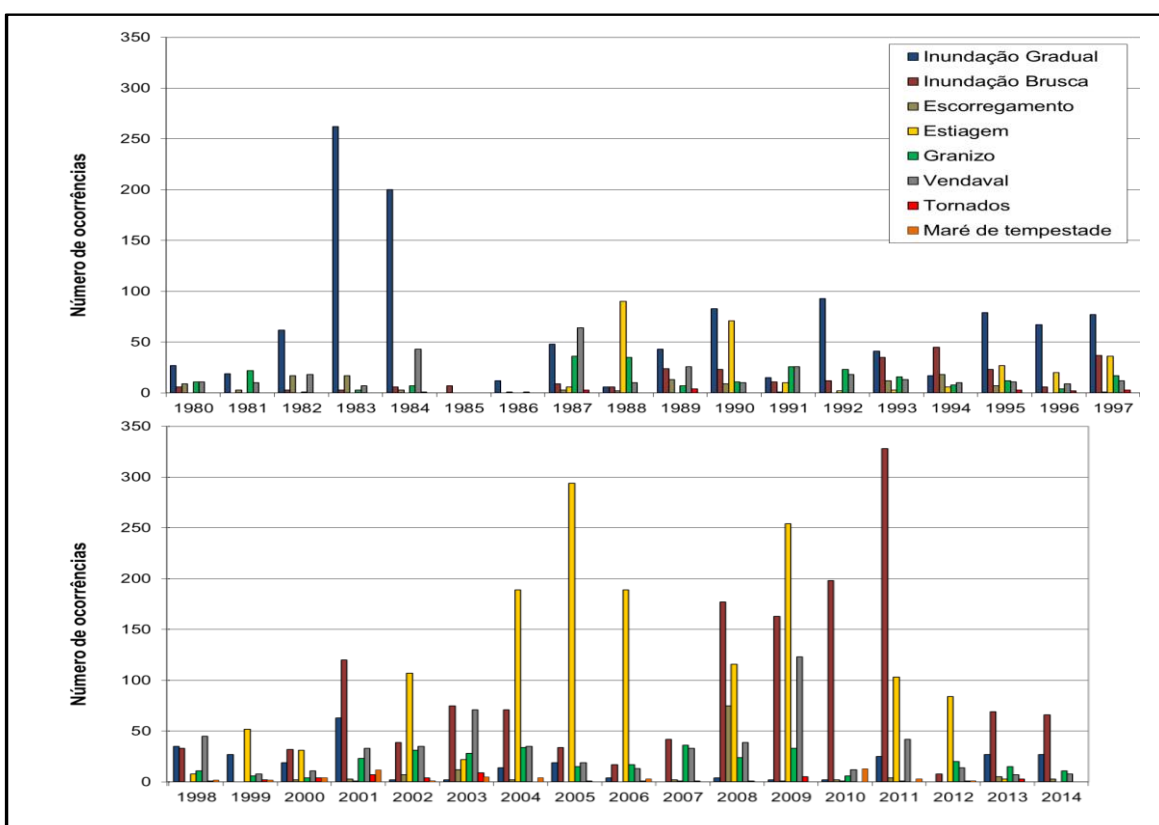


Fig. 4- Distribuição anual dos desastres naturais no estado de Santa Catarina, 1980 a 2014. Fonte: Herrmann, Alves, (no prelo), com base no Banco de dados do- GEDN/UFSC.

A tabela 2 demonstra que com períodos mais fracionados, os desastres possuem diferentes percentuais de aumento. A inundação brusca teve acréscimo mais significativo de 1980 a 2003, 42%, muito semelhante ao de 2007 a 2010, também com 42,8 %. Os deslizamentos tiveram aumento expressivo de 2007 a 2010, 35,1%, devido ao episódio pluvial excepcional de 2008. Embora o total de aumento de maré detempestade registrou uma porcentagem elevada, 82,60%, deve-se considerar que o início dos registros se deve a partir de 1998, da mesma forma os tornados, com 55,76% de aumento, mas os registros se iniciaram a partir de 1995, antes dessa data muitos foram registrados como vendaval.

Tabela 1 Aumento dos desastres naturais Santa Catarina período de 1980 a 2000 e 1980 a 2010

	1980-2000	1980-2010	Diferença	%
Inundação brusca	321	1257	936	74,46
Inundação gradual	1232	1.344	112	8,33
Escorregamento	118	222	104	46,8
Granizo	260	507	301	59,36
Vendaval	363	776	413	53,22
Estiagem (a partir 1987)	362	1536	1174	76,43
Maré de tempestade (a partir 1998)	8	46 e	38	82,60
Geadas	643	876	233	26,59
Neve	156	227	71	31,27
Tornado (a partir 1995)	23	52	29	55,76

Fonte: Herrmann (org.), 2014.

Tabela 2 Aumento dos desastres naturais em Santa Catarina nos períodos: 1980 a 2000, 2003, 2007 e 2010.

	1980-2000	1980-2003	%	1980-2007	%	1980-2010	%
Inundação brusca	321	555	42,1	719	22,8	1257	42,8
Inundação gradual	1232	1299	5,1	1336	2,7	1.344	0,5
Escorregamento	118	140	15,7	144	2,7	222	35,1
Granizo	260	342	23,9	102	22,9	507	12,4
Vendaval	363	502	27,6	602	16,6	776	22,4
Estiagem (a partir 1987)	362	492	26,4	1165	57,7	1536	24,1
Maré de tempestade (a partir 1998)	8	26	69,2	33	21,2	46	28,2
Geadas	643	725	11,3	808	10,2	876	7,7
Neve	156	206	8,2	216	5,5	227	3,9
Tornado (a partir 1995)	23	43	46,5	46	6,5	52	11,5

Fonte: Herrmann (org.), 2014.

Conforme fig. 5, os anos de 1983 e 1984, correspondentes a El nino, ocorreram às frequências mais elevadas das inundações graduais, superior a 200 registros, respectivamente. Até o ano de 2002, a frequência esteve acima da média, de 90 registros anuais.

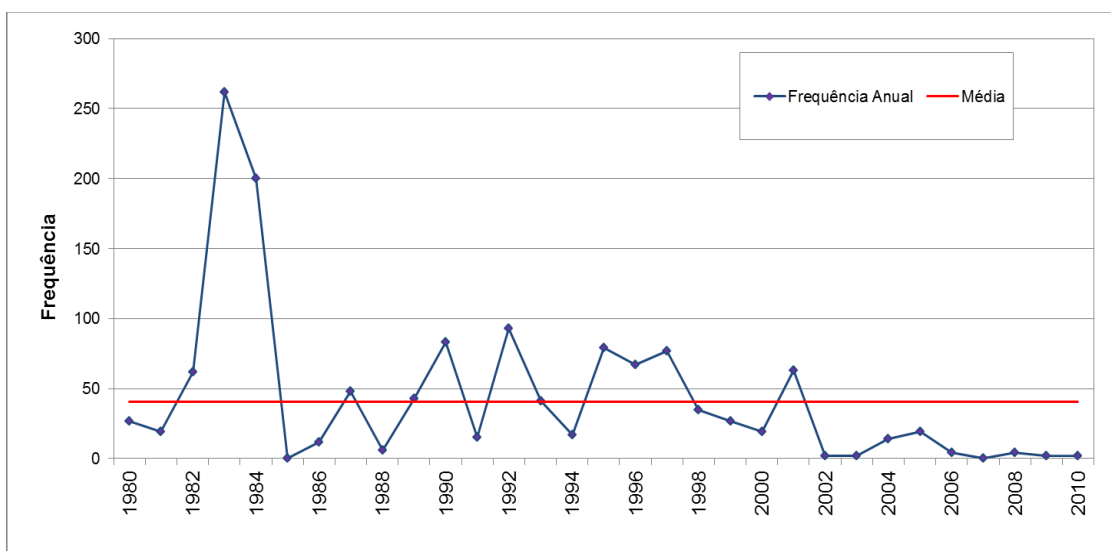
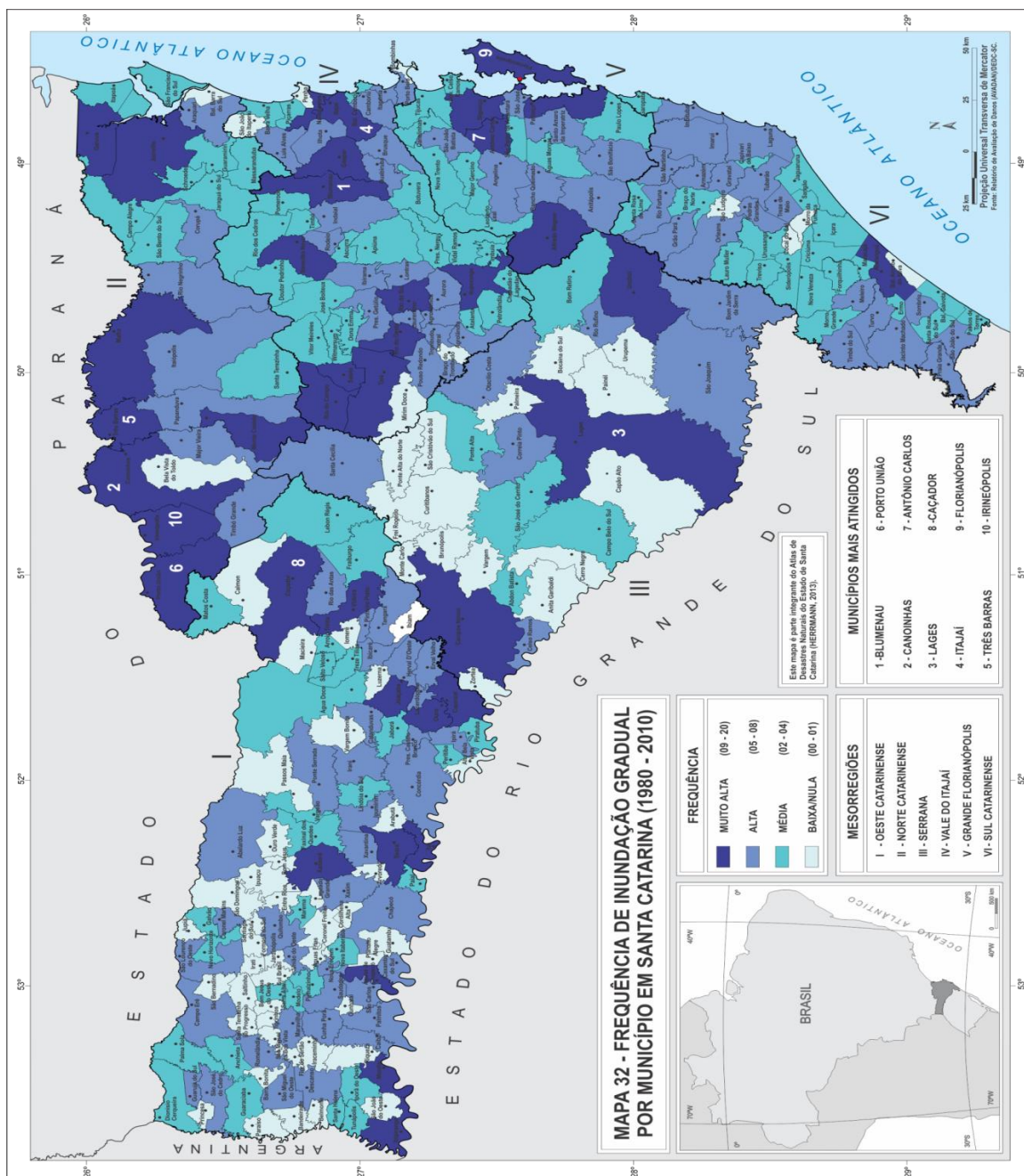


Fig. 5- Frequência anual das inundações graduais no estado de Santa Catarina, período 1980 a 2010. Fonte: Herrmann (org) 2014



Foto: Blumenau inundação gradual Julho de 1983
 Fonte: Revista Veja 17/08/83

O mapa 32, do estado de Santa Catarina apresenta os municípios com frequência de inundação gradual , variando de muito alta, alta, média e baixa ou nula, para o período de 1980 a 2010, salientando os 10 município mais atingidos, liderando o município de Blumenau.



Fonte: Herrrmann (org), 2014.

As inundações bruscas, conforme figura 6, a partir do ano 2000 tem frequência acima da média, ao redor de 50 episódios, destacando

o ano de 2010, com frequência de 200 – O aumento da frequência que se destaca ao longo do últimos 10 anos é reflexo do aumento da expansão urbana e consequente imperbialização do solo.

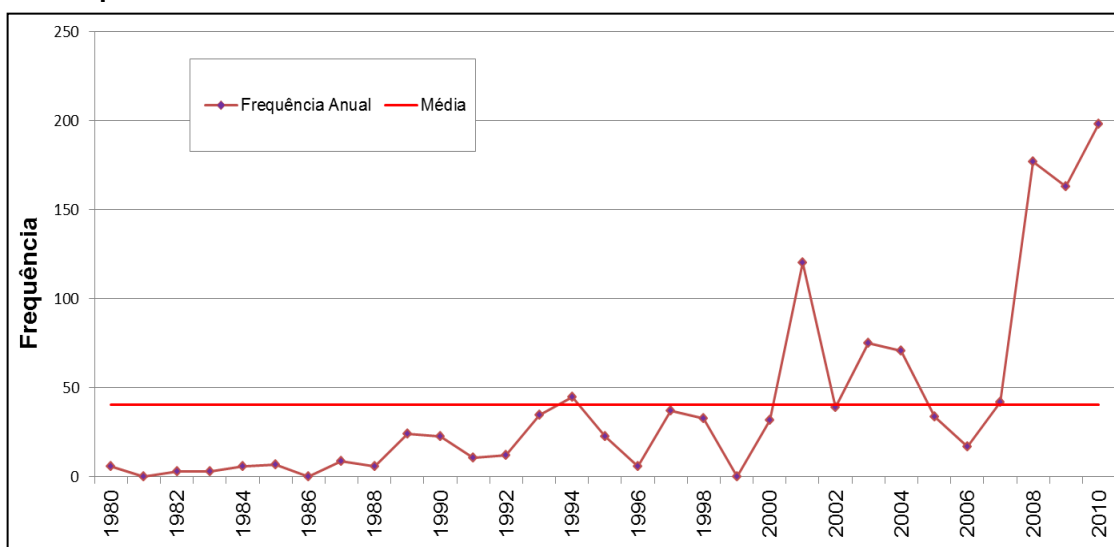


Fig.6- Frequência anual das inundações bruscas no estado de Santa Catarina, período 1980 a 2010. Fonte: Herrmann (org), 2014.



Inundação brusca de nov. de 2008 no município de Blumenau

A figura 7 evidencia o ano de 2008 como o de maior frequência de escorregamentos. Considerado como ano de La Niña, em que ocorreram os maiores desastres socionaturais no Estado, referentes às inundações bruscas e escorregamentos devido ao episódio pluvial excepcional de novembro, cujo volume de chuva esteve entre 350 e

400% acima do esperado que afetaram um quarto do território catarinense, um total de 85 municípios.

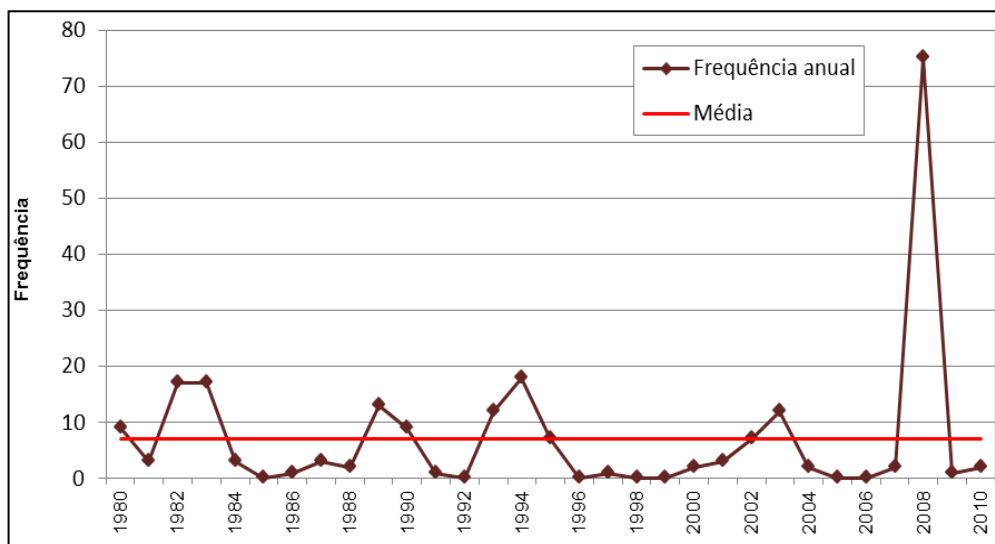
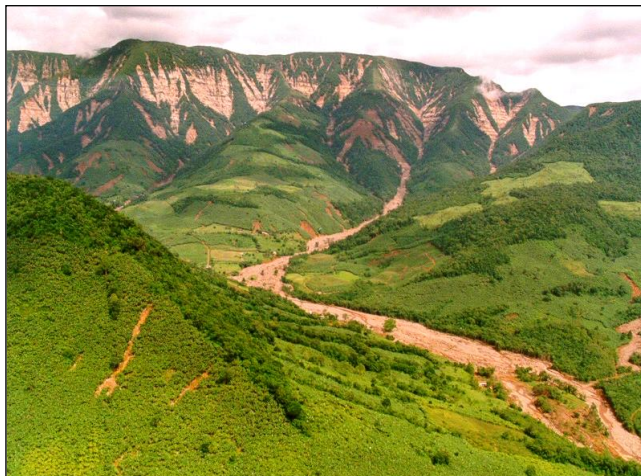


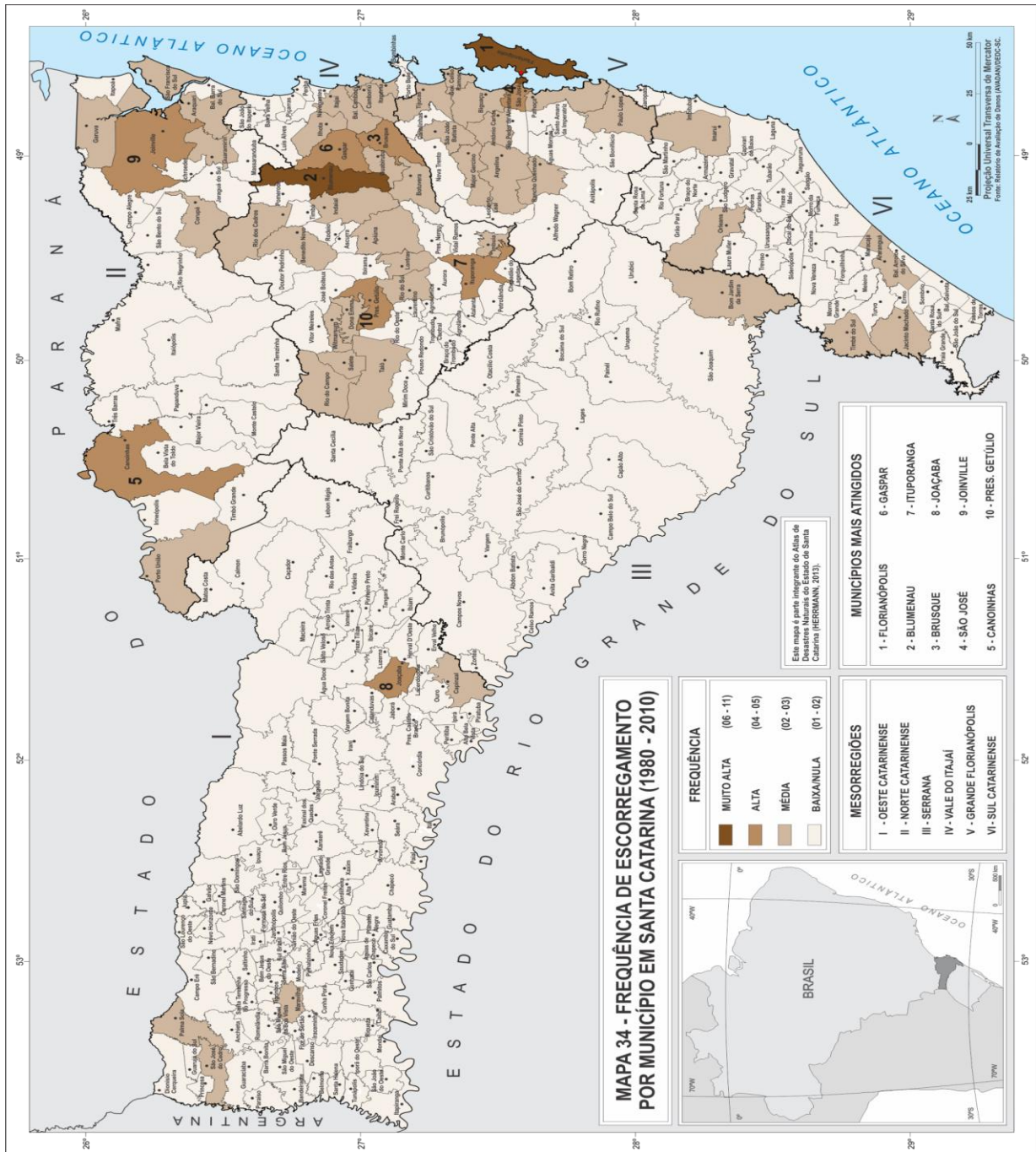
Fig.6 -Frequencia anual dos escorregamentos no estado de Santa Catarina período 1980 a 2010



Vale do rio Pinheiro, em Jacinto Machado: fluxo de detritos Dez.1995.

Fonte: foto Joel Pellerin, 1995.

O mapa 34, do estado de Santa Catarina apresenta os municípios com frequência de escorregamentos, variando de muito alta, alta, média,baixa ou nula, destacano os municios de Florianopolis e Blumenau na classe de frequência muito alta (6 a 11 episódios), ao longo de 31 anos .



Fonte: Herrmann (org), 2014.

“Dê uma cidade não aproveitamos as suas sete ou setenta e sete maravilhas, mas as respostas que dá as nossas perguntas” (CALVINO, 1990).

1- O que se deve fazer para evitar Inundações em áreas urbanas e peri –urbanas?



Foto André V. Nunes

Os Fatores naturais e antrópicos nas análises de riscos relacionados a Inundações

Fatores de suscetibilidades naturais

A) A precipitação, a) intensa sazonal, que pode levar á inundação de forma lenta e gradual de uma ampla superfície; b) intensa e concentrada, que origina um aumento súbito do leito do rio e rápido transbordo d' água, inundando de forma brusca as áreas de planície aluvial.

Inunda es graduais ocorrem durante os episódios do fen meno *El Nino*, geralmente durante os meses de Inverno e com os sistemas atmosféricos, referente a passagens de sistemas frontais e frentes estacionárias, porém com maior autua o no verão. Inunda es bruscas ocorrem predominantemente no verão, Devem-se aos v rtices ciclônicos – que são sistemas atmosféricos de baixa pressão que atuam mais sobre o litoral devido   presença das serras, e às convec es tropicais, pois o calor associado com alta umidade favorece a forma o de nuvens tipo cumulo e c mulo-nimbo, provocando chuvas isoladas, mas intensas.

B) O Relevo, destacam-se os planos e marginais ao longo dos rios, (planície de inunda es), ou os relevos íngremes, com vales encaixados propiciando o rápido escoamento das  guas.

C) A Saturação do solo, decorrente da precipitação antecedente, apresenta maior relevância quando a chuva é contínua ao longo de vários dias, fato que leva à diminuição da infiltração e conseqüentemente ao aumento da escoamento favorecendo a rápida chegada das águas pluviais aos leitos dos cursos de água.

Fatores de vulnerabilidades antrópicas

A atuação antrópica, nomeadamente as transformações do uso do solo, é responsável pela criação de condições de intensificação do fenómeno das inundações.

A urbanização aumenta a magnitude e frequência das inundações em, pelo menos, quatro vezes. A urbanização, ao incrementar as superfícies impermeáveis, como às estradas e edificações, dificulta a infiltração, favorecendo o escoamento. Por outro lado, as superfícies urbanas, associadas a uma densa rede de drenagem superficial e de esgotos subterrâneos, conduzem mais rapidamente a água até aos canais de escoamento. A redução do tempo de concentração da água pode levar a uma diminuição para cerca de metade da defasagem temporal entre o máximo de precipitação e o pico de cheia (PEREIRA, 2005).

Princípios de atuação na gestão do território urbano que devem integrar a estratégia de mitigação do risco de inundação urbana:

- O respeito pelo leito dos rios e ribeiros;
- Preservação de áreas verdes no seio dos aglomerados urbanos de forma a permitir a infiltração de parte das águas pluviais;
- O esforço por projectar (ou se necessário e possível corrigir) redes de drenagens dimensionadas para fluxos de escoamentos excepcionais;
- A preocupação com a vigilância do estado de conservação e limpeza das redes de drenagem de águas pluviais;

2- O que se deve fazer para evitar os escorregamentos em áreas urbanas?



Cidade de Blumenau, Foto Juan.

3- O que se deve fazer para evitar quedas de blocos ao longo das estradas?

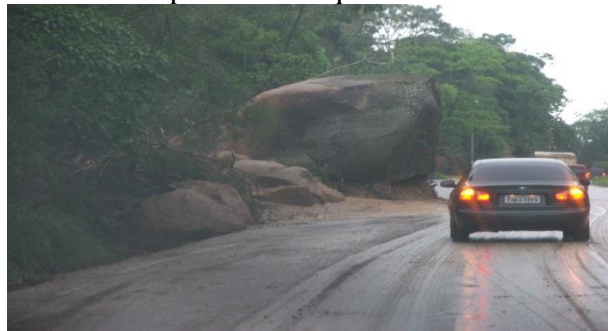


Foto André V. Nunes.

4- que se deve fazer para evitar erosões às margens das estradas?



Fonte Luiz Fernando Sales

Os Factores naturais e antrópicos nas análises de riscos relacionados a escorregamentos

Fatores de suscetibilidades naturais:

A-)Hidroclimáticas: A infiltração, resultante da precipitação, ativa a circulação subterrânea, que se escoam entre a rocha, inalterada e os depósitos subjacentes. Quando estes caudais subterrâneos são elevados e associados à água infiltrada pela chuva, podem contribuir

para a fluidificação dos depósitos sobrejacentes e criar condições para o seu deslizamento, que muitas vezes se prolonga para jusante através de fluxos lamacentos (PEDROSA *et. al.* 2001).

B-) Geológicos: Os aspectos estruturais, litológicos e tectônicos, condicionam os tipos de movimentos, as suas dimensões e a evolução da área afetada. A rede de falhas e de fraturas contribui para facilitar a alteração das rochas, a infiltração eficaz da água em níveis profundos, e proporcionar as movimentações das massas superficiais.

Manto de alteração, com espessura e textura variáveis, favorece a eficaz infiltração da água até que se atinja o ponto de saturação ou encontre barreira de rochas resistentes (impermeáveis), que funcionem como plano de deslizamento; Nas vertentes inclinadas com solos assentados sobre superfície rochosa maciça (granitos, gnaisses pouco alterados), a água gera superfície de lubrificação e facilita o escorregamento;

C-) Geomorfológicos: Nas vertentes côncavas o potencial de movimentos de massa é maior do que nas vertentes convexas e retilíneas, pois as côncavas tendem a concentrar água de sobrecarga, que propicia a elevação do nível freático e conseqüentemente poropressão neutra mais elevadas (FERNANDES *et.al.*2001, SAITO,S., 2005).

As formas dos vales em V” estão mais sujeitas a escorregamentos do que as dos vales em ”U”, conforme, Dias (2000); Cristo (2002) e Alheiros et al. (2003).

Fatores de vulnerabilidades antrópicas

Nos cortes de vertentes com solos profundos, com fluxo subterrâneo interrompido, por muros, paredes, manta de concreto; Nas sequências de cortes e aterros conjugados em vertentes muito inclinadas, que possibilitam ultrapassar o limite natural de estabilidade; Nos morros e cabeceiras de drenagens com alta densidade de barrancos e favelas, onde não há prevenção com as águas servidas, que tendem a saturação do solo; Nos cortes em baixa vertentes com solos saturados pelas águas do freático cujo fluxo

subterrâneo é interrompido por muros de arrimo, gabiões, concreto atirantado; Remoção da cobertura vegetal, que origina a exposição do solo, perda da estrutura superficial e o aumento da infiltração; Vazamento na rede de abastecimento de água, de esgoto e presença de fossas que propiciam a saturação do solo e criação de fluxos subterrâneos; Execução deficiente de aterros, quanto a compactação, sobre canais de drenagens, ou com deficiência de drenagens internas e superficiais; Lançamento de entulho e lixo nas encostas cujo material heterogêneo possibilita armazenar água durante as chuvas e se instabilizar; Vibrações produzidas por explosões e circulação de tráfegos pesados Mineração, entre outros.

VI - Contribuição dos Geógrafos nas Abordagens dos Desastres “Sócio naturais”

A preocupação com os problemas decorrentes do mau uso do solo tem despertado o interesse de vários estudiosos, profissionais envolvidos com os estudos do meio ambiente, no estabelecimento de uma sistemática para avaliar as áreas sujeitas a eventos e desastres sócio naturais

Os estudos de riscos naturais na França, conforme Faugère, 1990, (apud Xavier, 1996), constitui um novo campo aberto a geografia, que se tem voltado para os aspectos de preferências globais e de aplicação social, onde os riscos naturais são tratados de maneira abrangentes, numa interação sociedade e natureza.

O estudo dos Desastres Naturais, de acordo com Marandola Jr. e Hogan (2004), é uma tradição entre os geógrafos, que têm se dedicado a ele desde a década de 1920.

Descrevem que, segundo Gilbert F. White (1973), a origem destes estudos possui como marco o ano de 1927, quando o governo dos Estados Unidos solicita ao *U.S. Corps of Enginners* que pesquisem e proponham medidas para solucionar o problema das inundações que afligiam tanto áreas rurais como urbanas, cita que vários profissionais

foram chamados a colaborar, mas a contribuição dos geógrafos foi imprescindível, por incorporar uma visão integrada do problema. Assim, a relação homem-meio/sociedade-natureza é colocada no centro do processo de ocupação humana de um território, estando sua compreensão no cerne dos mecanismos de intervenção e gestão deste

Na década de 1980 passam a considerar, os fatores sociais e tecnológicos ao lado dos elementos naturais, a partir da avaliação de Burton, Kates e White (1978) que apontam para a interação natureza – sociedade - tecnologia, enfatizando assim o caráter integrado das análises e os diferentes níveis de vulnerabilidade aos *hazards* (MARANDOLA JR. e HOGAN, 2004),

Na década de 1990, Jones, 1993 (apud MARANDOLA JR. e HOGAN, 2004) afirma que os *hazards* possuem maior complexidade, gerando:

- os quasi-naturais, que possuem uma dimensão do meio físico modificada ou determinada por elementos sociais ou tecnológicos,

- os híbridos ,que são resultados da interação de fenômenos sociais e tecnológicos,

- os ambientais, que são os resultados da interação dos três elementos (natural, social e tecnológico), num plano mais contemporâneo de análise.

- os estudos das percepções dos hazards não centram mais nos paradigma comportamental e tecnocentrismo, fazendo uso do conceito de vulnerabilidade, ligados a estruturas socioeconômicas e político-institucional.

Alguns trabalhos pioneiros de destaques no Brasil

Sternberg (1949) ao analisar as chuvas que ocorreram no mês de dezembro de 1948 no vale do Paraíba foi um dos pioneiros nos estudos das enchentes e os movimentos coletivos de solo numa abordagem Geográfica,

Monteiro (1976), partir da sua tese de livre Docência, Teoria e Clima Urbano, deu inicio a uma aprofundada pesquisa sobre Impacto

Pluvial Concentrado e Desorganização do Espaço Urbano de Sao Paulo (1984).

Cruz, O. (1974) A Serra do Mar e o litoral na área de Caraguatatuba, contribuição a geomorfologia litorânea tropical. São Paulo. USP. Instituto de Geografia. 1974, 181p (teses e monografias 11).

Bigarella, J.J. Becker R.D. Catastrophic events in the Tubarão área. Boletim Paranaense de Geociências. Curitiba, n 33. p.200-202, 1975.

Entre outros....

Desastres Sócios naturais - O trabalho educacional da Geografia

Possui como pressuposto a construção da propriedade da tomada de decisão coletiva frente às diferentes problemáticas estruturadas no meio, sendo a educação o passo importante para a construção das resiliências aos desastres naturais nas diferentes sociedades. A Geografia, nesses casos, possui papel fundamental para o trabalho sobre os desastres naturais, pois a interação objetos-ações-ambiente é o seu objeto de estudo. A Geografia nos fornece a compreensão dos processos de ocupação do espaço e dos sistemas físicos dinâmicos dos eventos naturais, de modo a interligá-los e estabelecer a sua dependência para a ocorrência de desastres naturais, estando essa conceituação diretamente ligada às áreas ocasionadas pelo evento natural que incide sobre a população.

A Educação, como ferramenta de auxílio na redução dos números de ocorrências de desastres naturais, propicia uma construção da conscientização e do conhecimento sobre o espaço vivido e dos processos socioambientais nele atuantes.

O cenário vivido pelo Brasil ainda é bastante incipiente quando comparado a políticas desenvolvidas por outros países que atuam a mais tempo em relação ao tema (BORGES, REGO, 2016).

Para Suertegaray e Shaeffer (1988), o trabalho educacional da Geografia deve permitir a construção da tomada de decisão coletiva frente às diferentes problemáticas estruturadas no meio. Para isso, é de

extrema importância a construção de habilidades que visem à formação de cidadãos capazes da atuação crítica sobre a sua realidade, algo conseguido com o auxílio dos educadores da disciplina de Geografia na sua tarefa diária de estímulo aos alunos sobre a reflexão dos seus próprios problemas.

Por intermédio da educação sobre os desastres naturais, conseguiremos adequar nossos comportamentos para obtermos uma melhor percepção da vulnerabilidade e da construção das resiliências frente aos desastres (BORGES e REGO, 2016).

Referencias

ALCÁNTARA-AYALA, I. Geomorphology, natural hazards, vulnerability and prevention of natural disasters in developing countries. **Geomorphology**, 47, p. 107-124, 2002.

ALHEIROS, M. et. al. **Manual de ocupação dos morros da região metropolitana de Recife**. Programa Viva o Morro. Recife: FIDEM/ATEPE, 2003, 384p.

ANTONELLI, Diego. **Quando o Paraná virou um inferno**. Gazeta do Povo, 2013. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/quando-o-parana-virou-um-inferno-cek86t5u466b3ztyk8vor6jim>. Acesso em: 29 de agosto de 2017.

ANUNCIAÇÃO, Silvio. **Na raiz dos desastres naturais e ambientais**. Disponível em: <https://www.unicamp.br/unicamp/ju/602/na-raiz-dos-desastres-naturais-e-ambientais>. Acesso em: 14 abr. 2019.

BAETA, Juliana. **Contaminação do rio Doce ameaça vida marinha no Espírito Santo**. O Tempo, 2015. Disponível em: <https://www.otempo.com.br/cmlink/hotsites/mar-de-lama/contamina%C3%A7%C3%A3o-do-rio-doce-amea%C3%A7a-vida-marinha-no-esp%C3%ADrito-santo-1.1161772>. Acesso em: 10 de novembro de 2015.

BIGARELLA, J. J. **Estrutura e origem das paisagens tropicais e subtropicais**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2003.

BIGARELLA, J.J., BECKER R.D. Catastrophic events in the Tubarão área. **Boletim Paranaense de Geociências**. Curitiba, n 33.p.200-202,1975.

BORGES, F.F. REGO, N, Trabalhando com Desastres Naturais na Disciplina de Geografia no Ensino Fundamental e no Ensino Ciência Geográfica - Bauru - Vol. XX - (1): Janeiro/Dezembro. 2016 in: agbbwwauru.org.br/publicacoes/revista/anoXX_1/agb_xx1_versao_internet/Revista_AGB_dez2016-01.pdf.

BRASIL, Arthur. **Maiores desastres ambientais do Brasil**. Disponível em: <http://www.florestalbrasil.com/2019/01/maiores-desastres-ambientais-do-brasil.html>. Acesso em: 14 abr. 2019.

BURTON, I.; KATES, R. W. & WHITE, G. F. **The environment as hazard**. New York: Oxford University, 1978. 240p.

CALVINO, Italo; MAINARDI, Diogo. **As cidades invisíveis**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. 150 p. ISBN 857164149-8.

CASTRO, A. L. C. **Manual de Desastres: desastres naturais**. Brasília: Ministério da Integração Nacional, 2003. 174 p.

CNN. **Hurricane Sandy Fast Facts – CNN.com**. CNN, 2013. Disponível em: <http://www.cnn.com/2013/07/13/world/americas/hurricane-sandy-fast-facts/index.html>. Acesso em: 27 de outubro de 2016.

CRISTO, S. **Análise de susceptibilidade a riscos naturais relacionados às enchentes e Escorregamentos do setor leste da bacia hidrográfica do rio Itacorubi**. 2002, 195p. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Departamento de Geociências/Universidade Federal de Santa Catarina, 2002.

CRUZ, O. A Serra do Mar e o litoral na área de Caraguatatuba, contribuição a geomorfologia litorânea tropical. São Paulo. USP. Instituto de Geografia.1974, 181p.

DIAS, F.P. **Análise de susceptibilidade à Escorregamentos no bairro Saco Grande**, Florianópolis – SC. Florianópolis, 2000, 96p. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Departamento de Geociências, Universidade Federal de Santa Catarina, 2000.

EM-DAT. **The International Disaster Database**. Disponível em: <https://www.emdat.be/classification>. Acesso em: 29 de agosto de 2017.

FERNANDES, Nelson Ferreira, et al. Condicionantes Geomorfológicas dos Deslizamentos nas Encostas: avaliação de metodologias e aplicação de modelo de previsão de áreas susceptíveis: Avaliação de Metodologias e Aplicação de Modelo de Previsão de Áreas Susceptíveis. **Revista Brasileira de Geomorfologia**, [s.l.], v. 2, n. 1, p. 51-71, 19 dez. 2001. Revista Brasileira de Geomorfologia. <http://dx.doi.org/10.20502/rbg.v2i1.8>.

G1. **Brumadinho: mais duas vítimas do rompimento da barragem da Vale são identificadas**. Portal G1, 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/mg/minas-gerais/noticia/2019/12/28/brumadinho-mais-duas-vitimas-do-rompimento-da-barragem-da-vale-sao-identificadas.ghtml>. Acesso em: 28 de dezembro de 2019.

GAUME, E.; LIVET, M.; DESBORDES, M.; VILLENEUVE, J. P. Hydrological analysis of the river Aude, France, flash flood on 12 and 13 November 1999. **Journal of Hydrology**, v. 286, n. 1, p. 135-154, 2004.

GIRARDI, Giovana. **Desastres naturais custaram ao Brasil R\$ 182 bi em 20 anos**. Estadão, 2017. Disponível em: <https://sustentabilidade.estadao.com.br/blogs/ambiente-se/desastres-naturais-custaram-ao-brasil-r-182-bi-em-20-an>. Acesso em: 14 abr. 2019.

HERRMANN, M. L. de P. (org.). **Atlas de Desastres Naturais do Estado de Santa Catarina, período de 1980 a 2010**, Florianópolis, 2014.

HERRMANN, M. L.de P. e ALVES,D. **Síntese dos Desastres Naturais do Estado de Santa Catarina 1980 a 2014** (no prelo).

HERRMANN, M. L.de P; PARIZOTO, D.G.V; TOMAZZOLI, E.R; PELLERIN, J.R.G.M.,CAMARGO,L.P. O Episódio Pluvial Extremo de Novembro de 2008, In HERRMANN, M. L. de P. (org.). **Atlas de Desastres Naturais do Estado de Santa Catarina, período de 1980 a 2010**, Florianópolis, 2014.

IBGE. **Página Inicial.** Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/imprensa/ppts/00000017375504202014551929358876.pdf>. Acesso em: 14 abr. 2019.

IBGE. **Página inicial.** IBGE, 2019. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/imprensa/>. Acesso em: 11 de abril de 2019.

JONES, D. "Environmental hazards in the 1990s: problems, paradigms and prospects". *Geography*, v.78, n.2, p.161-165, 1993.

LAVELL, A. **Degradacion Ambiental, Riesgo y Desastre Urbano.** Problemas y conceptos: Hacia la Definición de una Agenda de investigación. IN: FERNANDES, M.A.Ciudades en Riesgo: Degradación Ambiental, Riesgos Urbanos y Desastres en la Am. Latina, 1996.

MARANDOLA JR. E e HOGAN, J.H.2004 Natural hazards: o estudo geográfico dos riscos e perigos. **Ambiente& sociedade** v.7 n.2 Campinas jul./dez. 2004.

MATA-LIMA, H.; BORBA, A. A.; PINHEIRO, A.; MATA-LIMA, A.; ALMEIDA, J. A. Impactos dos desastres naturais nos sistemas ambiental e socioeconômico: o que faz a diferença? **Ambiente & Sociedade**, v. XVI, n.3, p.45-64, 2013.

MINISTÉRIO DAS CIDADES. Instituto de pesquisas tecnológicas – IPT. **Mapeamento de áreas de risco em encostas e margem de rios.** Celso Santos Carvalho, Eduardo Soares de Macedo e Agostinho Tadashi Ogura, organizadores – Brasília: Ministério das cidades; Instituto de Pesquisas Tecnológicas – IPT, 2007. 176p.

MONTEIRO, C. A. F. **Teoria e clima urbano.** São Paulo: IGEOG/USP, 1976 (Série Teses e Monografias, n. 25).

ONU. **Bündnis Entwicklung Hilf.** Stuttgart: Universität Stuttgart, 2016. 69 p.

PEDROSA, A e HERRMANN, M.L. de P. Riscos Naturais; interação entre dinâmica natural e ação Antrópica. Alguns estudos de caso no Norte de Portugal e Sul do Brasil.In: **Anais XII Simpósio Brasileiro de Geografia Física Aplicada**, natal, jul. 2007, cd-rom.

PIVETTA, Marcos. **Um mapa do risco no mundo.** Disponível em: <https://revistapesquisa.fapesp.br/2016/11/18/um-mapa-do-risco-no-mundo/>. Acesso em: 12 abr. 2019.

SAITO, S. **Desastres naturais: conceitos básicos.** São José dos Campos: Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, 2015. Disponível em: http://www.inpe.br/crs/crectalc/pdf/silvia_saito.pdf. Acesso em: 08.04.2015.

SORDI, Jaqueline. **RS é o segundo Estado com maior número de decretos de situação de emergência por desastres naturais.** GaúchaZH, 2018. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/geral/noticia/2018/10/rs-e-o-segundo-estado-com-maior-numero-de-decretos-de-situacao-de-emergencia-por-desastres-naturais-cjnqixsf08s201rxw4usxsog.html>. Acesso em: 14 abr. 2019.

STERNBERG, H.O.R.. Enchentes e movimentos coletivos do solo no vale do Paraíba em de dezembro de 1948 –influencia da exploração destrutiva das terras- **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro,v.11,n2,p.67-103, abr/jum.1949.

SUERTEGARAY, D. M. A.; SCHAFFER, N. O. Análise ambiental: a situação do geógrafo para a sociedade. **Revista Terra Livre.** São Paulo: AGB, n. 3, mar. 1988.

TODA MATÉRIA. **Desastres Naturais.** Disponível em: <https://www.todamateria.com.br/desastres-naturais>. Acesso em: 14 abr. 2019.

TOMAZZOLI, E.R., PELLERIN, J.R.G.M., PARIZOTO, D.G.V., ABREU, J.J. Análise e Mapeamento das Áreas de Risco a Movimentos de Massa e Inundações nos Municípios de Gaspar, Ilhota e Luís Alves (Complexo Morro Baú), SC. **Relatório Final de Projeto de Pesquisa**. FAPESC, Florianópolis. 2013.

UNDP – United Nations Development Programme. **Reducing disaster risk: a challenge for development**. New York, USA: UNDP, 2004. 129p.

WAKATSUKI, Yoko. **New radioactive water leak at Japan's Fukushima Daiichi plant**. CNN, 2014. Disponível em: <https://edition.cnn.com/2014/02/19/world/asia/japan-fukushima-daiichi-water-leak/>. Acesso em: 1 de março de 2014.

WHITE, G. F. (ed.) **Natural hazards: local, national, global**. New York: Oxford University Press, 1974. 288p.

WHITE, G. F. **Natural hazards research**. In: CHORLEY, R. J. (ed.) **Directions in Geography**. London: Methuen & Co., 1973. p.193-216.

WHITE, G. F. **Natural hazards research: concepts, methods, and policy implications**. In: _____. (ed.) **Natural hazards: local, national, global**. New York: Oxford University Press, 1974b. p.03-16.

WHITE, Gilbert. **Natural Hazards Research in R.J. Chorley (ed.). Direction in Geography**. London: Methuen, 1973.

XAVIER,H. **Percepção Geográfica dos deslizamentos de encosta em área de risco no município de Belo Horizonte, MG**. Rio Claro:UNESP, Instituto de Geociências e Ciências Exatas,1996.222p Tese de Doutorado.

MILTON SANTOS: DESTAQUES DE UMA MEMORÁVEL TRAJETÓRIA

Maria Auxiliadora da Silva

Antes de começar a falar sobre parte da trajetória do professor Milton Santos, para não cansar os leitores, farei um resumo de pontos importantes da sua vida. Milton Santos escreveu uma imensa obra, cuja espinha dorsal, com vistas a seus objetivos, é constituída por três livros estruturadores de seu pensamento, segundo meu modo de entender.

O primeiro desses livros, publicado em 1978, é o mais complexo, erudito e denso, revelando seu programa intelectual de trabalho de longo prazo: ***Por uma Geografia Nova: da Crítica da Geografia a uma Geografia Crítica***. Certamente e, por mais paradoxal que possa ser, o último a ser lido. Um segundo livro, que possibilita uma apreensão mais concreta de seu pensamento e torna possível uma leitura por pessoas de diferentes formações, origens e interesses, é: ***Por uma outra globalização***. Finalmente, como resultado de muitos anos de trabalho teórico, filosófico e epistemológico, o autor publicou, em 1996, ***A natureza do espaço: técnica e tempo – razão e emoção***. Esse último livro é definitivo para a compreensão de sua proposta epistemológica para a Geografia, por ele entendida como uma ciência humana cujo objetivo é o estudo do espaço geográfico.

Agregue-se a isso a proposta do autor de compreender o espaço geográfico como uma instância social, uma totalidade em movimento. Nesse sentido, chegou a propor a ideia de uma metadisciplina aplicada a ciência geográfica, transformando-a em uma Metageografia. Longa caminhada a ser percorrida no campo da epistemologia das ciências...

Como se formou o homem e o cidadão Milton Santos? Que caminhos percorreu em sua existência? Que escolhas ele fez? Se fosse possível fazer uma síntese de sua trajetória no mundo, certamente teria de iniciar afirmando que Milton Santos escolheu realiza-la pelos cominhos retos da competência profissional, aliada a um comportamento rigorosamente ético, persistente e generoso. Tarefa difícil, a que estou me propondo: com o olhar, acompanhar sua vida no imenso mapa de seu legado, marcando portos de passagem e de permanências. Para isso, tenho o recurso de minha memória, a memória de amigos comuns e os registros de seus feitos.

Milton Santos nasceu no interior da Bahia, em 1926, de pais professores primários, profissão muito valorizada àquela época. Enquanto sua mãe gozava de certo prestígio, seu pai era mais humilde, descendente de escravos. Vindos para Salvador, fundaram a Escolinha Santa Terezinha, que funcionou até cinco anos atrás. Milton Santos tinha dois irmãos, Nailton, economista, e Yêda, estudante de medicina. No curso primário, seus pais lhe ensinaram o francês, e o curso secundário foi feito no Colégio Baiano de Ensino, onde ficou como interno. Pela primeira vez longe da família, conheceu o significado da palavra saudade. Criou e dirigiu o jornal *O Farol*, onde promovia a publicação de debates literários e conceitos filosóficos. Mais tarde, fundou *O Luzeiro*, sobre o qual seu colega, Dr. Geraldo Milton da Silveira, afirma: “Nele eram publicadas obras de romancistas, contistas, poetas pobres e iniciantes e literatura de cordel”. Segundo Milton, “Na minha geração, ser cultivado fazia parte da vida. Havia o culto de

intelectuais e escritores, como Castro Alves, Ruy Barbosa, Gilberto Freyre, Machado de Assis, Eça de Queiroz, etc.” Era grande admirador de Josué de Castro, que descobriu em seu curso secundário, reencontrando-o na França, durante o exílio.

Seu curso universitário foi realizado na Faculdade de Direito. Chegou a vencer as eleições para presidente da UNE, mas foi aconselhado a trocar sua candidatura com a do então vice. Assim, deixou a presidência para um amigo comunista, Mário Alves, com o argumento que lhe foi apresentado: um negro teria dificuldades de interagir com as autoridades, vivendo, assim, a força do preconceito racial. Ainda estudante, conheceu Simões Filho, ex-ministro da Educação e dono do poderoso jornal *A Tarde*, que o convidou para trabalhar na redação como editorialista. Em 1948, depois de formado, foi professor de Geografia na do Instituto Normal da Bahia e logo se submeteu a um concurso, com a tese ***Povoamento da Bahia***, passando a ocupar a cadeira de Geografia Humana no Ginásio Municipal de Ilhéus, para onde se deslocou, ao mesmo em que trabalhava como correspondente de *A Tarde*. Suas alunas tinham admiração por “aquele professor que dava aula no Ginásio Estadual sempre elegantemente vestido, sem dispensar o colete”. Lá ele publicou vários artigos, inclusive o livro ***A Zona do Cacau*** (1955). Em Ilhéus, também conheceu Jandira Rocha, com quem se casou e teve o primeiro filho, Milton Santos Filho, o Miltinho.

Voltou a Salvador e ocupou o lugar de professor na Faculdade Católica de Filosofia. Como professor de Geografia, matéria que lecionou por vários anos, professor Milton convidava professores estrangeiros, principalmente, da França e de Portugal, para palestras.

Da França: Pierre George, Jacqueline Beaujeu-Garnier, Étienne Juillard, Michel Rochefort, Pierre Monbeig, Bernard Kayser. De Portugal: Orlando Ribeiro e Fernandes Martins. Dentre os brasileiros convidados, encontram-se: Manuel Correa Andrade, Aziz Ab'Sáber, Aroldo de Azevedo e Orlando Valverde e outros.

Continuava a escrever no jornal *A Tarde*, onde tinha grandes amigos, tais como Ary Guimarães e Jorge Calmon, esse último redator-chefe do jornal. Naquele tempo, as amizades tinham um significado maior. Durante o período em que permaneceu nesse jornal, escreveu mais de 100 artigos que versavam sobre variados temas: zona do cacau, Porto de Ilhéus, da Cidade do Salvador, Europa, África, etc. Em 2002, o professor Milton Santos mostrou interesse em fazer uma publicação única dessa sua produção, que se diferencia de tudo o que já foi publicado por ele e sobre ele. Tendo nos deixado alguns meses depois, não pôde realizar esse seu desejo, que hoje está sendo concretizado no livro com o título ***Milton Santos: correspondentes do Jornal A Tarde 1950-1960***, publicado pela Universidade Federal de Santa Catarina. Antes disso, um longo caminho foi percorrido à espera da publicação desse material. Finalmente, o professor José Messias Bastos foi o responsável pelo sonho do professor Milton Santos. Com certeza, professor Messias contou com o apoio de seus colegas, especialmente do professor Armen Mamigonian. Esse momento é de grande emoção para mim e gostaria de registrar meu profundo agradecimento à UFSC e ao professor Messias. Agradeço ainda, imensamente, ao estudante de doutorado, Willian Antunes, que comigo dividiu o trabalho de compilação e edição, o que possibilitou a publicação do livro.

Em fins de 1950, Milton Santos apresentou sua candidatura para livre docência na então Universidade da Bahia, mas o concurso não se realizou antes de 1960, por “razões vinculadas a uma oligárquica e segregacional sociedade baiana de belas gravatas e verdades encobertas”, segundo o Prof. Délio Pinheiro. Milton Santos recorreu à justiça, tendo como advogado o então deputado federal e futuro senador Nelson Carneiro, vencendo em todas as instâncias com a tese intitulada ***Os estudos regionais e o futuro da Geografia***.

Em 1956, por ocasião do Congresso Internacional de Geografia no Rio de Janeiro, conheceu vários professores estrangeiros, e um deles, Jean Tricart, ficou impressionado com a inteligência e a cultura do jovem professor, convidando-o para cursar doutorado no *Institut de Géographie Appliquée* da Universidade de Strasbourg, um dos mais renomados da Europa. Foi sua primeira grande travessia do Atlântico em direção ao que seria, mais tarde, seu segundo país, já como exilado.

Voltou à Bahia, após defender com brilhantismo a tese ***O centro da cidade do Salvador***, em 1958, publicada em 1959. Chegando da França, Milton Santos, instalou um escritório de advocacia no Centro Histórico de Salvador, continuando como professor da Faculdade Católica de Filosofia.

Nessa ocasião houve uma recepção na Reitoria da Universidade da Bahia, e o Prof. Milton, convidado, encontra-se com o Reitor da época, o fundador da universidade, Prof. Edgar Santos, que o convida para organizar um laboratório de pesquisa em Geografia, que tomou o nome de *Laboratório de Geomorfologia e Estudos Regionais* da Universidade de Bahia, criado em janeiro de 1959, com a colaboração do professor Jean Tricart, representando a Cooperação Francesa para

o Brasil. A França era governada pelo General De Gaulle, e André Malraux era o Ministro da Educação. Já com a equipe organizada, formada pelas jovens professoras Tereza Cardoso da Silva, Nilda Guerra de Macêdo, Ana Carvalho e por jovens estudantes de geografia e estagiários, ainda nos últimos anos do ensino médio, inicia-se a fase de pesquisa em geografia, na Bahia.

Na época, Edgar Santos foi um grande empreendedor da Universidade, e não só o Laboratório de Geomorfologia. Foram criados: a Fundação para o Desenvolvimento da Ciência da Bahia, cujo diretor foi o Professor Thales de Azevedo, o Laboratório de Fonética, o Gabinete de Filologia Românica, o Gabinete de Estudos Portugueses e o Instituto de Economia e Finanças.

Nesse mesmo ano, Milton Santos organizou o *IV Colóquio Internacional Luso-brasileiro*, com o patrocínio da Universidade da Bahia e da UNESCO. Quase duzentos professores de todos os continentes estavam presentes e foram 164 comunicações versando sobre os temas mais variados. Em 1959, o professor Milton Santos foi nomeado diretor da Imprensa Oficial da Bahia. Ainda em 1960, ele criou o *Boletim Baiano de Geografia* que, entre 1960 e 1970, publicou 47 artigos, sendo que 70% deles entre 60 e 64. Eram artigos de professores brasileiros, franceses, alemães, etc., versando sobre inúmeros aspectos da Geografia. No *Boletim Baiano*, havia também um espaço para resumos de livros publicados no Brasil e no exterior.

O Laboratório constituiu uma proposta acadêmica renovadora. A década de 1960 pode ser considerada como a época áurea da Geografia na Bahia. Nela, a ciência geográfica era tratada não apenas como técnica, mas como reflexão. As pesquisas desenvolvidas pela

equipe eram orientadas para as linhas urbano-regional e meio ambiente, com destaque para geomorfologia. No laboratório, a motivação era constante; trabalho de campo, cursos, apresentação de trabalhos e leituras comentadas em reuniões científicas, enfim, um ambiente de efervescência de produção cultural e científica. O ambiente era de troca, colaboração, sem competições negativas. O laboratório valorizava e favorecia a produção científica com base na qualidade e na originalidade. Alguns trabalhos foram solicitados pela Comissão de Planejamento do Estado da Bahia e contaram com o apoio do Instituto Joaquim Nabuco, em Recife. Na época, estudou-se todo o Estado da Bahia.

Durante todo esse período, a equipe do Laboratório participava ativamente das reuniões da Associação dos Geógrafos brasileiros, nas quais se estudava exaustivamente a cidade sede do encontro e três outras cidades seu entorno. Na AGB de Penedo, Alagoas, o nome de Milton Santos foi aventado para ser o presidente da Associação. Houve muito preconceito quanto à sua candidatura, e ele só foi eleito por ter sido veementemente defendido por Caio Prado Júnior, então editor da *Brasiliense*, e por amigos geógrafos. Um ano depois, foi realizada a AGB na cidade de Jequié, Bahia, no governo de Lomanto Júnior.

A brilhante carreira do Professor tomou outros rumos quando Jânio Quadros, ainda na campanha para presidência, mostrou desejo de levar, na sua viagem a Cuba, um dos redatores do jornal *A Tarde*, e o Prof. Jorge Calmon, redator chefe, indicou Milton Santos. Com ele também foram Rubem Braga, Fernando Sabino e o cronista Carlos Castelo Branco. Sobre Cuba, Milton Santos escreveu 14 artigos versando sobre a revolução, antecedentes da reforma agrária, lições de

idealismo, Cuba e os Estados Unidos, entre outros. Jânio Quadros, já presidente, o nomeou subchefe da Casa Civil, seu representante pessoal na Bahia. Milton Santos propôs medidas como punições a bancos e a exportadores, além de imposto sobre as grandes fortunas, o que foi acatado pelo presidente. Nessa época, também foi eleito presidente da União do Sindicato de Jornalistas e da União Baiana de Escritores. Ainda nessa época, o governador da Bahia, Lomanto Júnior, o nomeou presidente da Comissão de Planejamento Econômico (CPE), cargo que ele deixou em 1964.

Entre 1963 e 1964, Milton Santos tratou de temas de política econômica e planejamento regional, a partir de uma perspectiva científica, utilizando-se da linguagem acadêmica. Apesar de exercer cargos tão importantes, nunca negligenciou seu trabalho no Laboratório. Aquela casa de pesquisa e de trabalho funcionava como uma grande família, onde a confiança, a solidariedade e o companheirismo eram a tônica. Todos que desejaram tiveram a oportunidade de realizar cursos de pós-graduação na França ou na África. Milton Santos, com sua capacidade incontestada de gestor, compreendia as diferenças e incentivava a produção.

Em 1964, foi avisado de que corria perigo. Foi convidado pelo Prof. Van der Haegen, cônsul honorário da França, para se abrigar em sua casa, ao tempo que seu irmão Nailton era acolhido na casa de Celso Furtado. Enquanto Nailton, ainda em abril de 1964, partia para o México, Milton Santos era preso e enviado para o Quartel do 19BC, no Bairro do Cabula, em Salvador. Com ele, na cela, ficaram, Auto de Castro, professor de Filosofia da UFBA, e o engenheiro Ernesto Drenher, superintendente da Refinaria Landolfo Alves, da PETROBRÁS.

Ainda na prisão e durante a AGB de 1964, alguns colegas geógrafos quiseram crucificá-lo. Essa foi uma das grandes dores de Milton Santos, na prisão. Poucos colegas geógrafos o defenderam nessa AGB, como, por exemplo, os professores Armem Mamigonian e Araújo Filho. Enquanto isso, recebeu várias cartas de convite de universidades francesas. Entretanto só pôde sair depois que teve um AVC, em junho de 1964, quando foi levado ao hospital e depois solto. Tentou ainda continuar sua vida de cidadão e intelectual, mas a Bahia e, conseqüentemente, o Brasil, fechou-lhe as portas. O Reitor Miguel Calmon, o cônsul da França, amigos particulares, como Luiz Navarro de Brito e Luiz Viana, evitaram que seu nome entrasse para a lista de cassados.

É em meio a esse clima que a longa noite de 1964 o colheu. Impedido de prosseguir sua tarefa renovadora, tolhido na sua liberdade pelo amordaçamento cotidiano, não houve outro caminho senão deixar o Brasil. Recusou-se a ser uma metáfora de si mesmo. Para um homem de sensibilidade, há poucas experiências mais dolorosas do que essa. Mas, se o Brasil lhe fechou as fronteiras, o mundo descerra-lhe um território de homens livres. É uma nova travessia. Uma longa e involuntária travessia. E, dessa vez, não seria apenas a França a impressionar-se com o seu brilhantismo em conferências, seminários e cursos, mas também o Canadá, a Venezuela, os Estados Unidos, a Tanzânia, o Peru, o Japão e tantos outros países.

Ele pensava, em sua partida, que só permaneceria fora por seis meses, mas seu exílio durou 13 anos.

É preciso dizer que, embora afastado fisicamente, Milton Santos esteve intelectual e emocionalmente ligado à Bahia, e foram muitos os

trabalhos que aqui continuaram a se realizar sob sua orientação. As professoras Antônia Déa Erdens e, posteriormente, Teresa Cardoso da Silva, no Laboratório, dirigiram a equipe por ele formada. De Toulouse, onde ficou três anos com o seu “irmão”, o Prof. Bernard Kayser, foi a Bordeaux, onde conheceu Marie-Hélène Tiercelin, mãe de seu filho Rafael. Continuou sua longa trajetória pelo mundo...

Em 1974, foi inscrito por suas colegas em concurso para Professor Titular do Departamento de Geografia da UFBA. Inclusive, a banca examinadora já havia sido escolhida, e entre seus componentes, estavam os professores Aziz Ab’Saber e Manoel Correa de Andrade. Faltando poucos dias para o encerramento das inscrições, solicitou-se um outro documento, o que dependia dele. Como se encontrava na França, não houve tempo hábil para o envio desse documento, devido à dificuldade de comunicação rápida naquela época. Foi, então, uma grande decepção para Milton Santos. A vaga para o concurso foi preenchida por outra pessoa. Muitos pedidos foram feitos para que ele voltasse ao Brasil, e uma das suas respostas, foi: “Tenho medo de receber abraços e cumprimentos de pessoas que viraram as costas para mim em 1964”.

Em 1977, sua esposa, Marie-Hélène estava grávida e queria que seu filho nascesse na Bahia. Naquele momento eles se encontravam na Nigéria, onde Milton Santos havia sido convidado para organizar um curso de pós-graduação. Voltou ao Brasil conhecido e admirado mundialmente, já com várias obras publicadas, e lançou o livro *Por uma Geografia Nova* (1977). Ao mesmo tempo, encheu o auditório do Instituto de Geociências com 200 pessoas de todo o Brasil, com um curso de extensão *A cidade mundial de nossos dias*. Recomeçava a vida

brasileira de Milton Santos. A UFBA não se interessou por reintegrá-lo. Vários reitores foram procurados naqueles treze anos, e, mesmo um deles sendo seu amigo, promessas foram feitas, em vão. A única Universidade que o convidou foi a Universidade do Rio Grande do Sul. Em São Paulo, a Professora Maria Adélia Aparecida de Souza, na época coordenadora de ação regional do governo Paulo Egydio Martins, o convidou para trabalhar como consultor. Em carta, de 23 de janeiro de 1978, ele me dizia: “Quanto a nós, as coisas vão entrando nos eixos, mas é também mais difícil do que eu imaginava completar a adaptação no país da gente mesmo. Meus padrões aqui são compreensíveis e parecem apreciar meu trabalho. Todavia ainda não foi possível amarrar a coisa na Universidade. Mas os estudantes sempre me procuram; e ainda agora vou dar um curso de férias a convite do diretório acadêmico da Faculdade de Economia da USP. Tudo indica também que ensinarei na Pós-Graduação de Arquitetura: os alunos é que fazem grande empenho e tenho o apoio dos colegas mais jovens. Maria Adélia tem me dado muito apoio nisso”.

Em 1979, foi para o Rio de Janeiro, contratado como professor assistente pelas Professoras Maria do Carmo Galvão e Berta Beker. Em carta, de 6 de janeiro de 1980, ele me dizia: “Há dias me reclamou aqui um candidato e amigo dizendo que ‘não quero abrir o leque dos amigos’, talvez ele tenha razão, mas os que tenho são tão firmes, generosos e presentes! Estar com eles é oportunidade a não perder”. Isso prova sua fidelidade aos amigos.

Em outra carta, a mim dirigida, datada de 17 de junho de 1981 ele informa: “Continuo como Assistente 1 e isso poderá durar muito pois, segundo fui informado, só ontem começou o processo de eleição

da comissão que trata do reenquadramento dos professores... O dinheiro ainda chega para vivermos uma vida sem larguezas”.

Paralelamente, continuou realizando trabalhos esporádicos para completar seu orçamento. Foram anos difíceis pelo fato de não saber o que o futuro reservava para ele e sua pequena família. Finalmente, já na terceira tentativa, em 1984, com o apoio de jovens professores, submeteu-se a concurso para Professor Titular da USP. Foi fundamental, nesse momento, o apoio dos amigos, da mesma forma que a Professora Maria do Carmo tinha sido na UERJ. Na USP, manteve um grupo de pesquisadores, nos mesmos moldes do antigo laboratório. A partir daí a carreira brilhante de Milton Santos começou a decolar no Brasil, apesar de já ser conhecido no mundo inteiro. Os convites no exterior continuaram. Quanto à Bahia, apenas em 1987, em cerimônia memorável, a Universidade Federal outorgou a Milton Santos o título de Honoris Causa. Naquela ocasião ele afirmou:

Nestes 23 anos o mundo mudou, o país mudou, o Estado mudou, a cidade mudou: isto é alvissareiro. A história já nos mostrou, pois que não é inelutável o uso das técnicas e o que comanda o destino do homem é a política.

A política que se faz nas Assembleias e nos governos; a política que se faz nas Universidades. Já as fiz todas três e, se escolhi para recomeçar a Universidade, isto foi deliberado porque queria recomeçar a partir do meu próprio trabalho, a partir daquilo no que eu, apenas eu, podia decidir, isto é, os caminhos a tomar.

Isto feito, instalado que estou, estou disponível para tomar o caminho que sempre foi meu.

No mundo, por conseguinte, tudo mudou. Quando nos separamos, melhor, quando fomos mantidos separados, não fui eu

quem traiu os ideais da universidade. Não fui eu. Foi a Universidade que se abandonou relegando as suas raízes, desprovendo-se do presente, por haver alienado seu futuro.

Promessa do Reitor:

E a partir de amanhã, Professor Milton Santos, iniciaremos toda a tramitação burocrática necessária para pedir ao Ministério de Educação a reintegração do Professor Milton Santos nos quadros da Universidade Federal da Bahia.

Isso não aconteceu...

Mas, mesmo sem estar reintegrado à Universidade, sua generosidade para com os seus ex-alunos de geografia o levou a criar o Mestrado em Geografia da UFBA em 1994. Em 1996, organizou, com esse Mestrado e com o Departamento de Geografia, o *I Encontro Internacional da Bahia: Os lugares do mundo a globalização dos lugares*. Em 1996, para os seus 70 anos, amigos liderados pela Profa. Maria Adélia de Souza reuniram-se para prestar-lhe uma homenagem num Seminário Internacional em São Paulo, denominado *O mundo do cidadão. Um cidadão do mundo*. Nessa ocasião, foi lançado um livro com o mesmo nome com depoimentos 67 intelectuais amigos de todas as partes do mundo.

Em 1994, recebeu o prêmio internacional Vautrin Lud, correspondente ao Nobel da Geografia. Costumava dizer que só a partir desse prêmio a mídia brasileira lhe abrisse as portas. Pela primeira vez, na história desse prêmio ele era outorgado a um geógrafo que não era nem francês nem norte-americano.

Somente em 13 de dezembro de 1995, finalmente ocorreu a integração à UFBA com um atraso de pelo menos três décadas. Foi uma de suas maiores alegrias. Uma espera que atravessou muito anos e muitos reitores. Um reitor, “barroco e renascentista”, que, com os olhos do passado, construiu o futuro da universidade, um reitor que não o

conhecia pessoalmente me chamou à sua sala e me comunicou seu propósito de reintegrar Milton Santos à UFBA. Por que a demora desse gesto que ele não mais esperava? Para surpresa nossa, toda a documentação preparada em 87 desapareceu do arquivo morto da UFBA. O que parecia ser uma dificuldade não o foi. A reintegração ocorreu presidida pelo Reitor Luiz Felipe Perret Serpa, após homologação pelo Conselho Universitário. Quem estava na Reitoria, naquela ocasião, entendeu a emoção contida no seu discurso. Foi o retorno de quem nunca aqui deixou de estar.

Dos inúmeros títulos, medalhas e prêmios recebidos, o último foi o Multicultural Estadão Cultura, em junho de 2000, concorrendo com inúmeras personalidades e sendo votado por milhares de brasileiros. Numa cerimônia carregada de emoção e de rara beleza, disse o que se segue:

Considero a indicação do prêmio Multicultural Estadão Cultura como um presente expressivo que coroa, de alguma forma, o meu trabalho intelectual [...] Meu desejo secreto, o desejo dos pensadores, e é difícil confessá-lo, é que o seu trabalho possa ter alguma repercussão, sobretudo quando ele ultrapassa os limites da sua própria área e da universidade. O fato de seu trabalho ter uma visibilidade em camadas mais amplas da sociedade dá ao seu autor, não a certeza que ele tenha o aplauso geral, mas um certo conforto de ver que o seu discurso não é um discurso fechado. Agradeço a todos que votam em mim, aos meus amigos e ofereço esse prêmio a todos os brasileiros que tanto esperam de seus intelectuais.

É importante ressaltar sua disponibilidade para com os amigos, para com os jovens, seu interesse por eles, sua percepção aguçada, o que fez com que cada um dos que privou de sua amizade se sentisse

único. Estar ao lado de Milton Santos trazia a segurança de estar perto da sabedoria; sua presença era forte e, ao mesmo tempo, suave. Sua energia e alegria eram contagiantes. Milton Santos sempre esteve pronto a defender a construção de um mundo mais humano.

Em 24 de junho de 2001 a saudade tomou lugar de sua presença generosa, de seu sorriso aberto, e de sua fala firme e suave, ficando a certeza de termos convivido com quem soube, mais do que ninguém, defender a construção de um mundo mais humano.

Maria Auxiliadora da Silva

Professora do Programa de
Pós-Graduação em Geografia da UFBA.
Florianópolis, maio de 2019.

Dados sobre Milton Santos:

- ✓ Escreveu mais de 40 livros, 20 publicações menores, cerca de 200 artigos, mais de 20 publicações e livros coletivos, inúmeros editoriais e prefácios de livros.
- ✓ Recebeu 20 títulos de *Doutor Honoris Causa* de vários países do mundo.
- ✓ Foi consultor das Nações Unidas, OIT, OEA, UNESCO.
- ✓ Foi consultor junto aos governos da Argélia, Guiné Bissau, Venezuela e outros países.
- ✓ Foi membro do comitê de redação de inúmeras revistas, tais como: *Herodote*, *Espaces-Temps*, etc.
- ✓ Recebeu mais de 20 medalhas de vários países do mundo.
- ✓ Foi membro da Comissão Especial da Assembleia Constituinte do Estado da Bahia, encarregado de redigir um anteprojeto de Constituição Estadual (1989).

- ✓ Membro da Comissão de Alto Nível do Ministério de Educação, encarregado de estudar a situação do ensino do país (1989 – 1990).
- ✓ Eis algumas obras e alguns títulos obtidos pelo Prof. Milton Santos, o que honra a comunidade acadêmica, inclusive da Universidade Federal da Bahia.
- ✓ Em 1994, recebe o Prêmio Internacional Vautrin Lud correspondente ao Nobel da Geografia.
- ✓ Dos inúmeros títulos, medalhas e prêmios recebidos, o último foi o Multicultural Estadão Cultura, em junho de 2000, concorrendo com inúmeras personalidades e sendo votado por milhares de brasileiros.

Observações sobre atividades dos Professores Aziz, Carlos Augusto e Bigarella.

GERUSA M. DUARTE

Este texto faz-se em atenção à solicitação dos organizadores da 40ª. Semana da Geografia da UFSC para participar de uma atividade e homenagear três personalidades do mundo científico com vínculo com a Geografia. Tratar de apenas um deles já é difícil pela extensão de cada trajetória e respectivas produções, particularmente como preparação da fala em uma atividade de tempo reduzido. Sem esquecer que essas trajetórias de alguma forma se entrelaçam.

Dois são geógrafos: Professor Dr. Carlos Augusto de Figueiredo Monteiro e Professor Dr. Aziz Nacib Ab'Sáber. Ambos cursaram Geografia e História. Um no Rio de Janeiro outro em São Paulo, e, trabalhos de ambos evidenciam essa "origem", de maneira pessoal.

O terceiro, Professor Dr. João José Bigarella, formado em Química e Engenharia Química, começou com estudos da química dos calcários e mármores da então chamada "Série" Açungui, no Instituto de Biologia e Pesquisas Tecnológicas - IBPT, passa para a Geologia porque alguém que duvida ou interroga aspectos da natureza, quer saber mais.

Nenhum deles foi formalmente meu professor mas com todos aprendi, através de suas produções científicas ou ouvindo-os em palestras e conferências.

Prof. Dr. João José Bigarella

Conheci pessoalmente, em primeiro lugar o Prof. Bigarella, no início de 1966, no Instituto de Geologia da Universidade Federal do Paraná, para aonde fui fazer estágio sob sua orientação. Atendeu ao pedido do Professor Walter Piazza e Professor Oswaldo Rodrigues Cabral para que pudesse estudar Geologia do Quaternário para subsidiar estudos de Arqueologia em Santa Catarina, realizados pelo

Instituto de Antropologia da UFSC. A ele devo agradecer a oportunidade através da qual pude aprender aspectos da Sedimentologia em Laboratório do IG com a orientação do Técnico Responsável Alexandre H. Alessi. Esta oportunidade também abriu para mim uma ampla visão da Geologia do Estado do Paraná e da Geologia em geral através das atividades de campo quase permanentes, semana após semana. Ele não foi professor, aquele que chama atenção para os fatos, que mostra, ou que explica, mas possibilitou-me a visão dos materiais, seus aspectos físicos em campo. Era um mundo que eu assimilava pelos olhos e com posteriores leituras. Seria para ficar um ano e passaram-se três para esperar pelo Quaternário que não chegava.

Saliento que naqueles idos ele e o Professor Dr. Riad Salamuni conseguiram estabelecer um Projeto de Levantamento Básico da Geologia do Estado do Paraná, sob o título "Comissão da Carta Geológica do Paraná", com uma excelente equipe de geólogos. Era o único estado brasileiro que tinha tão importante Levantamento Geológico. Apenas pessoas com visão à frente do seu tempo e com denodo e disposição de luta possibilitaram reunir este grupo e fazer o levantamento científico, mapeando as rochas e estruturas, na escala 1:50.000, particularmente da área aflorante do "Pré-Cambriano", área com maior interesse econômico e de conhecimento mais exigente.

Naquele ano de 1966 convidaram o Professor Dr. Viktor Leinz (USP) para discutir alguns problemas geológicos e ao mesmo tempo ministrar curso para professores de Mineralogia, Petrografia e Paleontologia que atuavam em Universidades de vários estados, em cursos de História Natural dentro de Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras. Fui anexada ao mesmo e as aulas eram basicamente de campo. O meu "batismo" foi para uma localidade chamada Santaninha(?) da Conceição da Meia Lua, em que uma fila de nove jipes seguia por estradinha profunda de carros de bois ou de carroças. Mas outros locais foram visitados e rochas examinadas *in situ*, desde o Planalto Norte de Santa Catarina. Eram problemas relativos aos levantamentos dos

geólogos da Comissão da Carta e outros relacionados com as rochas sedimentares do Gondwana, particularmente as mais antigas expostas.

Possibilitou-me ainda participar das atividades preparatórias ao I Simpósio Internacional sobre Estratigrafia e Paleontologia do Gondwana (1967) realizado em Curitiba e que se estendeu para outras áreas do Paraná em excursões de campo. Aquelas atividades foram tanto as de campo como as de leituras dos trabalhos para correção das cópias providas da Gráfica, e que foram publicados em dois volumes específicos, o dos artigos e o dos roteiros das atividades de campo (Guia de excursão nº. 3). Também o volume sobre "Geologia do Pré-Devoniano e Intrusivas Subseqüentes da Porção Oriental do Estado do Paraná", no mesmo ano, uma contribuição da Comissão da Carta Geológica do Paraná ao XXI Congresso Brasileiro de Geologia. Foram trabalhos realizados com Rosemarie Dora Becker já bastante experiente. Os sinais nestas correções eram determinados, e, comuns na produção de livros pelas antigas gráficas. A leitura ampliou muito a aquisição dos conhecimentos de Geologia, ao lado das técnicas praticadas de correção.

Os trabalhos de campo se efetivavam com medições de direção de seixos em tilitos e medições de estratificação cruzada da Formação Botucatu. Essas medições tinham relação, num dos casos, com a direção e sentido do movimento das geleiras e no outro, do Arenito Botucatu, com a orientação e sentido dos ventos. Estas últimas medidas eram realizadas com um equipamento criado pelos Professores Bigarella e Riad Salamuni (1958), chamado estereo-edreo-planímetro constituído por um plano sob o qual estavam anexadas três hastes cilíndricas, móveis, para serem ajustadas a três pontos separados de um mesmo estrato. Uma bússola acoplada permitia obter os dados numéricos necessários.

Rochas de origem eólica correlatas daquele Arenito ocorriam na África onde Prof. Bigarella esteve na Namíbia e Argélia, para realizar medições e ampliar a área de domínio dos ventos que movimentaram as areias do deserto do Botucatu no antigo Continente do Gondwana. O

interesse maior no ambiente eólico, com suas estruturas primárias indicadoras das ações dos ventos, lhe vem após estágio de um ano nos EUA, entre 1951 e 1952. Lá conheceu o Dr. Edwin D. McKee especialista naquele ambiente, inclusive com livro sobre os "mares de areia" (*sand seas*), dos desertos. O Prof. Bigarella reconheceu o papel do mesmo na sua formação científica, na interpretação de paleoambientes, no estudo das dunas e das paleocorrentes.

Por outro lado, devo lembrar que desde que conheceu o Prof. Aziz em 1946, na USP, juntos participaram de várias atividades de campo e em 1953 estavam na Reunião da AGB em Cuiabá. Em 1960, participaram de uma excursão de ônibus de Porto Alegre à Brasília, Aziz como Professor do Curso de Geologia, para o 14º Congresso da Sociedade Brasileira de Geologia. Prof. Bigarella declarou em 2006:

"...Durante a viagem paramos em muitos afloramentos para discutir a geologia e também a paisagem. No retorno passamos por Minas Gerais, onde Aziz, muito entusiasmado, descrevia os pedimentos embutidos na paisagem, chamando igualmente a atenção para aqueles que havia visto no Nordeste." ... "Pouco depois, de forma inesperada, numa excursão que realizava com o Prof. Riad Salamuni para estudar a sedimentologia e estratigrafia dos depósitos cenozóicos e quaternários em Santa Catarina, principalmente ao longo da rodovia Curitiba-Florianópolis, ficamos surpresos ao reconhecer a presença de pedimentos numa região coberta pela mata atlântica em Garuva (fronteira PR/SC) e Canhanduva (estrada Itajaí/Balneário Camboriú, SC)." ... "Pouco depois, Aziz veio à Curitiba..... Foi um ótimo momento, pois com a equipe do Instituto de Geologia foi possível desenvolver uma série de trabalhos, que vieram a ser publicados no *Boletim Paranaense de Geografia* Nº. 4/5 (novembro de 1961). Aziz ficou entusiasmado com os resultados das pesquisas em Canhanduva. O exame mais ou menos detalhado da estrutura sedimentar interna dos diversos níveis de pedimentos permite reconhecer evidências de climas mais severos (semiáridos) em regiões tropicais fluviais,

confirmando assim a ocorrência de importantes mudanças climáticas. Esses estudos permitiram descrever a paisagem do ponto de vista morfoclimático sem desconsiderar nem a tectônica, nem o papel da pedogênese.

Em 1962, realizamos com Aziz e Salamuni uma viagem à Penedo, AL, para mais uma reunião da AGB. Fizemos o itinerário de automóvel. Apanhamos o Aziz em São Paulo e na viagem de São Paulo à Salvador (pela BR-116, na época ainda não asfaltada) passamos por Milagres, no interior da Bahia, a oeste de Salvador. O propósito dessa viagem era o de tentar correlacionar os vários níveis de erosão e/ou sedimentação nos diferentes compartimentos atravessados no itinerário. No conceito que desenvolvemos, o nível de pedimento representava uma "camada guia" ou melhor um "elemento guia" fundamental para a correlação."

Anos após ele com geógrafos Docentes da UFRJ, a Prof. Dra. Regina Maria Mousinho e Prof. Dr. Jorge Xavier da Silva, aprofundaram suas idéias ao realizarem estudos, no Paraná e Santa Catarina, em Geomorfologia Climática. Os resultados foram publicados no *Boletim Paranaense de Geografia* N^{os}.16 e 17 (1965). O volume inteiro foi sobre o tema, com os artigos dos três autores, e foi uma contribuição ao II Congresso Brasileiro de Geógrafos realizado no Rio de Janeiro em julho de 1965. Era o viés ambiental que nele se implantava mais firme, com os paleoclimas, ampliado posteriormente para as questões ambientais atuais, uma preocupação que lhe acompanhou muitos anos.

Deve-se registrar que em 1961, ele e o Prof. Salamuni já publicavam resultados sobre os padrões de ventos do Mesozóico Inferior sugeridos pelas estratificações de dunas no Arenito Botucatu do Brasil e do Uruguai (Bigarella e Salamuni, 1961). A preocupação estava também dentro da demonstração de que Brasil e África estiveram unidos como parte do Continente do Gondwana, isto é, eram as correlações, uma vez que havia ainda incrédulos sobre a separação e migração dos continentes.

Fazendo-se um tipo de parênteses, crê-se ser oportuno registrar que o Boletim Paranaense de Geografia citado acima, cuja publicação inicia-se na década de 1950 foi iniciativa da Associação dos Geógrafos Brasileiros - AGB, Seção Regional do Paraná, cujo Diretor era o Geógrafo, Geólogo, Geodesta Dr. Reinhard Maack e, o Diretor do Boletim era Prof. João José Bigarella. O Prof. Maack contribuiu grandemente com a Geologia e a Geomorfologia e outros temas geográficos e biogeográficos dos estados do Paraná e Santa Catarina, com seus belíssimos e didáticos blocos diagramas. O Boletim Paranaense de Geografia vinculado à AGB-"Secção Regional do Paraná", foi publicado pelo menos até 1963, após o que o nome ainda permaneceu mais alguns anos, mas não o registro do vínculo.

Em 1974, os desastres com as volumosas chuvas e extensas inundações no vale do rio Tubarão fizeram crescer nele a preocupação ambiental. Sobre os mesmos publicou trabalho com apoio da ADESG na qual foi Professor. Dessa maneira, considera-se que na situação política atual ele poderia fazer ouvir sua voz em favor das ações do Ministério do Meio Ambiente e setores relacionados como o ICMBIO e IBAMA, uma vez que era bem relacionado junto aos militares da ADESG, e já em 1966 referiu-se várias vezes à amizade que tinha com o Presidente Castello Branco.

Em 1974 criou a Associação voltada às questões ambientais, a *Associação de Defesa e Educação Ambiental* - ADEA, Curitiba, a qual presidiu até 1994. Deve-se esclarecer que a ADEA surge de um movimento primeiro organizado pela Sra. Íris K. Bigarella.

No final da década de 1940 já visitava a Ilha de Santa Catarina junto com sua esposa Sra. Íris Koehler Bigarella. Ela havia cursado História (é excelente artista plástica de grande sensibilidade e expressão única) e participava das atividades arqueológicas com o Prof. Tiburtius. Dessa maneira, o Prof. Bigarella "registrou" sambaquis no norte da Ilha de Santa Catarina e produziu artigo sobre a "Paleolagoa de Papaquara", hoje ainda reconhecível apesar do avanço imobiliário, situada a sul do Balneário de Canasvieiras. O trabalho foi publicado nos

"Arquivos de Biologia e Tecnologia" do Instituto de Biologia e Pesquisas Tecnológicas-IBPT, em 1949. Também trabalhou em outras áreas de Santa Catarina como em Garuva, Canhanduva-Itajaí, baixo vale do Rio Itajaí-Mirim-Brusque, Baixo vale do Rio Tubarão, Tijuquinhas.

Recebeu o título de Doutor Honoris Causa pela UFSC em 2008.

Registro o papel fundamental da Sra. Íris K. Bigarella na vida produtiva do Prof. Bigarella, uma grande sustentadora, regendo a família com todos os cuidados para levar tranquilidade às iniciativas profissionais várias e amplas do mesmo, possibilitando-lhe plena concentração. A família, como um todo, deu ao mesmo sua contribuição.

Professor Dr. Carlos Augusto de Figueiredo Monteiro

O Professor Carlos Augusto é quem tem a história mais longa relativa à Geografia em Santa Catarina. Foi um dos primeiros Professores (1955-1959) a fazer parte do Curso de Geografia criado em 1954, na então Faculdade Catarinense de Filosofia. Naquele Curso ministrou várias disciplinas e Climatologia foi uma delas. Era paralelamente vinculado ao IBGE e liderou dentro do Departamento de Geografia e Cartografia do Estado de Santa Catarina, a produção do *Atlas Geográfico de Santa Catarina* (1958), o primeiro daquele tipo no Brasil. Importante presente aos geógrafos e aos catarinenses. Atuou em outras Universidades, na USP desde 1968 da qual é Professor Emérito. Ao aposentar-se voltou à Florianópolis e ministrou Disciplinas no Curso de Pós-Graduação em Geografia da UFSC, nível de Mestrado. Desde então tem colaborado com palestras, Conferências, Aulas-Magnas. Recebeu da UFSC o título de Dr. Honoris Causa, em 2008. Seus trabalhos, livros, artigos unem freqüentemente questões do ambiente físico: clima, Geomorfologia, com questões humanas, portanto, ambientais. Em vários deles seus arranjos cronológicos evidenciam seu amplo saber e o viés da História.

Depois de Santa Catarina foi Professor na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Rio Claro, e, no Instituto de Ciências da

Universidade de Brasília. Em Rio Claro ficou de 1960 a 1965, onde realizou importante pesquisa concluída em 1964, com o título "*A dinâmica climática e as chuvas no Estado de São Paulo: estudo geográfico sob a forma de Atlas*", publicada apenas em 1973, com 130 pp. A pesquisa foi realizada com grandes dificuldades porque os dados exigiam cálculos estatísticos e nem máquina de calcular a Faculdade possuía. Conseguiu uma emprestada do Prof. W. Kerr. Em Brasília ficou cerca de um ano e meio (1966-1967), de onde foi para a USP, realizar seu Doutorado, e segundo declarou em 2014, teve todo o apoio do Prof. Aziz. Sua Tese: "*A frente polar atlântica e as chuvas de inverno na fachada sul-oriental do Brasil*" foi defendida em 1967. Permaneceu na USP e produziu mais uma Tese aquela de Livre Docência sobre "*Teoria e clima urbano*", em 1975.

Entretanto, de acordo com o mesmo, seus primeiros artigos foram publicados na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, que segundo ele eram dirigidos mais para o Professor de Geografia do antigo "Secundário". Esta preocupação com os professores do "Secundário" nota-se também nas suas atividades no "Curso de Férias para Aperfeiçoamento de Professores de Geografia do Ensino Médio", curso que era oferecido anualmente em Janeiro e Fevereiro, pelo IBGE/CNG. Em 1963, por exemplo, ministrou o curso "*Método Dinâmico da Climatologia no Ensino e na Pesquisa*", dentro da proposta do IBGE, estando naquele momento vinculado à Rio Claro.

Algo valioso a ser registrado é o seu campo de trabalho de muitos e muitos anos que foi e tem sido a Climatologia. Ele trabalhou, pesquisou, escreveu sobre o objeto deste campo do Conhecimento, que é o comportamento da atmosfera. Um "objeto" que envolve toda a Terra e, portanto, o próprio pesquisador. Suas observações e preocupações como pesquisador se fazem sobre um material altamente variável que interessa a todas as populações terrestres, particularmente a humana, e que tem dezenas de km de espessura e milhares de km para o Norte, para o Sul, para o Leste e Oeste. Portanto, um objeto que não é comparável com o da maioria dos pesquisadores dos demais campos

do Conhecimento. Não é uma amostra de rocha ou mineral, porque mesmo que fossem centenas delas, estariam à mão; também não é uma Fábrica, ou o comércio de uma cidade, ou um setor ou outro, ou mesmo uma floresta, ou a espécie tal. Deve-se ter em conta que os sistemas climáticos comportam-se de maneira racional, mas são sistemas dinâmicos **não lineares**. Em um **sistema linear**, pequenas variações ou "contribuições" produzem pequenos resultados. Em um **sistema não linear**, pequenas "contribuições" produzem grandes e até gigantescos resultados. As preocupações, de quem verdadeiramente trabalha com Climatologia, são grandes e, a produção dos resultados muito difícil, muito mais numa época bastante distinta da atual, porque ele não tinha as imagens de satélite à disposição, dia após dia, ou dentro do seu computador. Portanto, a análise tornava-se muito mais difícil. E não é Meteorologia, importante mas preocupada com o dia a dia. Passou o dia, vai para o próximo. Por outro lado, a previsão do tempo meteorológico é também difícil por causa da **interconectividade** das condições. Entretanto, há que lembrar que todo Geógrafo ao fazer **Geografia**, trabalha **com sistemas complexos interligados**. Ex: Clima, Solo, Sociedade, Ou, cada um poderá ser analisado interligado com outros, como: clima em relação à cobertura vegetal ou à agricultura ou ao relevo e vice-versa. Mas, também poderão ser trabalhadas conexões mais amplas como Clima+Solos+Sociedade (comércio, indústria, agricultura, Serviços....). Exemplos aqui simplificados.

No momento em que há uma "virose" nacional (talvez mundial), disseminada, e, disseminando mediocridades, em que a ignorância toma conta via *WhatsApp*, para dismantelar a Ciência e a Educação, particularmente as Universidades Públicas, relembro as dificuldades encontradas pelo Prof. Carlos Augusto para realizar suas pesquisas. As dele e as de outros não são alardeadas mas são correntes. Em Rio Claro ele as viveu na década de 60, porém, ocorreram e ocorrem em muitas Universidades particularmente fora do eixo Rio-Minas-São Paulo. Uma outra dificuldade que ele sempre cita foi a das publicações de seus trabalhos, sempre tão difíceis de se realizarem. Então, unindo os dois

termos, lembro da publicação pela UFSC de seu livro "*Clima e Excepcionalismo conjecturas sobre o desempenho da atmosfera como fenômeno geográfico*" (1991). Estava o mesmo digitalizado na década de 80, a partir de um pequeno computador XT, e, impresso através de impressora serial. O texto no seu formato do XT não era compatível com os equipamentos da Imprensa Universitária. Dessa maneira, não sei por quê tomei a responsabilidade de resolver o problema. Fui ao Departamento de Matemática (onde havia, em um corredor, pilhas de monitores do XT, daí a dedução que teriam melhores) buscar auxílio e o encontrei na pessoa do Professor Dr. Genaldo Leite Nunes, que se mostrou desde o início colaborativo, generoso e gentil. Sugeriu o uso de um Programa dos matemáticos chamado LaTeX (Lamport TeX) para fazer a conversão mais hábil para uso na Imprensa. Aceitou o disquete e promoveu a conversão. Entretanto, erros na digitalização primeira, mais outros possivelmente gerados na conversão, deveriam ser corrigidos. Ele então me passou o Programa LaTeX, programa bastante "pesado". Comprei um computador compatível e iniciei as correções. Foram muitas e muitas noites, dias, finais de semana, com muitas cópias e leituras repetidas após o que chegou-se ao produto quase final. Os Professores Scheibe e Leda Scheibe contribuíram numa tarde em uma das últimas revisões de capítulo do texto. Tive ainda ajuda de uma parente para produzir o índice remissivo final, que não estava no primeiro disquete. Mas, para a Imprensa/Editora seria ainda necessária cópia em impressora a laser. Rodei a Universidade inteira: CFH, Centro de Ciências Físicas e Matemáticas, Engenharias até descobrir uma única pertencente a um Professor na Engenharia Mecânica. Quem fez a conexão com ele foi um bolsista, estudante da Engenharia e filho da Geógrafa Sônia M. T. Moreira que fazia o Curso de Pós-Graduação na Geografia. Por esse labirinto consegui a cópia para a Imprensa. Neste momento a história se estende porque o Prof. Genaldo depois de dar muito do seu tempo para a edição do livro, colocou na última página um pequeno quadrado de 1cm de lado que indicava algo do seu trabalho no uso do LaTeX. Mas, no dia do lançamento vi que esta

página havia sido retirada e assim o registro de um grande esforço de cooperação foi mascarado. No lançamento fiquei atônita e não fiz o agradecimento e registro oral. Dessa maneira, nesta oportunidade, devo registrar o importante trabalho do Prof. Dr. Genaldo Leite Nunes para a publicação do livro do Prof. Carlos Augusto.

Professor Dr. Aziz Nacib Ab'Sáber

Sobre o Professor Aziz sempre há muito o que dizer. Considerando-se esta comemoração da XL SEMAGEO, lembra-se que em várias delas ele esteve presente uma vez que nunca negou os convites mesmo depois do insucesso de sua cirurgia de catarata aliada à sua idade elevada. Considerando-se ainda que nunca foi agraciado por qualquer comenda da UFSC, crê-se ser adequado centrar nas suas atuações e produções.

Quem o conheceu sabe de tuas idéias, ações, posturas, um exemplo de cidadão, consciente e ativo. Exemplo também de grande Geógrafo. Sério, participativo, com dignidade e serenidade mostrava sua indignação sobre os problemas e questões não resolvidos e sem políticas públicas para saná-los, que afetavam e afetam grande número da população brasileira.

O panorama de seus numerosos trabalhos científicos demonstra que conhecer o Brasil era uma meta importante para o cidadão, o Geógrafo e para o Professor, uma vez que foi também professor de Geografia do Brasil. Este panorama evidencia ainda que fazia a integração de aspectos humanos com aspectos físicos: bióticos e abióticos. Pensou muito o Brasil. Preocupou-se com questões educacionais, desde as relativas às crianças e adolescentes das periferias como ainda àquelas das e nas Universidades.

Na Conferência de Abertura da XIV SEMAGEO (1993), foi lhe pedido para falar sobre região e paisagem. Ele iniciou dizendo:

"Por muitos anos a Geografia foi considerada uma disciplina e não uma ciência, porque ela era de síntese e por isso, ao fazer síntese não seria ciência.

Eu me revolto profundamente contra isso. Toda síntese é a verdadeira Ciência, e a Ciência é a potencialização do conhecimento retirado da análise do mundo empírico;"

Sobre o tema proposto ele registrou:

"Quando me foi solicitado para discursar sobre região e paisagem eu meditei sobre três possibilidades: em primeiro lugar são termos didáticos, em segundo são termos clássicos e em terceiro são termos a aprofundar. São termos que precisam ser revistos permanentemente, não por modismos mas pela necessidade de integração com todas as outras ciências que caminham junto no conhecimento dessas realidades.

Os termos geográficos mais simples são certamente os que se desdobram em níveis máximos de complexidade; se penso em região estou pensando na paisagem, no espaço, no território. Outro fato importante é a complexidade conceitual dessas expressões tais como região, paisagem, território e espaço. Elas exigem um esclarecimento para a mídia. Não basta que os geógrafos modernos falem em território com um conceito muito especial de territorialidade sendo que as pessoas mais simples nunca venham a saber o que seja territorialidade ou o que seja a nova noção de território."

E, como um estímulo, um exemplo possível, apresentou sua forma criativa de enfrentar os percalços:

"Eu comecei a minha carreira como geógrafo por causa da paisagem agrária. Eu entrei na Geografia e História e senti que a História pedia livros (nós estávamos durante o fim de uma guerra,

não havia livros, não havia trânsito e não havia dinheiro entre nós os pobres, para comprar livros) e de repente eu me dou conta que aos invés de ler nos livros, eu podia ler a paisagem brasileira tentando interpretá-la. Uma audácia de um jovem estudante. Mas atenção, foi assim que eu resolvi a minha vida. Eu tentei ler a história da ocupação dos espaços e da economicidade através da paisagem agrária, [...]

No meu modo de entender, aplicando os princípios econômicos de um lado e os princípios ecológicos de outro, nós podemos chegar a alguma compreensão do espaço total."

Em 2010 um grupo de geógrafos e geólogos organizou e publicou um belo livro comemorativo da obra do Prof. Aziz, que reúne depoimentos e análises de geógrafos e geólogos, bem como de paleontólogo, arqueólogo, agrônomo, zoólogo. Ao lado dos depoimentos há trabalhos escolhidos e todo um panorama das suas produções científicas. Do meu ângulo ele é entre os três o que mais teve dificuldades de vários tipos no início de sua carreira. De família sem posses financeiras, ele com problemas de saúde como declarou, teve que ter muita fibra, persistência e querer fazer o trabalho escolhido, para abrir seu caminho.

Muito jovem, terminou seu Curso universitário com 20 anos e quatro anos depois publicou três artigos. Era a década de 1940, quando inicia sua grande contribuição para a Geografia Brasileira e também para a Geologia, em resumo para a Ciência, para o Brasil. Segundo ele, a Geologia veio com a orientação do Prof. Kenneth Caster que lecionava na USP. (Prof. Bigarella também cita Caster como um Professor importante na sua formação, com o qual fez estágio na USP em 1946, encaminhado pelo Prof. Maack.) Foram 64 anos de uma vida científica intensa uma vez que trabalhou e estava dentro da Biblioteca na USP, até o dia anterior ao seu falecimento.

Repete-se aqui o reconhecido em outra oportunidade (Duarte, 2012): desde cedo ele tinha preocupações com a situação ambiental particularmente para a manutenção da Floresta (Mata) Atlântica na Serra do Mar, manutenção do que restava da vegetação na Serra do Japi, SP, da vegetação do Cerrado, da Caatinga e da Floresta Amazônica. Com a sua visão integradora essa defesa visava o ser humano que as usa com cuidado e parcimônia, bem como visava a necessária manutenção da biodiversidade ainda mal conhecida, além das águas e dos solos, e a relação com o clima. Por este caminho registrou e demonstrou as condições do Semiárido do Nordeste Brasileiro e suas preocupações sobre as mesmas.

Sobre a Amazônia, sua visão dos distintos ambientes regionais e a defesa dos mesmos eram de Geógrafo competente e coerente para o qual nas questões ecológicas estão integrados os seres humanos que devem conviver, ter relações sustentadas com os demais seres vivos. Dessa maneira, de acordo com ele, para que todos se sustentem há que se manter a biodiversidade. Para tal, as atividades humanas devem conviver com o máximo da floresta em pé, isto é, as associações florestais devem cobrir o máximo da área. Muitos produtos obtidos das florestas: frutos, sementes, resinas, óleos, gomas, extratos, raízes, folhas, cascas, entre outros, provenientes não apenas de árvores, mas também de arbustos e ervas, só continuarão à disposição em comunidades florestais. Sem as associações vegetais sob forma de florestas, nada se sustenta. E as populações humanas que as conhecem crescem juntas. Por outro lado, não era contra as hidrelétricas desde que o planejamento fosse muito criterioso, porque sabia das necessidades de energia elétrica para as populações da grande Região.

Esta noção das organizações da natureza ele conheceu nas suas distintas formas dentro da Amazônia e outras regiões do Brasil. Com esta visão integradora estão muitos de seus trabalhos que deveriam ser lidos e relidos para debates sobre as condições nacionais e a História do país. Um deles é *“DA SERRA PELADA À SERRA DOS CARAJÁS. A REBELIÃO (IM)PREVISTA DOS GARIMPEIROS.”* É de 2004, porém nele Professor Aziz faz

uma retrospectiva desde 1940 até 1984, a data da rebelião, apresentando a cronologia de Planos, Superintendências, Bancos, as atividades de minerações, mineradoras e mineradores, as da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), predominantemente as ocorridas no período da ditadura, uma vez que este recobre a última metade do intervalo de tempo examinado.

Preocupava-se muito com a educação, as condições de vida, principalmente as das populações mais desvalidas sejam aquelas sem assistência no entorno das cidades bem como aquelas mais distantes do centro de poder. Suas preocupações com as crianças das periferias das cidades o levaram a praticar e estimular a criação de Bibliotecas Comunitárias e Mini-Vilas Olímpicas que permitissem condições mais agregadoras das crianças e adolescentes com o restante da família e da própria comunidade, nos lugares já usados, como os campinhos para o futebol, mais praticado nos finais de semana.

Grande número de seus trabalhos trataram de Geomorfologia, porém, muitas vezes associada a outros campos como Geologia, solos, clima, vegetação, distribuição desta, situações de cidades, História, indústrias e industrialização, planejamento, questões teóricas, reflexões. Ao considerar-se apenas seus artigos seguem exemplos dessa associação:

- *“Geomorfologia de uma linha de quedas apalachiana típica do Estado de São Paulo”* (1952), no qual vincula o modelado a questões geológicas o que explica as quedas de água usadas para geração de energia elétrica aplicada a indústrias próximas. Une todas estas questões com a história de São Paulo e sua territorialidade.

- *“Relevo, estrutura e rede hidrográfica do Brasil.”* (1956), em que alia a rede de rios brasileiros dentro de situações geomorfológicas e explicações suscitadas pela estrutura geológica.

- *“Conhecimentos sobre as flutuações climáticas do Quaternário no Brasil.”* (1957). Um título com a palavra Quaternário encaminha para

muitas questões geográficas tais como: mudanças climáticas, distribuição de climas, variação eustática do nível do mar, condições distintas e extremas que atingem a distribuição das associações vegetais. Porém, ocorreram não apenas **mudanças** climáticas de frio/seco ou frio/úmido para quente/úmido e/ou quente/seco, mas também, **flutuações** climáticas que são situações de abrangência menor em tempo mais curto. Professor Aziz mostra então o que se conhecia em 1957 no Brasil, sobre o tema.

- *“Geomorfologia do sítio urbano de São Paulo.”* (1957), nada mais integrador e geográfico, necessário a um bom planejamento do que identificar e analisar questões geomorfológicas: relevo com suas elevações, rede fluvial, planícies inundáveis entre outros temas aplicados ao local de estabelecimento de uma cidade, isto é, o “sítio” urbano. Professor Aziz escreveu pelo menos onze artigos sobre os sítios urbanos de cidades brasileiras.

- *“Bacia Paraná-Uruguai: estudo de Geomorfologia Aplicada.”* (1961), com o qual orienta e chama a atenção para a integração de grande área da América do Sul, que interessa particularmente aos principais países sulinos hoje associados no MERCOSUL.

- *“Províncias geológicas e domínios morfoclimáticos no Brasil.”* (1970), novamente alia morfologias desenvolvidas por ação climática sobre distintas áreas geológicas do espaço brasileiro.

- *“Meditações em torno da notícia e da crítica na geomorfologia brasileira.”* (1958), artigo de apresentação da Revista “Notícia Geomorfológica” a primeira focada neste campo do conhecimento no Brasil, voltada para *“...noticiar e apreciar criticamente ... trabalhos e concepções geomorfológicas...”*. Seu texto faz uma exortação à elaboração de bons trabalhos verdadeiramente científicos. Reafirma o papel da boa crítica com o registro de que: *“Uma notícia sem crítica é*

tão pouco útil e destituída de significado quanto uma observação sem registro, uma geografia sem ilustração, uma descrição sem interpretação ou, uma carta sem escala...”

- *“Um conceito de geomorfologia a serviço das pesquisas sobre o Quaternário.”* (1969), em que apresenta questões teóricas que orientam ou que podem orientar pesquisas.

Muitos outros temas geográficos foram abordados por ele, além daqueles educacionais e os relativos à Ciência no Brasil e às Universidades. Com a citação de alguns títulos pode-se verificar a visão e atuação do geógrafo pleno, com muitas preocupações para com o Brasil e seu povo. A escolha dos exemplos que seguem, como a dos anteriores, fez-se sobre os trabalhos mais antigos propositadamente para demonstrar como ele tinha esta atuação desde muito cedo na sua carreira científica e a manteve até depois dos 80 anos de vida. Os títulos falam por si. São exemplos:

- *“Paisagens rurais do Sudoeste Goiano, entre Itumbiara e Jataí.”* (1951).
- *“Bases geoeconômicas da indústria siderúrgica brasileira.”* (1951).
- *“Na região de Manaus. Fotografias e Comentários.”* (1952).
- *“A cidade de Manaus: primeiros estudos.”* (1953).
- *“As bases geoeconômicas essenciais da região de São Paulo.”* (1954).
- *“Aptidões agrárias do solo maranhense.”* (1958).
- *“Interiorização do ensino superior e sistema de escolha de professores.”* (1958).
- *“As Universidades e o desenvolvimento do Brasil.”* (1958).
- *“O preço dos livros importados.”* (1959).

Em síntese, desde muito jovem Professor Aziz inicia uma produção científica que sistematicamente é publicada em todos os anos de sua vida. Desenvolve atividades no espaço brasileiro que lhe permitem conhecer, analisar, explicar o país e apresentá-lo, demonstrando várias características de cada lugar, de cada região,

numa Geografia plena de temas integrados. Dirigiu sua atenção para problemas físicos e humanos do país e suas causas. Posicionou-se freqüentemente nos seus trabalhos e falas com vistas ao crescimento do país e da(s) sua(s) sociedade(s), portanto fez ciência aplicada. Repetia com freqüência que todas as ações a serem praticadas deveriam sempre ser objeto de estudos a priori para que os impactos fossem previstos e assim serem minimizados ou mudado o rumo da ação. Ele referia-se a impactos ambientais, aqueles especificamente ecológicos, entretanto, paralelamente enfatizava que dever-se-iam prever os impactos sociais e econômicos.

Entrelaçamentos

Nascidos na mesma década, porém espacialmente distantes, os entrelaçamentos da vida dos três personagens podem ser admitidos, pelos seguintes fatos, mas, não apenas: (1) por terem realizado o curso universitário na mesma década; (2) por serem egressos de Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras; (3) por terem lecionado em Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras; (4) mantido vínculo com a Associação de Geógrafos Brasileiros - AGB e participado de suas reuniões técnicas; (5) publicado nas revistas dessa Associação; (6) dado importância ao Clima em suas pesquisas mesmo no caso de preocupações com os paleoclimas; (7) demonstrarem preocupações com questões ambientais; (8) produzirem artigos sobre o espaço catarinense.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

AB'SÁBER, A. N.; COSTA JÚNIOR, M. . Paisagens rurais do Sudoeste Goiano, entre Itumbiara e Jataí. *Boletim Paulista de Geografia*, São Paulo, nº. 7, p. 38-63, 1951.

AB'SÁBER, A. N. . Bases geoeconômicas da Indústria Siderúrgica Brasileira. *Boletim da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP*, São Paulo, nº 13, p. 83-89, 1951.

AB'SÁBER, A. N. . Na região de Manaus. Fotografias e comentários. *Boletim Paulista de Geografia*, São Paulo, nº. 14, p. 55-66, 1952.

AB'SÁBER, A. N. . Geomorfologia de uma linha de quedas apalachiana típica do Estado de São Paulo. *Anuário da Faculdade de Filosofia "Sedes Sapientiae" da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo*, São Paulo, v. 11, p. 111-138, 1952.

- AB'SÁBER, A. N. . A cidade de Manaus: primeiros estudos. *Boletim Paulista de Geografia*, São Paulo, nº 15, p. 18-45, 1953.
- AB'SÁBER, A. N. . As bases geoconômicas essenciais da região de São Paulo. *Revista das Faculdades Campineiras*, Campinas, v. 1, nº 2, p. 10-18, 1954.
- AB'SÁBER, A. N. . Relevo, estrutura e rede hidrográfica do Brasil. *Boletim Geográfico*, Rio de Janeiro, v. 14, nº 132, p. 225-228, 1956.
- AB'SÁBER, A. N. . Conhecimentos sobre as flutuações climáticas do Quaternário no Brasil. *Boletim da Sociedade Brasileira de Geologia*, v. 6, p. 41-48, 1957.
- AB'SÁBER, A. N. . Geomorfologia do sítio urbano de São Paulo. *Boletim da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP*, São Paulo, nº. 219, 1957. (Geografia, 12).
- AB'SÁBER, A. N. . Meditações em torno da notícia e da crítica na geomorfologia brasileira. *Notícia Geomorfológica*, Campinas, nº. 1, p. 1-6, 1958.
- AB'SÁBER, A. N. . Aptidões agrárias do solo maranhense. *Boletim Paulista de Geografia*, São Paulo, nº. 30, p. 31-37, 1958.
- AB'SÁBER, A. N. . As Universidades e o desenvolvimento do Brasil. *Notícia Geomorfológica*, Campinas, nº.2, p.51-53,1958.
- AB'SÁBER, A. N. .Interiorização do ensino superior e sistema de escolha de professores. *Notícia Geomorfológica*, Campinas, nº.2, p. 53-55, 1958.
- AB'SÁBER, A. N. .O preço dos livros importados. *Notícia Geomorfológica*, Campinas, v.2, nº 3, p. 47-48, 1959.
- AB'SÁBER, A. N. .Bacia do Paraná-Uruguai: estudo da geomorfologia aplicada. *Notícia Geomorfológica*, Campinas, v. 4, nº 7-8, p. 24-50, 1961.
- AB'SÁBER, A. N. .Um conceito de Geomorfologia a serviço das pesquisas sobre o Quaternário. *Geomorfologia*, São Paulo, nº. 18, p. 1-23, 1969.
- AB'SÁBER, A. N. .Províncias geológicas e domínios morfoclimáticos no Brasil. *Geomorfologia*, São Paulo, nº. 20, p. 1-26, 1970.
- BIGARELLA, J.J. .Contribuição ao estudo da planície sedimentar da parte Norte da Ilha de Santa Catarina. *Arquivos de Biologia e Tecnologia*, IBPT, Curitiba, vol. 4, p. 107-140. 1949.
- BIGARELLA, J.J. . Depoimento do Professor Bigarella (carta de 2006). **In**, MODENESI-GAUTTIERI, M.C.; BARTORELLI, A.; MANTESSO-NETO, V.; CARNEIRO, C. DAL RÉ; LISBOA, M.B.de A. L. . **A OBRA DE AZIZ NACIB Ab'SÁBER**. São Paulo. BECA - Ball Edições. p. 215-216. 2010.
- BIGARELLA, J.J.; SALAMUNI, R.. Sobre um aparelho para medição de estratificação cruzada. *Dusenya*, Curitiba, v.VIII, Fasc. 1, p. 41-43. 1958.
- BIGARELLA, J.J.; SALAMUNI,R.. Early Mesozoic winds patterns as suggested by dune bedding in the Botucatu Sandstone of Brazil and Uruguay. *Geol. Soc. of Amer. Bull.* v.72, p. 1089-1106. 1961.
- Boletim Paranaense de Geografia*. nº. 4 e 5. Associação dos Geógrafos Brasileiros. Secção Regional do Paraná. Curitiba. Diretoria 1961.
- Boletim Paranaense de Geografia*. nº. 16 e 17. Universidade do Paraná e Conselho Nacional de Geografia. Curitiba. 1965.
- DUARTE, G.M. . Professor Dr. Aziz Nacib Ab'Sáber - Homenagem na UFPA. [2012]: 475-498. **In**, SIMÕES, M. do S., Org., **XVI ENCONTRO INTERNACIONAL IFNOPAP, VI CAMPUS FLUTUANTE**. 2013. UFPA.

GEOSUL. . Entrevista com o Professor João José Bigarella. Revista GEOSUL, nº. 8, p. 124-144, Ano IV, segundo semestre. 1989. Republicada em GEOSUL, nº. 12/13, p.202-223, Ano VI, 2º sem. 1991 e 1o. sem. 1992.

MODENESI-GAUTTIERI, M.C.; BARTORELLI, A.; MANTESSO-NETO, V.; CARNEIRO, C. DAL RÉ; LISBOA, M.B.de A. L. . **A OBRA DE AZIZ NACIB Ab'SÁBER**. São Paulo. BECA-Ball Edições. 588 pp. 2010.

MONTEIRO, C.A. de F. . Método dinâmico da Climatologia no ensino e na pesquisa. **In, CURSO DE FÉRIAS PARA APERFEIÇOAMENTO DE PROFESSORES DE GEOGRAFIA DO ENSINO MÉDIO. JANEIRO/FEVEREIRO DE 1963**. IBGE. p.23-38. 1964.

Professores Carlos Augusto Figueiredo Monteiro e João José Bigarrela: contribuições geográfica e trajetória profissional

Odair Gercino da Silva

Professor Carlos Augusto Figueiredo Monteiro: Contribuições Geográfica

O presente texto tem como objetivo proceder um rápido comentário sobre alguns aspectos da vida profissional do Professor Carlos Augusto Figueiredo Monteiro, por ocasião de sua estada em Florianópolis, no período de 1955 à 1959, então geógrafo do Conselho Nacional de Geografia (CNG), com o propósito de coordenar os trabalhos do Atlas Geográfico de Santa Catarina, junto ao Departamento Estadual de Geografia e Cartografia (DEGC) e ao Diretório Regional de Geografia (DRG). Na época, o Prof. Carlos Augusto também passou a ministrar aulas de Geografia Física na Faculdade Catarinense de Filosofia, Ciências e Letras. Com a implantação do Curso de Mestrado em Geografia da UFSC em 1985, o Prof. Carlos Augusto retornou à Florianópolis, onde permaneceu no período de 1987 a 1989, na condição de Professor Visitante, com o propósito de oferecer uma excelente contribuição técnico-científica e didática ao referido Programa de Pós-Graduação.

Nascido em 23 de março de 1927, na cidade de Teresina (Piauí), o Professor Carlos Augusto de Figueiredo Monteiro, formou-se em Geografia e História na Faculdade Nacional de Geografia, atual UFRJ, em 1950. No período de 1951 a 1953, esteve na França, onde realizou estágio no Laboratório de Geomorfologia da École Pratique de Hautes Études e no Laboratório de Sedimentologia da École Nationale d'Agronomie.

No Brasil, como geógrafo do CNG, o prof. Carlos Augusto foi designado para coordenar os trabalhos do Atlas Geográfico de Santa Catarina, em Florianópolis, junto ao DEGC e CRG, onde permaneceu de 1955 até 1959. Paralelamente aos trabalhos de coordenação do Atlas,

o Prof. Carlos Augusto passou a lecionar a disciplina de Geografia Física na Faculdade Catarinense de Filosofia, Ciências e Letras, atual Faculdade de Filosofia e Ciências e Humanas da UFSC. Referido Atlas, editado em 1958, foi considerado, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), como sendo pioneiro no território nacional, e com nível de excelente qualidade.

Deve-se ressaltar que paralelamente aos trabalhos de coordenação do Atlas, o Prof. Carlos Augusto desenvolveu, concomitantemente, trabalhos técnico-científicos, equivalentes a aproximadamente 60% dos trabalhos do Atlas, compreendendo: realização de pesquisas, elaboração de cartas temáticas, gráficos analíticos, croquis cartográficos e simbologias cartográficas, destinadas à elaboração final dos trabalhos gráficos e cartográficos, sobre condições climáticas do Brasil e de Santa Catarina, cobertura vegetal original, movimentos demográficos e indústrias minerais e vegetais de Santa Catarina.

Na elaboração do Atlas, é importante registrar a relevante contribuição dos professores Armém Mamigonian, Francisco Kazuiko Takeda, Paulo Fernando de Araújo Lago e Marly Anna Fortes Bustamante, quanto à realização dos trabalhos de pesquisas, elaboração de textos analíticos, preparação de cartas temáticas e representações gráficas, abordando temas sobre educação, economia agrícola, industrial, pesqueira e transportes, bem como habitats rural e urbano.

Com a implantação do Curso de Mestrado em Geografia, em 1985, o Professor Carlos Augusto retorna à Florianópolis e permanece de 1986 a 1990, na condição de Professor Visitante, tendo implantado e ministrado a disciplina de Análise da Qualidade Ambiental no referido Curso de Mestrado. Tenho grande lembrança de que até a minha aposentadoria na UFSC, em 1992, o prof. Carlos Augusto era considerado um dos grandes baluartes da Pós-Graduação (assim como o Prof. João José Bigarella), sempre procurando fazer o melhor para proporcionar ao Curso um nível de ensino de excelente qualidade.

No período de 1982 a 1983, o prof. Carlos Augusto ministrou um curso no Japão, na condição de Professor Visitante na Universidade de Tsukuba. Posteriormente, ele voltou ao Japão, 1995-1996, para ocupar a Cátedra de Geografia e Cultura, no Centro de Estudos Brasileiros, na Universidade de Tenri, situada na província de Nara.

Meu primeiro contato com o Professor Carlos Augusto foi em 1955, no DEGC, onde eu exercia o cargo de desenhista-cartógrafo e tive a satisfação de ter participado da equipe técnica do Atlas, na condição de desenhista-cartógrafo. O prof. Carlos Augusto deixou, ao meu encargo, a elaboração final de 21 matrizes, de cartas temáticas e gráficos, para os devidos trabalhos de impressão. Lembro-me que os esboços das cartas temáticas e gráficos, elaborados pelo prof. Carlos Augusto, eram muito perfeitos e as convenções cartográficas eram compatíveis com as técnicas cartográficas de alto nível técnico, para a época. Competia ao desenhista, elaborar as matrizes originais, em “material cronaflex”, base estável, como produto semifinal para a devida impressão.

O Prof. Carlos Augusto é considerado por muitos o pai da “análise rítmica”, método de análise amplamente utilizado nos estudos de climatologia geográfica. No ano 2000, recebeu o título de Doutor Honoris Causa, pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Em 2003, recebeu o título de Professor-Emérito da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. A tese de Livre-Docência, “Teoria e Clima Urbano”, defendida em 1975, representa um significativo marco nos estudos de Climatologia Geográfica.

Com a sua aposentadoria na USP, em 1987, o Prof. Carlos Augusto passou a se interessar por uma linha de pesquisa relacionada à Geografia e à Literatura, o que resultou na produção do maravilhoso livro “O mapa e a trama”, obra que consiste em ensaios sobre o conteúdo geográfico em criações romanescas, publicado pela Editora da UFSC em 2002.

Os meus conhecimentos com o Professor Carlos Augusto, como colega de trabalho, como coordenador e subcoordenador do Mestrado de Geografia, me permitem registrar que se trata de excelente professor e palestrante, e exímio pesquisador e escritor. Uma outra característica é a realização de suas pesquisas com recursos próprios. Ser humilde é uma outra de suas características. Quando se trata de optar pela escolha de hotéis e restaurantes, por ocasião da realização de palestras, cursos ou eventos institucionais, sempre opta por hotéis e restaurantes de categorias modestas. Outra de suas características, muito peculiar, é ser tímido. Um exemplo disso é que em uma de suas entrevistas o Prof. Carlos Augusto confessa que nunca teve coragem de apresentar um trabalho na Associação dos Geógrafos do Brasil. O fato é que sua contribuição para o desenvolvimento dos conhecimentos geográficos no Brasil é tão impactante que nem há necessidade de divulgação do seu trabalho. Por fim, é uma pessoa de poucas palavras, confirmando o conhecido pensamento de Jean-Jacques Rousseau (1712-1778) que “geralmente aqueles que sabem pouco falam muito, e aqueles que sabem muito falam pouco”.

Professor João José Bigarella: Pequeno comentário sobre a sua trajetória profissional

O presente artigo tem o propósito de relatar um pequeno comentário sobre o saudoso Professor Doutor João José Bigarella, onde se pretende fazer uma pequena abordagem referente à sua extraordinária contribuição à Pós Graduação de Geografia da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), na condição de Professor Visitante, mediante contrato com a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Pretende-se também, relatar algumas características do seu perfil realizador de grandes obras científicas, e o seu jeito de ser, sempre com muita humildade e grande sabedoria.

O Professor Bigarella foi professor da Universidade Federal do Paraná (UFP), no período de 1949 a 1980, quando se aposentou. Nascido em 23/09/1923, em Curitiba, faleceu em 05/05/2016, com 92 anos de idade.

O meu primeiro contato pessoal com o Prof. Bigarella, ocorreu em meados da década de 1960, ou mais precisamente em 1967, por intermédio do Prof. Victor Antônio Peluso Júnior. Na época, eu era Diretor do Departamento Estadual de Geografia e Cartografia (DEGC) e o Prof. Bigarella (então professor de Geomorfologia na UFP), encontrava-se em Florianópolis, com um grupo de alunos da Universidade Federal do Paraná, realizando pesquisas sobre as dunas do litoral catarinense, como uma das etapas do Simpósio de Geologia do Quaternário da Região Sul do Brasil. O contato do Prof. Bigarella comigo, tinha o propósito de obter ajuda financeira do Governo de Santa Catarina, para a realização das pesquisas de campo no litoral catarinense, o que foi possível através de um simples contato com o Secretário do Plano de Metas do Governo (PLAMEG).

Com a implantação do Curso de Mestrado em Geografia da UFSC, em 1985, era indispensável a formação de um quadro de professores – doutores, para dar suporte técnico-científico de alta qualidade e atender a demanda das duas áreas de conhecimento, contempladas pelo Curso: 1) Utilização e Conservação de Recursos Naturais, 2) Desenvolvimento Regional e Urbano.

No Curso de Mestrado, o Prof. Bigarella foi um dos primeiros professores a ser contratado pela CAPES, com duração de 2 anos e com direito à recontratação. Assim, o Prof. Bigarella teve diversas recontratações, o que permitiu a realização de pesquisas de campo mais prolongadas, com seus alunos, em um rico laboratório natural, situado nas proximidades da UFSC, constituído pelas magníficas dunas da Lagoa da Conceição, onde existe até hoje uma fantástica duna parabólica. Nas pesquisas de campo, era utilizado um equipamento denominado stereohelioplanímetro (inventado pelo Prof. Bigarella), com a finalidade de mensurar os elementos da dinâmica das dunas.

Referido equipamento permitia também proceder mensurações das características estruturais de formações geológicas e geomorfológicas. Tal aparelho ficou popularmente conhecido como “bigarelômetro”.

Além das aulas teóricas e práticas, para os alunos do Mestrado, não era raro o prof. Bigarella ocupar boa parte do seu tempo, proferindo significativas palestras sobre suas consideráveis pesquisas técnico-científicas, bem como sobre importantes aspectos da paisagem geográfica, situados nos roteiros de suas viagens de estudos científicos.

Durante a sua permanência na Pós-Graduação de Geografia da UFSC, o Prof. Bigarella também ocupou boa parte do seu tempo, com orientação de trabalhos acadêmicos de diversos alunos, entre os quais a Professora Maria Lúcia Hermann, a Professora Magaly Mendonça, entre outros.

É importante registrar que o Prof. Bigarella foi um eminente baluarte na Pós-Graduação de Geografia da UFSC, tendo deixado importantíssimo legado, assim como em outras universidades brasileiras.

No que concerne aos conhecimentos técnico -científicos do Prof. Bigarella, póde-se classifica-lo como um profissional polivalente, tendo em vista a sua formação em diversas áreas do conhecimento: Engenharia Química, Geologia, Geomorfologia, Geografia e Cartografia Temática. Esta última área se justifica pela relevância dos conhecimentos cartográficos e aerofotogramétricos, na elaboração de cartas geológicas e geomorfológicas, bem como nos conhecimentos das técnicas de leitura, análise e mensurações precisas, sobre as referidas cartas, as quais são muito complexas e dispõem de sistema convencional (legendas) também complexo. Isso tudo assume uma principal relevância, numa época em que não se contava com a tecnologia da internet e programas de computador.

Com relação às questões ambientais, o Prof. Bigarella foi um dos pioneiros no Brasil, na condição de defensor ambiental. Como ambientalista, promoveu o tombamento da Serra do Mar, no Paraná,

em 1978. Foi integrante de inúmeras entidades ambientalistas, tendo sido presidente da ADEA (Associação de Defesa e Educação Ambiental), do estado do Paraná, no período de 1974 a 1994.

Dentre tantos conhecimentos científicos e grande parte do tempo dedicado ao magistério, às pesquisas e à administração de instituição ambiental, o Prof. Bigarella também tinha predileção pela poesia.

Apenas um exemplo para ilustrar a sua visão poética da natureza, na série “Paisagens Paranaenses” (Secretaria de Cultura do Governo do Paraná), no volume Ilha do Mel, pag.89, consta o seguinte poema do Prof. Bigarella:

Há 15 bilhões de anos

Formaram-se as estrelas

E as galáxias.

Na Via láctea, o sistema

Solar e a Terra.

Nela, continentes, mares e ilhas.

Entre elas, muito mais tarde,

A belíssima Ilha do Mel,

Portal do Paraná.

Singela, repleta de múltiplos encantos,

Transformou-se em Reserva Ecológica,

Área de Preservação Permanente.

Embora ainda muito carente de proteção,

Anseia tornar-se símbolo de amor

À Natureza.

O Prof. Bigarella foi autor de mais de 200 trabalhos técnico-científicos publicados, sobre diversos temas da ciência da Terra, principalmente nos campos da Geologia e da Geomorfologia. As suas principais áreas de atuação eram o estudo sobre a movimentação dos

continentes e a revisão global dos depósitos eólicos dunares recentes e antigos, na bacia do Paraná e no litoral Paranaense e catarinense. O seu trabalho técnico-científico sobre dunas recentes no litoral paranaense e catarinense, é reconhecido até hoje nos mais importantes livros sobre ambientes eólicos.

O Prof. Bigarella foi Grã-Cruz da Ordem Nacional do Mérito Científico. Foi membro da Academia Brasileira de Ciências e da Academia Latino Americana de Ciências. Foi membro de outras instituições internacionais de Geologia e membro do *International Geological Correlation Program* da UNESCO, entre 1973 e 1976 e seu Vice-Presidente entre 1975 e 1976. É importante uma referência à Fundação João José Bigarella, fundada em 1998, com o propósito de desenvolver projetos de pesquisas capazes de melhorar a qualidade de vida humana e ambiental.

Como pessoa, o Prof. Bigarella era de uma humildade incomparável. Durante o período de sua vinculação à Pós-Graduação em Geografia da UFSC, na condição de professor visitante, sempre manteve um maravilhoso relacionamento de grande amizade com os alunos e demais professores. Durante quase toda a sua temporada em Florianópolis, na condição de Professor Visitante, o Prof. Bigarella tomou a iniciativa de se hospedar nas proximidades do Campus Universitário, por um custo bem razoável. Assim, o Professor Bigarella se hospedou no alojamento da Secretaria de Agricultura de Santa Catarina (destinado a técnicos e pesquisadores da instituição), situado no bairro Itacorubi. O seu deslocamento de 3km até a Universidade, caminhando, lhe serviu de um excelente treinamento físico. E como disse o poeta e filósofo Khalil Gibran (1883 – 1931) “a simplicidade é o último degrau da sabedoria”. Certamente o Professor Bigarella era um sábio.

João José Bigarella, um professor em descoberta permanente

Mônica Maria Bigarella

Agradeço o convite para participar da mesa em homenagem a Carlos Augusto de Figueiredo Monteiro, Aziz N. Ab'Saber e João José Bigarella.

Conhecer o percurso de cada um dos “*três titãs, os três monstros da Geografia Brasileira*”¹ como nos diz Armen Mamigonian, é aprender através da produção própria de cada um, a grandeza de uma obra. Grandeza que muitas vezes “*provoca inveja*”, mas “*onde a verdade e a falsidade estão em confronto permanente*”.²

Assim, é com alegria que me dirijo a todos para dizer que esse convite é além de uma homenagem, uma forma de reconhecimento do compromisso que o Professor Bigarella, como gostava de ser chamado, manteve com sua obra, fruto de uma construção constante e perseverante em relação à ciência, à pesquisa, à academia e à natureza.

Homenagem que inserida no 4º Seminário Nacional de Geografia Econômica e Social e na 40ª Semana de Geografia da UFSC, reconhece seu amor ao ensino e ao trabalho. É poder dizer do imenso carinho que tinha por Santa Catarina, em especial Florianópolis, terra de grandes amigos e colaboradores. Foi aqui, num último fôlego, que falou sobre a necessidade de cuidar do conhecimento científico da Universidade e do Meio Ambiente.

Seu maior mérito, foi ter sido professor por toda a sua vida. Seu contato direto com estudantes nas salas de aula, nas palestras e nas pesquisas de campo estimulou carreiras. Orientou alunos, mestrandos, doutorandos e pós-doutorandos com o mesmo entusiasmo. Ensinou a muitos porque estava aprendendo e pesquisando continuamente.

Observou, anotou, enfileirou números, fotografou (mais de 30.000 fotos e slides), analisou, interpretou, escreveu, publicou. Foi autor de inúmeros livros e artigos científicos. Seus escritos sempre contemplaram a colaboração de seus colegas, alunos e orientandos, dando espaço para debates de temas muitas vezes polêmicos com interlocutores de abordagens diversas.

Hábil leitor da linha do tempo, soube interpretar o passado, analisar o presente e alertar sobre o futuro, não só pela ação da própria natureza, mas também pela ação da mão do homem. Chegou a ser chamado de quiromante da terra.

Mas, como nasce um homem com essa natureza? Nasce cedo, menino. Em sua autobiografia registrada no livro *Fragmentos de um Mosaico Étnico* (2001) diz: *“como menino adorava excursões pelos arredores do balneário, penetrando na floresta e escalando os morros Escalvado e Caiobá.”* [...] *“Acompanhava minha avó à festa do Rocio”* [...] *“Todos os invernos, desde 1931, íamos à praia de Matinhos onde desfrutávamos a natureza seja no mar ou em passeios no interior da planície litorânea ou junto à serra.”* [...] *“Lembro sempre da viagem com as imponentes paisagens da Serra do Mar que me influenciaram nas atividades excursionistas na juventude e nas preocupações ambientalistas posteriores.”* [...] *“Sempre apreciei a leitura, lia muito e gostava de livros de aventuras, viagens”* [...] *“Quando menino, li todos os livros de Karl May que descreviam aventuras em paisagens as mais distantes e diversas. Gostava das descrições geográficas, ...relativas às diversas regiões do Brasil. Igualmente não perdia um filme sobre aventuras na África.”* [...] *“O sonho de visitar a África manteve-se vivo por cerca de três décadas, até que em 1969 tornou-se realidade e me permitiu trabalhar na África. Minha tendência natural foi a de abraçar desde o início uma carreira de naturalista ou de geocientista. Gostava daquilo que hoje se chama “ecologia”, isto é, a relação entre os seres vivos e o ambiente. Na época esse assunto não tinha a maior importância. Entretanto, meu interesse pelo problema manteve-se latente.”* [...] *“As circunstâncias levaram-me a decidir pelo estudo da química.”* ³

Bigarella cursou Ciências Químicas, Química Industrial e por fim obteve o grau de Engenheiro Químico (1953). Desde o início trabalhou nas áreas de mineralogia e geologia, pesquisando matéria prima para as indústrias de cimento e cerâmica. O fundamento da Química foi essencial para formar um pesquisador cujo interesse primordial sempre foi acadêmico. *“Sabia... que tudo que fizesse em geologia, mais cedo ou mais tarde, teria aplicação prática.”* [...] Não sabia *“no início o quanto as*

*pesquisas seriam úteis à solução de problemas ambientais, no sentido de melhorar as condições sócio- econômicas das comunidades.”*⁴

Foi com esse saber e não saber, com sua sensibilidade ambiental extraída como nos disse “*dos eventos do passado da história da terra e com trabalhos realizados na América, África, Índia, Sudoeste Asiático, Austrália e Oceania,*” que passou “*a lutar cada vez mais intensamente pela conservação da natureza e pelo uso responsável do meio ambiente.*”⁵

O seu livro *Lutas e Frustrações Ecológicas. Um Desafio.* (1986) reúne uma série de artigos escritos na *Gazeta do Povo*, jornal do Paraná. O capítulo 4 – *O Blefe dos Parques e Reservas*, contempla um artigo publicado no dia 14/07/1983: *A hipocrisia dos Parques. Sabemos que desde 1950 Bigarella havia escolhido o “campo de dunas da Joaquina como seu laboratório natural predileto.”*⁶ Vejamos o que nos apresentava há 36 anos:

“Há cerca de 8 anos o povo de Florianópolis vibrou com a criação do Parque das Dunas, situado entre a Lagoa da Conceição e a Praia da Joaquina. Foi uma vitória da comunidade tendo em vista a preservação do Ecossistema das dunas, aliás o único em Santa Catarina. [...]

Preocupamo-nos com todos os Parques, mas principalmente com este das Dunas, onde durante muitos anos ministramos aulas práticas de campo [...] A respeito desta área publicamos vários trabalhos em revistas brasileiras, europeias e norte-americanas.

Vejamos em primeiro lugar o interesse científico da área em questão. As Dunas da Ilha de Santa Catarina despertaram grande interesse na comunidade científica internacional, sendo mesmo consideradas como um “modelo ecológico” para estudos ambientais. Basta este fato para que as Dunas sejam preservadas, como o foram. Mas... existe um mas. Elas encontram-se ameaçadas por técnicos e políticos desprovidos do menor senso ambientalista.

Em segundo lugar, trata-se de um Ecossistema no qual a Flora e a Fauna são importantes. Os animais que vivem nas Dunas apresentam características especiais. Eles precisam ser protegidos. É a preservação de um estoque genético, mesmo que em pequena área.

O que está acontecendo com as dunas? Alguém teve a estúpida ideia de propor a utilização do Parque das Dunas como área de tratamento de esgoto. A ideia tomou vulto dentro de uma comunidade administrativa ignorante dos mais elementares conceitos de ecologia aplicada ao planejamento regional. Trata-se de má fé, de hipocrisia, de palhaçada? Trata-se de uma opressão cultural àqueles que se preocupam com o meio ambiente. Por que o poder constituído em Santa Catarina cria e desmancha parques a seu bel prazer sem que a comunidade se oponha?

A comunidade não pode ser inerte, omissa ou conformista. A Universidade e os estudantes também devem participar de movimentos ecológicos em benefício do Município ou do Estado.

O comodismo não condiz com o padrão popular da população. Um povo culto deve saber o que quer. Deve ter noção da importância dos parques e da preservação da natureza. Não deve sujeitar-se a ter seu ambiente degradado. Quem quererá ir aos restaurantes da Lagoa ou ir à praia da Joaquina respirar o ar poluído com a aspersão dos esgotos nas dunas?

Será isto progresso ambiental? Dizem, cada povo tem o governo que merece.”⁷

Lembro que isso foi publicado em 1983.

João José Bigarella, membro da Academia Paranaense de Letras, além de escritor era poeta. Converteu seu amor pelas dunas em poesia:

*“Dunas altíssimas a perder de vista.
Dunas e mais dunas esvoaçantes,
Oscilantes ao sabor dos ventos persistentes,
Caprichosas, altaneiras e flexíveis.
Dunas em calmaria,
Areias soltas de brancura sem fim.
Dunas em vendavais,
Impulsivas e altivas,
de areias tapetes flutuantes.
De dia, turbulentas e irrequietas,
Movediças e de alvura ofuscante.*

*Ao crepúsculo, se aquietam noite adentro.
Recobrem-se de matizes dourados e variados,
que se transformam em escuras sombras
nas noites sem luar, silenciosas e estreladas.
Oferecem encantos múltiplos, inolvidáveis e perenes.
Ao alvorecer, as sombras se revestem de prata e cores.
Tudo muda, para a realidade do dia,
Para a realidade das coisas!”⁸*

Nas trilhas de um geólogo (2003)

Meu pai era um homem de hábitos simples. Gostava de reunir amigos, familiares e parentes para um almoço ou um café. Elegeu Caiobá como praia de lazer, convívio e trabalho. Alunos, orientandos e colaboradores trabalhavam juntos, durante diversos períodos, em sua casa sempre acolhedora, construída na década de 50. Aos poucos transformou o quintal de areia numa mata exuberante. Até hoje, muitos param em frente ao terreno para admirar a “floresta do Bigarella” que na verdade é uma reconstituição da mata atlântica. Destinava alguns meses do ano para lá estudar, pesquisar, redigir seus textos e escrever seus livros. Na baía de Guaratuba, por ele mapeada com instrumentos precários, (bússola e passômetro), sem GPS, incentivou diversas famílias a iniciar o cultivo de ostras. Hoje, o local, conhecido como Cabaraquara, tornou-se um ponto gastronômico. Adorava degustar frutos do mar (especialmente as ostras) acompanhados de caipirinha. Um dos restaurantes deu o nome de Linguado Bigarella ao peixe acompanhado de molho de maracujá.

Sempre que possível, levava seus filhos para fazer trilhas e viajar, mostrando a diversidade e a beleza da paisagem. Transmitiu a netos e bisnetos o gosto e a curiosidade de conhecer países, vilarejos e culturas mundo afora.

Durante sua vida conquistou inúmeras medalhas e prêmios, porém seu grande mérito foi não esmorecer, não desanimar no extenso caminho que trilhou.

Pioneiro na pesquisa e defesa de causas ambientais, lutou pelo tombamento da Serra do Mar, pelo primeiro movimento pela Defesa e Educação Ambiental (ADEA) em 1974, pela preservação da paisagem no Parque Estadual de Vila Velha, alcançada mediante ação civil pública ajuizada em 1978. Lutou ainda pelo salvamento dos sambaquis, parques e litoral brasileiro, pela proteção do Parque Iguaçu e pela preservação da Ilha do Mel.

Reuniu amigos, ambientalistas, grandes expressões da cultura e ao lado de sua esposa Iris, querida companheira e incentivadora, para criar em 1988 uma Fundação João José Bigarella para o Estudo e Conservação da Natureza-FUNABI.

Atualmente essa Fundação se propõe honrar seu trabalho, cuidando do resgate do legado científico geológico e geográfico. Mas não pode fazê-lo sozinha e necessita da colaboração de parceiros.

Como sabemos, João José Bigarella foi pioneiro na busca e encontro de evidências geológicas do grande continente Godwana. Descreveu afloramentos de arenito na África e por métodos científicos provou que tais rochas possuíam igual teor geológico do arenito de Botucatu. Entusiasmou-se com a descoberta de que a direção dos ventos pudesse ser um dos fortes argumentos para a comprovação da Deriva Continental. Desta intensa pesquisa resultaram artigos inacessíveis e raros. Serão eles ultrapassados ou possuem atualidade por evidenciarem a curvatura da terra?

Na década de 1960, era presente no Brasil a ideia de evolução do relevo e da paisagem de acordo com escolas geológicas europeias. O Professor Bigarella e colaboradores notaram que em terras tropicais esses processos tinham um desenvolvimento diferente. Lançaram assim a ideia da evolução da paisagem de acordo com diferentes climas, resultando em relevos formados em ambientes tropicais e subtropicais relacionados a ciclos climáticos de climas úmidos e secos contemporâneos aos períodos glaciais e interglaciais.

Seu pensamento ativo transversal e interdisciplinar está expresso na coleção intitulada Estruturas e Origens das Paisagens Tropicais e Subtropicais (1994), que trata os ambientes de forma inédita. A obra

envolveu mais de uma dezena de colaboradores de diversas Universidades, principalmente de Santa Catarina. Serve de fonte de conhecimento interdisciplinar do meio físico envolvendo Geologia, Geografia Física, Geomorfologia, Pedologia e Oceanografia. (*) Já foi registrado que o gigantesco esforço de Bigarella em produzir essa coleção é comparável ao esforço de Humboldt em produzir os 5 volumes de Cosmos.

Conta atualmente com 3 volumes publicados pela Editora da UFSC. Volumes que já foram reeditados e esgotados pela demanda acadêmica. Deveriam ser editados novamente? Ou são ultrapassados? Desta coleção resta um 4º volume já redigido e em finalização editorial, aguardando aprovação do Conselho da Editora da UFSC com parceria da Editora da UFPR. No acervo da FUNABI resta material para a publicação de mais um volume que envolveria o ambiente eólico. O desejo do Bigarella era democratizar e distribuir o conteúdo de seus estudos. Deve-se avançar com o projeto de publicá-lo?

Meu pai faleceu em maio de 2016, aos 92 anos, sentindo-se em dívida consigo mesmo e com a sociedade. Por ter começado sua vida profissional no Museu Paranaense, desejava legar às próximas gerações, aos seus netos e bisnetos, um Centro de Estudos de Geologia e Paleontologia no Parque Estadual de Vila Velha, no Paraná. Porém, foi impossível realizar seu último desejo. Nunca desistiu de batalhar, fez incansáveis reuniões, organizou, criou acervo, comprou material mundo afora. Investiu os últimos anos de sua vida planejando e executando em tempo integral cada ínfimo detalhe do que queria transmitir.

Seu último projeto silenciou frente à falta de vontade política. Ruiu diante da estreiteza burocrática pelo não cumprimento do compromisso público do Governo do Paraná. O Parque de Vila Velha perdeu seu Museu e toda a possibilidade de mostrar aos paranaenses e brasileiros a importância do estudo da Terra. O que Bigarella nos transmite com esse algo que não foi concluído, que não foi finalizado, que não foi possível, tão difícil de executar? É um questionamento que se faz presente no Brasil de hoje.

Portanto, uma pergunta se impõe: Seremos nós, colegas presentes e herdeiros capazes de honrar seus méritos, suas ações, seu ensino? Poderemos, no Brasil nosso de cada dia educar para a ética, para a responsabilidade, para a pesquisa, para o estudo e para o avanço científico? Conseguiremos honrar nossa história, nossos valores, nossos conhecimentos, nosso legado? Seremos capazes de apostar num futuro consciente, digno e transformador?

Indagações que correspondem ao tema deste encontro: Mundo, Brasil e Regiões: Hoje e Amanhã.

Muito obrigada.
Florianópolis, 27 de maio de 2019

Referências Bibliográficas

- 1, 2 - Mamigonian, Armen – Bigarella, o Humboldt Brasileiro. In: Espaço Aberto, PPGG – UFRJ, v.6, p.159,163. R.J. 2016
- 3, 4, 5 – Bigarella, J. J. – Fragmentos de um Mosaico Étnico - subsídios à história dos: Bigarella, Sordo, Palm, Asseburg, Koehler, Hertel e Schaffer. Curitiba, 2001. p. 677,677,678.
- 6 – Herman, Maria Lúcia de Paula – Prof. João José Bigarella: Geocientista e Ambientalista. In: Espaço Aberto, PPGG UFRJ, vol.6, p.151,158. R.J. 2016
- 7 – Bigarella, J. J. – Lutas e frustrações ecológicas. Um desafio. Associação de Defesa e Educação Ambiental. Curitiba, 1986. p. 57,58
- 8 – Bigarella, J. J. – Nas trilhas de um geólogo. Imprensa Oficial. Curitiba, 2003. p. 24

(*) Agradeço a permanente colaboração e diálogo com Everton Passos, Maria Carolina Stelfeld e Sony Cortese Caneparo na elaboração do Projeto Bigarella a ser implantado na Universidade Federal do Paraná.

Ignácio Rangel: A herança de um pai íntegro e de um educador rigoroso, mas dotado de humana essência

Liudmila Rangel Ribeiro¹

Neste tempo duro e difícil que vivemos hoje em nosso país, de profunda crise epistêmica, parece oportuno que, para marcar a Semana da Geografia na instituição, foi optado por falar de, ao menos, três professores que, em campos semelhantes, dedicaram-se a pensar a felicidade como um bem coletivo; em tempo de tanto individualismo e tão pouco respeito e atenção ao bem estar comum, numa realidade cotidiana de cada vez mais desigualdade social, de grande descrédito ao conhecimento intelectual e científico. Portanto, considero ter sido uma feliz escolha.

Não sendo geógrafa nem economista, de minha parte, cabe-me, a propósito, falar-lhes, como me foi pedido, um pouco do que saiba e possa sobre o professor Rangel, reconhecendo, assim, a herança de um pai tão íntegro quanto exigente de valores éticos; um educador rigoroso, porque dotado de humana essência, que, em tempos de pouca empatia no Brasil de nossos dias, nesta brutal sociedade de triagem que vemos ser reforçada a cada decisão autocrática, a muitos causaria surpresa e/ou estranhamento.

Já tive oportunidade de dizer, em outras ocasiões, tanto aqui quanto em mais escolas, a outros jovens de tempos diversos, estudiosos como vocês, o como nunca foi fácil ser filha de meu pai; aqui mesmo, na própria UFSC, já contei a gente que os antecedeu nestes bancos universitários qual foi o mundo novo e incompleto o que me restou depois de sua morte, em 1994. Perdoem se repito agora ainda algumas dessas impressões, mas professora que sou, sei que grande parte de nossa tarefa de educar de forma responsável consiste em repetir, repetir...

Acho que, diretamente de meu pai, herdei uma permanente sensação de fragilidade e insegurança, que, como percebia então, nele, vinha sempre disfarçada pela busca de crenças que se fizessem absolutas;

¹ Professora e filha de Ignácio Rangel (1914-1994), herdeira de sua memória e pensamento.

difícil, portanto, então, como ainda agora, firmar no papel o que quer que seja, garantindo-lhes: isto era meu pai.

Contando, portanto, com muito boa vontade de vocês- que não sou geógrafa, não sou economista- posso falar-lhes não mais que de uma figura particular que, provavelmente nem há de guardar muita semelhança com o Rangel que se estuda aqui, nem mesmo, talvez com a figura que serviu de norte ao nosso querido Armen, meu irmão de alma. Em comum, havemos de registrar o respeito e o afeto que temos todos por ele.

Volto sempre a referir o que me restou registrado em textos de correspondência entre pai e filha, visto que, foram muitos, ao longo de infância e adolescência, os períodos em que, distantes fisicamente, os contatos – naqueles tempos ainda pré email e pré Zap, se fizeram através de longas cartas, que o Correio de então, preguiçoso, acabava por entregar lá e cá, onde fosse que estivesse, sempre ao lado de minha mãe, parceira constante de viagens pelo mundo.

Para a menina que eu era, por volta de nove anos, por exemplo, chegavam cartas em que o Pai cuidava de questões éticas em longos documentos que formalizavam suas expectativas sobre o papel que atribuía a cada um de nós, na família, ao mesmo tempo em que organizava a sequência de leituras que supunha oportunas para mim e para meu irmão, José Lucas, a cada período. Concessões, não havia que não fossem as da ternura.

Paralelamente, enviou presentes, que, a meu juízo, dizem muito de sua intenção de balizar nossa formação intelectual: compasso, bússola, regra de calcular, relógio. Rigor, disciplina, exigência absoluta quanto aos rígidos critérios que nos propunha.

Uma lógica impecável se punha a serviço de mudar para melhor o mundo, e, por óbvio, incluindo lições sobre nossas responsabilidades quanto ao trabalho, a nunca ser visto como dever, porque sempre a ser tomado como direito elementar de todos nós. Havia de ser, segundo ele, através do trabalho transformador que chegaríamos, homens e mulheres livres, a toda e qualquer possibilidade de transcendência.

Tanta leitura, tanto exercício, tantas questões formais - desconfio que foi sempre assim que melhor nos aproximamos: para ele, parecia ser mais fácil chegar ao imediato partindo da teoria. No contato com o texto, muitos anos depois, do argentino Borges, descobri que, também eu e, talvez, meu irmão mais velho, “chegamos às coisas depois de havê-las transitado nos livros.” Por isso, os ideais de justiça social, sem dúvida, precederam a percepção da militância política que só nos atrairia mais tarde, na juventude.

É curioso que, apesar disso, o Velho cultivasse tão constantemente o convívio com os simples de nossas relações; podiam ser empregados, agregados, parentes por afinidade: todos os amavam e não sem razão. Era com surpreendente facilidade que chegava até esses, o sorriso aberto, o olhar meigo. Talvez porque, entre esses, não exibisse nenhum traço de arrogância, de organização de abstrações, o diálogo se fazia leve, agradável, podendo durar tardes inteiras.

Herdamos, meu filho Diogo e eu, até ainda hoje, algumas dessas relações, que, de fato, se reportam ao afeto que tinham a esse homem, capaz de amar tanto seu semelhante, de tê-lo, sempre, diante de si, como companheiro de vida e igual merecedor de um trabalho digno e significante.

Do conhecimento de seus próximos, paralelamente à rígida organização intelectual, a paixão desmedida por uma mulher, cujos olhos verdes o fascinaram sempre, a quem dedicou poemas apaixonados, com quem dividiu sua vida prática, seu gosto pelas viagens e que durou uma vida inteira. Viveu inteiro esse amor por minha mãe.

Viveu, também, inteiro - parece uma boa frase para resumir sua vida - o amor a seus amigos, a seu país, à raça humana. Viveu absolutos.

Acho que o Rangel que lhes trago hoje, para que o guardem em paralelo ao outro, que estudam aqui, foi uma pessoa boa, o que não é pouco, e, sobretudo, foi uma ideia generosa. Por isso, estamos aqui hoje a lembrar dele, de Milton Santos, de Victor Peluso, outros homens igualmente dignos, honrados e merecedores de todas as nossas homenagens, de todo o nosso reconhecimento.

Agradeço-lhes, portanto, por esta oportunidade. Há muito trabalho pela frente, ao partir da obra dos três pensadores (Milton Santos, Peluso e Rangel), tentando adivinhar o que diriam eles do nosso presente e do nosso futuro. Eis aí uma tarefa desafiadora a que se dedicarem.

Que lhes renda muita roda de conversa e afeto.

A Contribuição do Professor Peluso à Geografia Catarinense

Eduardo Zons Guidi

Victor Antônio Peluso Júnior (1909-1994) teve sua carreira marcada como professor, pesquisador e funcionário público, sempre procurando relacionar a vida profissional aos seus estudos. Teve ele participação destacada junto à comunidade geográfica brasileira, pois suas pesquisas, que contribuíram e continuam contribuindo para o conhecimento da realidade territorial e social do estado de Santa Catarina, foram desenvolvidos em sincronia com o desenvolvimento científico da geografia brasileira. Assim, as análises empreendidas por este geógrafo catarinense, em sua trajetória intelectual, guardam forte influência contextual, sendo boa parte dela desenvolvida na vanguarda do movimento geográfico brasileiro de seu tempo.

Podemos afirmar que a pesquisa geográfica para Victor Peluso não representava a busca de um fim em si própria, ou seja, não eram simples estudos de geografia nos moldes tradicionais, mas, antes de tudo, uma forma, entre outras, de buscar um constante aperfeiçoamento dos métodos de análise que permitissem decifrar a realidade catarinense. Por isso, em seus textos, a investigação é feita de forma criteriosa a partir do registro de observações específicas e da aplicação de conceitos chaves buscando uma linha interpretativa capaz de abarcar a complexa trama de elementos responsáveis por uma realidade concreta. Em cada novo trabalho percebe-se o esforço na definição de uma linha analítica adequada ao estudo da área objeto da investigação, como é o caso, por exemplo, dos estudos de geografia

urbana em que sobressaem ora a “função”, ora a organização do “plano” da cidade. Já nos estudos de geografia regional impera, às vezes, a “posição”, outras vezes o “sítio”; enquanto naqueles que contemplam a evolução urbana a diretriz básica segue o “método histórico”; e assim por diante. Com isso, percebe-se claramente como Victor Peluso conseguia em seus estudos trabalhar de forma integrada os conceitos e as metodologias empregados pelas diferentes áreas da geografia. Nota-se, por exemplo, que nos estudos de geografia econômica e cultural a ênfase recai nos aspectos históricos, enquanto nos de geografia humana sobressai o caráter sociológico.

Na realidade, suas idéias não provinham basicamente de uma única fonte, sendo sim o resultado criterioso da análise bibliográfica disponível. Isso lhe permitia uma melhor articulação entre os conceitos teóricos e a metodologia, que serviam de lastro as suas eficientes e atentas observações empíricas. Tais procedimentos formavam um círculo interpretativo da análise geográfica, que buscava, antes de tudo, compreender determinado espaço concreto. É o que se pode observar, por exemplo, no estudo *Lages, a Rainha da Serra* (1942), onde partindo do conceito de gênero de vida pastoril, ele agrega a constatação de que ali esse empreendimento ocorre de forma seminômade, pois no inverno a atividade se reduz ao manejo do rebanho (invernadas). Dessa constatação, surge a definição de Lages como cidade de fazendeiros, pois estes, durante o inverno, se retiram para a cidade, o que eleva a circulação econômica no espaço urbano. É nesse momento que a cidade apresenta a sua verdadeira função, de cidade de fazendeiros. Ou seja, ele observou que a relação sazonal da pecuária ditava o ritmo de vida urbano, sendo essa a razão do adjetivo. Essa observação de Peluso,

apesar de coadunada com o então objeto primeiro da geografia daquele tempo, isto é, a relação homem-meio, pode ser considerada ousada, visto que a asséptica proposta geográfica lablachiana, paradigma do momento, impingia aos geógrafos, de modo geral, manter certo distanciamento dos aspectos sociais, isso como derivado de uma necessidade de definição estreita dos limites entre a geografia e a sociologia.

As interessantes combinações apresentadas nos estudos de Peluso provêm, em grande medida, de suas ligações com os círculos intelectuais e profissionais aos quais se envolvera em determinados momentos. A marcante influência da geografia francesa, em seu trabalho, seguia o mesmo denominador comum de toda a Geografia brasileira que havia se institucionalizado nos anos 1930. Essa matriz originária permitiu o rápido desenvolvimento da Geografia científica no Brasil, que resultou em sua completa afirmação na metade da década de 1950. Peluso seguiu essa tendência nacional, mas sofreu outras influências devido à relação estreita que manteve com o Conselho Nacional de Geografia (CNG) e ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), onde muitos dos seus membros acabaram influenciados também pela geografia norte-americana.

As indicações e o incentivo proporcionados pelo professor Delgado de Carvalho estimularam e encorajaram Peluso na elaboração de seus primeiros estudos. Porém seu espírito curioso e metuculoso rapidamente o levou a companhia de outros geógrafos de elevada competência, buscando, junto a esse círculo, sustentação para sua evolução intelectual. Nesse caso, sobressaia, entre outros, José Veríssimo da Costa Pereira, um erudito geógrafo com o qual Peluso

manteve grande laço de amizade. Antes mesmo da criação do CNG, J. Veríssimo já era destacado professor de Geografia do Colégio Pedro II e profundo conhecedor, não só da escola francesa de Geografia, como também da escola alemã e da escola norte- americana. Por isso, encontra-se em trabalhos de Peluso, idéias originárias dessas outras escolas geográficas, sem dúvida, fruto da convivência com aquele e outros expoentes do CNG.

Por isso, pode-se atestar que parte significativa de seus textos foi precursora na utilização, em âmbito nacional, de determinados conceitos e metodologias geográficas. Voltando ao estudo “Lages, a Rainha da Serra”, cabe salientar ter sido o pioneiro, e talvez único, no país a fazer uso, de forma plena, da metodologia apresentada, em 1941, pelo professor Pierre Monbeig, da USP, para o estudo de Geografia Urbana, onde procurava reforçar o apelo funcionalista, oriundo da antropologia, no método de análise urbano da Geografia. O texto metodológico de Monbeig pode ser considerado como demonstrativo da perspectiva dos geógrafos que buscavam cada vez mais enfatizar os estudos de Geografia Humana como um estudo social. Nesse ponto, grande parte dos geógrafos brasileiros comungava com essa perspectiva social da Geografia. Peluso escreveu o texto sobre Lages, antes da publicação de “A Geografia Humana e a Cultura”, do professor da Universidade de Princeton John Pomfret, no Boletim Geográfico número 2, em maio de 1943, onde o autor ressalta o valor dos estudos de Geografia Humana devido à capacidade dos geógrafos em entender os ajustes dos grupos sociais ao meio físico, chamados por ele de “natureza do meio social”. Pomfret (1943, p. 21) afirma: “A Geografia Humana como muitas outras disciplinas sociais, não se refere ao

indivíduo, mas ao grupo social”. Tal colocação contradiz alguns analistas que afirmam que a “Geografia tradicional” teimava em estudar o homem e não a sociedade. Representação semelhante a do professor Pomfret levou Peluso à classificação de Lages como cidade de fazendeiros, ao levar em consideração sua gênese e a perspectiva social observada.

Peluso foi também um dos primeiros a verificar a inelasticidade do conceito de habitat formulado pelos franceses, indo buscar na sociologia rural norte-americana uma noção mais adequada para esse mesmo conceito. Essa outra forma de abordagem do conceito permitiu-lhe uma interpretação mais arrazoada sobre a formação de determinados povoamentos proto-urbanos, como, por exemplo, o caso da então Vila de Ituporanga.

Entre seus vários estudos, um dos mais interessantes é o da *Fazenda dos Cedros* (1947). Ao descrever e analisar as relações econômicas e sociais internas desse latifúndio. Assume maior importância ao se levar em consideração o contexto nacional e regional, que passava por grandes transformações socioeconômicas, quando o sistema latifundiário feudal-mercantilista começava a receber outras atribuições na estrutura produtiva nacional, engendrando nova dinâmica às relações entre o campo e a cidade.

Algumas diretrizes analíticas utilizadas nesse estudo são resultantes da aproximação de Peluso aos estudos de sociologia rural norte-americana. Isso foi consequência da necessidade de um referencial metodológico um pouco diferenciado ao da geografia, que não apresentava, naquele momento, explicação para aquilo que Peluso observava. Isso tudo proporcionou um alcance maior e mais variado de

suas análises. No entanto, o ponto de partida mantinha-se ligado à observação direta, o empírico, predicado comum tanto na análise geográfica, como na sociológica. Mas realmente chama a atenção sua percepção sobre a observação não se restringir ao fato em si, puro, destituído de relação, pois se percebe como a observação ocorre em perfeita simbiose com a análise. Esta, por seu turno, busca, antes de tudo, entender as relações naturais, orgânicas e sociais, porém não de forma compartimentada, mas em estreita combinação entre elas.

Esse ecletismo conceitual-metodológico foi extremamente benéfico no período em que seus trabalhos seguiam a linha da “Geografia tradicional”, ou seja, entre 1940 e 1960, quando a base metodológica girava em torno da perspectiva empírico-descritiva. Dentro desse período “tradicional” da Geografia, surgiram outras propostas de abordagem, entre elas as perspectivas hartshornianas do estudo de áreas com base idiográfica e/ou nomotética. Tais perspectivas não passaram despercebidas por Peluso e aparecem refletidas nos estudos empreendidos sobre a Vila de Ituporanga e sobre as cidades de origem portuguesa e alemã em Santa Catarina. Em ambos os trabalhos, percebe-se a tendência de apresentar a estrutura da ocupação com base em modelos, dando a esses textos um caráter inédito frente à produção geográfica nacional. Nesses estudos, o método não fica restrito apenas as tradicionais relações analíticas da Geografia Física, Humana e Econômica, com o intuito de buscar uma síntese, mas, indo além, procurou por meio das inter-relações apresentarem o caráter da ocupação das áreas em questão.

A assimilação de novos conceitos ampliava as possibilidades interpretativas dos estudos efetuados por Peluso. Essa característica,

de rápida incorporação de novidades epistemológicas, foi fundamental para sua aproximação à Geografia Teórica, no início dos anos 1970. No entanto, apesar de ter sido nesse período que desenvolveu sua tese de doutorado, que apresenta caráter totalmente quantitativo, pode-se afirmar que o apego a essa corrente se refletiu principalmente no conteúdo de suas aulas na universidade, pois, apesar da influência quantitativista, verifica-se na série de seus estudos realizados a partir do final daquela década, uma interposição entre a quantificação e o retorno ao modelo descritivo. Pode-se inclusive inferir que a assimilação das técnicas quantitativas tinha para ele, antes de tudo, o escopo de qualificar a descrição, seu objetivo principal.

Mas tão importante quanto a sua trajetória intelectual, destaca-se o trabalho de servidor público estadual onde galgou os mais altos escalões. É perceptível, pela postura adotada, como para ele ficava evidente o papel específico destinado aos intelectuais no exercício de atribuições frente ao Estado. Isso se verifica na passagem que teve pelas diferentes instituições públicas nas quais atuou, onde sua presença foi marcada pela energia e competência, totalmente empregadas na busca pela eficiência e cujo objetivo primordial era, sem dúvida, a da qualificação do serviço para o desenvolvimento social do estado de Santa Catarina. Nesse ponto, Peluso pode ser considerado homem do seu tempo, segundo salienta Plekhanov, para o qual “o caráter do indivíduo constitui ‘fator’ de desenvolvimento social, somente onde, exclusivamente na época, e unicamente no grau em que o permitem as relações sociais” (1980, p. 97).

A contemporaneidade de suas idéias reflete-se também em sua trajetória como secretário de estado. No comando da pasta da

agricultura (1953-55) empreendeu duas tarefas básicas: desenvolver com os recursos disponíveis a pesquisa e a experimentação, buscando para tanto a ampliação das escolas técnicas rurais para que os agricultores se encontrassem em nível de assimilar as novas técnicas então desenvolvidas. Em resumo, sua perspectiva para agricultura catarinense apoiava-se no tripé conhecimento-ensino-experimentação, pois era óbvio para ele que sem educação científica e cultural, os agricultores dificilmente poderiam ser usuários e difusores da ampliação técnica da agricultura (melhoramento das sementes, genética animal, adubação, mecanização, utilização de diferentes insumos, técnicas de manejo do solo, armazenamento e conservação, etc.). Peluso participou ativamente dos debates sobre planejamento regional ocorridos no CNG durante a década de 1940. Dessa forma, encontrava-se apto para desenvolver e executar um plano desenvolvimentista para o estado catarinense. Isso fica demonstrado quando, em 1951, foi escolhido como o representante do Estado de Santa Catarina na Comissão Interestadual da Bacia Paraná-Uruguaí, um dos mais amplos e complexos estudos de análise regional interestadual efetuada no país. Sua participação nessa comissão, segundo Lago (1984), foi importante e decisiva, pois a sua competente participação demonstrou a importância da ciência geográfica, nesse tipo de trabalho, perante o conjunto de outros tantos profissionais, servindo para enaltecer e afirmar a vocação do geógrafo como um profissional imprescindível para o planejamento regional.

O conhecimento profundo da realidade catarinense adquirido nas suas andanças pelo estado nas décadas de 1930 e 1940, a experiência adquirida como secretário de estado, a participação ativa

nas comissões de energia elétrica da região sul e a sua dedicação aos estudos sobre planejamento, oriundos de discussões sistemáticas ocorridas no CNG e no IBGE no início dos anos 1950, guindaram-no à elaboração e a execução do primeiro projeto de planejamento do estado de Santa Catarina, o Plano de Obras e Equipamentos (POE), em 1955.

Apesar dos intensos reveses, por falta de financiamento e verbas, pela descontínua gestão política, devido à morte do governador em exercício e o inconcluso plano, que era decenal, mas abortado com a mudança política após a perda do comando estadual para a oposição pedessista, algumas realizações do plano acabaram contribuindo com o futuro desenvolvimento do estado, principalmente aqueles ligados ao setor elétrico, tanto na área de produção como na de distribuição da energia. Essas conquistas, apesar de tímidas devem-se exclusivamente a competência de Peluso, que conduziu os levantamentos das potencialidades energéticas do estado, ao mesmo tempo em que deu início às obras de ampliação do parque energético catarinense e assegurou a criação das Centrais de Energia Elétrica de Santa Catarina (CELESC).

A função de professor universitário, exercida a partir no início da década de 1960, pode ser interpretada como a consolidação de um destino natural em face da envergadura de sua condição intelectual. Sem a contribuição de Peluso Júnior, o curso de Geografia da Universidade Federal de Santa Catarina, provavelmente, teria sofrido mais para atingir o atual *status* e o reconhecimento nacional, atestados pela qualidade de sua Graduação e Pós- Graduação, em grande medida herdeiras da tradição do trabalho desenvolvido pelos seus primeiros

professores, entre os quais Victor A. Peluso Jr.

Do mesmo modo, o Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina é outra instituição que muito deve ao trabalho deste incansável geógrafo que a presidiu de 1971 a 1991. Entre tantas qualidades, não se pode esquecer a sua capacidade organizacional, demonstrada na criação e execução de vários projetos, tais como: o Departamento Estadual de Geografia e Cartografia (1946-53), a Secretária da Agricultura, o POE, os cursos de Graduação e Pós-Graduação em Geografia da UFSC. Assim, se pode afirmar que reconstruir o Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina, que se encontrava praticamente inativo no final dos anos 1960, era a tarefa certa para o professor Peluso, pois teria sido difícil encontrar, em todo o estado, figura com a mesma capacidade e a mesma energia. Infelizmente a idade avançada diminuiu o vigor de seu trabalho, sem, no entanto, abalar os seus sonhos geográficos mais audazes.

Aos oitenta anos, confessava acalentar a esperança de poder andar pelo estado, visitando diferentes regiões e cidades, analisando e descrevendo aquilo que sempre foi a fonte e o desejo de sua intensa dedicação – a terra e a gente catarinense. Essa união entre a intensa dedicação e a capacidade intelectual permitiu ao estado de Santa Catarina (distante dos grandes centros de produção intelectual – São Paulo e Rio de Janeiro) contar com um dos mais respeitados geógrafos do seu tempo, merecedor de destaque na galeria dos grandes geógrafos brasileiros.

BIBLIOGRAFIA

LAGO, Paulo de Araújo. Professor Victor Antonio Peluso Júnior: Professor Emérito. In; *Revista de Ciências Humanas*. Vol. III, nº 5, Florianópolis: UFSC, março de 1984.

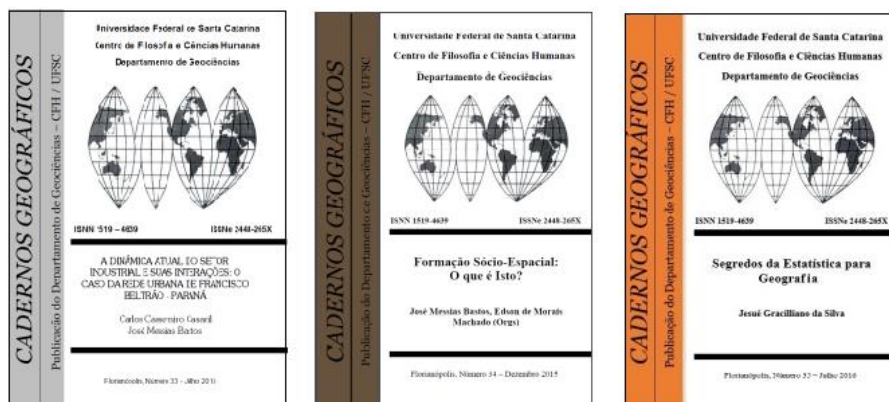
PELUSO JR., Victor Antônio. *Aspectos Geográficos de Santa Catarina*. [Organizado pela Coordenadoria do Programa de Pós- Graduação em Geografia] Florianópolis: FCC Ed./ Ed. da UFSC, 1991a.

PELUSO JR., Victor Antônio. *Estudos de Geografia Urbana de Santa Catarina*. Florianópolis: Ed. da UFSC: Secretaria de Estado da Cultura e do Esporte, 1991b.

POMFRET, John E. "A Geografia Humana e a Cultura". In: *Boletim Geográfico*. Nº 2, Rio de Janeiro: CNG/IBGE, 1943.

PLEKANOV, Gueorgui. *A Concepção Materialista da História*. 7ª Ed. São Paulo, Paz & Terra, 1980.

CADERNOS GEOGRÁFICOS



O Cadernos Geográficos teve sua primeira publicação lançada durante a XX Semana de Geografia da Universidade Federal de Santa Catarina- SEMAGeo/UFSC, no ano de 1999, através do departamento de Geociências, que já publicava há mais de dez anos, com muito êxito, a revista GEOSUL. O Cadernos Geográficos pretendia constituir-se em mais um meio de divulgação de temas geográficos e afins, fato consolidado ao longo das quase duas décadas de publicação.

A criação de mais um espaço alternativo para a veiculação de trabalhos acadêmicos surgiu da necessidade de oferecer uma nova oportunidade de serem divulgados os resultados das pesquisas desenvolvidas nos Laboratórios do Departamento, por professores, trabalhos elaborados pelos alunos de Graduação e Pós-Graduação em Geografia, bem como monografias, dissertações e teses defendidas na área de Geociência da Universidade Federal de Santa Catarina.

O Primeiro número dos Cadernos Geográficos foi assinado pelo Prof. Carlos Augusto de Figueiredo Monteiro, que apresentou um artigo inédito denominado "O Estudo Geográfico do Clima", onde procurava

advertir aos iniciantes da temática sobre a posição da climatologia no conjunto curricular da graduação em Geografia. Os números seguintes contaram com importantes contribuições de grandes mestres da Geografia, entre eles o prof. João José Bigarella com a obra “Temas de Geologia Marinha” (C.G N° 03), o prof. Armen Mamigonian apresentando “A escola francesa de Geografia e o papel de A. Cholley” (C.G N° 06), Carlos Augusto Figueiredo Monteiro colaborando novamente com a obra “A Questão Ambiental da Geografia do Brasil” (C.G N°05), Prof. João Lima Sant’ Anna de Neto publicando “História da Climatologia no Brasil” (C.G N°07), a obra “Formação de uma economia regional no Leste Asiático” do embaixador Amaury Porto de Oliveira (C.G N°13), além das publicações de outros diversos pesquisadores brasileiros, que abrangeram diferentes temas da geografia física e humana.

O Cadernos Geográficos almeja sempre contar com a colaboração de todos que desenvolvem trabalhos na área do conhecimento geográfico para sistematizar com qualidade as publicações acadêmicas iniciadas no ano de 1999, no sentido de ampliar as discussões temáticas e sobretudo a motivação para produção de estudos que permitem se aproximar da compreensão da realidade que nos envolve, como também contribuir para construir uma reflexão crítica sobre os caminhos a serem tomados no desenvolvimento da sociedade nacional, regional ou local.

Aquisição: <http://cadernosgeograficos.ufsc.br/aquisicao/>

Email: cadernosgeograficos@contato.ufsc.br